

**O MODELO DE  
DESENVOLVIMENTO  
CHINÊS  
COMO ALTERNATIVA ÀS  
LIMITAÇÕES DO NEOLIBERALISMO**



**ORGANIZADOR  
Antonio Carlos de Moraes**

**Ak**ademy  
EDITORA

**O modelo de desenvolvimento  
chinês como alternativa às  
limitações do neoliberalismo**

**Antonio Carlos de Moraes**  
**(organizador)**

**O modelo de desenvolvimento  
chinês como alternativa às  
limitações do neoliberalismo**

**Akademy**  
EDITORA

2025

Copyright © 2025 Editora  
Akademy **Editor-chefe:**  
Celso Ribeiro Campos  
**Diagramação e capa:** Editora  
Akademy **Revisão:** Cassio  
Cristiano Giordano

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)(Câmara  
Brasileira do Livro, SP, Brasil)

M827o

Moraes, Antonio Carlos de (organizador)  
O modelo de desenvolvimento chinês como  
alternativa às limitações do neoliberalismo.  
São Paulo: Editora Akademy, 2025.

Vários autores  
Bibliografia  
ISBN 978-65-80008-58-2

1.China 2.Desenvolvimento 3.Socialismo 4. Economia  
5.Estado  
I. Título

CDD: 335  
CDU: 330.101

Índice para catálogo sistemático:  
1. Área 330 - Economia

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio sem a prévia autorização da Editora Akademy.

A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

Os autores e a editora empenharam-se para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores dos direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos caso, inadvertidamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

Editora Akademy – São Paulo, SP

## ***Corpo editorial***

*Alessandra Mollo (UNIFESP-CETRUS)*  
*Ana Hutz (PUC-SP)*  
*Ana Lucia Manrique (PUC-SP)*  
*André Galhardo Fernandes (UNIP)*  
*Andréa Pavan Perin (FATEC)*  
*Antonio Correa de Lacerda (PUC-SP)*  
*Aurélio Hess (FOC)*  
*Camila Bernardes de Souza (UNIFESP/EORTC/WHO)*  
*Carlos Ricardo Bifi (FATEC)*  
*Cassio Cristiano Giordano (FURG)*  
*Cileda Queiroz e Silva Coutinho (PUC-SP)*  
*Claudio Rafael Bifi (PUC-SP)*  
*Daniel José Machado (PUC-SP)*  
*Fernanda Sevarolli Creston Faria Kistemann (UFJF)*  
*Francisco Carlos Gomes (PUC-SP)*  
*Freda M. D. Vasse (Groningen/HOLANDA)*  
*Heloisa de Sá Nobriga (ECA/USP)*  
*Ivy Judensnaider (UNICAMP)*  
*Jayr Figueiredo de Oliveira (FATEC)*  
*José Nicolau Pompeo (PUC-SP)*  
*Marcelo José Ranieri Cardoso (PUC-SP)*  
*Marco Aurelio Kistemann Junior (UFJF)*  
*María Cristina Kanobel (UTN – ARGENTINA)*  
*Maria Lucia Lorenzetti Wodewotzki (UNESP)*  
*Mario Mollo Neto (UNESP)*  
*Mauro Maia Laruccia (PUC-SP)*  
*Michael Adelowotan (University of JOHANNESBURG)*  
*Océlio de Jesus Carneiro Morais (UNAMA)*  
*Paula Gonçalves Sauer (ESPM)*  
*Roberta Soares da Silva (PUC-SP)*  
*Tankiso Moloji (University of JOHANNESBURG)*

*Este livro foi avaliado e aprovado por pareceristas ad hoc.*



# Sumário

---

<b>Prefácio</b> - <i>Uma bela obra sobre a China</i> - Elias Marco Khalil Jabbour .....	09
<b>Apresentação</b> .....	11
<b>Capítulo 1</b> - <i>Indicadores da China: desvendando os desafios de um desenvolvimento contínuo</i> - César Roberto Leite da Silva, Ana Claudia Del Ciel, Edivaldo Ramos de Oliveira .....	13
<b>Capítulo 2</b> - <i>Capitalismo e Socialismo no combate à pobreza e à desigualdade – discussão a partir do caso da China</i> - Silvia Harumi Toyoshima.....	39
<b>Capítulo 3</b> - <i>Líderes e governantes da China a partir da revolução de 1949</i> - Julio Manuel Pires, Ana Beatriz Menezes Silva.....	61
<b>Capítulo 4</b> - <i>A construção da matriz energética chinesa sob um novo modo de desenvolvimento</i> - José Paulo Vieira.....	87
<b>Capítulo 5</b> - <i>Indicadores da China – desvendando os desafios de um desenvolvimento contínuo</i> - Carina Vitral Costa, Carlos Eduardo Figueiredo Cabral.....	119
<b>Capítulo 6</b> - <i>Expansão da economia chinesa e seu papel na globalização</i> - Jaime Costa Aguiar, Ricardo Carlos Gaspar.....	141
<b>Capítulo 7</b> - <i>Relações Brasil-China: da longa convivência distanciada à parceria estratégica atual</i> - Edivaldo Ramos de Oliveira.....	181
<b>Capítulo 8</b> - <i>Relações EUA, China e Rússia: estratégias</i> - Mônica Landi, Paulo Roberto Jannuzzi.....	203
<b>Capítulo 9</b> - <i>China: o Novo Hegemon</i> - Antonio Carlos de Moraes, Carina Vitral Costa.....	227



# Prefácio: Uma bela obra sobre a China

---

Foi com muita alegria que recebi o convite do professor Antonio Carlos de Moraes para prefaciар esse livro. Com título audacioso, seu conteúdo nos brinda com o estado da arte de uma visão de mundo avançada sobre a China. O livro é importante por vários aspectos. O primeiro, e fundamental, é a totalidade contemplada nesta publicação. Não se trata de um volume economicista sobre um fenômeno complexo. Várias determinações são abordadas com muito talento no livro: desde a estratégia de desenvolvimento até os impactos geopolíticos da ascensão chinesa, passando pela prova de fogo do enfrentamento e vitória contra a pobreza extrema.

O fundamental, que o livro nos apresenta com brilhantismo em cada um de seus capítulos, é reconhecer não somente a magnitude, mas sobretudo o que há de central em cada momento do processo histórico vivenciado pelo país. Desde as reformas rurais de 1978 que levou ao surgimento de um imenso mercado interno para bens industrializados até a formação de uma gigantesca máquina de produção de valores de uso que hoje está à serviço de uma globalização liderada pela China, via Iniciativa Cinturão e Rota.

Em tese, quanto mais eu me alongar neste prefácio, maior será a possibilidade do que a juventude chama de “spoilers”. Ou seja, não posso adiantar o conteúdo do livro em sua totalidade. O que posso dizer é, que após quase 30 anos de atividade científica ininterrupta versando sobre a temática do desenvolvimento chinês, que o leitor terá em suas mãos o que de melhor se produziu recentemente sobre o tema. Parabéns ao professor Antonio Carlos. Parabéns a todos(as) autoras e autores reunidos nesta obra.

Elias Marco Khalil Jabbour

Xangai, China – 14 de março de 2024.



# Apresentação

---

Na iminência de se consolidar como a principal potência mundial, a China exibe um novo modelo de desenvolvimento, onde capitalismo e socialismo dialogam de forma harmônica e produtiva, resultando em avanços relevantes em diversos campos do conhecimento, economia e da vida em sociedade. É com essa base que a China busca ampliar relações e parcerias com nações de diversas regiões do planeta, incluindo o Brasil, com quem compõe os BRICS.

A China tornou-se um paradigma de modelo desenvolvimentista utilizando as regras de mercado, atraindo capitais externos, tecnologia, *know how* e facilitando os canais de comercialização em escala global, reforçando a estabilidade pela manutenção de uma taxa de câmbio fixa e desvalorizada. O modo chinês de planejamento direcionou políticas industriais e incentivos fiscais em zonas especiais, via associação mandatória das empresas estrangeiras com o capital doméstico chinês, e criou clusters produtivos com condições excepcionais via Estado para a instalação de investimento estrangeiro, tratamento fiscal a investimentos em infraestrutura, simplificação da burocracia e disponibilização de terrenos. Dessa forma, o setor privado impulsionado chegou a constituir 50% da produção industrial bruta em alguns anos, a renda dos camponeses dobrou, a par de uma veloz urbanização, formando um mercado de trabalho, uma relevante classe capitalista e um grande setor privado doméstico e internacionalizado, com a comercialização do direito de uso das terras e com a privatização do excedente social.

A China construiu redes comerciais e cooperação reduzindo conflitos históricos com seus países vizinhos e transformando seu entorno estratégico em um ambiente favorável para sua expansão, logrando se consolidar como principal epicentro dinâmico da região, substituindo o Japão, e simultaneamente ampliando sua presença no mercado mundial. Com todos esses avanços da China, concretizando um modelo de desenvolvimento que contrasta vivamente a hegemonia neoliberal, qual o cenário mais provável para a economia mundial? Esta é a reflexão central com a qual este livro pretende contribuir.

Dentro desse objetivo principal, a coletânea tem início com um capítulo “apresentando” a China, por meio de indicadores econômicos e sociais com séries históricas de pelo menos 20 anos. Um segundo capítulo aborda a questão da pobreza e da desigualdade, confrontando as possibilidades da China e do capitalismo para a superação dessas deformidades sociais. O terceiro capítulo faz uma recuperação histórica dos principais líderes e governantes chineses desde a Revolução de 1949, enquanto o capítulo quarto analisa diferenciais do modelo chinês exemplificando com a questão da energia. O quinto capítulo foca as estratégias de desenvolvimento enquanto o sexto capítulo trata da repercussão dessas estratégias no processo de globalização, destacando o envolvimento da América Latina nesse processo. Uma abordagem mais direta sobre as relações entre Brasil e China é o tema central do sétimo capítulo e o oitavo capítulo identifica os estratagemas que permeiam as relações entre a China os EUA e a Rússia. Por fim, o último capítulo, com o apoio de todos os elementos oferecidos na coletânea, arrisca-se a uma prospecção sobre o futuro da China na nova ordem econômica mundial.

# 1 - Indicadores da China – desvendando os desafios de um desenvolvimento contínuo

---

*César Roberto Leite da Silva<sup>1</sup>*

*Ana Claudia Del Ciel<sup>2</sup>*

*Edivaldo Ramos de Oliveira<sup>3</sup>*

## **Introdução**

A República Popular da China (RPC) emergiu como uma das principais potências econômicas das últimas décadas e apresenta-se como um dos mais importantes atores políticos globais, destacando-se suas ações políticas, econômicas e sociais.

A rapidez com que a China atingiu este patamar motivou esse texto, que objetiva apresentar, de forma sucinta, as principais etapas das políticas públicas a partir de 1980. Na primeira seção são discutidas as reformas econômicas e sociais, que objetivaram introduzir mecanismo de mercado e privatização de uma série de atividades e empresas. Cabe destacar que se adotou o gradualismo como método, acompanhado da profunda regulação destas atividades por parte do Estado.

Em seguida são apresentados alguns indicadores econômicos e sociais para ilustrar os efeitos das reformas. A estratégia é apresentar séries temporais de indicadores econômicos, como Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto per capita, inflação, indicadores da abertura comercial, como exportações e importações da e para a China e dados demográficos, entre outros. Também são incluídos indicadores sociais, como Índice de Desenvolvimento Humano,

---

<sup>1</sup> Doutor em Teoria Econômica pela USP e professor da PUCSP. E-mail: crlsilva@pucsp.br

<sup>2</sup> Mestre em Serviço Social pela PUC-SP. E-mail: acdelciel@hotmail.com

<sup>3</sup> Mestre em Ciência Política pela Flacso e Mestrando em Sociologia pela UFPR. E-mail: edivaldooliveira@uol.com.br

indicadores de concentração de renda e riqueza, como o índice de Gini e pirâmide da renda e riqueza.

Procurou-se apresentar as séries pelo menos a partir de 2000 até 2022, em geral último ano disponível. Alguns indicadores começam em períodos anteriores, mas sempre terminam com os últimos dados disponíveis. Nas tabelas estão os dados da China, naturalmente, e de outros países que sirvam de comparação e contraponto, dependendo do tema. O Brasil sempre está presente. As informações foram coletadas em bancos de dados de instituições multilaterais, como Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Nações Unidas (ONU), Observatory of Economic Complexity (OEC), United Nations Development Program (UNDP) e World Economic Database (WID), entre outros.

## **1. Reformas econômicas e sociais**

A China é um dos cinco países comunistas do mundo e é governada como um estado de partido único desde 1949. A posição mais alta de poder chinês é exercida pelo Secretário Geral do PCC, seguido pelo Presidente e, no entanto, estas posições são ocupadas pela mesma pessoa desde 1993. Não há eleições gerais na China; o Presidente é escolhido pelo órgão legislativo, a Assembleia Popular Nacional (APN), cujos membros, também são escolhidos pelos órgãos governamentais regionais – as eleições diretas ocorrem apenas a nível local ou em regiões administrativas especiais. Xi Jinping foi eleito presidente em 2013 e está em seu terceiro mandato desde 2023.

Com o novo líder Deng Xiaoping, após 1976, inicia-se a modernização e a abertura da economia chinesa, e coloca-se em prática o “socialismo com características chinesas”. O novo líder promoveu o fim da estatização total da terra, e os agricultores voltaram a serem proprietários, o que propiciou o aumento da produtividade.

Para melhor entender o processo produtivo rural, Marx declara:

A agricultura se transforma mais e mais em simples ramo da indústria e é dominada completamente pelo capital. A mesma coisa ocorre com a renda territorial. Em todas as formas em que domina a propriedade rural, a relação com a natureza é preponderante. Naquelas em que reina o capital, o que prevalece é o elemento social produzido historicamente (MARX, 2008, p. 267).

O desenvolvimento rural tem um papel relevante no desenvolvimento socioeconômico, proporcionando condições também positivas para as áreas urbanas, para mais, a venda de produtos agrícolas criou um imenso mercado interno para bens industrializados, promovendo a acumulação de riqueza.

Foram eliminadas as comunas agrícolas dando maior liberdade às famílias rurais para produzirem e venderem seus produtos a preços gradualmente liberados, contando com a modernização de insumos agrícolas financiada pelo exterior.

Ademais, ao longo da década de 80, a partir do fortalecimento das cooperativas rurais, incrementou-se a produção agrícola, com alimentos processados e manufaturas leves, em parceria com estrangeiros. Empresas estatais puderam vender excedentes após ceder uma parte da produção ao governo, além do mais, alguns segmentos nas indústrias passaram a obter certa autonomia na sua gestão. As empresas exportadoras passaram a obter crédito norte-americano e criaram diversas zonas econômicas especiais para atrair o capital estrangeiro.

As empresas que se associaram a firmas locais com transferência de tecnologia e criação de centro de pesquisas, elevaram a produção e exportação em setores considerados cruciais pelo planejamento central.

No entanto, o final dos anos 80 foi marcado por aumento da inflação, redução dos salários, casos de corrupção, manifestações sociais, divisões ideológicas dentro do Partido Comunista principalmente em relação ao rumo da economia. Em 1992 equalizou-se um arranjo dentro do PCC chamado de Grande Compromisso, firmado entre as duas principais correntes dentro do partido.

Possibilidades de avanços nas questões econômicas e militares foram firmadas conforme as seguintes diretrizes descritas por Jabbour (2021):

- i) sustentação e reforço da ligação entre o PCC e o ELP; ii) manutenção do caráter pragmático das reformas, principalmente no campo político e socioeconômico, com destaque para os aspectos relacionados ao capital estrangeiro; iii) maior controle dos aparatos e setores sociais (imprensa, cultura etc.); iv) liderança e intervenção do Estado A Economia Política da Transição Chinesa; v) ampliação do campo de relações diplomáticas com várias regiões do mundo a fim de legitimar o regime político chinês; vi) continuidade da modernização econômica com maior apoio do setor externo e da formação de grandes conglomerados nacionais capazes de competir

internacionalmente; e vii) desenvolvimento tecnológico do aparelho militar (JABBOUR, 2021).

Marca-se nessa década de 1990 a continuidade da abertura econômica chinesa em cadeias industriais mais dinâmicas na economia internacional. A China absorveu e adaptou a tecnologia estrangeira, inovando a microeletrônica, projetos de infraestrutura, porém, o controle sobre as empresas multinacionais é chinês, essa prerrogativa facilita seu propósito de competir com os setores estrangeiros e ao mesmo tempo, regulamenta o sistema financeiro, por meio de seus bancos estatais, tal como o Banco de Desenvolvimento da China (CDB).

Como disponibilizado no Banco Mundial a China possui acordos comerciais com APEC - Cooperação Econômica Ásia-Pacífico e RCEP - Parceria Regional Econômica Abrangente, este último é considerado o maior tratado de comércio livre do mundo.

Também no estudo apresenta as seguintes filiações globais: BAD - Banco Asiático de Desenvolvimento, BRICS plus (grupo de países emergentes que tem como objetivo cooperação econômica e o desenvolvimento em conjunto), G20 (Países em desenvolvimento), G20 (Grupo dos Vinte), G33 (Grupo dos 33), ONU (Organização das Nações Unidas), UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e OMC (Organização Mundial do Comércio).

A China tem reforçado os seus laços econômicos com o Sul Global através de projetos de infraestruturas e de desenvolvimento sustentável, como a iniciativa do Cinturão da Rota da Seda<sup>4</sup>, a aliança com o banco de desenvolvimento do BRICS, e empréstimos, muitas vezes capitalizando sentimentos antiestadunidenses e antiocidentais, tem sido uma fonte alternativa de financiamento para os países periféricos. Conta com áreas externas dependentes: a) Hong Kong (Extremo Oriente da Ásia); b) Macau (Extremo Oriente da Ásia) e c) Taiwan (Extremo Oriente da Ásia).

---

<sup>4</sup> O cinturão econômico que está delimitado pela Rota da Seda, percorrendo mais de 60 países, representa mais de 3 milhões de pessoas como um potencial de consumo. (World Economic Forum-2017). Disponível em: <https://www.statista.com/topics/753/china/#topicOverview>. Acesso em: 02 dez. 2022.

**Tabela 1.** Indicadores de governança<sup>(1)</sup> do Banco Mundial da China, Brasil, Alemanha, Rússia e Estados Unidos, 2022

Indicadores	China	Brasil	Alemanha	Rússia	EUA
Voze e responsabilização	-1,61	0,21	1,41	-1,26	0,85
Estabilidade política	-0,44	-0,33	0,61	-0,92	-0,04
Eficácia do governo	0,50	-0,59	1,29	-0,70	1,26
Qualidade regulatória	-0,42	-0,22	1,52	-1,14	1,42
Estado de direito	-0,04	-0,26	1,53	-1,20	1,37
Controle da corrupção	0,02	-0,57	1,82	-0,98	1,10

(1) Os indicadores são uma variável aleatória normal padronizada, com amplitude aproximada de -2,5 a 2,5 (Kaufmann, 2010)

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base em dados do World Bank/Worldwide Governance Indicators (2024).

Os dados da Tabela 1 indicam que China e Rússia, com passado semelhante, estão distantes de países desenvolvidos tradicionais, como Alemanha e Estados Unidos, com exceção da Eficácia do governo. Os resultados para o Brasil sugerem que há um longo caminho pela frente.

## 2. Indicadores econômicos

China e Rússia sentiram necessidade de reformar seus sistemas econômicos não para ingressar no capitalismo, mas sim para melhorar o socialismo. Entretanto, seguiram caminhos diferentes. Inicialmente foi cogitada uma terapia de choque, preconizada pela “doutrina de transição do Consenso de Washington” que consistia num amplo pacote de medidas que seriam implementadas simultânea e rapidamente: 1. liberalização de todos os preços em um único *big bang*; 2. privatização; 3. liberalização do comércio; e 4. estabilização, na forma de políticas fiscais e monetárias austeras (Weber, 2023).

Apesar de ser cogitada essa terapia na China, as reformas foram feitas gradualmente e precedidas de um grande debate durante a década de 1980, onde se confrontaram eminentes economistas estrangeiros e chineses adeptos das duas vertentes: *big bang* ou gradualismo<sup>5</sup> A China claramente adotou o gradualismo, enquanto a Rússia, a partir de 1985, implementou a terapia de choque. Os resultados não poderiam ser mais distintos. A Rússia sofreu um grave processo de desindustrialização, inflação elevadíssima e perda de

---

<sup>5</sup> Essa discussão está muito bem apresentada em Weber (2023).

importância na economia global. Já a China, implementando paulatinamente e sempre reguladas reformas para introduzir mecanismos de mercado em sua economia, manteve a inflação sob controle, aumentou substancialmente o produto e a renda, e ganhou extraordinária relevância no comércio internacional.

O propósito deste item é apresentar a evolução de alguns indicadores econômicos e sociais da China e de alguns países relevantes, que servem de comparação e contraponto, quando for o caso.

## 2.1 Inflação

**Tabela 2.** Índices de Preços ao Consumidor da China, Brasil e países selecionados, 1996-2022. (1996=100)

Ano	China	Brasil	Rússia	Coréia do Sul	Reino Unido	Estados Unidos	Bélgica	Dinamarca	Alemanha	Japão	Suécia
1996	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1997	102,80	106,93	114,76	104,44	102,20	102,34	101,63	102,18	101,94	101,71	100,66
1998	101,98	110,34	146,53	112,29	104,04	103,93	102,59	104,07	102,87	102,38	100,39
1999	100,55	115,70	272,18	113,20	105,81	106,20	103,74	106,67	103,47	102,03	100,85
2000	100,95	123,85	328,79	115,76	107,08	109,79	106,38	109,76	104,96	101,36	101,76
2001	101,66	132,33	399,41	120,46	108,79	112,89	109,01	112,33	107,04	100,61	104,21
2002	100,85	143,51	462,47	123,79	110,42	114,68	110,80	115,05	108,56	99,70	106,46
2003	102,06	164,63	525,66	128,14	111,97	117,28	112,56	117,44	109,69	99,45	108,51
2004	106,04	175,49	582,89	132,74	113,54	120,42	114,92	118,80	111,51	99,44	108,91
2005	107,94	187,54	656,83	136,40	115,92	124,51	118,12	120,96	113,24	99,16	109,41
2006	109,56	195,39	720,34	139,46	118,82	128,53	120,24	123,28	115,03	99,40	110,90
2007	114,82	202,50	785,22	142,99	121,67	132,19	122,43	125,37	117,67	99,46	113,35
2008	121,60	214,00	896,03	149,68	125,93	137,27	127,92	129,65	120,76	100,83	117,24
2009	120,75	224,46	1000,39	153,80	128,45	136,78	127,86	131,35	121,14	99,48	116,66
2010	124,73	235,77	1068,91	158,32	131,66	139,02	130,66	134,38	122,48	98,78	118,02
2011	131,47	251,42	1159,13	164,70	136,66	143,41	135,27	138,09	125,02	98,51	121,51
2012	134,88	265,00	1217,95	168,30	140,21	146,38	139,11	141,40	127,53	98,47	122,59
2013	138,39	281,45	1300,21	170,49	143,44	148,52	140,66	142,52	129,45	98,82	122,54
2014	141,16	299,26	1401,93	172,66	145,59	150,93	141,14	143,32	130,62	101,52	122,32
2015	143,14	326,28	1619,71	173,88	146,17	151,11	141,93	143,97	131,29	102,33	122,26
2016	146,00	354,79	1733,78	175,57	147,64	153,02	144,73	144,33	131,94	102,19	123,46
2017	148,33	367,02	1797,64	178,98	151,47	156,28	147,81	145,98	133,93	102,68	125,68
2018	151,45	380,47	1849,38	181,63	154,96	160,09	150,84	147,17	136,25	103,70	128,13
2019	155,84	394,68	1932,06	182,32	157,59	162,99	153,01	148,29	138,22	104,19	130,42
2020	159,74	407,35	1997,39	183,30	159,17	165,01	154,15	148,91	138,42	104,17	131,07
2021	161,17	441,17	2131,11	187,88	163,15	172,76	157,91	151,67	142,67	103,91	133,90
2022	-	482,11	-	197,44	176,04	186,58	173,06	163,34	152,47	106,52	145,11

**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir de dados da OECD Data (2004).

Como observado acima, a China não liberou os preços de uma só vez. Além de ser um processo gradualíssimo, manteve controle dos preços dos bens considerados estratégicos. O resultado dessa estratégia pode ser observado na

Tabela 2. Enquanto a inflação na China, entre 1996 e 2021 foi de apenas 61,07%, na Rússia, no mesmo período, foi de pouco mais de 2.000%. O Brasil registrou, entre 1996 e 2022, uma alta de 382% nos preços. Os outros países que estão na Tabela 2 mantiveram-se com inflações na casa dos dois dígitos.

## 2.2 Abertura comercial

Entre 1980, que corresponde ao início da abertura da economia chinesa, e 2004, a participação das exportações chinesas nas exportações mundiais aumentou de 1% para 6,6%. Com as importações aconteceu o mesmo fenômeno – de 1% para 6% (Martins, 2005).

Segundo o website, Statista<sup>6</sup> (2022), o país registra um expressivo crescimento econômico, “combinando baixos custos laborais, regulamentações flexíveis e impostos baixos (entre outros), o que fez com que as empresas ocidentais transferissem a produção para a China a partir da década de 1980.”

Sua economia é estabelecida com políticas de mercado livre e investimentos direto de estrangeiros combinado com um forte controle estatal.

Em 2001, com a adesão à Organização Mundial do Comércio, o crescimento econômico transformou a sociedade chinesa e mundial, por conseguinte, segundo os dados do FMI (2023), a China ocupa o segundo maior PIB nominal de US\$ 17,7 trilhões, o Estados Unidos sendo a primeira economia do mundo com US\$ 26,95 trilhões, quem ocupa o terceiro lugar é a Alemanha com US\$ 4,43 trilhões, aproximadamente 4 vezes menor que o PIB da China.

Atualizando esses dados, nota-se que entre 2004 e 2022 as exportações aumentaram a participação no comércio mundial para 15,5% e as importações para 11,2% (Tabela 3).

---

<sup>6</sup> Statista. Comércio Internacional (2023).

**Tabela 3.** Participação da China e dos Estados Unidos no comércio mundial, em US\$ correntes (2000-2022)

Ano	Exportações					Importações						
	Total		China		EUA		Total		China		EUA	
	US\$ milhão	US\$ milhão	%	US\$ milhão	%	US\$ milhão	US\$ milhão	%	US\$ milhão	%		
2000	6.294.128	249.203	3,96%	781.831	12,42%	6.452.622	225.094	3,5%	1.217.933	18,88%		
2001	6.066.957	266.098	4,39%	729.080	12,02%	6.228.137	243.553	3,9%	1.140.900	18,32%		
2002	6.382.457	325.596	5,10%	693.068	10,86%	6.536.007	295.170	4,5%	1.200.096	18,36%		
2003	7.460.587	438.228	5,87%	724.737	9,71%	7.636.038	412.760	5,4%	1.302.834	17,06%		
2004	9.026.664	593.326	6,57%	814.844	9,03%	9.307.073	561.229	6,0%	1.525.304	16,39%		
2005	10.161.945	761.953	7,50%	901.041	8,87%	10.483.992	659.953	6,3%	1.734.849	16,55%		
2006	11.882.168	968.936	8,15%	1.037.029	8,73%	12.151.875	791.461	6,5%	1.918.997	15,79%		
2007	13.614.734	1.220.060	8,96%	1.162.538	8,54%	13.974.697	956.115	6,8%	2.017.121	14,43%		
2008	15.685.948	1.430.693	9,12%	1.299.899	8,29%	16.152.503	1.132.562	7,0%	2.164.834	13,40%		
2009	12.263.336	1.201.647	9,80%	1.056.712	8,62%	12.446.215	1.005.555	8,1%	1.601.896	12,87%		
2010	14.911.149	1.577.764	10,58%	1.278.099	8,57%	15.072.853	1.396.002	9,3%	1.968.260	13,06%		
2011	17.907.704	1.898.388	10,60%	1.481.682	8,27%	17.991.189	1.743.395	9,7%	2.263.619	12,58%		
2012	17.851.882	2.048.782	11,48%	1.544.932	8,65%	18.044.354	1.818.199	10,1%	2.334.678	12,94%		
2013	18.564.417	2.209.007	11,90%	1.577.587	8,50%	18.475.132	1.949.992	10,6%	2.326.590	12,59%		
2014	18.475.675	2.342.293	12,68%	1.619.743	8,77%	18.503.957	1.959.235	10,6%	2.410.855	13,03%		
2015	16.143.928	2.273.468	14,08%	1.501.846	9,30%	16.243.798	1.679.564	10,3%	2.313.425	14,24%		
2016	15.690.999	2.097.637	13,37%	1.450.906	9,25%	15.808.280	1.587.921	10,0%	2.247.167	14,22%		
2017	17.262.160	2.263.371	13,11%	1.545.810	8,95%	17.482.424	1.843.793	10,5%	2.405.277	13,76%		
2018	21.663.979	2.486.440	11,48%	1.665.303	7,69%	19.244.413	2.133.605	11,1%	2.611.432	13,57%		
2019	18.429.564	2.499.207	13,56%	1.644.276	8,92%	18.735.095	2.079.285	11,1%	2.567.492	13,70%		
2020	17.188.946	2.589.098	15,06%	1.430.254	8,32%	17.353.048	2.069.568	11,9%	2.405.382	13,86%		
2021	21.663.979	3.316.022	15,31%	1.753.137	8,09%	21.936.171	2.679.412	12,2%	2.932.976	13,37%		
2022	23.154.495	3.593.601	15,52%	2.062.090	8,91%	24.354.553	2.715.998	11,2%	3.372.902	13,85%		

**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir de dados do UN Comtrade Database (2004).

Os dados dos Estados Unidos estão na tabela para referência, considerando que tradicionalmente é o país com maior peso no comércio Internacional. Observando as exportações fica claro que o declínio americano, de 12,42% para 8,91%, coincide com o aumento da China. Com as importações acontece o mesmo: os Estados Unidos reduzem sua participação de 18,8% para 13,85%.

Estas alterações na dinâmica do comércio internacional se refletiram no Brasil. As exportações para o mundo, e as importações do mundo se alteram substancialmente.

Nas importações e exportações a China substituiu os EUA como principal parceiro comercial. No início do período, os americanos representavam 22,7% das importações totais brasileiras, e a China 2,2%. No final, os chineses subiram para 23,2% e os EUA diminuíram para 18,6% (Tabela 4). Com as exportações ocorreu o mesmo. Para a China aumentaram de 2,0% para 26,8% e para os americanos reduziram-se de 24,3% para 11,4%.

**Tabela 4.** Importações e exportações do Brasil para o mundo, China e Estados Unidos, 2000-2022 (em US\$ milhões correntes)

Ano	Importações Brasileiras					Exportações Brasileiras				
	Mundo		China		EUA	Mundo		China		EUA
	US\$milhão	US\$milhão	%	US\$milhão	%	US\$milhão	US\$milhão	%	US\$milhão	%
2000	60.046	1.341	2,2%	13.626	22,7%	54.993	1.085	2,0%	13.360	24,3%
2001	59.684	1.460	2,4%	13.569	22,7%	58.032	1.901	3,3%	14.337	24,7%
2002	50.761	1.691	3,3%	10.867	21,4%	60.144	2.517	4,2%	15.504	25,8%
2003	51.867	2.326	4,5%	10.175	19,6%	72.772	4.531	6,2%	16.867	23,2%
2004	67.459	4.047	6,0%	12.079	17,9%	95.115	5.439	5,7%	20.303	21,3%
2005	7.870	5.821	74,0%	13.420	170,5%	118.592	6.827	5,8%	22.912	19,3%
2006	97.034	8.581	8,8%	15.361	15,8%	137.574	8.398	6,1%	24.756	18,0%
2007	12.811	13.661	106,6%	19.702	153,8%	159.816	10.777	6,7%	25.322	15,8%
2008	183.921	21.738	11,8%	27.237	14,8%	195.765	16.520	8,4%	26.859	13,7%
2009	195.378	16.937	12,5%	21.188	15,7%	151.792	20.995	13,8%	15.742	10,4%
2010	133.184	27.829	14,4%	28.715	14,9%	200.434	30.748	15,3%	19.459	9,7%
2011	238.706	35.023	14,7%	35.868	15,0%	253.665	44.305	17,5%	25.915	10,2%
2012	235.404	36.467	15,5%	34.235	14,5%	239.953	41.226	17,2%	26.795	11,2%
2013	252.282	39.632	15,7%	37.962	15,0%	232.544	46.023	19,8%	24.857	10,7%
2014	240.763	39.352	16,3%	36.939	15,3%	220.921	40.612	18,4%	27.134	12,3%
2015	180.457	31.999	17,7%	28.021	15,5%	186.775	35.155	18,8%	24.173	12,9%
2016	145.248	24.414	16,8%	25.234	17,4%	179.526	35.133	19,6%	23.299	13,0%
2017	165.855	29.095	17,5%	29.288	17,7%	214.988	47.488	22,1%	27.148	12,6%
2018	19.284	36.716	190,4%	34.634	179,6%	231.890	63.930	27,6%	29.093	12,5%
2019	193.162	37.464	19,4%	36.635	19,0%	221.127	63.358	28,7%	29.860	13,5%
2020	166.336	36.738	22,1%	29.722	17,9%	209.180	67.788	32,4%	21.619	10,3%
2021	234.690	53.464	22,8%	41.503	17,7%	280.815	87.908	31,3%	31.338	11,2%
2022	292.344	67.768	23,2%	54.328	18,6%	334.463	89.719	26,8%	38.147	11,4%

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados do UNComtradeDatabase (2024).

### 2.3 Complexidade Econômica

Os Índices de Complexidade Econômica qualificam o peso dos países no comércio internacional pois refletem o grau de sofisticação dos produtos exportados.

A obra de referência que introduziu o conceito de Complexidade Econômica na literatura é *The Atlas of Economic Complexity: Mapping Paths to Prosperity* (Hidalgo et. al., 2013). Complexidade Econômica que se refere à sofisticação produtiva de um país. É medida por meio do Índice de Complexidade Econômica<sup>7</sup>, estimado a partir da diversidade, ubiquidade e complexidade dos produtos da pauta de exportação do país.

A produção e exportação de bens não ubíquos, raros e complexos, indica que o país tem uma estrutura produtiva complexa<sup>8</sup>. A complexidade diz

<sup>7</sup> Economic Complexity Index (ECI).

<sup>8</sup> Essa ideia não se aplica aos recursos naturais escassos, como os diamantes, por exemplo, que são encontrados em poucos países.

respeito ao alto conteúdo tecnológico. A forma de determinar se o bem é não ubíquo e complexo é verificar se a pauta de exportação do país é diversificada. Uma mercadoria escassa que faz parte de uma pauta de exportação limitada seguramente não é complexa.

O Índice de Complexidade Econômica (ICE) e o Índice de Complexidade do Produto (ICP) são medidas do conteúdo tecnológico de uma economia e de um produto, respectivamente. O ponto de partida para a estimativa do ICE é o ICP. Este índice é estimado para todas as mercadorias comercializadas internacionalmente, seguindo a Harmonized System (HS, 1992) e o Standard Internacional Trade Classification (SITC, ver. 2), pelos critérios já mencionados. Estes índices são relativos, ou seja, resultam da comparação entre produtos, IPC, e países, ICE e são medidas padronizadas<sup>9</sup>, o que implica que 95% dos valores estão no intervalo entre -2,0 e + 2,0. Quanto maior o valor, maior a complexidade. Como exemplo, commodities, como soja, algodão e milho, têm os menores índices, em torno de -2,0. Por outro lado, máquinas, produtos médicos e eletrônicos, estão no lado oposto, com índices de aproximadamente 2,0. De modo geral, manufaturas são complexas, produtos *in natura* não são.

De forma bem simplificada, o ICE é estimado como uma média ponderada dos valores dos ICP dos produtos que compõe a pauta de exportação dos respectivos países. Estes índices estão disponíveis desde 1995, e sua observação traz informações importantes sobre a dinâmica econômica de cada país. A correlação significativa entre complexidade econômica e *renda per capita* diz muito sobre a importância, ou seja, altos valores do ICE estão associados a elevados graus de desenvolvimento econômico.

A observação da Tabela 5. exemplifica bem este aspecto. O Japão, desde 1997, ocupava a primeira posição dentre uma lista com 137 países com o maior ICE. A Alemanha e a Suíça, o segundo colocado nos últimos anos, são bastante estáveis. Interessante é observar os casos da Coréia do Sul e da China, objeto desse estudo. O primeiro partiu de 33<sup>a</sup>. posição em 1995 e avançou sistematicamente até o 4<sup>o</sup>. lugar, em 2020. A China partiu de uma posição bem mais desfavorável, 59<sup>a</sup> e, a partir dos primeiros anos do presente século, avançou consistentemente até chegar ao 28<sup>o</sup> lugar. Certamente esta trajetória tem se mantido nos anos mais recentes.

---

<sup>9</sup> Desvios em torno da média divididos pelo desvio-padrão.

**Tabela 5.** Índices de Complexidade Econômica (ECI) e Posição de países selecionados (1995-2000)

Ano	China		Brasil		Japão		Alemanha		EUA		Rússia		Coreia do Sul	
	ICE	Posição (1)	ICE	Posição (1)	ICE	Posição (1)	ICE	Posição (1)	ICE	Posição (1)	ICE	Posição (1)	ICE	Posição (1)
1995	-0,04	59	0,61	24	1,73	4	1,74	3	1,59	5	0,58	26	0,37	33
1996	-0,33	56	0,60	25	1,81	3	1,81	4	1,60	5	0,51	28	0,41	32
1997	-0,32	54	0,65	25	1,91	1	1,87	4	1,73	5	0,55	27	0,46	32
1998	-0,27	55	0,65	26	1,89	1	1,85	3	1,71	5	0,65	25	0,53	31
1999	-0,21	58	0,58	28	1,79	1	1,76	2	1,63	5	0,61	26	0,55	30
2000	-0,11	52	0,60	27	1,90	1	1,86	3	1,72	6	0,60	28	0,63	26
2001	-0,05	53	0,59	31	1,92	1	1,88	2	1,71	6	0,73	26	0,72	27
2002	-0,48	52	0,63	31	1,99	1	1,95	2	1,73	7	0,71	27	0,86	24
2003	-0,20	47	0,60	30	2,01	1	1,97	2	1,72	6	0,67	28	0,94	22
2004	0,14	45	0,63	29	2,14	1	2,00	2	1,71	7	0,57	32	1,13	20
2005	0,24	42	0,68	30	2,12	1	1,97	2	1,66	7	0,76	28	1,23	17
2006	0,38	38	0,70	30	2,15	1	1,91	2	1,63	6	0,08	29	1,40	13
2007	0,53	37	0,74	32	2,08	1	1,84	2	1,55	7	0,76	31	1,44	10
2008	0,64	34	0,74	31	2,08	1	1,83	2	1,57	7	0,70	32	1,44	11
2009	0,65	36	0,69	32	2,07	1	1,87	2	1,55	7	0,72	31	1,42	12
2010	0,67	33	0,71	31	2,12	1	1,86	2	1,58	8	0,77	30	1,47	12
2011	0,75	31	0,73	32	2,26	1	1,92	3	1,62	8	0,71	33	1,61	10
2012	0,80	31	0,69	33	2,24	1	1,89	3	1,61	8	0,68	34	1,65	7
2013	0,84	30	0,73	35	2,23	1	1,91	3	1,60	9	0,71	39	1,72	5
2014	0,85	29	0,69	37	2,14	1	1,85	3	1,58	8	0,61	40	1,67	6
2015	0,84	30	0,67	37	2,16	1	1,89	3	1,57	9	0,48	41	1,77	5
2016	0,79	32	0,55	38	2,20	1	1,91	3	1,60	8	0,50	40	1,81	5
2017	0,85	30	0,53	39	2,20	1	1,92	4	1,58	9	0,46	41	1,79	5
2018	0,90	30	0,51	41	2,24	1	1,90	4	1,57	9	0,48	43	1,86	5
2019	0,95	28	0,45	46	2,23	1	1,89	4	1,56	10	0,45	44	1,86	5
2020	0,95	28	0,45	46	2,21	1	1,89	5	1,55	9	0,49	43	1,89	4

(1) Classificação segundo o ECI numalstade137 países.

**Fonte:** elaborado pelos autores a partir de dados do Observatory of Economic Complexity (2024).

O Brasil seguiu o caminho inverso – saiu da 24<sup>a</sup> e terminou a década passada na 46<sup>a</sup> posição. Este resultado já foi diagnosticado de forma indireta, como inserção regressiva, que engloba a perda de competitividade dos produtos industrializados e a reprimarização da pauta exportadora.

A Rússia, que iniciou um processo de abertura econômica na mesma época que a China, apresentou algumas melhoras até 2013 e depois foi perdendo a sofisticação das exportações.

### 3. Crescimento e Desenvolvimento Econômicos

De modo geral o crescimento econômico pode ser aferido por meio dos agregados macroeconômicos como Produto Interno Bruto (PIB) e Produto Nacional Bruto (PNB), entre outros. O PIB foi escolhido para esta análise porque, além de geral, é levantado sistematicamente pelos países e depois padronizado, compilado e divulgado pelas Nações Unidas, permitindo comparações internacionais.

O PIB pode ser definido como a soma dos bens e serviços de consumo final produzido pelos fatores de produção que estão nos limites territoriais de um país num determinado período de tempo, em geral um ano, avaliado na moeda nacional. Este número é um valor absoluto que não leva em conta a população do país. Daí o conceito de Produto Interno Bruto per capita (p.c.), que é o PIB dividido pela população do período considerado. Em tese, o PIB p.c. informa quanto receberia cada cidadão de um país se o valor do PIB fosse dividido igualmente por todos. Apesar de impreciso, a comparação do PIB p.c. entre países dá uma ideia do estágio de crescimento de cada país.

Este indicador pode ser complementado com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), também calculado para cada país. O IDH é um índice composto obtido pela média geométrica de índices normalizados de 3 dimensões: vida longa e saudável, conhecimento e padrão de vida decente. Cada uma dessas dimensões é composta de itens como riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros, procurando avaliar o bem-estar da população (*Human Development Reports*, 2024).

A dimensão saúde é avaliada pela expectativa de vida ao nascer, em anos. A educação pelos anos de escolaridade de adultos com 25 anos ou mais e a expectativa de escolaridade das crianças iniciando a vida escolar, também em anos. O padrão de vida é medido pela Renda Nacional Bruta per capita<sup>10</sup>.

O índice é normalizado usando a escala de Min-Max, que transforma os indicadores expressos em unidades diferentes em índices que variam entre 0 e 1. Quanto maior o valor do índice, mais perto de 1, maior o bem-estar da população.

---

<sup>10</sup> A Renda Nacional Bruta é a Renda Interna Bruta mais a renda recebida do exterior e menos a renda enviada para o exterior.

O *Human Development Report*, de 2014, publicado pelo *United Nations Development Program*, estabeleceu 4 categorias de desenvolvimento humano: muito alto, alto, médio e baixo, conforme Quadro 1 abaixo.

**Quadro 1.** Separatrizes das categorias do Índice de Desenvolvimento Humano

Categorias	IDH
Desenvolvimento humano muito alto	maior que 0,800
Desenvolvimento humano alto	entre 0,700 e 0,799
Desenvolvimento humano médio	entre 0,550 e 0,699
Desenvolvimento humano baixo	menor que 0,550

Fonte: HDR, Technical Notes (2020), p. 2.

Tomando, para comparação, um país tradicionalmente desenvolvido como a Suécia, observa-se que seu PIB p.c., em 2022, é de US\$ 55.655, enquanto os da China e Brasil são US\$ 11.449 e US\$ 8.831, respectivamente. Seu IDH iniciou o período com 0,810 e terminou com 0,947, muito alto. China no mesmo período registrou um avanço de 0,484 e 0,768, enquanto o Brasil avançou mais modestamente, de 0,610 para 0,754. Os eventuais leitores e leitoras podem tirar conclusões interessantes analisando a dinâmica de alguns países da Tabela 6.

**Tabela 6 .** Produto Interno Bruto (PIB), PIB per capita e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da China, Brasil, Suécia, Estados Unidos, Japão, Rússia e Alemanha, 1990-2022 (em US\$ de 2015)

Ano	China			Brasil			Sweden			United States			Japan			Russia			Germany		
	PIB	PIB pc	IDH	PIB	PIB pc	IDH	PIB	PIB pc	IDH	PIB	PIB pc	IDH	PIB	PIB pc	IDH	PIB	PIB pc	IDH	PIB	PIB pc	IDH
	US\$ milhão	US\$		US\$ milhão	US\$		US\$ milhão	US\$		US\$ milhão	US\$		US\$ milhão	US\$		US\$ milhão	US\$		US\$ milhão	US\$	
1990	1.027.351	861	0,454	627.838	6.157	0,810	295.882	34.612	0,810	6.789.960	36.450	0,872	2.341.196	28.400	0,845	1.104.739	7.870	0,743	1.600.423	29.497	0,829
1991	1.122.542	959	0,492	837.395	8.113	0,816	292.491	33.034	0,813	6.778.354	38.883	0,873	2.460.792	29.341	0,849	1.106.651	7.454	0,741	1.677.827	30.836	0,835
1992	1.222.222	1.033	0,504	929.818	9.598	0,822	289.102	33.460	0,820	6.820.121	39.862	0,878	2.508.115	29.522	0,85	1.040.009	6.381	0,728	1.704.951	31.271	0,842
1993	1.460.241	1.221	0,515	973.528	9.614	0,830	283.130	32.806	0,840	6.830.221	40.188	0,880	2.463.514	29.270	0,855	1.053.789	5.801	0,71	1.803.945	30.824	0,852
1994	1.850.897	1.397	0,525	1.030.502	8.491	0,838	284.287	33.732	0,851	6.818.164	41.248	0,884	2.543.029	29.481	0,861	1.044.383	5.907	0,688	1.733.884	31.441	0,858
1995	1.831.413	1.503	0,535	1.074.020	8.568	0,846	305.837	34.919	0,860	6.812.817	41.908	0,883	2.582.286	30.180	0,863	1.044.383	6.068	0,696	1.770.422	31.832	0,863
1996	2.013.140	1.639	0,545	1.097.123	8.608	0,853	310.897	35.361	0,868	6.817.016	42.877	0,891	2.603.996	31.054	0,868	1.067.030	4.703	0,708	1.795.438	32.016	0,868
1997	2.199.085	1.779	0,554	1.134.154	8.729	0,860	320.207	36.355	0,879	6.810.416	43.445	0,895	2.649.748	31.283	0,871	1.078.707	4.777	0,716	1.837.384	32.538	0,874
1998	2.371.028	1.902	0,564	1.134.955	8.833	0,866	324.013	37.333	0,894	6.810.813	44.213	0,898	2.703.112	31.881	0,871	1.089.935	4.530	0,719	1.903.322	33.167	0,879
1999	2.593.333	2.034	0,573	1.137.437	8.956	0,871	346.189	39.350	0,899	6.812.212	44.800	0,902	2.754.127	32.655	0,872	1.114.420	4.829	0,721	1.968.442	33.769	0,884
2000	2.770.112	2.191	0,584	1.186.417	8.746	0,879	340.796	41.122	0,904	6.804.936	45.122	0,904	2.834.341	31.440	0,877	1.102.388	5.331	0,732	2.045.677	34.756	0,889
2001	3.001.021	2.358	0,593	1.202.907	8.780	0,886	370.084	41.568	0,907	6.817.012	46.516	0,909	2.882.900	31.467	0,88	1.124.744	6.028	0,74	2.069.257	35.356	0,896
2002	3.275.123	2.557	0,604	1.230.638	8.869	0,892	378.214	42.372	0,910	6.812.408	47.284	0,912	2.876.294	31.451	0,884	1.131.753	6.399	0,746	2.100.947	35.916	0,901
2003	3.603.882	2.796	0,615	1.263.781	8.865	0,888	389.960	43.179	0,915	6.812.808	48.052	0,916	2.856.157	31.884	0,884	1.144.674	6.379	0,754	2.127.310	35.111	0,905
2004	3.989.396	3.000	0,626	1.326.999	7.718	0,892	403.732	44.838	0,900	6.810.207	48.819	0,919	2.809.719	32.258	0,896	1.090.999	6.865	0,761	2.187.813	35.568	0,914
2005	4.401.945	3.358	0,638	1.395.459	7.258	0,899	419.273	46.878	0,902	6.833.806	49.957	0,923	2.910.853	33.020	0,899	1.054.167	7.331	0,764	2.223.897	36.843	0,914
2006	4.882.881	3.795	0,650	1.422.877	7.535	0,900	434.837	47.738	0,906	6.847.004	50.255	0,926	3.021.955	33.516	0,892	1.140.140	7.854	0,775	2.278.387	37.226	0,917
2007	5.681.987	4.307	0,663	1.500.032	7.910	0,904	449.595	49.058	0,908	6.824.403	51.123	0,930	3.111.902	33.888	0,895	1.237.451	8.046	0,786	2.333.611	38.332	0,921
2008	6.241.302	4.692	0,672	1.565.905	8.231	0,915	447.569	48.463	0,905	6.854.802	51.881	0,933	3.141.772	33.554	0,895	1.302.392	9.102	0,791	2.339.561	38.883	0,923
2009	6.827.905	5.069	0,682	1.583.910	8.143	0,917	428.138	46.029	0,904	6.898.201	52.859	0,937	2.962.855	31.634	0,896	1.200.934	8.386	0,789	2.272.338	38.462	0,923
2010	7.854.111	5.603	0,691	1.705.180	8.074	0,923	453.919	48.351	0,918	6.926.000	53.426	0,940	3.006.730	32.023	0,898	1.294.902	8.739	0,799	2.319.958	37.869	0,926
2011	8.275.591	6.098	0,700	1.770.840	8.035	0,928	468.114	48.445	0,911	6.973.966	54.194	0,944	3.207.890	32.869	0,899	1.394.444	8.999	0,808	2.347.483	39.366	0,931
2012	8.829.382	6.532	0,709	1.804.681	8.025	0,932	465.390	48.668	0,911	6.918.387	54.982	0,947	3.221.315	33.400	0,905	1.308.938	9.447	0,811	2.374.840	39.903	0,933
2013	9.619.590	6.990	0,717	1.886.094	8.216	0,937	470.887	48.802	0,932	6.926.796	55.730	0,951	3.235.411	34.177	0,911	1.380.796	9.951	0,817	2.388.633	39.611	0,934
2014	10.333.025	7.460	0,725	1.868.483	8.183	0,934	483.402	49.502	0,935	6.957.196	56.468	0,954	3.306.899	34.333	0,914	1.300.822	9.840	0,818	2.411.217	40.388	0,937
2015	11.061.970	7.937	0,733	1.892.212	8.783	0,939	509.104	51.283	0,937	6.960.500	56.380	0,970	3.356.236	34.620	0,916	1.393.482	9.425	0,824	2.438.203	40.893	0,938
2016	11.816.161	8.413	0,740	1.763.173	8.827	0,939	516.983	51.768	0,939	6.827.918	56.830	0,922	3.431.000	35.365	0,921	1.399.128	9.414	0,828	2.484.818	41.674	0,941
2017	12.940.261	8.963	0,747	1.786.233	8.471	0,939	528.802	52.914	0,941	6.918.962	57.872	0,924	3.523.041	36.500	0,922	1.391.078	9.594	0,833	2.521.399	42.618	0,944
2018	13.483.490	9.522	0,752	1.787.737	8.554	0,94	539.113	53.590	0,942	6.915.878	58.167	0,927	3.557.510	36.297	0,923	1.430.116	9.919	0,841	2.568.425	42.916	0,945
2019	14.296.365	10.056	0,762	1.810.853	8.592	0,946	549.821	53.547	0,947	6.918.703	60.222	0,930	3.595.871	36.288	0,924	1.461.652	10.028	0,845	2.615.790	43.247	0,948
2020	14.618.411	10.258	0,764	1.790.590	8.258	0,938	570.889	53.775	0,942	6.900.997	58.814	0,920	3.458.265	34.884	0,923	1.422.787	9.771	0,833	2.618.920	43.501	0,942
2021	15.950.984	11.117	0,768	1.847.863	8.622	0,94	597.693	54.547	0,947	6.933.096	61.820	0,921	3.567.679	35.812	0,925	1.602.946	10.306	0,822	2.714.127	42.774	0,942
2022	16.528.038	11.449	-	1.901.481	8.831	-	587.123	55.655	-	6.926.278	62.775	-	3.632.116	36.380	-	1.471.546	10.169	-	2.637.349	43.599	-

Fonte: Estimado pelos autores a partir de dados do United Nations National Accounts Main Aggregate Database (2024) e do United Nations Development Program/Human Development Report (2024).

### 3.1 A importância da saúde e educação na evolução do IDH chinês.

O exame das informações das dimensões antes da normalização permite avaliar a contribuição de cada uma na evolução do IDH de cada país (Tabela 7). A esperança de vida, na China, aumentou de 68,01 anos em 1990 para 78,21 em 2021 – 10 anos em 3 décadas, equivalente a 15%, refletindo o crescente cuidado com a saúde. A expectativa dos anos de estudo das crianças no início da idade escolar subiu de 8,63 anos 14,24 anos, e a escolaridade média dos adultos com mais de 25 anos, passou de 5,14 para 7,60 anos, um aumento de 83.6%. Mas seguramente a dimensão que mais colaborou para o aumento do IDH foi o PIB p.c. medido em US\$ ppp<sup>11</sup> de 2015. Passou de US\$ 1.468 para US\$ 17.504, um aumento de quase 11.000%.

**Tabela 7.** Índices de Desenvolvimento Humano e respectivas dimensões da China, Brasil e Suíça, 1990-2021

Ano	China					Brasil					Suíça				
	IDH	Exp. Vida <sup>(1)</sup>	Exp. Escol <sup>(2)</sup>	Escol. Média <sup>(3)</sup>	PIBpc <sup>(4)</sup>	IDH	Exp. Vida <sup>(1)</sup>	Exp. Escol <sup>(2)</sup>	Escol. Média <sup>(3)</sup>	PIBpc <sup>(4)</sup>	IDH	Exp. Vida <sup>(1)</sup>	Exp. Escol <sup>(2)</sup>	Escol. Média <sup>(3)</sup>	PIBpc <sup>(4)</sup>
1990	0,484	68,01	8,63	4,14	1.468	0,610	65,98	12,10	3,69	10.254	0,851	77,38	13,43	10,53	59.117
1991	0,492	68,17	8,67	4,32	1.581	0,616	66,31	12,33	3,83	10.211	0,853	77,65	13,62	10,52	58.052
1992	0,504	68,73	8,77	4,50	1.778	0,622	66,71	12,55	3,98	10.018	0,856	77,94	13,77	10,51	57.233
1993	0,515	69,22	8,81	4,68	1.981	0,630	67,11	12,77	4,12	10.283	0,861	78,23	14,14	10,50	56.786
1994	0,525	69,52	8,81	4,86	2.198	0,638	67,57	12,99	4,27	10.555	0,863	78,49	14,28	10,49	56.463
1995	0,535	70,01	8,95	5,04	2.361	0,646	67,92	13,22	4,42	11.088	0,865	78,56	14,43	10,48	56.748
1996	0,545	70,27	9,08	5,21	2.571	0,653	68,41	13,44	4,59	11.020	0,87	79,05	14,58	10,51	56.773
1997	0,554	70,67	9,12	5,39	2.787	0,660	68,81	13,66	4,76	11.161	0,875	79,23	14,81	10,54	58.380
1998	0,564	71,17	9,31	5,57	2.965	0,666	69,19	13,88	4,93	10.890	0,88	79,47	15,04	10,57	60.457
1999	0,573	71,42	9,50	5,75	3.172	0,671	69,52	14,10	5,10	10.698	0,884	79,72	15,11	10,61	61.773
2000	0,584	71,88	9,69	5,93	3.416	0,679	69,74	14,33	5,27	11.279	0,887	79,83	15,22	10,64	63.978
2001	0,593	72,61	9,88	6,01	3.666	0,686	70,19	14,55	5,45	11.240	0,89	80,25	15,24	10,75	62.987
2002	0,604	72,99	10,18	6,09	3.988	0,692	70,41	14,77	5,63	11.415	0,89	80,44	15,02	10,86	62.427
2003	0,615	73,37	10,49	6,17	4.377	0,688	70,72	14,01	5,80	11.424	0,895	80,53	15,16	10,98	64.689
2004	0,626	73,75	10,79	6,25	4.806	0,692	71,13	13,85	5,98	11.963	0,901	81,05	15,26	11,09	65.557
2005	0,638	74,11	11,09	6,33	5.299	0,698	71,75	13,78	6,15	12.212	0,905	81,23	15,26	11,21	67.986
2006	0,65	74,50	11,40	6,41	5.969	0,700	72,04	13,54	6,32	12.606	0,914	81,55	15,32	11,74	69.489
2007	0,663	74,76	11,72	6,49	6.810	0,704	72,37	13,30	6,50	13.285	0,92	81,70	15,35	12,27	66.954
2008	0,672	74,87	11,99	6,57	7.458	0,715	72,72	13,80	6,67	13.778	0,926	81,97	15,39	12,81	63.027
2009	0,682	75,34	12,23	6,65	8.056	0,717	72,95	13,78	6,77	13.653	0,936	81,99	15,46	13,34	66.728
2010	0,691	75,60	12,43	6,73	8.846	0,723	73,18	13,86	6,88	14.414	0,942	82,28	15,63	13,32	71.188
2011	0,7	75,90	12,64	6,82	9.590	0,728	73,34	13,93	7,01	14.926	0,943	82,57	15,73	13,33	68.805
2012	0,709	76,19	12,85	6,92	10.347	0,732	73,55	13,94	7,22	15.088	0,945	82,62	15,82	13,41	69.805
2013	0,717	76,45	13,06	7,01	11.012	0,750	73,92	15,29	7,29	15.584	0,948	82,69	15,98	13,53	69.539
2014	0,725	76,72	13,27	7,11	11.866	0,754	74,31	15,42	7,38	15.455	0,952	83,08	16,09	13,64	69.019
2015	0,733	76,98	13,48	7,20	12.552	0,753	74,33	15,37	7,51	14.780	0,954	82,85	16,19	13,71	70.410
2016	0,74	77,22	13,69	7,30	13.332	0,755	74,44	15,45	7,73	14.143	0,956	83,45	16,25	13,67	68.993
2017	0,747	77,25	13,90	7,40	14.225	0,759	74,83	15,49	7,85	14.253	0,957	83,41	16,33	13,73	68.168
2018	0,755	77,74	14,03	7,50	15.068	0,764	75,11	15,70	7,98	14.258	0,959	83,56	16,41	13,80	67.772
2019	0,762	77,97	14,24	7,60	15.934	0,766	75,34	15,60	8,13	14.367	0,962	83,78	16,50	13,86	68.433
2020	0,764	78,08	14,24	7,60	16.201	0,758	74,01	15,60	8,13	13.791	0,956	83,07	16,50	13,86	65.011
2021	0,768	78,21	14,24	7,60	17.504	0,754	72,75	15,60	8,13	14.370	0,962	83,99	16,50	13,86	66.933

<sup>(1)</sup> Expectativa de vida ao nascer, em anos; <sup>(2)</sup> Expectativa de escolaridade das crianças no início da vida escolar, em anos; <sup>(3)</sup> Escolaridade média de escolaridade de adultos com 25 anos ou mais; <sup>(4)</sup> Produto Interno Bruto per capita em Paridade do Poder de Compra (PPC) de 2017.

**Fonte:** elaborado pelos autores a partir de dados do United Nations Development Program/Human Development Report (2024).

<sup>11</sup> Power Purchase Parity Purchase, ou Paridade do Poder de Compra.

No caso do Brasil, a esperança de vida aumentou de 65,98 para 72,75, depois de ter atingido 75,34 anos, em 2019. Certamente esta queda deve-se à pandemia de coronavírus. A expectativa de escolaridade começou elevada, com 12,10 anos e fechou o período em 15,60, ambos números superiores aos da China.

Um país que tem um dos IDH maiores do mundo é a Suíça. Neste país todos os indicadores evoluem, mas lentamente, porque começam num patamar alto. A esperança de vida em 1990, 77,38 anos, já era maior que a do Brasil em seu máximo de 75,34 em 2019. Os outros indicadores são igualmente altos no início do período, mais elevados do que os da China e do Brasil, e encerram 2021 maiores ainda (Tabela 6).

### **3.2 Indicadores de desigualdade**

Estes indicadores medem o grau de concentração de renda numa economia. Concentração pode ser entendida como desigualdade. Os extremos, teóricos, da concentração são a equidade total na distribuição, caso em que todos os habitantes de um país teriam uma parcela idêntica da renda e, no outro extremo, concentração total - apenas um indivíduo deteria a totalidade da renda. Observe-se ao falar de renda são medidas de fluxo. Esses indicadores, portanto, referem-se à concentração em um determinado ano.

O mais conhecido e utilizado indicador de desigualdade é o Índice de Gini<sup>12</sup>. Que se situa no intervalo entre 0, igualdade total, e 1, desigualdade total.

A Tabela 8 traz os índices de Gini da China, Brasil e outros países que podem ser considerados paradigmáticos da alta ou baixa concentração de renda. Entre os países que são referência na baixa concentração, temos os europeus Dinamarca, Bélgica, Alemanha, Holanda e Noruega, com índices, na maior parte do período, na casa dos 0,28. Os Estados Unidos começam o período com um índice de 0,38, que, ao longo do tempo, vai aumentando, para ficar acima dos 0,40. O Reino Unido é mais estável, em torno de 0,35. A China, depois da implementação de uma economia de mercado e da privatização de diversas atividades, começou com 0,32, cresceu até consideravelmente no começo dos anos 2000, ficando na casa dos 0,42, mas começou a declinar a partir de 2014. A última informação, de 2020, registra um índice de 0,38.

---

<sup>12</sup> Para maiores esclarecimentos, ver MEDEIROS (2012), em especial capítulo 5.

A Dinamarca, país notoriamente desenvolvido e com baixa concentração de renda, em 2018 registrou 0,277.

**Tabela 8.** Coeficientes de Gini<sup>(1)</sup> da ChinaBrasil e países selecionados, 1990-2020

Ano	China	Brasil	Dinamarca	Bélgica	Alemanha	Holanda	Noruega	Estados Unidos	Reino Unido	Russia
1990	0,322	0,605	-	-	-	0,311	-	-	-	-
1991	-	-	-	-	0,294	-	0,252	0,380	0,359	-
1992	-	0,532	-	0,250	0,292	-	-	0,384	-	-
1993	0,339	0,601	-	-	0,287	0,304	-	0,404	-	0,484
1994	-	-	0,230	0,284	0,292	-	-	0,400	0,360	-
1995	0,352	0,596	-	-	0,290	-	0,260	0,399	0,355	-
1996	-	0,599	-	0,268	0,284	-	-	0,403	0,353	0,461
1997	-	0,598	-	-	0,283	-	-	0,405	0,357	0,384
1998	0,387	0,596	-	-	0,283	-	-	0,400	0,366	0,381
1999	-	0,590	0,238	0,331	0,291	0,281	-	0,400	0,368	0,374
2000	-	-	-	-	0,289	-	0,274	0,401	0,396	0,371
2001	0,420	0,584	-	-	0,301	-	-	0,406	0,379	0,369
2002	-	0,581	0,256	0,281	0,299	-	-	0,404	0,357	0,373
2003	-	0,576	0,249	0,305	0,301	0,298	0,276	0,408	0,355	0,400
2004	0,409	0,565	0,252	0,293	0,303	0,290	0,316	0,403	0,360	0,403
2005	-	0,563	0,259	0,281	0,318	0,300	0,306	0,410	0,343	0,413
2006	-	0,556	0,262	0,292	0,312	0,296	0,264	0,414	0,346	0,410
2007	0,430	0,549	0,252	0,284	0,314	0,293	0,271	0,408	0,357	0,423
2008	-	0,540	0,267	0,286	0,309	0,279	0,270	0,408	0,341	0,416
2009	0,437	0,537	0,272	0,284	0,305	0,278	0,262	0,406	0,343	0,398
2010	0,424	-	0,273	0,281	0,303	0,278	0,257	0,400	0,344	0,395
2011	0,437	0,529	0,278	0,275	0,308	0,276	0,253	0,409	0,332	0,397
2012	0,424	0,534	0,285	0,277	0,311	0,281	0,257	0,409	0,323	0,407
2013	0,422	0,527	0,284	0,281	0,315	0,286	0,264	0,407	0,332	0,409
2014	0,397	0,520	0,282	0,277	0,309	0,282	0,268	0,415	0,340	0,399
2015	0,392	0,519	0,282	0,276	0,316	0,282	0,275	0,412	0,332	0,377
2016	0,386	0,533	0,287	0,274	0,316	0,285	0,285	0,411	0,348	0,368
2017	0,385	0,533	0,282	0,272	0,312	0,281	0,270	0,412	0,351	0,372
2018	0,391	0,539	0,277	0,272	0,317	0,292	0,276	0,414	-	0,375
2019	0,385	0,535	-	-	-	-	0,277	0,415	-	0,377
2020	0,382	0,489	-	-	-	-	-	-	-	0,360

(1) Índice de desigualdade destituído no intervalo de 0 a 1. Quanto maior o número maior a desigualdade

**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir de dados do Our World in Data (2024).

O Brasil sempre será colocado na lista de indicadores para servir de contraponto. No período analisado, 1990-2020, o índice de Gini nunca ficou abaixo de 0,52. Apenas em 2020 abaixou para 0,489. Na comparação com todos os países listados na tabela, o Brasil é o país com o maior índice de concentração de renda.

Outra forma de representar a desigualdade, que vem se tornando popular, é acompanhar a desigualdade no topo e na base da pirâmide. Esta perspectiva parte do princípio de que a crescente concentração de renda entre os mais ricos é em boa parte responsável pela desigualdade.

Transcorridos 40 anos – 1978-2018, a China transforma-se na segunda maior economia do mundo, mas sua distribuição de renda ainda apresenta a conformidade do passado. O governo tem como meta o igualitarismo econômico

calcado no trabalho árduo e na inovação, nesse modelo as pessoas ricas ficam ainda mais ricas e a desigualdade se mantém em alta na distribuição de renda.

Conforme Bauman (2016), declara:

A diferença entre os que estão no topo e os que se estendem na base, entre os que são defendidos e os que são expelidos, é lamentavelmente evidente – pois é disso que estamos falando, novas expressões captam a qualidade nova dessas fendas. É por isso que a desigualdade atual é a gota d’água que vai transbordar o copo, rompendo a tensão positiva que mantém a sociedade coesa (BAUMAN, 2016, p. 47).

No caso da China a coerção ainda sustenta a condição de manutenção da desigualdade em sua sociedade, devido ao braço forte do governo e além disso, o país apresenta uma informalidade grande de seus trabalhadores no que se traduz ao não acesso a assistência do indivíduo, seja em saúde, educação e habitação.

A China participou de projetos de cooperação com o sistema de desenvolvimento da ONU e do Banco Mundial no campo da redução da pobreza, em parceria com alguns países desenvolvidos.

**Tabela 9.** Participação dos 10% mais ricos, 50% mais pobres e 1% mais ricos na renda bruta da China, Estados Unidos, Suíça, Brasil e Rússia, 2000-2022.

Ano	10% mais ricos					50% mais pobres					1% mais rico				
	China	EUA	Suíça	Brasil	Rússia	China	EUA	Suíça	Brasil	Rússia	China	EUA	Suíça	Brasil	Rússia
2000	0,36	0,37	0,32	0,58	0,49	0,17	0,14	0,22	0,09	0,13	0,10	0,17	0,11	0,21	0,22
2001	0,37	0,37	0,31	0,58	0,50	0,16	0,15	0,23	0,09	0,13	0,11	0,17	0,10	0,21	0,25
2002	0,40	0,37	0,30	0,59	0,48	0,15	0,15	0,23	0,09	0,13	0,13	0,16	0,09	0,22	0,24
2003	0,41	0,39	0,32	0,59	0,48	0,15	0,14	0,22	0,09	0,13	0,13	0,16	0,11	0,22	0,23
2004	0,41	0,38	0,33	0,58	0,48	0,15	0,14	0,22	0,09	0,13	0,14	0,17	0,11	0,22	0,22
2005	0,42	0,39	0,34	0,60	0,47	0,14	0,14	0,22	0,09	0,14	0,14	0,18	0,12	0,22	0,24
2006	0,42	0,39	0,34	0,60	0,49	0,14	0,13	0,21	0,09	0,13	0,15	0,19	0,13	0,23	0,25
2007	0,43	0,39	0,33	0,59	0,49	0,14	0,14	0,22	0,10	0,13	0,15	0,18	0,11	0,24	0,26
2008	0,43	0,37	0,31	0,59	0,52	0,14	0,14	0,22	0,10	0,13	0,15	0,18	0,10	0,23	0,24
2009	0,43	0,38	0,31	0,59	0,49	0,14	0,14	0,23	0,10	0,14	0,16	0,17	0,10	0,22	0,21
2010	0,43	0,35	0,33	0,59	0,45	0,13	0,13	0,21	0,10	0,16	0,15	0,18	0,12	0,23	0,19
2011	0,43	0,36	0,33	0,60	0,48	0,14	0,13	0,22	0,10	0,15	0,15	0,18	0,12	0,25	0,20
2012	0,42	0,37	0,32	0,59	0,45	0,14	0,13	0,22	0,10	0,16	0,14	0,19	0,11	0,25	0,19
2013	0,42	0,39	0,32	0,58	0,47	0,13	0,13	0,22	0,10	0,15	0,14	0,18	0,11	0,24	0,20
2014	0,42	0,37	0,32	0,59	0,45	0,14	0,13	0,22	0,10	0,16	0,14	0,19	0,11	0,24	0,19
2015	0,42	0,36	0,32	0,60	0,45	0,14	0,13	0,22	0,10	0,16	0,14	0,19	0,11	0,23	0,19
2016	0,42	0,36	0,32	0,59	0,45	0,13	0,12	0,22	0,09	0,16	0,14	0,19	0,11	0,21	0,19
2017	0,43	0,36	0,31	0,58	0,45	0,13	0,13	0,22	0,09	0,17	0,15	0,19	0,10	0,21	0,20
2018	0,43	0,36	0,31	0,58	0,46	0,13	0,13	0,23	0,09	0,16	0,15	0,19	0,10	0,21	0,21
2019	0,42	0,37	0,31	0,57	0,46	0,13	0,13	0,22	0,10	0,16	0,15	0,19	0,10	0,20	0,20
2020	0,43	0,38	0,31	0,59	0,51	0,13	0,10	0,22	0,08	0,15	0,16	0,19	0,10	0,21	0,24
2021	0,43	0,34	0,32	0,57	0,51	0,13	0,10	0,22	0,09	0,15	0,16	0,20	0,11	0,20	0,24
2022	0,43	0,34	0,32	0,57	0,51	0,13	0,10	0,22	0,09	0,15	0,16	0,21	0,11	0,20	0,24

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados do World Inequality Database (2024).

**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir de dados do World Inequality Database (2024).

Ademais, os dados que são coletados para construir o índice de Gini, por exemplo, não conseguem retratar satisfatoriamente esse processo (World Inequality Database, 2024). São usados, além de pesquisas específicas, dados das contas nacionais, aspectos fiscais e informações sobre riqueza.

Os dados desde 2000, são apresentados sob a forma de porcentagens da renda e riqueza detidos pelos 10% e 1% mais ricos e 50% mais pobres. Índices anuais.

A Tabela 10 traz informações da China e de outros países escolhidos por serem representativos de padrões de distribuição de renda, como já observado nos comentários dos índices de Gini.

**Tabela 10.** Distribuição da riqueza líquida dos adultos entre os 10% mais ricos, os 50% mais pobres e o 1% mais rico na China, Estados Unidos, Suíça, Brasil e Rússia (2000-2022)

Ano	Parcela da riqueza líquida <sup>(1)</sup> dos adultos "equal-shared" <sup>(2)</sup>														
	10% mais ricos					50% mais pobres					1% mais rico				
	China	EUA	Suíça	Brasil	Rússia	China	EUA	Suíça	Brasil	Rússia	China	EUA	Suíça	Brasil	Rússia
2000	0,48	0,68	0,58	0,74	0,65	0,13	0,02	0,04	0,01	0,06	0,20	0,02	0,27	0,42	0,39
2001	0,49	0,67	0,58	0,74	0,67	0,13	0,02	0,04	0,01	0,06	0,20	0,02	0,27	0,41	0,43
2002	0,49	0,67	0,58	0,72	0,64	0,13	0,02	0,04	0,01	0,06	0,21	0,02	0,27	0,40	0,39
2003	0,52	0,67	0,58	0,74	0,67	0,12	0,02	0,04	0,01	0,05	0,23	0,02	0,26	0,41	0,43
2004	0,55	0,68	0,58	0,76	0,68	0,10	0,02	0,05	0,00	0,05	0,25	0,02	0,26	0,44	0,45
2005	0,57	0,68	0,58	0,78	0,67	0,09	0,02	0,05	0,00	0,05	0,26	0,02	0,27	0,45	0,42
2006	0,58	0,68	0,58	0,75	0,65	0,09	0,02	0,05	0,01	0,05	0,27	0,02	0,27	0,43	0,40
2007	0,60	0,68	0,59	0,74	0,66	0,08	0,01	0,04	0,01	0,05	0,28	0,01	0,28	0,42	0,40
2008	0,61	0,69	0,59	0,76	0,69	0,08	0,01	0,04	0,01	0,04	0,29	0,01	0,28	0,44	0,45
2009	0,62	0,70	0,59	0,78	0,64	0,07	0,01	0,04	0,00	0,05	0,30	0,01	0,28	0,46	0,33
2010	0,63	0,71	0,59	0,77	0,68	0,07	0,01	0,04	0,00	0,03	0,30	0,01	0,28	0,46	0,38
2011	0,67	0,72	0,60	0,78	0,71	0,06	0,01	0,04	0,00	0,03	0,28	0,01	0,28	0,47	0,41
2012	0,67	0,73	0,60	0,79	0,70	0,06	0,01	0,04	0,00	0,03	0,28	0,01	0,28	0,47	0,41
2013	0,67	0,73	0,61	0,75	0,70	0,06	0,01	0,04	0,01	0,03	0,28	0,01	0,29	0,44	0,41
2014	0,67	0,73	0,62	0,77	0,71	0,06	0,01	0,04	0,00	0,03	0,28	0,01	0,30	0,46	0,42
2015	0,67	0,73	0,62	0,76	0,73	0,06	0,01	0,04	0,01	0,03	0,30	0,01	0,31	0,45	0,46
2016	0,67	0,72	0,62	0,75	0,73	0,06	0,01	0,04	0,01	0,03	0,30	0,01	0,31	0,43	0,46
2017	0,68	0,71	0,63	0,77	0,74	0,06	0,01	0,03	0,00	0,03	0,32	0,01	0,31	0,46	0,47
2018	0,68	0,71	0,63	0,79	0,74	0,06	0,01	0,03	0,00	0,03	0,31	0,01	0,31	0,48	0,48
2019	0,68	0,71	0,62	0,79	0,74	0,06	0,01	0,03	0,00	0,03	0,31	0,01	0,31	0,48	0,48
2020	0,69	0,71	0,62	0,79	0,74	0,06	0,01	0,03	0,00	0,03	0,32	0,01	0,30	0,47	0,48
2021	0,69	0,71	0,62	0,80	0,74	0,06	0,01	0,03	0,00	0,03	0,33	0,01	0,31	0,49	0,48
2022	0,69	0,71	0,63	0,80	0,74	0,06	0,01	0,03	-0,01	0,03	0,33	0,01	0,32	0,49	0,48

(1) Valor dos ativos financeiros e não financeiros em posse das famílias menos suas dívidas (WORLD INEQUALITY DATABASE, 2021)

(2) distribuída equitativamente entre os casais ou membros da família (WORLD INEQUALITY DATABASE, 2021)

**Fonte:** Elaborado pelos autores com dados do WORLD INEQUALITY DATABASE (2024).

Na China, de 2000 a 2022, a parcela de renda que cabe aos 10% e 1% mais ricos elevou-se de 0,33 e 0,10, para 0,43 e 0,21, respectivamente, indicando clara concentração de renda no topo da pirâmide. Tomando um país de reduzida concentração, como a Suíça, notamos que a parcela da participação na renda dos 10% e 1% mais ricos, manteve-se estável no período: 0,32 0,11, respectivamente. O Brasil, conhecido pela notória desigualdade, manteve praticamente inalteradas a participação dos mais ricos: 0,58 dos 10% e 0,21 do 1%.

### 3.3 Pirâmide da riqueza global

Por meio de informações disponibilizadas do *Credit Suisse Research Institute* (2019), contidas na Tabela 11, a riqueza global aumentou 2,6% em 2019 e atingiu US\$ 360 trilhões. Os países que mais contribuíram para este aumento foram EUA (US\$ 3,8 trilhões), China (US\$ 1,9 trilhão) e Europa (US\$ 1,1 trilhão).

O mesmo relatório, informou ainda que, em 2015 a China ultrapassou os EUA em número de bilionários pela primeira vez. O número de milionários chineses também cresceu, chegando a 5,28 milhões de pessoas com mais de US\$ 1 milhão. Em 2020, o 1% mais rico dos chineses detinha 30,6% da riqueza do país, ante 20,9% há duas décadas. Em 2020, o 1% mais rico dos chineses detinha 30,6% da riqueza do país, ante 20,9% há duas décadas. Em 2021 a China teve acréscimo de 1032 milionários, passando de 5158 para 6190, 1032 milionários a mais que no ano anterior, EUA também apresentaram crescimento, passando de 21990 para 24480. Na contramão destes números, como efeito comparativo, na Alemanha houve uma redução no número de milionários, passando de 2742 para 2683. No mundo em 2022, houve um aumento de 5168 milionários, segundo a análise do mesmo banco Credit Suisse – de 57316 (2021) para 62483 (2022)

**Tabela 11.** A pirâmide da riqueza global

Faixa de riqueza	No. de adultos (% população mundial)	Riqueza total (% mundo)
Mais de US\$1 milhão	47 milhões (0,9%)	US\$ 158,3 trilhões (43,9%)
US\$ 100 mil a US\$ 1 milhão	489 milhões (9,8%)	US\$ 140,2 trilhões (38,9%)
US\$ 10 mil a US\$ 100 mil	1.661 bilhão (32,6%)	US\$ 55,7 trilhões (15,6%)
Menos de US\$ 10 mil	2.883 bilhões (56,6%)	US\$ 6,3 trilhões (1,8%)

**Fonte:** Credit Suisse Research Institute (2019).

Pode-se observar com mais atenção que, aproximadamente 2,88 bilhões de adultos, 56,6% do total da população mundial, possuem patrimônio inferior a US\$ 10 mil, verifica-se em contrapartida que, a maioria da população representa apenas 0,9% da totalidade avaliada em 2019, com 43,9% de toda riqueza mundial. Daqui temos uma importante informação, a distribuição de renda - desigualitária e injusta socialmente.

Segundo o atual líder Xi Jinping, sua estratégia é baseada em promover a “prosperidade comum”, declara a necessidade de regulamentação corporativa, como medidas para garantir a redistribuição de renda no país. Propôs em seu discurso em 2021: “encorajar grupos e empresas de alta renda a retribuírem mais à sociedade”.

### 3.4 Demografia e força de trabalho

Em 2022 a China era o segundo país mais populoso do planeta, com 1.412.360.000 habitantes, atrás apenas da Índia, que tem 1.417.173.173 habitantes. No início da série, em 1960, e a classificação era invertida: China com 667.070.000 e Índia 445.954.579 habitantes (Tabela 9). A taxa média de crescimento da população, entre 1960 e 2022, foi 1,236% na China e 1,941% na Índia, explicando esses resultados. O Brasil no mesmo período teve uma taxa média de crescimento populacional de 1,743%<sup>13</sup>.

A proporção de homens em mulheres na China manteve-se praticamente estável com aproximadamente 51% de homens e 49% de mulheres. Essa proporção permanece na força de trabalho<sup>14</sup>.

Na análise da Tabela 12, em um exercício comparativo entre o último ano da série (2022) contra o primeiro (2000), identificamos uma variação positiva de 11,84% no crescimento populacional e de 6,81% na força de trabalho, apontando para uma possível mudança de representação etária da população, supostamente com um perfil mais jovem. O desemprego, por outro lado, registrou um crescimento de 35,48%, o que pode ser resultado de mudanças metodológicas adotadas, acomodações referentes ao advento de novas tecnologias, variações circunstanciais decorrentes da pandemia de COVID-19 ou mesmo por conta do elevado índice de trabalho informal, não contemplado nas pesquisas.

---

<sup>13</sup> Estimada pelo modelo de regressão log-lin.

<sup>14</sup> O Banco Mundial define força de trabalho como o conjunto de Força de trabalho é composta de pessoas de 15 anos ou mais que ofertam seu trabalho para a produção de bens e serviços durante um determinado período de tempo. Para maiores detalhes consultar <https://data.worldbank.org/indicador/SP.POP.TOTL.FE.IN?locations=CN>.

**Tabela 12.** População e Força de Trabalho na China, distribuídas por sexo, 2000-2022  
(em 1.000)

Ano	População					Força de Trabalho(1)			
	Total em 1.000	Homens		Mulheres		Total	Proporção da população		Taxa de desemprego(2)
		Unidades	%	Unidades	%		Mulheres	Homens	
2000	1.262.645	645.563	51,13%	617.082	48,87%	731.994	45,42%	51,13%	3,10%
2001	1.271.850	650.413	51,14%	621.437	48,86%	739.360	45,33%	51,14%	3,60%
2002	1.280.400	654.865	51,15%	625.535	48,85%	747.568	45,23%	51,15%	4,00%
2003	1.288.400	659.030	51,15%	629.370	48,85%	755.273	45,12%	51,15%	4,30%
2004	1.296.075	663.028	51,16%	633.047	48,84%	762.251	45,01%	51,16%	4,20%
2005	1.303.720	667.008	51,16%	636.712	48,84%	769.372	44,90%	51,16%	4,20%
2006	1.311.020	670.817	51,17%	640.203	48,83%	774.287	44,79%	51,17%	4,10%
2007	1.317.885	674.399	51,17%	643.486	48,83%	776.045	44,68%	51,17%	4,00%
2008	1.324.655	677.926	51,18%	646.729	48,82%	776.378	44,57%	51,18%	4,20%
2009	1.331.260	681.369	51,18%	649.891	48,82%	775.599	44,45%	51,18%	4,30%
2010	1.337.705	684.712	51,19%	652.993	48,81%	774.058	44,34%	51,19%	4,14%
2011	1.345.035	688.484	51,19%	656.551	48,81%	778.323	44,40%	51,19%	4,09%
2012	1.354.190	693.176	51,19%	661.014	48,81%	778.938	44,47%	51,19%	4,09%
2013	1.363.240	697.793	51,19%	665.447	48,81%	779.043	44,54%	51,19%	4,05%
2014	1.371.860	702.160	51,18%	669.700	48,82%	780.062	44,62%	51,18%	4,09%
2015	1.379.860	706.169	51,18%	673.691	48,82%	780.710	44,70%	51,18%	4,05%
2016	1.387.790	710.100	51,17%	677.690	48,83%	780.524	44,79%	51,17%	4,02%
2017	1.396.215	714.208	51,15%	682.007	48,85%	778.675	44,89%	51,15%	3,90%
2018	1.402.760	717.291	51,13%	685.469	48,87%	776.279	45,00%	51,13%	3,80%
2019	1.407.745	719.565	51,11%	688.180	48,89%	775.321	45,11%	51,11%	3,62%
2020	1.411.100	720.928	51,09%	690.172	48,91%	751.446	45,00%	51,09%	4,24%
2021	1.412.360	721.140	51,06%	691.220	48,94%	780.371	45,20%	51,06%	3,96%
2022	1.412.175	720.646	51,03%	691.529	48,97%	781.832	45,17%	51,03%	4,20%

(1) Força de trabalho é definida como o conjunto de pessoas de 15 anos ou mais de idade que ofertam seu trabalho para a produção de bens e serviços durante um determinado período.

(2) Taxa de desemprego é o percentual de pessoas desempregadas em relação às pessoas na força de trabalho.

**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir de dados do World Bank (2024).

A taxa de desemprego é o percentual de pessoas desempregadas em relação às pessoas na força de trabalho. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) define trabalhadores desempregados como aqueles que atualmente não estão trabalhando, mas estão dispostos e aptos para trabalhar mediante remuneração, atualmente disponíveis e que procuram trabalho ativamente.

Na China a taxa de desemprego entre 1980 e 2022 manteve-se bem baixa, entre 2% e 3% até o início dos anos 2000. Daí em diante aumentou um pouco, ficando pouco acima dos 4%. Esses resultados não são surpreendentes se lembrarmos que as reformas e a abertura econômica na China foram feitas gradualmente, com as autoridades monitorando cuidadosamente a economia.

Temos a seguir dados comparativos socioeconômicos do Brasil, China e EUA (Tabela 13). A China possui a segunda maior população do mundo, 1,41 bilhão de pessoas segundo a ONU (2023) e uma economia que cresceu no último ano a taxa de 8,1 %. Possui uma baixa taxa de desemprego, 4,6% da força de trabalho total, equiparada à dos EUA de 5,3%, enquanto a do Brasil é de 13,3%. O índice de capital humano é de 0,70, as pessoas com acesso a saneamento básico são de 70 % e índice de homicídios de 1% por 100 mil habitantes, índices estes melhores que os do Brasil de 0,60, 49% e 22 e próximos ao dos EUA 0,70, 98% e 7, respectivamente.

**Tabela 13.** Dados gerais do Brasil, China e Estados Unidos (anos diversos)

Dados	BRASIL	CHINA	EUA
População Total	215,31 milhões	1,4 bilhões (2021)	331,89 (2021)
Crescimento populacional % anual	0,5	0,1 (2021)	0,1 (2021)
Área de superfície (km <sup>2</sup> )	8,15 milhões (2020)	9,6 milhões (2020)	9,8 (2020)
Densidade populacional (hab. por km <sup>2</sup> )	25,5 (2020)	149,7 (2020)	0,1
Taxa de incidência de pobreza em 2,15US\$p. dia (PPC 2017) (% da população)	5,8 (2021)	0,1 (2019)	0,2 (2020)
Expectativa de vida ao nascer	73 (2021)	78 (2020)	77 (2020)
PIB(US\$ corrente)	1,92 trilhões (2021)	17,73 trilhões (2021)	23,32 trilhões (2021)
Crescimento do PIB(%) anual	4,6 (2021)	8,1 (2021)	5,9 (2021)
Dívida do governo central (%) do PIB	100,6 (2020)	—	126,4 (2020)
PIBper capita (US\$)	8.917,7 (2022)	12.556,3 (2021)	70.248,6 (2021)
Desemprego (%força de trabalho total)	9,5	4,6 (2021)	5,3 (2021)
Inflação, preços ao consumidor	9,3	1,0 (2021)	4,7 (2021)
Porcentagem de mulheres no parlamento	18	25 (2021)	28 (2021)
Emissão de CO2 (toneladas métricas per capita)	2,1 (2019)	7,6 (2019)	14,7 (2019)
Área florestal (%da área total)	59,4 (2020)	23,3 (2020)	33,9 (2020)
Pessoas com acesso a saneamento básico (%)	50	70 (2020)	98 (2020)
Indivíduos usando internet (%) da população	81	73 (2021)	91 (2020)
Homicídios por 100 mil habitantes	22 (2020)	1 (2018)	7 (2020)

**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir de dados do WorldData.Info/Country Comparison (2024)

O crescimento econômico chinês possibilitou, mesmo na pandemia, investimentos bilionários ao redor do mundo. Na África investiu em mais de 20 países, principalmente em extração de minérios, petróleo, ferrovia e portos, estes dois últimos para facilitar o escoamento de matérias primas, para o desenvolvimento de sua economia. No Brasil, investiu em energia elétrica, distribuição de água, campos de petróleo e em 2020 65% do saldo da balança comercial brasileira provinha do comércio com a China.

Todo o desenvolvimento chinês das últimas décadas se faz sentir na área de florestas existentes 23,3% do território chinês e índice de emissão de CO2 de 7,6 toneladas métricas per capita, enquanto no Brasil estes índices são de 59,4% e 2,1% e nos EUA de 33,9% e 4,7%, respectivamente.

## Considerações finais

A transformação da China nas últimas 4 décadas, por meio do planejamento do governo em Pequim, resultou em uma economia única que combina políticas de mercado livre e investimentos diretos estrangeiros, porém, com o controle estatal. De outra maneira, nas análises dos indicadores socioeconômicos, não identificou-se um mecanismo de monitoramento nas ações das políticas públicas implantadas para validar a continuidade e consolidação do desenvolvimento sustentável abrangendo as áreas urbanas e rurais.

Quanto aos dados do IDH colhidos nessa pesquisa, verifica-se que as políticas de saúde e educação, apresentaram crescente melhora ao longo dos anos, no entanto, não foi possível analisar as possíveis lacunas na abrangência do atendimento, em relação ao status socioeconômico e a região de residência do cidadão. Ademais nos chama a atenção que o PCC optou por políticas públicas assistenciais não compensatórias, ou seja, a escalada para romper a extra pobreza de cerca de 1 milhão de habitantes, necessitou de investimentos e planejamento de políticas sociais motrizes para validar uma real mobilidade social. Dessa maneira não identificou-se na estratégia das políticas públicas uma propensão a uma agenda neoliberalizante.

Complementando a análise, o modelo de coerção adotado pela China, garante a condição de manutenção da desigualdade em sua sociedade, o que verificou-se na tabela da pirâmide da riqueza global. Para concluir não se pode deixar de mencionar o papel das empresas estatais que ainda ocupam uma posição de forte controle na economia chinesa.

## Referências

BAUMAN, Zygmunt; MAURO, Ezio. (2016). **Babel**: Entre a incerteza e a esperança. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar.

CASTRO, Rubens. (2021). Presidente da China sinaliza que regulara renda dos mais ricos. **Valor Econômico**. Mundo. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2021/08/18/presidente-da-china-sinaliza-que-regulara-renda-dos-mais-ricos.ghtml>. Acesso em: 26 ago. 2022.

CREDIT SUISSE RESEARCH INSTITUTE (2019). **Global Wealth Report**: Riqueza global aumenta 2,6%, impulsionada por EUA e China, apesar da tensão comercial. Disponível em:

[https://www.cshg.com.br/publico/conteudo/global\\_wealth\\_report\\_201910](https://www.cshg.com.br/publico/conteudo/global_wealth_report_201910). Acesso em: 16. fev. 2022.

GONÇALVES, Reinaldo (2001). “**Competitividade internacional e integração regional: A hipótese da inserção regressiva**”. In Revista de Economia Contemporânea, UFRJ/IE, v. 5, Edição Especial. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/19705>. Acesso em: 16. fev. 2021.

HAUSMANN, R. *et al.* (2013) **The Atlas of Economic Complexit**: Mapping Paths to Prosperity. Massachusetts Institute of Technology and Center of International Development, Harvard University.

HIDALGO, C.; HAUSMANN, R. (2011). The network structure of economic output. **Journal of Economic Growth**, vol 16(4), dec., p. 308-342.

JABBOUR, E.; DANTAS, A. (2021). Ignacio Rangel na China e a "Nova Economia do Projetoamento". **Economia e Sociedade**, 30, 287-310.

KAUFAMANN, D. *et al.* (2010) **The worldwide governance indicators: methodology and analytical Issues**. The World Bank/Development Research Group/Macroeconomics and Growth Team. Policy Research Working Paper 5430. September 2010. Disponível em [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1682130](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1682130).

MARTINS, Carlos (2005). **A economia chinesa e a sua integração na economia mundial**. Banco de Portugal/Boletim Económico/Inverno 2005. Disponível em [https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/papers/ab200515\\_p.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/papers/ab200515_p.pdf)

MARX, Karl (2008). **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular.

MEDEIROS, Marcelo (2012). **Medidas de desigualdade e pobreza**. Brasília, Ed. UnB, Disponível em: [https://econpolrg.files.wordpress.com/2013/05/medeiros\\_2012\\_medidas\\_de\\_desigualda\\_de\\_e\\_pobreza.pdf](https://econpolrg.files.wordpress.com/2013/05/medeiros_2012_medidas_de_desigualda_de_e_pobreza.pdf). Acesso em: fev. 2024.

OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY (2004). Disponível em: <https://oec.world/em>. Acesso em: jan. 2024

OECD Data (2024). **OECD Data** Disponível em <https://data.oecd.org/>. Acesso em jan. 2024.

OLIVEIRA, C. B. A. (2005) Reformas econômicas na China. **Economia Política Internacional: análise estratégica**, Campinas, n. 5, abr./jun., p. 3-8.

OUR WORLD IN DATA (2024). Disponível em <https://ourworldindata.org/grapher/economic-inequality-gini-index?tab=chart&country>. Acesso em jan.2024

STATISTA. **Comércio Internacional** (2023). Distribuição das exportações chinesas em 2022, por parceiro comercial. Disponível: <https://www.statista.com/statistics/263616/gross-domestic-product-gdp-growth-rate-in-china/> Acesso em: 23 jun. 2023.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM. (2020). **Human Development Program: Technical Notes**. Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/technical-notes-calculating-human-development-indices.pdf>

UNITED NATIONS (2024). **Comtrade Database**. Disponível em <https://comtradeplus.un.org/>. Acesso em fev. 2024.

UNITED NATIONS (2024). **National Accounts Main Aggregate Database**. Disponível em <https://unstats.un.org/unsd/snaama/Downloads>. Acesso em: jan. 2024.

UNITED NATIONS (2024). **Development Program/Human Development**. Disponível em <https://hdr.undp.org/data-center/human-development-index#/indicies/HDI>. Acesso em jan. 2024.

UNITED NATIONS (2024). **Development Program/Human Development**. Disponível em <https://hdr.undp.org/data-center/human-development-index#/indicies/HDI>. Acesso em: jan. de 2024.

UNITED NATIONS (2024). **National Accounts Main Aggregate Database**. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/snaama/Downloads> e do United Nations Development Program/Human Development Report. Acesso em: jan. de 2024. Disponível em <https://hdr.undp.org/data-center/human-development-index#/indicies/HDI>. Acesso em: jan. de 2024.

WEBER, Isabella M. (2023). **Como a China escapou da terapia de choque**: o debate da reforma de mercado. São Paulo: Boitempo. 480 p.

WORLD BANK (2024). **Worldwid Governance Indicators**. Disponível em <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL.FE.IN?locations=CN> Acesso em: jan. de 2024.

WORLD BANK (2024). **Worldwid Governance Indicators**. Disponível em <https://www.worldbank.org/en/publication/worldwide-governance-indicators/interactive-data-access> Acesso em: jan. de 2024.

WORLD INFO). (2024). **Country comparison**. Disponível em: [Country comparison: China / United States \(worlddata.info\)](https://www.worlddata.info/country-comparison:China/UnitedStates) Acesso em: jan. de 2024.

WORLD DATA INFO. (2023). **Country comparison** Disponível em: <https://www.worlddata.info/country-comparison.php?country1=CHN&country2=USA>. Acesso em: 28 jan. 2023

WORLD INEQUALITY DATABASE (2024). Disponível em <https://wid.world/data/>. Acesso em; fev. 2024

WORLD INEQUALITY LAB. (2001). **Distributional National Accounts Guidelines: Methods and Concepts Used in the World Inequality Database**. June 28. Disponível em <https://wid.world/document/distributional-national-accounts-guidelines-2020-concepts-and-methods-used-in-the-world-inequality-database/>

WORLD INEQUALITY DATABASE. (2024). Disponível em <https://wid.world/methodology/>. Acesso em: jan. de 2024.

WORLD INEQUALITY DATABASE (2024). Disponível em <https://wid.world/data/> Acesso em: jan. 2024.

## 2 - Capitalismo e Socialismo no combate à pobreza e à desigualdade – discussão a partir do caso da China

---

*Silvia Harumi Toyoshima<sup>15</sup>*

### **Introdução**

Qualquer defesa de um modo de produção – no caso, aqui, consideraremos o capitalista e o socialista – deve partir de algum critério de justiça econômica e social, além da eficiência na promoção do crescimento econômico. A questão fundamental, então, que gostaríamos de refletir neste capítulo é: qual desses dois modos de produção é capaz de gerar maior bem-estar para a maioria da população? Não há como defender um sistema que produza **pobreza e desigualdade** numa sociedade, mesmo se eficiente na produção de bens e serviços. Também, é difícil defender uma sociedade mais igualitária, com a maioria de sua população vivendo em situação de pobreza e extrema pobreza. Assim, uma das bases teóricas que defenda um ou outro sistema deve evidenciar o que é o melhor para manter pobreza e desigualdade em níveis baixos.

Estes dois temas estiveram sempre presentes, de alguma forma, logo após a Revolução Industrial, cujo processo não extinguiu a pobreza do mundo, além de aumentar a desigualdade entre os países e regiões, até os dias de hoje<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> Professora titular aposentada do Departamento de Economia da Universidade Federal de Viçosa.

<sup>16</sup> De acordo com o Banco Mundial (a) (2023), o maior PIB *per capita* em 2021 foi o do Principado de Mônaco – US\$ 190.512 –, enquanto o menor ficou para o país africano Burundi, no valor de US\$ 261. A discrepância, como se vê, é enorme. Antes da Primeira Revolução Industrial, Angus Maddison (2023) estima que, por volta de 1700, a Paridade do Poder de Compra (PPC) da Europa Ocidental era de US\$ 82.072, enquanto a da África de US\$ 24.400. Vê-se que a disparidade não era tão grande entre essas

Esses fenômenos, contudo, passaram a ser objetos frequentes de estudos e de políticas públicas somente a partir de 1945, após meio século de crises econômicas e sociais, que deixaram um grande rastro de desemprego, miséria e fome no mundo, com a Primeira e Segunda Guerras Mundiais e a crise de 1929 entre as duas guerras.

“Pobreza”, de acordo com Lipton e Ravallion (1995), é definida segundo um critério mínimo de bem-estar existente na sociedade. Abaixo desse mínimo, os indivíduos estariam vivendo em situação de pobreza ou extrema pobreza. Para efeitos de medição, em geral, se considera um determinado valor *per capita*. Por exemplo, a linha de pobreza estabelecida pelo Banco Mundial, cujas estatísticas são muito prestigiadas no mundo acadêmico e governamental, em setembro de 2022, esse valor passou a ser de US\$ 2,15/dia *per capita* (World Bank (a), 2022).

Em relação à desigualdade, Sen (2008) a define como a falta de liberdade para o indivíduo de buscar seu bem-estar. Os elementos básicos para o bem viver seriam: estar nutrido adequadamente, ter boa saúde, ter abrigo, dentre outros; e os elementos mais complexos consistiriam em: ser feliz, ter respeito próprio, fazer parte de uma comunidade etc. Em outras palavras, o indivíduo precisa ter esse conjunto de funcionamentos atendidos para poder escolher a vida que deseja, dentre as muitas possíveis. Ou seja, precisa de oportunidades para exercer essas escolhas.

Para utilizar as ideias de Sen (2008), uma crítica fundamental feita por Marx (1946)<sup>17</sup> ao sistema capitalista seria a de que este não proporcionaria esse conjunto de elementos básicos e complexos a toda a população, somente a uma parte privilegiada. Isso não lhes daria, segundo as palavras de Sen, a oportunidade de escolher a vida que cada um desejaria, dentre as várias

---

regiões. Atualmente, os países europeus de modo geral aumentaram muito a distância do PPC em relação aos países africanos, da mesma forma que o PIB *per capita*. Enquanto grande parte da Europa Ocidental registra o índice PPC acima de US\$ 40 mil (em Luxemburgo chega a quase US\$ 100 mil), grande parte dos países africanos apresentam um PPC abaixo de US\$ 3 mil, com alguns abaixo de US\$ 1 mil (BANCO MUNDIAL (b), 2023). Com a crescente industrialização e incorporação de novas tecnologias ocorreu um processo de diferenciação entre as regiões que lograram se industrializar, com crescente aumento das rendas *per capita*, daquelas que entraram nesse processo tardiamente, ou nem conseguiram entrar neste até o presente momento. Para maiores detalhes sobre evolução do PIB *per capita* por país ver, também, Maddison (2001).

<sup>17</sup> As primeiras edições em alemão foram feitas em 1867 (Tomo I), 1885 (Tomo II) e 1894 (Tomo III).

possíveis. Além disso, o sistema de mercado seria ineficiente em termos de distribuição da produção.

Assim, até recentemente, tínhamos os casos das sociedades tidas como comunistas, da extinta URSS, sobretudo, e de outras como Cuba e Coreia do Norte, que implantaram economias centralmente planejadas, consideradas por seus defensores como economicamente eficientes. A produção seria planejada, de modo a não ter desperdícios e a distribuição do produto seria executada pelas suas lideranças, de forma mais equitativa. O Estado, então, deveria estar no comando da economia, da justiça social, das instituições e da política do país. E, apesar das dificuldades em acompanhar o padrão de consumo das economias capitalistas, procurava manter a desigualdade num nível mais baixo e garantir um mínimo de bem-estar para a maioria da população.

A questão sobre a eficiência das sociedades capitalistas e comunistas tornou-se mais complexa quando a China, que apresentava números elevados de pobreza, em 1978 iniciou um processo de reforma em que o Estado deixou de ser o único agente da economia. Passou a se admitir o papel do mercado para melhoria da eficiência produtiva, com a abertura para empresas de capital privado nacional e estrangeiro. Embora parte importante das empresas continuasse nas mãos do Estado, o setor privado ganhou um filão considerável da produção de bens e serviços do país. Porém, politicamente, o país continuou totalmente centralizado em um grupo de poder. Seus defensores, o grupo de Deng Xiao Ping, denominaram a China como “socialista de mercado”.

Não se trata mais, então, da discussão entre Estado *versus* Mercado a fim de estabelecer diferenças entre capitalismo e socialismo. Até porque em países capitalistas o Estado sempre participou em diferentes graus, conforme seus governantes e suas instituições, das atividades produtivas e distributivas. No caso chinês trata-se de admitir que o mercado, com a presença de investidores privados, contribuiu para o aumento da produtividade e, conseqüentemente, para o crescimento do PIB total e *per capita*.

Pode-se dizer que a eficiência de uma sociedade capitalista e socialista em gerar desenvolvimento socioeconômico, após a China estabelecer a participação de agentes privados na economia, deve ser discutida sob outro ângulo, uma vez que a reforma econômica chinesa admitiu que o mercado, e o setor privado, são também fundamentais para o desenvolvimento. Trata-se, então, de reformular os questionamentos elaborando-se as seguintes perguntas: 1º) a economia totalmente planejada, centralizada no Estado, não seria capaz de gerar crescimento suficiente para erradicação da pobreza e necessitaria da

colaboração do mercado?; 2º) para a geração de crescimento com maior igualdade entre os cidadãos de um país é necessário mantê-lo politicamente socialista e economicamente com uma mescla de propriedades estatais e privadas? e 3º) a sociedade capitalista seria mais eficiente em termos de crescimento do PIB, mas mais ineficiente, ou incapaz, de gerar melhor distribuição dos frutos desse crescimento?

Com base nessas questões, o objetivo deste capítulo é tratar da eficiência em se reduzir a pobreza e a desigualdade nos dois modos de produção, com base, sobretudo, no caso da China. Este país é um bom exemplo para refletirmos sobre as perguntas colocadas acima, uma vez que no período de Mao Tsé Tung (1949-1976) a economia era centralmente planejada, e a política estava centralizada no Partido Comunista Chinês. A partir de 1978, com Deng Xiao Ping, houve uma reforma na economia, que passou a abrir a produção e distribuição para o mercado. No entanto, a política continuou em poder do Partido Comunista.

Ressalta-se aqui que estão sendo comparados apenas os indicadores de pobreza e desigualdade e não outros indicadores de bem-estar como educação, saúde, dentre outros. Outro ponto a ser destacado é que devido às diferentes metodologias na confecção dos índices de Gini e do nível de pobreza, não levamos em consideração os valores exatos dos indicadores, porque não se pode compará-los diretamente, mas a tendência destes. Ou seja, com a reforma econômica pós 1978 na China, qual foi a tendência dos indicadores?

## **1. A pobreza e a desigualdade no período de Mao Tsé Tung**

Com Mao Tsé Tung, líder comunista de 1949 a 1976, o país continuou basicamente agrícola, com a zona rural detendo cerca de 80% da população do país. Ao assumir o poder na China, a primeira medida fundamental introduzida foi a expropriação dos donos da terra, da burguesia nacional e estrangeira. A expropriação agrícola criou 26 mil comunas populares, que incorporaram as 123 milhões de famílias que antes trabalhavam em cooperativas<sup>18</sup>. A segunda grande transformação foi a centralização de todas as atividades produtivas no Estado, planejando a produção e a distribuição de bens e serviços. Todavia, o

---

<sup>18</sup> De acordo com Fernandes (2003), as famílias passaram a ter responsabilidade sobre um lote de terras por longo período, o que lhes dava a sensação de posse de terra, que antes era coletiva.

consumo foi mantido baixo e começou-se a delinear em 1972 a política do filho único, para controle do crescimento da população. Houve grande investimento na educação, com redução da taxa de analfabetismo de 80% em 1949 para 40% em finais da década de 1970. A terceira grande mudança foi a regulamentação de todos os setores da sociedade. O governo conseguiu aumentar os investimentos; contudo, os recursos eram utilizados de forma ineficiente. Por fim, outra medida importante foi transformar o comércio exterior num monopólio estatal (Story, 2004).

A redução da pobreza não consistiu em processo linear. No 2º Plano Quinquenal (1958-1962), com o objetivo de crescimento acelerado (Grande Salto Adiante), os investimentos se concentraram muito na indústria pesada, reduzindo aqueles na agricultura. Como resultado, houve um período de grande fome no país, e o Grande Salto Adiante foi um projeto fracassado. (Fernandes, 2003).

O legado de Mao, de acordo com Moraes (2011), foi que cerca de 80% da população do país passou a se alimentar melhor e contou com algum investimento em educação e saúde básicas, embora continuassem muito pobres. E, apesar da industrialização ter avançado, a fim de se obter autonomia econômica, a maioria da população continuava na agricultura, que não registrava aumento de produtividade significativo.

Story (2004) relata que o planejamento centralizado não conseguiu gerar nem controle e nem eficiência. Como resultado, em 1978 a China era um país em que a pobreza predominava, sendo que a renda *per capita* correspondia a 7% daquela dos EUA. Cerca de 60% da população vivia com menos de US\$ 1 por dia. Conclui-se aqui que nesses 30 anos do governo de Mao, a pobreza continuava a assolar o país. Havia necessidade de outra transformação na economia, a fim de que esse problema fosse erradicado.

Em relação à desigualdade, o governo de Mao Tsé Tung foi muito bem sucedido em promover uma das mais baixas taxas de desigualdade do mundo. Embora esses dois anos não sejam comparáveis diretamente, devido à mudança de fontes e de metodologia, registrou-se em 1953 um Gini<sup>19</sup> total de 0,56, caindo para 0,32 em 1978, ano em que se iniciou a reforma. Esse resultado

---

<sup>19</sup> Como amplamente já conhecido, o Índice de Gini varia de 0 (igualdade total) a 1 (desigualdade total). Portanto, quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade. Pode-se colocar o índice variando de 0 a 100, mas o significado é o mesmo.

ocorreu, em grande parte, devido à criação de comunas agrícolas e eliminação de propriedades privadas.

No entanto, já havia desigualdades entre a região urbana e rural. De acordo com Rawsby (1982) *apud* Morais (2011), a renda *per capita* urbano-rural, em 1978, estava em 3,4 para 1, sem incluir os subsídios recebidos pela população urbana. O consumo *per capita*, entre 1952 e 1979, cresceu em 2% na cidade, enquanto que no campo 1,1%.

Em suma, o governo de Mao foi bem sucedido em termos de distribuição de renda, de redução da insuficiência alimentar, de prover maior educação e saúde à grande parte da população. Os 80% de analfabetos em 1949 se reduziu para 40% em 1978. O número de hospitais triplicou. O que não foi bem sucedido no governo de Mao foi o nível de crescimento do PIB bem acima do crescimento da população, devido ao baixo aumento da produtividade, não elevando muito o PIB *per capita* chinês.

## **2. A pobreza e a desigualdade após as reformas de 1978**

A fim de superar o problema do baixo crescimento da produtividade e do PIB *per capita*, parte da liderança política chinesa começou a defender maior atuação do mercado, com ainda predominância do Estado na economia e total centralização do poder político nas mãos de poucos.

A implementação da reforma na China se deu com acirrado embate entre membros do poder, sobretudo em princípios da década de 1990, sendo que aqueles que eram contra a reforma – liderados por Chen Yun – resistiam às mudanças, com a alegação de que o país se transformaria em capitalista. Os políticos a favor da reforma – liderados por Deng Xiao Ping – afirmavam que, com as reformas, a China continuaria socialista, que seria um modelo de “socialismo de mercado” ou “socialismo com características chinesas”. Alegavam, ao contrário, que sem reformas econômicas a China incorreria no risco de deixar de ser socialista, como tinha ocorrido com a URSS. Que a pobreza, a miséria, a falta de produção e de emprego e a falta de inovação e aumento de produtividade levariam a uma crise social interna (Marti, 2021).

Tal divergência em relação aos rumos que a China deveria tomar levou à discordância sobre a continuidade da política de crescimento maoísta. Após muitas idas e vindas, Deng Xiao Ping, finalmente, acabou derrotando, politicamente, o grupo de Chen Yun, levando a reforma adiante. A

transformação da sociedade, com a permissão de existência de empresas privadas e de abertura à entrada de investimentos estrangeiros, foi, e continua a ser, surpreendente. De acordo com Pickety *et al.* (2017), a participação da propriedade pública na riqueza nacional, diminuiu de cerca de 70%, em 1978, para 30% em 2015<sup>20</sup>.

Em meio a embates políticos, a reforma foi iniciada e na década de 1980 focou no crescimento econômico (“um país e dois sistemas”), que registrou média anual acima de dois dígitos. E, a partir de 1985, houve a liberalização econômica, com abertura ao capital estrangeiro para investimento em 14 cidades da costa leste do país. (Fernandes, 2003)

De acordo com a UNCTAD (2023), o PIB da China passou de US\$ 150 bilhões em 1978 para US\$ 17.299 bilhões em 2018, em valores de 2010. E, segundo a CEIC (2023), a taxa de crescimento real do PIB entre 03/1992 e 06/2018 foi de 8,9% ao ano.

Em 1978, a China participava de cerca de 3% do PIB mundial (em Paridade de Poder de Compra), passando a 20% em 2015. A renda média, que era de pouco mais de 5.000 yuans em 1978, registrou 57.807<sup>21</sup> yuans em 2015 (Pickety *et al.*, 2017).

As taxas de crescimento eram instáveis antes de 1978, com subidas e quedas bruscas. A partir de 1978, tais taxas passaram a ser mais estáveis. Em 1978, foi registrado aumento do PIB de 11,3%; em 1984, registrou-se a maior taxa até o presente ano, de 15,2%; a partir de 2010 começou a decrescer, mas após o pior ano de pandemia (2020), atingiu 8,1% em 2021 (WORLD BANK (b), 2023).

Com esse crescimento extraordinário do PIB, nenhum país foi tão bem sucedido em reduzir seu nível de pobreza tão rapidamente, feito ainda mais notável quando se considera que possui a maior população absoluta do mundo, atualmente com pouco mais de 1,4 bilhão de habitantes<sup>22</sup>. No início da reforma, em 1978, já contava com cerca de 965 milhões de chineses. (COUNTRYMETERS, 2023).

---

<sup>20</sup> Contudo, em torno de 60% da propriedade das grandes corporações se encontra nas mãos do governo, 30% são de propriedade privada nacional e 10% de internacional (Pickety *et al.*, 2017).

<sup>21</sup> Em termos de PPP, em 2015, 1 euro era equivalente a 4.6 yuans, significando que a renda média da população adulta chinesa era de 12.566 euros por ano.

<sup>22</sup> A população chinesa se reduziu em 850 mil habitantes pela primeira vez desde 1961, entre 2021 e 2022, como consequência em grande parte da política do filho único.

### 3. A evolução da pobreza após 1978

Os dados sobre pobreza são diferentes segundo as fontes e, também, de acordo com a linha demarcatória de pobreza e extrema pobreza. Como mencionado, Story (2004) afirma que 60% da população encontravam-se abaixo da linha de pobreza em 1978. De acordo ainda com Ravallion & Chen (2007, *apud* Morais (2011)), em 1980, (conforme Tabela 1 abaixo), a população pobre – vivendo com menos de US\$ 1,08 por dia – era de 633,7 milhões de pessoas; em 1984, esse número diminuiu para 425 milhões. A coluna da pobreza intermediária, entre US\$ 1,08 e US\$ 2,15, por sua vez aumentou de 242,1 milhões de chineses para 388,8 milhões, uma vez que recebeu os extremos pobres que melhoraram um pouco sua renda. Por fim, o total de 875,8 milhões de pobres se reduziu para 813,8 milhões, respectivamente, nesses mesmos anos.

**Tabela 1.** Níveis de pobreza, em milhões de pessoas, 1980-1984 e 1993-1997

Anos	Linhas de Pobreza	Extrema Pobreza < US\$ 1,08	Pobreza intermediária Entre US\$ 1,08 e US\$ 2,15	Total da Pobreza < US\$ 2,15
1981		633,7	242,1	875,8
1984		425	388,8	813,8
1993		334,0	440(a)	800(a)
1997		211,4	410(a)	640(a)

(a) Valores aproximados<sup>23</sup>, segundo o gráfico em Ravallion & Chen (2007) (*apud* Morais, 2011, p. 67).

Após 1984, houve um período de estagnação na redução da pobreza, devido ao aumento dos preços agrícolas, diminuindo o poder de compra das pessoas; mas entre 1993 e 1997 novamente voltou a reduzir a população pobre. Considerando o período todo, analisado na Tabela 1, observa-se que entre 1981 e 1997 o total de pessoas que viviam com menos de US\$ 1 por dia, *per capita*, reduziu-se de 633,7 milhões para 211,4 milhões. Com isso, a população que ganhava entre US\$ 1,08 e US\$ 2,15 aumentou de 242,1 para cerca de 410

---

<sup>23</sup> Como não foi encontrado o dado em Ravallion & Chen (2007) e em Morais (2011) apenas o gráfico, colocou-se o valor aproximado de pessoas pobres, com base apenas o que visualmente o gráfico apresenta. No entanto, o valor preciso não é importante, apenas a ideia de queda acentuada da população pobre nesses anos.

milhões, nesses 16 anos. No entanto, o total da população que vivia com menos de 2,15 US\$ *per capita* foi reduzido de 875,8 para cerca de 640 milhões de pessoas. A diferença entre esses dois números significa que 235,8 milhões de pessoas saíram da linha de pobreza de US\$ 2,15, entre 1981 e 1997.

Considerando US\$ 1 por dia, em termos de Paridade de Poder de Compra, entre 1981 e 2000, a China reduziu a pobreza em cerca de 400 milhões de pessoas, que é um feito considerável.

No meio rural, que concentrava grande parte da pobreza, em 3 décadas de reforma, esta foi reduzida de 250 milhões de pessoas em 1978 para 14,8 milhões em 2007, de acordo com dados oficiais. Grande parte da pobreza diminuiu nos primeiros anos da reforma (Morais, 2011). Já com outra metodologia de cálculo, Ravallion e Chen, 2007 (*apud* Moraes, 2011), a pobreza no meio rural em 1980 era de 76% de sua população (604,69 milhões de pessoas), reduzindo-se para 23% (185,74 milhões) em 1985.

No meio urbano, com a mesma metodologia, o número de pobres era bem menor em 1981, cerca de 6,01% da população das cidades, baixando para 1,08% em 1985. Observa-se aqui que a desigualdade entre os dois meios era já bastante acentuada.

Por fim, em 2020, segundo Dash (2022), a China conseguiu um feito extraordinário, eliminando a pobreza do país, por meio do crescimento e de políticas públicas dirigidas especificamente para esse fim, num período de 40 anos. O World Bank(c) (2023) calcula que 800 milhões de pessoas foram tiradas da pobreza e extrema pobreza nessas 4 décadas.

Assim, não há dúvidas de que o aumento paulatino da produtividade e o crescimento acentuado do PIB na China reduziu drasticamente a pobreza num país com mais de 1,4 bilhão de pessoas e que registrava que a maioria vivia em condição de pobreza e extrema pobreza. E, em 2020, o país conseguiu erradicar a pobreza e extrema pobreza.

Apesar desse feito, o país, como a maioria dos países de mercado capitalistas, viu acentuar a desigualdade em todos os níveis, como pode ser visto na seção seguinte.

#### **4. A evolução da desigualdade após 1978**

Da mesma forma que outros indicadores, para a desigualdade entre a população chinesa, há vários trabalhos científicos com metodologias diferentes,

incluindo os dados oficiais do governo chinês. Mas, como mencionado na discussão sobre pobreza, o importante para esse capítulo é entender a tendência e não a precisão dos índices.

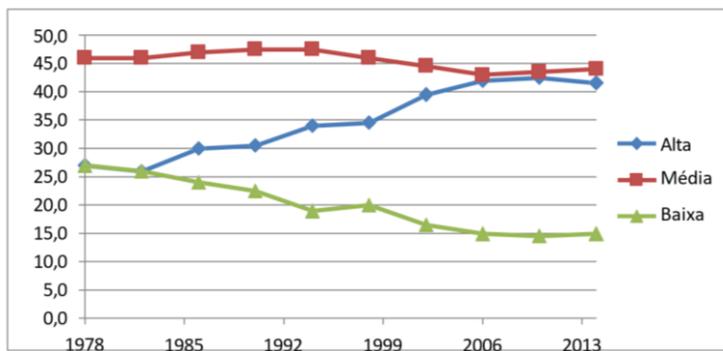
Comparado com o período em que Mao Tsé Tung esteve no poder, e após a reforma de 1978, houve aumento da desigualdade. Como já mencionado, em 1953, o Gini era de 0,56, caindo para 0,32, em 1978, quando a reforma teve início (Morais, 2011).

A partir desse período, a desigualdade foi aumentando até por volta de 2006, quando os indicadores se estabilizaram mais.

Num trabalho relativamente recente, Pickety et al. (2017) elaboraram indicadores de desigualdade de renda e riqueza da população, antes dos impostos, a partir de um conjunto de pesquisas, dados fiscais e dados de contas nacionais. O Gráfico 1 abaixo mostra a evolução da distribuição de renda entre 1978 e 2015.

A variação da distribuição de renda nesse período foi bastante favorável aos mais ricos e desfavorável aos mais pobres. Em 1978, a participação na renda dos 10% mais ricos e dos 50% mais pobres era semelhante, cerca de 27%. Os 40% intermediários recebiam 46% da renda total do país.

**Gráfico 1.** Distribuição de renda (em %) dos 10% mais ricos (alta), 40% intermediários (média) e 50% mais pobres (baixa) – 1978 a 2015.



**Fonte:** Pickety *et al.* (2017), p. 58. **Obs:** Dados do gráfico simulados a partir do original.

A camada intermediária dos 40% da população chinesa permaneceu com a mesma renda, entre 46% e 44%, aproximadamente, em todo o período, de 1978 a 2015. No entanto, os 10% mais ricos da população registraram um aumento da participação na renda de cerca de 27% para mais de 40%, enquanto

os 50% mais pobres viram sua participação se reduzir de também por volta de 27% para 15%. Após 2006, houve maior estabilidade dos indicadores.

O número de pessoas distribuído entre os diversos estratos e sua participação na renda pode ser visto pelos dados da Tabela 2.

**Tabela 2.** Participação da população total na renda do país, limite inferior da renda de cada estrato em yuan, renda média *per capita* e participação % na renda, 2015.

Grupos de Renda	População Adulta Total	Limite Inferior da Renda em Yuan	Renda Média <i>per capita</i> em Yuan	Participação na Renda %
População Total	1.063.542.632	0	57.807	100
50% mais pobres	531.771.316	0	17.150	14,8
40% médios	425.417.053	34.442	63.210	43,7
10% mais ricos	106.354.263	117.812	239.476	41,4
- 1% mais rico	10.635.426	345.520	804.886	13,9
- 0,1% mais rico	1.063.542	1.071.112	3.641.463	6,3
- 0,01 mais rico	106.354	6.207.479	18.503.392	3,2
- 0,001 mais rico	10.635	30.203.833	78.833.979	1,4

**Fonte:** Pickety *et al.* (2017).

A tabela acima mostra que aos 1% mais ricos eram destinados 13,9% da renda. A discrepância da renda aumenta conforme se vai para a camada mais rica – 0,001 das pessoas, que auferem uma renda média de 78.833.979 yuans. Os 10% mais ricos recebem renda média de 239.476 yuans.

Chen *et al.* (2010) construíram seus próprios indicadores de Gini por acharem que esses estavam subestimados. A série compreende o período de 1978 a 2006. No primeiro ano da série, calcularam que o Gini correspondia a 0,3043; ao longo dos anos ele foi aumentando<sup>24</sup>, de forma que em 2006 chegou a 0,4624. Tal índice é bem alto, se comparado a vários países europeus e alguns asiáticos.

Além disso, os autores decompuseram o índice em rural e urbano e chegaram à conclusão de que o grande problema da desigualdade no país está na diferença de renda da população rural em relação à urbana, o que puxa o índice total para cima. Tem-se aqui o primeiro nível de desigualdade, entre os vários estudados. A população rural recebe tanto renda muito menor que a população urbana como menos benefícios públicos. A principal ação para

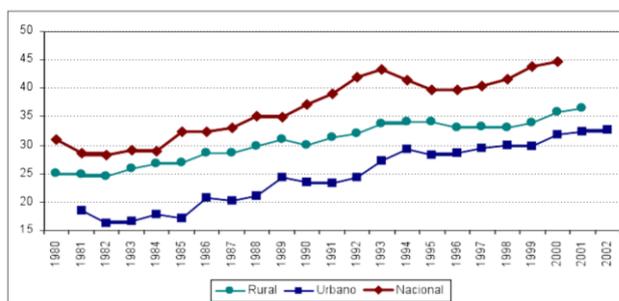
<sup>24</sup> Exceções ocorreram entre 1981 a 1984, quando esses valores ficaram abaixo de 0,30, e entre 1996 e 1999. No entanto, é crescente na maior parte da série.

reduzir a desigualdade nacional, de acordo com Pickety et al. (2017), portanto, seria o maior nivelamento entre a renda rural e a urbana.

Um segundo nível de desigualdade ocorre entre a população rural (intrarural) e entre a população urbana (intraurbana), apresentada por Morais (2011) no Gráfico 2. Observa-se que a desigualdade era bem maior entre a população do meio rural e crescente a partir de 1983 devido à implantação das TVEs (*Township and Village Enterprise*), como forma de acelerar a industrialização e desenvolver o campo. Sendo cerca de 0,25 em 1983, o Índice de Gini<sup>25</sup> passou a 0,35 em 2000. Já, no meio urbano, a desigualdade no início do período (1981 a 1985) era baixa, permanecendo relativamente estável. A partir de 1986, a desigualdade aumentou e continuou numa tendência de alta até o final da série pesquisada, 2002, inclusive num ritmo maior do que o observado no meio rural, reduzindo a distância desse índice entre os dois meios.

A crescente desigualdade no meio urbano registra uma diferenciação fundamental entre o chinês migrante do meio rural para regiões que mais cresciam e para o meio urbano. O chinês não nativo conseguia os trabalhos menos remunerados e sem registro, o que tornava sua renda muito menor do que a dos moradores nativos dessa região. Tal fenômeno é um traço marcante do processo de industrialização pós 1978.

**Gráfico 2.** Desigualdade de renda intra-urbana e intra-rural - evolução do índice gini nacional, urbano e rural 1982-2002



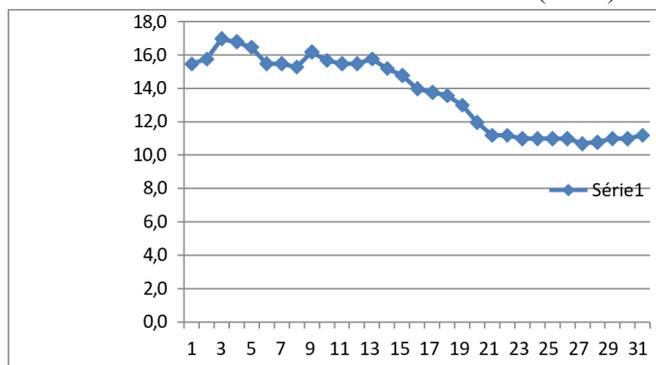
**Fonte:** Ravallion & Chen (2004). **Obs:** Dados do gráfico simulado a partir do original.

A terceira dimensão que tem contribuído para o aumento do Gini no país é a distribuição funcional da renda, ou seja, a relação entre os salários recebidos pelos trabalhadores e a Renda Nacional Bruta. Observa-se no Gráfico

<sup>25</sup> Como já amplamente conhecido, quanto mais próximo de 100, mais o Índice de Gini revela desigualdade. E, quanto mais próximo de zero uma distribuição mais equitativa da renda do país.

3 que essa relação decaiu ao longo do período 1978-2008, significando que a parcela dos trabalhadores na renda diminuiu, enquanto que a dos empresários aumentou. Muito disso se explica, segundo a autora, pela relativa estagnação do salário no meio rural.

**Gráfico 3.** Distribuição funcional da renda II  
 Folha salarial total do setor formal\* na RNB (em %)

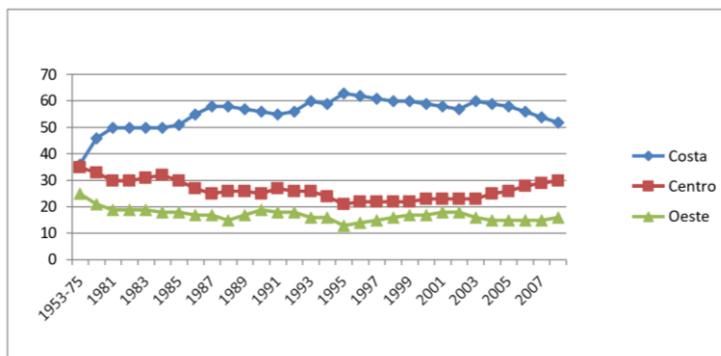


**Fonte:** Morais (2011). **Obs:** Dados do gráfico simulado a partir do original.

A quarta dimensão da desigualdade na China é representada no Gráfico 4, também retirado de Morais (2011), que é a desigualdade regional. Subdividida em três grandes regiões, observa-se que os investimentos na região costeira foram bem mais significativos, após o início da reforma, do que nas duas outras regiões, de forma que esta se industrializou mais rapidamente. O ano de pico da participação da Costa nos investimentos totais (65%) foi em 1995, enquanto os cerca de 35% dos investimentos totais foram distribuídos entre as duas grandes regiões – Central e Oeste – sendo que a primeira ficou com pouco mais de 20% e a segunda com um valor ligeiramente maior que 10%. A participação dessas duas últimas regiões em 1995 era menor do que na época de Mao Tsé Tung. Assim, a região costeira se desenvolveu muito mais do que estas, e, conseqüentemente, a sua renda cresceu num ritmo mais acentuado.

A partir de 1995, observa-se um pequeno decréscimo da importância da Costa nos investimentos chineses; mesmo assim continuou com uma parcela de mais de 50% no final do período pesquisado (2008). A região beneficiada com tal redução foi a Central, contabilizando cerca de 30% dos investimentos do país. A região Oeste permaneceu praticamente estagnada em relação à participação nos investimentos de 1995 a 2008.

**Gráfico 4.** Distribuição regional dos investimentos em ativos fixos - região costeira, central e oeste, como % do total (1953-2008)



**Fonte:** Morais (2011). **Obs:** Dados do gráfico simulado a partir do original.

Em suma, a desigualdade na China pós início da reforma econômica, em 1978, até os anos 2000 aumentou gradativamente em todos os níveis: pessoal, funcional, entre campo e cidade e entre regiões do país. A economia de mercado, com participação do setor privado, proporcionou a criação de uma classe empresarial ampla, o que foi diferenciando a distribuição funcional da renda. Entre os assalariados, houve privilégio na auferição de maior renda dos trabalhadores da indústria, em detrimento dos da agropecuária, e dos moradores nativos que conseguiam os empregos formais, em detrimento dos migrantes. Nas cidades, onde a indústria se concentrava, a renda foi se diferenciando daquela do meio rural. E, por fim, uma diferenciação acentuada ocorreu entre as rendas das grandes regiões da Costa, do Centro e do Oeste. Próxima de portos, a primeira recebeu muito mais investimentos, seguida pela região Central e, por último o Oeste, no interior do país.

Com essas discrepâncias, o reconhecimento de necessidade de redução da desigualdade entre a população aumentou nos planos do governo. Em 2005, o conceito de “sociedade harmoniosa” foi manifestado no Congresso da População Nacional. Em 2017, o Comitê Central do Partido Comunista Chinês e o Conselho de Estado da China reconheceram que havia muitos desequilíbrios no bem-estar entre a população chinesa. E, na virada de 2020 para 2021, Xi Jinping comemorou e discursou sobre a erradicação da pobreza no país naquele ano. Em relação à desigualdade, em seu discurso, utilizou o termo “prosperidade comum”, como meta para reduzir a diferença de renda entre chineses (Kakwani *et al.*, 2022).

Esses autores argumentam que tal preocupação é justificável, uma vez que, apesar da comemoração de erradicação da pobreza, em 2020, é visível que grande parte da população ainda vive com um nível de renda muito baixo. Em 2018, 7,5% da população vivia com renda até US\$ 750; 23,5% do total da população com até US\$ 1700; e, 50,5% do total até US\$ 3.400. Ou seja, metade da população vivia com até 1/3 da renda *per capita* do país, que em 2019, segundo o Banco Mundial, era de US\$ 10.262.

No 19º Congresso do Partido Comunista Chinês, em 2017, segundo Kakwani et al. (2022), foram elaboradas as metas para serem cumpridas em dois estágios, a fim de se atingir a “prosperidade comum”. O primeiro estágio (de 2020 a 2039) deveria: proporcionar à maioria da população maior conforto para viver; expandir muito a classe média do país; reduzir significativamente as disparidades entre rural-urbano, entre regiões e entre pessoas; dar acesso equitativo à população dos bens públicos básicos; e, direcionar solidamente para a “prosperidade comum”. O segundo estágio (2040 a 2049) a China deveria finalmente alcançar a chamada “prosperidade comum”, com redução da desigualdade em todos os níveis e maior bem estar para toda a população.

Observa-se, assim, que a meta de redução de desigualdades em todos os níveis mencionados acima está no foco das próximas 3 décadas, até meados do presente século.

## **5. Pobreza e desigualdade no mundo segundo os dois modos de produção: capitalismo e socialismo**

Ao observar a distribuição de países mais pobres e mais desiguais segundo o critério de modo de produção, socialista ou capitalista, é difícil chegar a alguma conclusão.

Em relação à pobreza, verifica-se que a maior parte dos países que registram um PIB *per capita* abaixo de 1000 dólares, de acordo com o Banco Mundial (2023) pertence ao continente africano. Burundi apresenta o menor valor, de US\$ 261 *per capita*. Por outro lado, os países com os maiores PIB *per capita* estão no continente europeu – com Mônaco exibindo um valor de US\$ 190.512, em 2019. Todos esses países são capitalistas, tanto os mais pobres como os mais ricos.

São apenas cinco os países considerados socialistas atualmente: China, Cuba, Coreia do Norte, Vietnã e Laos. Dentre estes, a China apresenta o maior

PIB *per capita*, de US\$ 10.262 e Laos, o menor, US\$ 2.535. Para Cuba e Coreia do Norte não há dados para fazer comparação.

A China implementou um sistema econômico que abriu a possibilidade de atuação do mercado, com a presença de empresas privadas, embora mantivesse setores chave sob o domínio do Governo. Os países asiáticos, Vietnã e Laos, estão indo pelo mesmo caminho. Ou seja, a economia centralmente planejada, e totalmente sob o domínio do Estado, não teve o efeito esperado nesses países, ao menos em relação à redução drástica da pobreza, o que levou à flexibilização dos agentes econômicos produtores.

Em relação à desigualdade, o World Bank (d) (2023) mostra que a África do Sul encabeça a lista do Índice de Gini, como país mais desigual, registrando uma pontuação de 63 num total de 100, em 2018. E, da mesma forma que registra maior nível de pobreza no mundo, grande parte dos países africanos se encontra no topo da lista deste Índice, exibindo uma desigualdade de renda maior entre a população do país relativamente ao restante do mundo. A eles se unem vários países da América Central e América do Sul, que também apresentam renda *per capita* baixa. Brasil, que já liderou o *ranking* como a pior distribuição de renda do mundo, possuía Gini de 46, em 2018. É importante ressaltar que nem todos os países possuem esse indicador.

No lado oposto, a Eslovênia – que fazia parte da Iugoslávia até 1991 –, apresenta o menor Índice de Gini, 24,2. A ele se unem países próximos e da antiga União Soviética, assim como países da Escandinávia. Esses países que exibem menor desigualdade ficam todos na Europa. Alguns poucos países do Oriente Médio, como Afeganistão e Iraque, se encontram entre esses países que têm um índice de desigualdade menor que 30.

Já a China, em 2016, segundo a mesma fonte registrava um Gini de 38,5; Laos, de 36,4, em 2012; e Vietnã, 35,3<sup>26</sup>. Seus vizinhos asiáticos, Coreia do Sul e Japão, têm indicadores menores, de 31,6 (2012) e 32,9 (2013), respectivamente.

A conclusão desse tópico é que não parece haver nenhuma indicação clara de que os países socialistas se saíram melhor na erradicação da pobreza e da desigualdade, da mesma forma que os países capitalistas não conseguiram. É importante ressaltar que as desigualdades entre países é bem maior no capitalismo, assim como a desigualdade interna de muitos países capitalistas.

---

<sup>26</sup> Não há dados nessa fonte para Cuba e Coreia do Norte.

Outra conclusão é de que, dos poucos exemplos de países socialistas existentes, a maioria pretende flexibilizar a economia, admitindo a presença de agentes privados.

É importante ressaltar que outros indicadores de bem estar não foram comparados, de modo que os países socialistas podem ter se saído melhor em termos, por exemplo, de educação, saúde, nutrição, etc. O estudo se ateve apenas aos indicadores de pobreza e desigualdade.

## **Considerações finais**

O presente capítulo pretendeu discutir sobre pobreza e desigualdade num país socialista, comparando-as com as dos países capitalistas.

A China é um bom exemplo para explorar esse tema uma vez que cresce há mais de 4 décadas a um ritmo excepcional, possui a segunda maior população mundial e tinha a maior parte da população vivendo em situação de pobreza e extrema pobreza até a década de 1970.

A reforma econômica de 1978 foi, então, a saída encontrada por alguns líderes, comandada por Deng Xiao Ping, enfrentando muita oposição, uma vez que o planejamento central com domínio de empresas estatais – típico de países socialistas até então – passaria a conviver com a economia de mercado. A mudança foi denominada de socialismo de mercado ou socialismo com características chinesas.

A ideia de planejamento quinquenal – inspirada na antiga URSS – continuou a ser adotada, além de muitas políticas de desenvolvimento com comando do Estado, que se inspiraram nos modelos de desenvolvimento de seus vizinhos bem-sucedidos Japão e Coreia do Sul. Dentre elas, destacam-se uma política industrial bem focada, voltada para incorporação de tecnologia de última geração e visando o mercado externo e uma política educacional direcionada para a criação de uma população qualificada para enfrentar os desafios exigidos pelo desenvolvimento.

Com tal política, a China pode anunciar a erradicação total da pobreza, em 2020, que consiste num feito que nenhuma nação continental conseguiu atingir tão rapidamente. No entanto, a criação de uma classe empresarial, devido à implantação do mercado, ocorreu gerando outro problema, qual seja, o aumento da desigualdade em todos os níveis. Recentemente, Xi Jin Ping, alçado à presidência para o terceiro mandato, determinou que um dos

principais focos da política chinesa seria, agora, a redução da desigualdade gerada pelo modelo de crescimento dos últimos 40 anos.

Assim, com base nas discussões acima levantadas, pode-se sugerir alguns pontos de reflexão:

1) A economia totalmente planejada, gerida e de propriedade principalmente do Estado, não foi tão bem sucedida nos exemplos históricos reais, como a economia dos países capitalistas desenvolvidos, que adotaram o sistema de mercado e conseguiram crescer a um ritmo muito maior. A flexibilização dos países socialistas asiáticos para abrir a economia ao mercado, mas com o controle do Estado, parece corroborar a ideia de que somente a planificação centralizada não tem funcionado a contento. O caso da China é o mais notório. Por outro lado, este caso sugere, também, que o Estado tem um papel importantíssimo no desenvolvimento, ao planejar, implementar e fiscalizar as políticas de desenvolvimento. Além disso, não deixa de ser produtora de bens e serviços em setores considerados chave. Há outros exemplos na Ásia de forte presença do Estado nas políticas de desenvolvimento, como Japão e Coreia do Sul, nas primeiras décadas de rápido crescimento.

2) A criação de uma classe empresarial, num mercado competitivo, e o foco no crescimento rápido é capaz de reduzir a pobreza, como demonstrado pela China. Porém, o aumento da desigualdade em todos os níveis é produto desse modelo de crescimento. No caso chinês, com controle político do Estado, espera-se que o bem estar comum aumente e tal desigualdade se reduza até 2049, objetivo traçado pelos líderes em Congresso, em 2017. Como a China tem planejamento bem traçado, de curto, médio e longo prazos e tem perseguido suas metas com muito rigor, não é de se duvidar que conseguirá reduzir tal desigualdade. É importante lembrar que há uma década que essa desigualdade tem-se estagnado.

3) Relacionado ao item anterior, precisa-se observar o comportamento da elite chinesa, que viu sua renda se expandir com base em negócios privados, se vai abrir mão de suas vantagens ao ter que redistribuir parte de seus ganhos a fim de reduzir a desigualdade do país. Ao mesmo tempo, observar o poder do Governo em conduzir essa política de “prosperidade comum”.

4) A maioria dos países muito pobres, de grande parte da África, de vários das Américas do Sul e Central e da Ásia são capitalistas. Porém, os poucos países considerados socialistas, também, apresentam um quadro de grande pobreza, como é o caso de Laos e Vietnã, embora não na mesma dimensão que os países capitalistas mais pobres. Cuba e Coreia do Norte não divulgam dados

de PIB *per capita*, dificultando a comparação. O único país socialista a apresentar uma situação de considerável redução da pobreza é a China. E, a maioria dos países capitalistas desenvolvidos apresentam níveis de pobreza muito baixos. Portanto, sugere-se que também é difícil distinguir tão rigorosamente os países capitalistas e socialistas em relação ao nível de pobreza, embora haja tantos países capitalistas com níveis de pobreza muito maiores.

5) Em relação à desigualdade, também, não é possível inferir com base nesses exemplos que a situação é bem melhor daquela dos países capitalistas, uma vez que entre esses últimos há aqueles com desigualdade bem menor do que a dos países socialistas. Mas ressalta-se que há muitos países capitalistas com desigualdade bem maior.

6) A conclusão geral é que, em relação a esses dois problemas observados no mundo inteiro – pobreza e desigualdade –, não se pode traçar diferenças de forma clara entre países socialistas e capitalistas. Contudo, o estudo permite observar que as diferenças nesses dois indicadores é bem maior, e crescente, entre os países capitalistas.

7) Adicionalmente, é importante pontuar que um grau elevado de pobreza e desigualdade em vários países do mundo traz consequências danosas a todos os países. Por exemplo, a intensificação da migração dos países subdesenvolvidos para países mais desenvolvidos é um resultado disso. Tal situação agrava o problema da xenofobia gerando uma escalada de ideais de extrema direita. Acredita-se que não haja solução para enfrentar esses problemas a não ser programas que visem reduzir tal desigualdade em nível mundial.

8) No nível intra países, pode-se tomar o exemplo do Brasil a fim de observar as consequências decorrentes de grandes disparidades de renda e bem estar entre a população. Há a sensação, por parte da camada mais pobre da população, de não pertencimento ao país, de não acolhimento, de revolta, o que estimula a criminalidade, a violência e as ideologias radicais, neste último caso, em todas as classes sociais, gerando uma cisão no país, como observamos na atual situação. Não há bem estar para nenhuma camada da população com tanta discrepância econômica e social.

9) Para concluir sobre o objeto principal do estudo deste capítulo, acredita-se: i) que a mescla na produção de agentes públicos e privados, com planejamento bem delineado pelo Estado tem produzido melhores resultados em termos de aumento da produtividade e da produção de bens e serviços; ii) que a solução de redução da pobreza e da desigualdade depende mais do desenho das políticas públicas de cada país, que foquem nessas duas questões;

e iii) que pela observação dos dados, o sistema capitalista tem, desde a Revolução Industrial, criado um distanciamento entre países e intra países, em relação ao PIB *per capita*, gerando muita pobreza e desigualdade em grandes regiões do mundo.

10) Como conclusão geral, acredita-se que é necessário se pensar num novo sistema de produção e distribuição que contemple a solução desses grandes problemas, pobreza e desigualdade, com produção adequada, sem se esquecer da questão ambiental.

## Referências

BANCO MUNDIAL. (2023<sup>a</sup>). Lista de países por PIB per capita nominal. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_pa%C3%ADses\\_por\\_PIB\\_nominal\\_per\\_capita](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_pa%C3%ADses_por_PIB_nominal_per_capita). Acesso em: 27 de março de 2023.

BANCO MUNDIAL. (2023<sup>b</sup>). **Lista de países por Paridade de Poder de Compra (PPC)**.

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_pa%C3%ADses\\_por\\_PIB\\_\(Paridade\\_do\\_Poder\\_de\\_Compra\)\\_per\\_capita](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_pa%C3%ADses_por_PIB_(Paridade_do_Poder_de_Compra)_per_capita). Acesso em: 24 de junho de 2023.

CEIC (2010). **China: crescimento real do PIB**. Brooks World Poverty Institute. [https://www.ceicdata.com/pt/indicador/china/real-gdp-%20growth?utm\\_campaign=China+Premium+PT&utm\\_source=adwords&utm\\_term=&utm\\_medium=ppc&hsa\\_ad=625864388581&hsa\\_grp=142930616318&hsa\\_kw=&hsa\\_ver=%203&hsa\\_net=adwords&hsa\\_acc=4758588298&hsa\\_src=g&hsa\\_cam=6501024177&hsa\\_mt=&hsa\\_tgt=dsa-%201812541521981&gclid=CjwKCAjw2OiaBhBSEiwAh2ZSP\\_ERiSgHvsD0\\_H7HaijYTR%20wqdox-ixEZIYjKVww14oF02HpveVfSmhoCNdgQAvD\\_BwE.%20Acesso%20em:%2021%20mar%20A7o%202023.%20CHEN,%20Jiandong%20et%20al.%20The%20trend%20of%20the%20Gini%20coefficient%20of%20China.%20BWPI%20Working%20Paper%20109.%20The%20University%20of%20Manchester](https://www.ceicdata.com/pt/indicador/china/real-gdp-%20growth?utm_campaign=China+Premium+PT&utm_source=adwords&utm_term=&utm_medium=ppc&hsa_ad=625864388581&hsa_grp=142930616318&hsa_kw=&hsa_ver=%203&hsa_net=adwords&hsa_acc=4758588298&hsa_src=g&hsa_cam=6501024177&hsa_mt=&hsa_tgt=dsa-%201812541521981&gclid=CjwKCAjw2OiaBhBSEiwAh2ZSP_ERiSgHvsD0_H7HaijYTR%20wqdox-ixEZIYjKVww14oF02HpveVfSmhoCNdgQAvD_BwE.%20Acesso%20em:%2021%20mar%20A7o%202023.%20CHEN,%20Jiandong%20et%20al.%20The%20trend%20of%20the%20Gini%20coefficient%20of%20China.%20BWPI%20Working%20Paper%20109.%20The%20University%20of%20Manchester) Acesso em: 16 março 2023.

COUNTRYMETERS. (2023). **População da China**. Disponível em: <https://countrymeters.info/pt/China>. Acesso em: 16 março 2023.

DASH, Satya P. (2022). Poverty Elimination in China by 2020: Bringing a Transformation. **Indian Journal of Public Administration**, v. 68, n. 4, 572–584. <https://doi.org/10.1177/00195561221109223>.

FERNANDES, Sofia G. C. (2003). **As reformas económicas e a desigualdade na China: de 1979 aos nossos dias**. 110 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) – Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

KAKWANI, N. et al. (2022). Growth and common prosperity in China. **China & World Economy**, China, v. 30, n. 1, p. 28-57.

LIPTON, Michael; RAVALLION, Martin. (1995). Poverty and policy. In: Behrman, J. e Srinivasan, T. N. (Ed.). **Handbook of Development Economics**. Amsterdã: North-Holland, v.3, part B, p. 2551-2657.

MADDISON, Angus. **Lista de países por PIB passado**. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_regi%C3%B5es\\_por\\_PIB\\_passado#1938](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_regi%C3%B5es_por_PIB_passado#1938). Acesso em: 16 de março de 2023.

MADDISON, Angus. (2001). The world Economy: a millennial perspective. **Development Center Studies** (OCDE), 2001.

MARTI, Michael E. (2021). **A China de Deng Xiao Ping**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

MARX, Carlos. (1946). **El Capital – Crítica de la Economía Política, v. II**. México: Fondo de Cultura Económica.

MORAIS, Isabela N. (2011). **Desenvolvimento Econômico, Distribuição de Renda e Pobreza na China Contemporânea**. 209 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PICKETY, Thomas; YANG, Li; ZUCKMAN, Gabriel. (2017). Capital accumulation, private property and rising inequality in China, 1978-2015. Working Paper 23368 **National Bureau of Economic Research**, Massachusetts, 2017.

RAVALLION, Marti; CHEN, Shaohua. (2004). China's (uneven) progress against poverty. **World Bank Policy Research**, Working Paper 3408, September.

SEN, Amartya. (2004). **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Schwarcz, 2008. STORY, Jonathan. **China: uma corrida para o mercado**. São Paulo: Futura.

UNCTAD. (2023). **General Profile: China**. <https://unctadstat.unctad.org/CountryProfile/GeneralProfile/en-B/156/index.html>. Acesso em: 21 março 2023.

WORLD BANK (2023a). **Fact Sheet: An Adjustment to Global Poverty Lines**. <https://www.worldbank.org/en/news/factsheet/2022/05/02/fact-sheet-an-adjustment-to-global-poverty-lines#2>. Acesso em: 24 fevereiro 2023.

WORLD BANK (2023b). **GDP growth (anual %)**. <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=CN>. Acesso em: 16 março 2023.

WORLD BANK (2023c). **Lifting 800 Million People Out of Poverty – New Report Looks at Lessons from China's Experience**. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/04/01/lifting-800-million-people-out-of-poverty-new-report-looks-at-lessons-from-china-s-experience>. Acesso em 25 fevereiro 2023.

WORLD BANK (2023d). GINI. **Coefficient by Country.**  
<https://worldpopulationreview.com/country-rankings/gini-coefficient-by-country>.  
Acesso em 02 de março 2023.

# 3 - Líderes e governantes da China a partir da revolução de 1949

---

*Julio Manuel Pires*

*Ana Beatriz Menezes Silva*

## **Introdução**

Estudar os líderes chineses é crucial para compreender o cenário global contemporâneo, uma vez que a China emergiu como uma potência econômica, política e cultural. Ao analisar figuras como Mao Zedong, Deng Xiaoping, e os líderes mais recentes, como Xi Jinping, podemos traçar a evolução do país desde a Revolução Chinesa até os dias atuais. Esses líderes desempenharam papéis fundamentais na transformação da China de uma nação agrária para um gigante industrial.

Além disso, o estudo dos líderes chineses permite uma compreensão mais profunda das estratégias políticas e econômicas adotadas pelo governo chinês. O modelo de desenvolvimento liderado pelo Partido Comunista Chinês, suas políticas externas e o papel do país em organizações internacionais são tópicos essenciais para qualquer estudioso das relações internacionais.

A influência da China no cenário global é cada vez mais evidente, seja na economia, nas questões ambientais ou nas relações diplomáticas. Compreender as ideologias, decisões e estratégias dos líderes chineses é fundamental para antecipar e interpretar as ações do país no contexto internacional.

Em resumo, estudar os líderes chineses é uma ferramenta indispensável para compreender o presente e o futuro da China, além de fornecer insights valiosos para a interação global. A importância desse estudo transcende as fronteiras acadêmicas, impactando áreas como política, economia, diplomacia e relações internacionais.

Em artigo publicado no início dos anos 2000, Amaury Porto de Oliveira utiliza o termo “geração” para se referir à sequência de dirigentes chineses desde a Revolução de 1949.

A referência, aí, é a uma categoria sociológica estudada por toda uma gama de cientistas sociais e que, no caso chinês, começou a ser usada para descrever a coorte de dirigentes, com visão do mundo grandemente coincidente, a quem toca governar o país durante um certo período (OLIVEIRA, 2003, p. 138).

Nesse sentido, uma das formas de analisarmos a evolução do comando político da China, desde a vitória da Revolução de 1949 até os dias atuais, é considerando as cinco “gerações” que estiveram (e estão) no poder desde então e seu principal representante:

1ª Geração: Mao Zedong (1949-1976) e Hua Guofeng (1976-1978)

2ª Geração: Deng Xiaoping (1978-1989)

3ª Geração: Jiang Zemin (1989-2004)

4ª Geração: Hu Jintao (2004-2012)

5ª Geração: Xi Jinping (2012 até a atualidade)

## **1. Mao Zedong e a Revolução de 1949**

A Revolução Chinesa de 1949 representa um capítulo crucial na história moderna da China, tendo impactos significativos não apenas no país, mas também no cenário internacional. Essa revolução, liderada pelo Partido Comunista Chinês (PCC) e por Mao Zedong, teve uma importância multifacetada que se estende por diversos aspectos, desde as mudanças sociais e econômicas internas até as implicações geopolíticas globais.

Em primeiro lugar, a Revolução Chinesa de 1949 marcou o fim de décadas de instabilidade política e conflitos internos na China. Ao consolidar o poder sob a bandeira comunista, liderada por Mao, a revolução trouxe uma estabilidade política que permitiu a unificação do país após anos de divisões e guerras civis.

No início do século XX, a China estava mergulhada em instabilidade política, econômica e social. A humilhação imposta por invasões estrangeiras, a fragilidade do governo central e a desigualdade social fomentaram o descontentamento popular. A Revolução Chinesa foi, em grande parte, uma

resposta a essas condições, com a promessa de erradicar a pobreza, a corrupção e restaurar a dignidade nacional.

O conflito prolongado entre os comunistas e os nacionalistas, liderados por Chiang Kai-shek, definiu o cenário para a Revolução. A Guerra Civil Chinesa, que durou de 1927 a 1949, foi marcada por tréguas temporárias, alianças tênues e traições políticas. O PCC, apoiado pelas massas camponesas e operárias, eventualmente emergiu vitorioso, forçando Chiang Kai-shek e os nacionalistas a recuarem para Taiwan.

A revolução chinesa desencadeou transformações sociais profundas. A redistribuição de terras e a coletivização da agricultura, por exemplo, visavam diminuir as disparidades sociais, proporcionando aos camponeses um acesso mais equitativo aos recursos e ao desenvolvimento econômico. Essas mudanças tiveram impactos duradouros na estrutura social chinesa.

No âmbito econômico, a Revolução Chinesa inaugurou uma era de industrialização e modernização. Mao implementou políticas destinadas a fortalecer a base industrial do país, movendo-o de uma economia agrária para uma economia industrial. Isso catalisou o desenvolvimento econômico e estabeleceu as bases para o rápido crescimento econômico que a China experimentaria décadas mais tarde.

A revolução também teve implicações significativas no cenário internacional. O estabelecimento da República Popular da China alterou o equilíbrio de poder na Ásia e desafiou as potências ocidentais. A entrada da China na Guerra Fria como aliada da União Soviética redefiniu alianças geopolíticas, moldando o curso dos eventos mundiais durante esse período crucial da história. Além disso, a Revolução Chinesa teve um impacto duradouro na mentalidade e na autoimagem do povo chinês. Ela representou a busca por autodeterminação, soberania e a restauração do orgulho nacional após séculos de humilhação diante de potências estrangeiras.

Apesar das críticas e dos desafios que surgiram ao longo dos anos, a Revolução Chinesa continua a ser celebrada na China como um marco histórico que moldou a nação moderna. O legado dessa revolução, tanto em termos de transformações internas quanto de influência global, é inegável e continua a impactar a China e o mundo contemporâneo. A Revolução Chinesa de 1949 permanece como um fenômeno histórico de imensa importância, moldando a trajetória política, social e econômica da China ao longo do século XX e além.

Mao Zedong desempenhou um papel fundamental na Revolução Chinesa de 1949 e nas décadas que se seguiram, consolidando seu lugar como uma figura central na história moderna da China. Sua liderança carismática, estratégias militares e visão política moldaram a trajetória do país de maneiras profundas e duradouras. O filho de um camponês tornou-se uma das figuras mais importantes e influentes do século XX.

Mao nascera em dezembro de 1893 nos arredores de Changsha, na aldeia de Shaoshan, em uma região de Hunan onde a violência e o conflito de classes eram a norma, com levantes camponeses todos os anos desde a década de 1840. O pai de Mao era um pequeno camponês nascido na pobreza e endividado, que, sem a ajuda de ninguém, se tornou relativamente rico como agiota de uma aldeia e negociante de arroz (WOOD, 2022, p. 689).

Mao, como líder do Partido Comunista Chinês (PCC), desempenhou um papel crucial na unificação do país após décadas de guerra civil e instabilidade política. Sua habilidade em mobilizar as massas camponesas e operárias foi evidente na Longa Marcha, uma jornada épica que fortaleceu a base de apoio do PCC e demonstrou a resiliência de seus seguidores. Segundo a descrição incisiva de Kissinger:

À testa da nova dinastia que, em 1949, veio como uma avalanche do campo para tomar as cidades estava um colosso: Mao Zedong. Assertivo e implacável em sua influência, frio e impiedoso, poeta e guerreiro, profeta e opressor, ele unificou a China e lançou o país numa jornada que quase arruinou sua sociedade civil. Ao fim desse processo traumático, a China despontava como uma das maiores potências mundiais e o único país comunista, excetuando Cuba, Coreia do Norte e Vietnã, cuja estrutura política sobreviveu ao colapso do comunismo em todos os demais lugares (KISSINGER, 2011, p. 67).

Durante a Revolução Chinesa, Mao Zedong implementou políticas transformadoras que buscavam reestruturar a sociedade chinesa. A redistribuição de terras, a coletivização da agricultura e a nacionalização da indústria foram instrumentos-chave para a redução das desigualdades sociais e a consolidação do poder nas mãos do PCC.

A visão de Mao para a China ia além das transformações sociais; ele buscava também a industrialização acelerada do país. O Grande Salto Adiante, apesar de seus resultados desastrosos em termos de fome e sofrimento, foi uma

tentativa audaciosa de transformar a China de uma nação agrária para uma sociedade industrializada em um curto período. A Revolução Cultural, lançada por Mao na década de 1960, teve como objetivo consolidar ainda mais o poder do PCC, mas teve consequências desastrosas. A perseguição política, a supressão da intelectualidade e a destruição de elementos considerados "burgueses" afetaram profundamente a sociedade chinesa.

Apesar dos erros e excessos, o impacto de Mao na China foi profundo e duradouro. Sua liderança carismática e sua visão de uma China socialista e independente ressoaram com a população. A China emergiu como uma potência mundial sob seu governo, desafiando as potências ocidentais e consolidando-se como uma força significativa na Ásia.

Após a morte de Mao Zedong em 1976, a China passou por transformações significativas sob lideranças sucessoras, mas seu legado persiste. As reformas econômicas iniciadas por Deng Xiaoping nos anos 1980 representaram uma mudança em direção a uma economia de mercado, mas o sistema político de partido único introduzido por Mao permanece intacto.

## **2. A transição de Hua Goufeng**

Hua Guofeng emergiu, de forma inesperada, como a principal liderança chinesa durante dois anos, após a morte de Mao Zedong. Sua ascensão ao poder encontra-se diretamente relacionada ao segundo “exílio político” de Deng Xiaoping, conforme relatado por Kissinger (2011, p. 312):

As coisas chegaram a um ponto culminante com a morte de Zhou, em 8 de janeiro de 1976. Coincidindo mais ou menos com o Festival Qingming (dia de reverenciar os ancestrais), em abril, centenas de milhares de chineses visitaram o Monumento aos Heróis do Povo na praça Tiananmen a fim de prestar tributo à memória de Zhou, deixando coroas de flores e poemas no lugar. As homenagens revelaram uma profunda admiração por Zhou e um apetite pelos princípios de ordem e moderação que ele passara a representar. Alguns poemas continham uma crítica fracamente velada a Mao e Jiang Qing (mais uma vez usando a técnica predileta da analogia histórica). As homenagens foram removidas à noite, levando a um confronto entre a polícia e as pessoas (o que ficou conhecido como “Incidente de Tiananmen” de 1976). A Gangue dos Quatro persuadiu Mao de que as tendências reformistas de Deng haviam levado a protestos contrarrevolucionários. Dois dias após as homenagens enlutadas

a Zhou, Mao proibiu Deng de ocupar qualquer cargo no Partido. A posição de premiê em exercício foi para um pouco conhecido secretário provincial do Partido em Hunan chamado Hua Guofeng.

Hua Guofeng, cujo nome de nascimento era Su Zhu, nasceu em 1921, na província de Hunan, na China, em uma família de origem camponesa. Ele ingressou no Partido Comunista Chinês (PCC) em 1938 e, ao longo das décadas seguintes, serviu em várias posições políticas e militares, ganhando experiência nas províncias de Hunan e Jiangxi. Sua lealdade ao partido e suas habilidades de liderança o destacaram, levando-o a ocupar posições de destaque em sua carreira.

Como sucessor de Mao Zedong<sup>27</sup>, em setembro de 1976, Hua Guofeng adotou uma postura inicial de continuidade em relação às políticas de Mao Zedong, mas também mostrou uma inclinação para a moderação e para a restauração da estabilidade após os excessos da Revolução Cultural. Ele promoveu a reconstrução de instituições governamentais e buscou estabelecer uma atmosfera de maior racionalidade e ordem política.

No entanto, a liderança de Hua Guofeng foi efêmera.

O que faltava a Hua era base política. Ele fora alçado ao poder porque não pertencia a nenhuma das principais facções em disputa, a Gangue dos Quatro ou a ala dos moderados, de Zhou/Deng. Mas, assim que Mao se foi, Hua incorreu na suprema contradição de tentar combinar a adesão acrítica aos preceitos maoistas de coletivização e luta de classes com as ideias de Deng sobre modernização econômica e tecnológica (KISSINGER, 2011, p. 322).

Desta forma, ele acabou não agradando nenhum dos grupos políticos, o que tornou insustentável sua permanência no poder. Em 1978, Deng Xiaoping emergiu como uma figura poderosa no seio do PCC, apoiando reformas econômicas e políticas que divergiam das abordagens de Hua. O conflito entre os dois líderes culminou no Terceiro Plenário do 11º Comitê Central do PCC, realizado em 1978. Nesse plenário, Hua Guofeng perdeu sua posição de liderança, sendo substituído por Deng Xiaoping, que se tornou o líder efetivo da China. Após a perda de poder, Hua Guofeng manteve um perfil político

---

<sup>27</sup> Para demonstrar a confiança que tinha em seu sucessor, Mao Zedong disse a Hua Guofeng: “Com você no comando, estou à vontade”.

relativamente baixo e passou a maior parte de sua vida em funções secundárias e consultivas dentro do PCCh. Ele viveu até 2008, quando faleceu aos 87 anos. Sua passagem pelo poder foi curta, mas significativa, marcando um período de transição crucial na história política da China, à medida que o país se afastava das políticas maoístas e se voltava para reformas econômicas que o transformariam em uma potência econômica global.

No entanto, antes de deixar o poder, Hua Guofeng realizou, nas palavras de Kissinger (2011, p. 322), “um ato de transcendentais consequências”. Um mês após a morte de Mao Zedong, Hua aliou-se aos setores moderados do PCC – muitos deles que tinham sido vítimas da Revolução Cultural – e prendeu a Gangue dos Quatro, colocando um ponto final no ambiente caótico e persecutório implantado na China pela Revolução Cultural e que tinha nesse grupo um apoio importante.

### **3. Deng Xiaoping, o indestrutível**

“O indestrutível Deng” é título do capítulo 12 do livro de Henry Kissinger “Sobre a China”, publicado em 2011. A referência óbvia diz respeito às duas “ressurreições” políticas de Deng Xiaoping após ser destituído do poder por Mao Zedong.

Se Mao Zedong, como um dos maiores líderes revolucionários do século XX e principal figura do governo chinês até sua morte em 1976, deixou uma marca indelével na história mundial e chinesa, também seu sucessor, Deng Xiaoping, se constituiu como figura icônica e de extraordinária importância da história chinesa.

Deng Xiaoping nasceu em 1904 na Província de Sichuan. Filho de uma família relativamente próspera, teve acesso a uma educação sólida, indo, ainda bem jovem, no início dos anos 1920, estudar na França, onde passou a participar da Juventude Comunista Chinesa. Entre 1926 e 1927 estudou em Moscou, onde adquiriu conhecimentos sobre estratégia e tática militar, bem como sobre o marxismo-leninismo, o que influenciou profundamente sua posterior participação nas atividades políticas na China. Uma vez de volta à China engajou-se no Exército Vermelho, tendo participado ativamente nas Campanhas do Cerco (1930-34), na Longa Marcha (1934-35) e posteriormente na guerra contra os japoneses (1937-45).

Após a Segunda Guerra Mundial, durante a Guerra Civil Chinesa, Deng Xiaoping foi um dos comandantes militares de destaque do Exército Vermelho. Ele desempenhou um papel vital na liderança de tropas comunistas em várias campanhas militares, incluindo a Campanha de Huai-Hai, que foi decisiva para a vitória comunista. Ele era conhecido por sua competência militar, e sua habilidade tática desempenhou um papel crucial na derrota das forças nacionalistas lideradas por Chiang Kai-shek. Sua capacidade de planejamento estratégico e organização de unidades militares foi altamente valorizada pelo Partido Comunista Chinês (PCC). Além de suas habilidades militares, Deng também desempenhou um papel político e diplomático significativo. Ele esteve envolvido em negociações e acordos com representantes do governo nacionalista, tentando amenizar as tensões políticas e militares.

Após a vitória comunista, Deng ocupou vários cargos de liderança no novo governo chinês, incluindo posições no exército e no Partido Comunista Chinês. No entanto, ele enfrentaria desafios políticos e perseguições internas durante a Revolução Cultural nos anos subsequentes. Deng Xiaoping enfrentou perseguições significativas durante a Revolução Cultural (1966-1976), um período tumultuado na China liderado por Mao Zedong. Durante esse tempo, as facções radicais do Partido Comunista Chinês atacaram Deng por suas ideias pragmáticas e consideradas revisionistas em relação aos princípios marxistas-leninistas.

Em 1967, Deng foi destituído de todos os seus cargos e enviado para trabalhos forçados na província rural de Jiangxi. Ele sofreu humilhações públicas e críticas intensas por parte dos Guardas Vermelhos e dos radicais do Partido Comunista. Essa fase de perseguição foi particularmente difícil para Deng, que experimentou a perda de prestígio e a desgraça política.

Segundo Kissinger (2011, p. 321), após ter sido expurgado novamente do poder em 1976, perdendo todos seus cargos políticos, Deng Xiaoping só não foi preso devido à proteção que recebia por parte do Exército de Libertação Popular, que o manteve em bases militares

No processo de consolidação do poder, Deng Xiaoping deparou-se com muitas resistências. A principal delas estava relacionada à grande influência que o pensamento de Mao Zedong ainda exercia, mesmo depois de sua morte. Deng “encontrou a cúpula do PCC enleada no que se chamava a norma dos ‘dois o quê quer quê’: diante de qualquer problema, valia o quê quer quê Mao tivesse dito ou feito” (OLIVEIRA, 2003, p. 142). Tal postura colidia frontalmente com a perspectiva pragmática com a qual Deng Xiaoping pretendia governar a China

a partir do final dos anos 1970, cuja máxima era “a prática é o único critério da verdade”<sup>28</sup>.

Este novo direcionamento dado à economia chinesa foi exposto de forma plena por ocasião do XII Congresso do Partido Comunista Chinês, realizado em 1982. Além da abertura ao exterior, foram anunciadas também as denominadas “Quatro Modernizações”: Indústria, Agricultura, Ciência e Tecnologia e Forças Armadas<sup>29</sup>. Uma das condições essenciais para a implementação das novas diretrizes consistiu na “substituição maciça dos velhos quadros, em geral pouco educados, por jovens crescentemente profissionalizados” (OLIVEIRA, 2003, p. 142).

Até a ascensão de Deng Xiaoping, as condições essenciais para galgar os postos-chaves da estrutura de poder na China<sup>30</sup> estavam relacionadas às credenciais revolucionárias e ideológicas dos candidatos. A partir daí, observa-se com cada vez mais frequência a ascensão da tecnocracia, os denominados “engenheiros vermelhos”, pessoas que conseguiam aliar a intensa militância política a formação universitária.

A formação dessa tecnocracia encontra-se estreitamente relacionada ao nome de Jiang Nanxiang. Nanxiang, muito próximo a Mao Zedong, foi Ministro da Educação e, entre 1952 e 1966, presidiu a Universidade Qinghua, de Pequim. Os eventos relacionados à Revolução Cultural mantiveram-no afastado da política chinesa até a reabilitação de Deng Xiaoping, o qual chamou Nanxiang para a Conferência Nacional de Ciência (1978), atribuindo a ele, em seguida, a Vice-Presidência da Comissão Estatal de Ciência e Tecnologia. Enquanto esteve à frente da Universidade Qinghua, Jiang Nanxiang criou um Sistema dos Conselheiros Políticos, visando recrutar a elite acadêmica e que

---

<sup>28</sup> Segundo Kissinger (2011, p. 325), “Deng invocava a fórmula pela qual Mao havia julgado Stalin – de que estivera 70% correto e 30% errado –, sugerindo que o próprio Mao talvez merecesse uma proporção ‘70-30’”.

<sup>29</sup> O idealizador das “Quatro Modernizações” foi Chu En-lai, um dos grandes líderes da Revolução Chinesa e com quem Deng estabeleceu forte amizade e convivência durante décadas, desde que se conheceram na França nos anos 1920.

<sup>30</sup> A estruturação do poder na China tem no seu estrato superior as duas instâncias mais importantes do Partido Comunista Chinês (PCC), o Comitê Central (CC) e o Bureau Político (BP), sendo o Comitê Permanente (CP) do BP, o efetivo governo da China. Para chegar ao Comitê Permanente, é necessário que o dirigente tenha ascendido anteriormente ao Comitê Central, para o qual “converge a nata dos dois corpos militantes que fizeram e continuam a sustentar a Revolução Chinesa: o PCC e o ELP (Exército de Libertação Popular)” (OLIVEIRA, 2003, p. 138-9).

apresentasse conjuntamente um “bom desempenho político”. Constituiu assim, um “celeiro de futuros dirigentes”, de modo que, “na fase modernizadora impulsionada por Deng Xiaoping, foi possível detectar a presença em altos cargos da república de membros da renda tecida por Jiang Nanxiang” (OLIVEIRA, 2003, p. 140). Entre os membros de destaque do que ficou conhecida como “a máfia de Qinghua”, destaca-se, por exemplo, Hu Jintao, Secretário- Geral do Partido Comunista Chinês e principal dirigente entre 2002 e 2012.

No que diz respeito à modernização da área de ciência e tecnologia, Deng empreendeu uma árdua tarefa relacionada à reabilitação da comunidade científica, seriamente atacada e desmoralizada durante a Revolução Cultural. Ao assumir o comando da China em 1978, após anos de instabilidade política e econômica durante a Revolução Cultural, fez questão de reconhecer, da forma mais ampla possível, a importância da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento da China. Ele lançou uma série de reformas destinadas a revitalizar o setor. Uma das mudanças mais significativas foi o foco no princípio “ciência e tecnologia são as principais forças produtivas”, que serviu como uma diretriz fundamental para o desenvolvimento econômico do país. Ao classificar as atividades de ciência e tecnologia entre as “forças de produção” e não mais como parte da “superestrutura”, Deng Xiaoping ensinou “a aceitação dos cientistas e intelectuais como partes da própria classe operária” (OLIVEIRA, 2023, p. 140)

Para alcançar o objetivo de posicionar a China como potência tecnológica, Deng Xiaoping promoveu a abertura da China ao mundo exterior, incentivando investimentos estrangeiros e a colaboração internacional em pesquisa e desenvolvimento. Isso resultou em um influxo de conhecimento e recursos técnicos, impulsionando o progresso científico do país. Além disso, instituiu políticas que enfatizavam a importância da educação e da formação de recursos humanos qualificados. Ele reconheceu que a China precisava de cientistas, engenheiros e tecnólogos bem treinados para competir no cenário global. Programas educacionais e de pesquisa foram ampliados e modernizados, com investimentos significativos em universidades e instituições de pesquisa.

O Plano de Desenvolvimento de Alta Tecnologia, lançado em 1986, foi um marco importante nesse processo. Esse plano visava impulsionar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias de ponta em setores estratégicos, como eletrônica, biotecnologia, informática e energia. Essa iniciativa resultou no

crescimento de empresas de tecnologia chinesas líderes mundiais, como a Huawei e a Tencent<sup>31</sup>.

Ademais, Deng Xiaoping apoiou a criação de zonas econômicas especiais, como Shenzhen, que se tornaram centros de inovação e desenvolvimento tecnológico. Essas zonas proporcionaram um ambiente favorável para empresas de tecnologia e *startups*, incentivando o empreendedorismo e a inovação. A visão de Deng Xiaoping para a modernização da ciência e tecnologia na China não era apenas sobre o desenvolvimento econômico, mas também sobre a construção de uma base sólida para o progresso social e a qualidade de vida. Seu legado nesse campo é inegável, e a China continua a colher os frutos de suas reformas, emergindo como um líder global em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica.

Agindo de forma coerente com suas diretrizes quanto à necessidade de adoção de limites de idade e duração dos mandatos – e também como forma de encaminhar sua sucessão – Deng, então com 84 anos, renunciou voluntariamente à condição de membro do Bureau Político e do Comitê Central do PCC, iniciando o processo efetivo de transição do poder.

Dois líderes importantes que emergiram durante as reformas econômicas dos anos 1980 foram Hu Yaobang e Zhao Ziyang. Hu Yaobang, um protegido de Deng Xiaoping, assumiu o cargo de Secretário Geral do Partido Comunista da China em 1981, tornando-se uma figura chave no governo. Ele foi visto como uma voz reformista, defendendo a liberalização política e a abertura do sistema político chinês. No entanto, suas políticas progressistas provocaram controvérsias dentro do partido, o que levou a protestos estudantis em 1986 e 1987. Hu Yaobang foi forçado a renunciar em 1987, criando uma crise de liderança no partido.

Zhao Ziyang, outro líder reformista, sucedeu a Hu Yaobang como Secretário Geral do Partido Comunista em 1987. Zhao continuou a promover reformas políticas e econômicas, buscando um caminho de modernização e abertura para o mundo. No entanto, seu apoio aos manifestantes pró-democracia durante os protestos na Praça Tiananmen, em 1989, levou a um conflito com líderes conservadores dentro do partido. Como resultado, Zhao foi

---

<sup>31</sup> Antes mesmo de assumir o poder, em maio de 1977, Deng fez um discurso no qual enfatizava a necessidade da China “fazer melhor” do que a Restauração Meiji” (Cf. KISSINGER, 2011, p. 325)

destituído de todos os seus postos no governo e colocado sob prisão domiciliar até sua morte em 2005.

A crise na liderança provocada pelos eventos de Tiananmen Square em 1989 levou a uma escolha mais conservadora para liderar a China. Jiang Zemin foi escolhido para suceder Zhao Ziyang como Secretário Geral do Partido Comunista em 1989 e posteriormente tornou-se o Presidente da China em 1993.

A sucessão de Deng Xiaoping e a transição da liderança de Hu Yaobang a Zhao Ziyang e, finalmente, a Jiang Zemin refletem as complexas dinâmicas políticas e ideológicas dentro do Partido Comunista Chinês durante o período pós-Mao. Deng Xiaoping desempenhou um papel central nessa transição, orientando o partido em direção a reformas econômicas enquanto reprimia a dissidência política, estabelecendo as bases para a China contemporânea.

É interessante observar como a influência de Deng Xiaoping ainda se faria sentir por muito mais tempo na política chinesa, extrapolando em muito seu período de vida – Deng morreu em 1997 –, pois, segundo Lyrio (2010, p. 95):

Deng Xiaoping foi o principal responsável pela escolha não apenas de Jiang Zemin, mas também do sucessor deste, Hu Jintao, que assumiria o poder em 2002. De comum entre os novos líderes havia a formação tecnocrática, a moderação ideológica, certo conservadorismo político e a capacidade de compromisso dentro do Partido. As indicações de Jiang e Hu por Deng pareciam demonstrar a intenção de privilegiar sucessores capazes de trilhar uma linha intermediária entre dois extremos, de um lado, a chamada “nova esquerda”, que criticava a abertura econômica e o privatismo, e chegou a clamar, nos anos 1990, pela volta à coletivização do “Grande Salto Adiante” e à democracia direta da “Revolução Cultural”, e, de outro, os intelectuais liberais, na sua maioria fora do PCC, que defendiam reformas políticas mais ousadas.

Desta forma, podemos perceber uma linha de continuidade na política chinesa a partir de Deng, sob as lideranças de Jiang Zemin e Hu Jintao, intentando a busca de um ponto intermediário, de equilíbrio, entre duas linhas antagonistas dentro da elite dirigente chinesa, que pudessem ensejar um “caminho conciliatório” do ponto de vista da gestão econômica, sem jamais renunciar à centralização do poder político nas mãos do Partido Comunista Chinês.

#### 4. Jiang Zemin, reformas com moderação

Jiang Zemin representou uma liderança mais pragmática e menos inclinada às reformas políticas do que seus antecessores. Ele guiou a China em direção a uma economia de mercado de forma contida, mantendo um controle rigoroso sobre o partido e a sociedade.

Jiang, nascido em 1926, procedente de uma família de militantes políticos,

perdeu o pai muito cedo e foi adotado por um tio, também falecido antes da vitória comunista, em condições que lhe garantiram ser incluído no rol dos ‘mártires do partido’. Isso proporcionou ao órfão facilidades para formar-se em engenharia pela prestigiosa Universidade Jiaotong, de Xangai, e ir fazer pós-graduação na União Soviética (OLIVEIRA, 2003, p. 143).

Sua carreira política alcançou grande projeção no período que permaneceu como Secretário do PCC em Xangai, notadamente durante as manifestações da Praça Tiananmem, em 1989, quando conseguiu lidar de forma determinada, mas sem derramamento de sangue. Sua indicação por Deng Xiaoping foi recebida com grande ceticismo por parte da maior parte da classe política chinesa, jornalistas e acadêmicos estrangeiros, que o viam como

político sem carisma, desprovido de bases próprias de poder e, de modo geral, incompetente. Num comentário publicado na edição de junho de 1990, o correspondente do New York Times referia-se à opinião corrente em Pequim de que Jiang Zemin não sobreviveria no poder, ‘dois anos após a morte de Deng Xiaoping’ (OLIVEIRA, 2003, p. 144).

Jiang assumiu o comando da China num contexto bastante desfavorável, marcado pelo colapso do “socialismo real” na Europa Oriental, pressões sobre o regime chinês em virtude dos acontecimentos da Praça da Paz Celestial, redução da entrada de capitais externos e desaceleração da taxa de crescimento da economia. Tudo isso colaborava para que a velha guarda do PCC se sentisse mais à vontade para expressar seu descontentamento com as reformas de Deng Xiaoping.

No entanto, a despeito dessa situação bastante delicada, Jiang Zemin conseguiu se sair muito bem, revelando qualidades políticas insuspeitadas que lhe permitiram afirmar-se como um dos grandes líderes mundiais do final do

século XX. Em primeiro lugar, pode se destacar seu pragmatismo. Enfrentando a difícil tarefa de consolidar o poder após os eventos de Tiananmen em 1989, ele adotou uma abordagem moderada para as reformas econômicas e políticas. Sua liderança focada na estabilidade e no desenvolvimento econômico permitiu à China evitar convulsões internas enquanto promovia a recuperação da economia, com um crescimento econômico robusto e constante. Ele soube se adaptar às demandas da economia de mercado e ao crescente papel do setor privado na economia, ao mesmo tempo em que mantinha o controle político centralizado. Sua habilidade em equilibrar esses interesses foi fundamental para o sucesso contínuo da China.

O mandato de Jiang Zemin à frente da China foi marcado por uma série de realizações econômicas notáveis que desempenharam um papel fundamental no crescimento e na modernização da nação. Durante seu tempo no poder, a China experimentou uma transformação econômica notável que a posicionou como uma potência econômica global. Em primeiro lugar, Jiang manteve o ímpeto das reformas econômicas iniciadas sob a liderança de Deng Xiaoping. Isso incluiu a expansão das zonas econômicas especiais, a liberalização do comércio exterior e o incentivo ao investimento estrangeiro. Essas medidas contribuíram de forma decisiva para o crescimento acelerado da economia chinesa. O Produto Interno Bruto (PIB) do país cresceu a uma média de cerca de 10% ao ano durante seu mandato, um feito notável que contribuiu significativamente para a redução da pobreza e o aumento do padrão de vida da população chinesa. Esse crescimento tornou-se exequível por conta da maior integração da China à economia global, mediante um crescimento exponencial das exportações chinesas, tornando-a um dos maiores players mundiais. A coroação desse processo deu-se com o ingresso na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, um passo crucial que abriu ainda mais mercados internacionais para os produtos chineses e promoveu o comércio exterior.

Conquanto a ênfase fundamental do crescimento tenha recaído sobre a indústria, Jiang Zemin implementou políticas que buscaram modernizar o setor agrícola chinês. Isso incluiu a reforma da propriedade da terra, a promoção de tecnologias agrícolas avançadas e o incentivo à diversificação das atividades agrícolas. Essas medidas contribuíram para aumentar a produtividade agrícola e melhorar a segurança alimentar.

Uma outra linha de frente à qual a China aprofundou seu engajamento nos anos 1990 diz respeito ao desenvolvimento da indústria de alta tecnologia. Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, bem como a promoção de

setores como tecnologia da informação, telecomunicações e manufatura avançada constituíram-se como elementos fundamentais da estratégia chinesa. Para isso também contribuiu a maior participação do capital externo. Houve a promoção de políticas favoráveis aos negócios, incluindo a simplificação de procedimentos de licenciamento e a proteção dos direitos de propriedade intelectual, incentivando assim um aumento constante de investimentos estrangeiros no país.

Jiang Zemin também priorizou o desenvolvimento da infraestrutura, incluindo redes de transporte e comunicações, que foram essenciais para sustentar o rápido crescimento econômico da China e facilitar a distribuição de produtos em todo o país. Jiang Zemin também se destacou por sua habilidade diplomática. Durante seu mandato, ele desenvolveu relações positivas com vários líderes e países ao redor do mundo. Isso incluiu a construção de laços sólidos com os Estados Unidos, uma relação que, apesar de altos e baixos, provou ser fundamental para a estabilidade global. Sua capacidade de manter um equilíbrio nas relações internacionais fortaleceu a posição da China no cenário mundial.

Do ponto de vista da política interna, a atuação de Jiang Zemin desempenhou um papel crucial na consolidação do poder após a era de Deng Xiaoping. Ele conseguiu manter o controle sobre o Partido Comunista e o governo, garantindo uma transição de liderança relativamente suave e a continuação das reformas econômicas iniciadas por Deng. Ele promoveu o conceito de "Três Representações", que buscava alinhar o Partido Comunista com os interesses da população e adaptá-lo aos desafios da China moderna. Essa abordagem foi fundamental para manter a relevância do partido em uma sociedade em rápida transformação.

Todavia, cabe notar que isso não o isentou de sofrer críticas significativas no que diz respeito ao respeito aos direitos humanos e à liberdade de expressão. Sua administração manteve um controle rigoroso sobre a dissidência política, o que gerou controvérsias tanto dentro como fora da China.

## **5. Hu Jintao**

Em novembro de 2002, por ocasião do XVI Congresso do PCC, operou-se a mudança de comando da terceira para a quarta geração de dirigentes chineses pós-Revolução, com a escolha de Hu Jintao como secretário-

geral. Em março do ano seguinte, ele é eleito presidente da República Popular da China, consolidando seu poder.

Hu Jintao, que em 2010 seria escolhido pela Revista Forbes como a pessoa mais poderosa do mundo, nasceu em 1942 em Jiangsu, no leste da China. Depois de ter se formado em engenharia elétrica<sup>32</sup>, construiu uma carreira profissional atuando na construção de barragens, participando inclusive dos estudos relativos à construção da maior usina hidrelétrica do mundo, Três Gargantas.

A carreira política de Hu Jintao insere-se de forma paradigmática no grupo de tecnocratas que consegue ascender ao poder a partir das mudanças políticas implementadas por Deng Xiaoping no final dos anos 1970. Membro de destaque da chamada “máfia de Qinghua”, como mencionado acima, a ascensão de Hu Jintao na política chinesa começou a se tornar mais evidente na década de 1980, quando serviu como secretário do Partido Comunista na província de Guizhou e posteriormente na província de Tibet.

Para Hu, o acontecimento seguinte teve lugar na Escola Central do Partido em Pequim, onde, em 1982, ele chamou a atenção de Hu Yaobang, então secretário-geral do Partido. Isso levou a uma rápida promoção à posição de secretário do Partido em Ghizhou, no remoto sudoeste chinês; aos 43 anos, Hu Jintao era o mais jovem secretário do Partido na história do Partido Comunista. Sua experiência em Ghizhou, uma província pobre com significativa presença de minorias, preparou Hu para sua incumbência seguinte, em 1988, como secretário do Partido para a região autônoma do Tibete (KISSINGER, 2011, p. 469).

Durante sua estadia no Tibet, Hu Jintao ganhou experiência na gestão de regiões de importância estratégica e enfrentou desafios relacionados à estabilidade social e ao controle étnico, o que se tornaria um tema recorrente em sua carreira. No entanto, foi sua nomeação como Secretário do Partido Comunista no Tibete, em 1988, que teve um impacto duradouro em sua carreira. Tibet era uma região de grande importância estratégica e política devido à sua população tibetana e às tensões étnicas e culturais. Durante seu mandato em Tibet, Hu Jintao enfrentou o desafio de manter a estabilidade e a unidade em

---

<sup>32</sup> Conforme anotado por Kissinger (2011, p. 469) Hu estava “entre os últimos estudantes a receber ensino superior formal antes que o caos da Revolução Cultural fechasse as universidades”.

meio a protestos e críticas ao governo chinês. Sua abordagem foi uma mistura de repressão e incentivo ao desenvolvimento econômico, uma estratégia que se tornaria uma característica de seu estilo de liderança.

Hu Jintao também adquiriu experiência em questões militares durante esse período, sendo nomeado Secretário Geral Adjunto da Comissão Militar Central. Isso o aproximou das esferas de poder militar, o que seria fundamental para sua futura liderança da China. À medida que a China avançava para a década de 1990 e início dos anos 2000, Hu Jintao se tornou mais proeminente no cenário nacional. Em 1992, ele foi eleito membro do Comitê Permanente do Politburo do Partido Comunista. Sua ascensão na hierarquia do partido foi gradual, mas constante, e refletiu sua reputação como um líder competente e pragmático. Em 2002, Hu Jintao alcançou o ápice de sua carreira ao ser nomeado Secretário Geral do Partido Comunista da China, sucedendo a Jiang Zemin.

A presidência de Hu Jintao foi marcada por uma abordagem pragmática e uma ênfase na estabilidade e no desenvolvimento econômico. Ele promoveu o conceito de "Harmonia Social" e enfatizou a importância de um crescimento econômico sustentável. Sob sua liderança, a China continuou a crescer como uma potência econômica global, com um forte foco em questões de desenvolvimento interno e redução da pobreza.

Hu Jintao também foi conhecido por seu estilo de liderança mais reservado e pragmático em comparação com alguns de seus predecessores. Ele defendeu uma abordagem diplomática que buscava manter relações harmoniosas com outras nações e evitar conflitos abertos. Sua administração enfrentou questões críticas, como as tensões étnicas no Tibete e o rápido crescimento econômico da China, que trouxeram enormes desafios políticos e sociais.

O desempenho da economia chinesa durante o mandato de Hu Jintao como líder supremo da China foi notável por seu crescimento contínuo e a ascensão da China como uma potência econômica global. Durante esse período, Hu Jintao e sua equipe de liderança priorizaram o desenvolvimento econômico sustentável e a estabilidade social como pilares de sua administração. Durante seu mandato, a China experimentou taxas de crescimento econômico impressionantes, frequentemente atingindo dois dígitos anualmente. Esse crescimento foi impulsionado por uma série de fatores, incluindo investimentos em infraestrutura, industrialização e exportações. Uma outra característica marcante do desenvolvimento econômico chinês nesse período diz respeito à

ênfase ao desenvolvimento das regiões interiores da China, buscando-se reduzir as disparidades econômicas entre as áreas urbanas costeiras e o interior do país. Isso incluiu o lançamento de políticas e programas para incentivar o desenvolvimento do oeste da China, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e reduzir a pobreza nessas áreas. Assim, Segundo Kissinger (2011, p. 502), entre as tarefas a que se propôs Hu Jintao, além da “missão árdua sem precedentes” do combate à corrupção e a promoção de “maior transparência do processo político, incluiu-se também “campanha de desenvolvimento do Oeste”, planejada para estimular províncias pobres do interior, entre elas as três onde Hu morou.

Hu Jintao introduziu o conceito de "Harmonia Social" como uma diretriz para equilibrar o desenvolvimento econômico com questões sociais e ambientais. Isso incluiu um foco na redução da desigualdade e na promoção do bem-estar social. Trata-se de uma proposta que trazia uma crítica implícita à orientação do governo anterior, de Jiang Zemin.

O conceito de “sociedade harmoniosa” (Heshie Shehui), atribuído a Hu Jintao, é, um contraponto ao modelo de ênfase no crescimento econômico a todo custo, de Jiang Zemin, que teria gerado elevado crescimento, mas também aumentado a descentralização política (autonomia provincial) e tensões decorrentes da desigualdade social. Enquanto Jiang Zemin falava em atingir, até 2020, uma “sociedade modestamente próspera” (“Xiaokang Shehui”), Hu Jintao fala de atingir, no mesmo ano, uma “sociedade harmoniosa” (LYRIO, 2010, p. 46).

É importante destacar que essas intenções de Hu não ficaram apenas como objeto de retórica, mas tornaram-se, efetivamente, políticas públicas:

Em linha com as teses apregoadas pelo Governo Hu Jintao em favor de um crescimento econômico mais equânime e harmonioso, cresceram de modo significativo as transferências de recursos para o campo e os incentivos fiscais e creditícios para investimentos privados em regiões menos desenvolvidas do interior, com o objetivo de elevar o padrão de vida e o consumo rural (LYRIO, 2010, p. 46).

Cabe notar também que foi durante seu período de liderança que ocorreu a crise financeira global de 2008. Durante essa crise, o governo chinês adotou medidas de estímulo significativas para manter o crescimento econômico, ensejando que a China emergisse relativamente ileso da crise, o

que fortaleceu sua posição como uma potência econômica em crescimento. Em 2012, Hu Jintao concluiu seus dez anos de liderança como presidente, seguindo o princípio de limite de dois mandatos, estabelecido pelo Partido Comunista. Ele foi sucedido por Xi Jinping, que se tornou o novo líder da China.

Em uma de suas últimas aparições públicas, Hu Jintao protagonizou um episódio que causou certo constrangimento ao presidente Xi Jinping e toda a cúpula do PCC. Em imagens que foram transmitidas para todo o mundo, durante o XX Congresso do PCC, Hu Jintao, então com 79 anos e que se encontrava sentado ao lado de Xi Jinping é retirado da mesa contra sua vontade.

Hu estava sentado em uma cadeira nas primeiras fileiras do Grande Salão do Povo quando foi abordado por um funcionário, que o puxava para cima e fazia gestos pedindo para que o político se levantasse. Se mostrando contrário à suposta expulsão, o ex-líder chinês tentou dialogar com os homens que o cercavam, mas não teve sucesso. No fim, ele se levantou e saiu andando, tendo um de seus braços segurados<sup>33</sup>.

Não houve qualquer explicação por parte do governo chinês, mas as especulações remetem desde a fragilidade do estado de saúde mental de Hu Jintao até uma demonstração de poder inequívoco de Xi Jinping. A BBC especulou que se trataria de *“um líder que representa o passado sendo simbolicamente removido”*<sup>34</sup>.

## 6. Xi Jinping

A ascensão de Xi Jinping ao poder na China marcou uma nova era na liderança do Partido Comunista Chinês (PCC) e teve profundas repercussões tanto internas quanto externas. Xi Jinping assumiu a presidência da República Popular da China em 2012, e desde então, tem consolidado seu poder de maneira notável, implementando reformas significativas e fortalecendo a posição da China no cenário mundial.

No final de 2012, um novo líder chinês foi nomeado – um administrador provincial até então comum, Xi Jinping, filho de Xi

---

<sup>33</sup> <https://www.poder360.com.br/internacional/ex-lider-chines-hu-jintao-e-retirado-de-congresso-do-partido/>. Capturado em 14/10/2023.

<sup>34</sup> <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-63360210.%20Capturado%20em%2014/10/2023>.

Zhongxun, que havia sido aliado de Deng em Guangdong em 1979. Nascido em 1953, o jovem Xi testemunhou de perto o caos e a crueldade da Revolução Cultural; seu pai foi expurgado e humilhado, sua casa foi destruída, sua mãe foi obrigada a condenar publicamente o marido e sentenciada a trabalhos forçados; sua meia-irmã cometeu suicídio. O próprio Xi foi enviado ao campo de Yan'an para se "reeducar" em 1969, após a queda de seu pai, uma época agora vista como parte de seu mito (WOOD, 2022, p. 806).

Após a passagem de bastão de Hu Jintao, que culminaram no anúncio da agenda do 18º Congresso Nacional do PCC, "*O Sonho da China*", (*Zhongguo de mengxiang*) sendo divulgado posteriormente em três momentos: em visita de inspeção ao sul da China, em dezembro de 2012; em sessão do Comitê Permanente do Politburo, no final de janeiro de 2013 e, por fim, na 12ª reunião da Assembleia Nacional Popular em março de 2013, Alexandre Carriço, pontua sobre os discursos que não estão disponíveis na íntegra. Ainda temos noção do retrato desejado por Xi para ser explanado, através do "*O Sonho da China*", (*Zhongguo de mengxiang*)

Ainda que o texto integral dos três discursos não esteja disponível, alguns trechos avulsos têm sido divulgados, os quais demonstram uma conceptualização interessante no que concerne ao plano interno e no plano externo uma aparente «evolução na continuidade» pela repetição ad nauseum da liturgia do «desenvolvimento pacífico» e de «mundo harmonioso».

Xi declarou que «o sonho da China é o sonho de uma nação forte, e para o EPL é o sonho de ser forte. Para alcançarmos o grande renascimento da nação chinesa deveremos garantir a simbiose entre um país próspero e umas forças armadas fortes (CARRIÇO, 2013, p. 027).

Xi Jinping é conhecido por sua abordagem centralizada e autoritária, buscando fortalecer a coesão interna do PCC e eliminar qualquer forma de dissidência. Sua campanha anticorrupção, lançada logo após assumir o cargo, visava purgar o partido de práticas corruptas, mas também foi percebida por muitos como uma ferramenta para consolidar seu poder e eliminar rivais políticos.

Diversos investigadores chineses, civis e militares consideram que a posição de Xi implicava que o país deveria deixar a imagem de vítima.

O país deverá agora abandonar a sua «mentalidade de vítima» (shouhaizhe xintai) e exponenciar a «cultura do dragão» (long wenhua) assente na harmonia (hexie lun) e na possibilidade de existir simbiose no sistema internacional – apesar das contradições intrínsecas deste – da prevalência de estereótipos (qian pian yulu) e de conflitos mútuos (huxang chongtu). (CARRIÇO, 2013, p. 27).

No cenário internacional, a ascensão de Xi Jinping coincidiu com a assertividade crescente da China. A iniciativa *Belt and Road*<sup>35</sup>, um ambicioso projeto de infraestrutura global, busca expandir a influência chinesa em todo o mundo. As tensões com os Estados Unidos e outros países em questões como comércio, segurança cibernética e disputas territoriais no Mar do Sul da China têm sido características marcantes do seu governo.

Desde então [2014], Xi tem perseguido esse objetivo [“redescoberta da grandeza da civilização chinesa”], empregando um poder tanto severo quanto suave, para afirmar a superioridade do partido, e apoiando o crescimento maciço da segurança interna e da tecnologia de vigilância. Ele articulou um nacionalismo vigoroso para glorificar a história chinesa no cenário mundial e também buscou influência global e liderança regional em várias frentes. Em 2013, os chineses ocuparam as ilhas no mar da China Meridional (*nanyang*), através das quais flui um terço de todo o comércio marítimo global, construindo bases e pistas de pouso nas ilhas Spratly entre o Vietnã e as Filipinas, pontos desabitados aos quais a China não tinha nenhuma reivindicação histórica. (WOOD, 2022, p. 808).

Xi Jinping reorganiza assim como Hu Jintao a política externa, tendo como foco segundo Nathan e Zhang, “um novo tipo de relação com as grandes potências” (*xinxing daguo guanxi*), tendo como finalidade principal a mudança de comportamento e postura chinesa, passando a assumir a figura de “*grande potência*”, principalmente em relação aos EUA e as demais potências.

---

<sup>35</sup> “No mesmo ano [2014], o presidente Xi anunciou a iniciativa “Belt and Road”, um projeto de infraestrutura de 1 trilhão de dólares para ligar a China ao mundo por terra e mar, com foco especialmente nas rotas terrestres da antiga Rota da Seda. Foi caracterizado por observadores como “um Plano Marshall chinês, uma campanha apoiada pelo Estado para o domínio global, um pacote de estímulo para uma economia em desaceleração, e uma campanha de marketing massiva para algo que já estava acontecendo – o investimento chinês em todo o mundo”. É um projeto de infraestrutura de escala e ambição extraordinárias” (WOOD, 2022, p. 809-10).

Em 2012, Xi Jinping, que na ocasião ainda ocupava o cargo de Vice- Presidente, realizou uma adaptação, assim como o fez Hu Jintao, dos tradicionais “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, criados durante a P.E maoísta. A novidade trazia por Xi Jinping foi referida a criação de “um novo tipo de relação com as grandes potências” (xinxing daguo guanxi), na qual seria respeitado o interesse de uma parte da relação, sem buscar por uma dominância (NATHAN; ZHANG, 2021, p. 3). A novidade consta sobre o tratamento de uma relação da China como uma grande potência, que precisaria desenvolver um novo tipo de relação com outras potências, principalmente com os EUA. (CASTELLI, 2023, p. 82).

As mudanças iniciais de Xi, estão atreladas ao Mao Zedong, e retomam em forma de continuação a ajuda externa sem escambo,

Logo nas primeiras movimentações da P.E de Xi Jinping, é clara a referência à abordagem histórica e a continuidade de estratégia do país, ao referenciar princípios criados durante a P.E de Mao Zedong. Durante a transição entre os governos, muitas políticas foram continuadas e passaram a servir de base para a construção da PE do novo líder. Uma destas políticas, que pode ser vista desde a PE de Mao Zedong voltada para a ajuda internacional ao Terceiro Mundo, foi a continuidade que Xi Jinping deu, em 2014, ao “second white paper on foreign aid”, reiterando o compromisso firmado em 2011 por Hu Jintao (JING, 2015, p.2; ZHANG, J., 2015, p. 14). Destacando que, segundo a autora Jing Gu, ambas os documentos mantinham um foco de oferecer ajuda externa sem condicionar a política externa dos beneficiários (JING, 2015, p. 2) (CASTELLI, 2023, p. 83-84).

Internamente, Xi Jinping introduziu uma série de reformas econômicas e sociais. O programa "Made in China 2025" busca posicionar a China como líder global em setores estratégicos, como inteligência artificial, tecnologia da informação e energia renovável. Ao mesmo tempo, medidas foram implementadas para fortalecer a segurança social e promover uma distribuição mais equitativa da riqueza.

Para o observador externo no final de 2012, quando Xi assumiu, não estava claro por qual caminho a nova liderança levaria o país e se de fato o caminho de reforma econômica de Deng poderia finalmente continuar no reino da política. Mas depois de um ou dois anos os sinais tornaram-se claros. O próprio Xi, como

expressou um diplomata dos Estados Unidos, “repelia a comercialização abrangente da sociedade chinesa, com seus novos ricos, corrupção oficial, perda de valores, dignidade e autorrespeito” (WOOD, 2022, p. 807).

Ainda, fortalece a figura e posição patriarcal do PCC e estabelecendo e identificando a lei fundamental. Vale ressaltar a ponderação assumida pelo Partido, ao modificar a Constituição e não permitir margens ou preceitos a serem questionados.

Dito de outro modo, o PCC continuará a exercer o seu papel patriarcal, acima de qualquer lei, incluindo a Constituição. O preâmbulo da lei fundamental não deixa margem para dúvidas nessa matéria. Mais uma vez, o PCC evidencia a sua capacidade adaptativa aos movimentos potencialmente contestatários que, neste caso, vêm pugnando pelo cumprimento de uma Constituição paradoxalmente liberal para um regime comunista (CUNHA, 2015, p. 36).

No campo político, Xi Jinping concentrou poderes consideráveis em suas mãos, abolindo o limite de dois mandatos presidenciais, o que lhe permite permanecer no cargo por tempo indeterminado. Essa centralização de poder levantou preocupações sobre o retrocesso nas reformas políticas que alguns esperavam com o desenvolvimento econômico na China.

A abordagem de Xi Jinping em relação aos direitos humanos também tem sido objeto de críticas. Restrições à liberdade de expressão, a crescente vigilância do Estado e o tratamento de minorias étnicas, como os uigures, têm gerado preocupações internacionais e levantado questões sobre os princípios fundamentais dos direitos humanos na China. Em 28 de janeiro de 2013, Xi apropria-se da certeza, e em desmistificar as dúvidas sobre a atuação chinesa e explanar o novo cenário chinês, sendo este o terceiro pré-requisito, os outros dois, Carriço explana de forma interessante.

De uma forma sintética o conceito assenta em três pré-requisitos essenciais para o «renascimento da China» (Zhongguo wenyi fuxing): «a continuação do modelo específico de desenvolvimento chinês; a consolidação do espírito patriótico chinês; e a concentração e cristalização do poder da China» – os quais não deixam de gerar uma interessante comparação com os três pilares ideológicos que estiveram na base da fundação do Kuomintang: nacionalismo, democracia e bem-estar da população. Os dois primeiros pré-requisitos têm uma dimensão

autárquica, procurando equilibrar uma dimensão ideológica e coletivista (socialismo) com a dimensão individual (enriquecimento), quando sublinha que «o sonho da China» é o «sonho de todos os chineses» numa «fase crítica de rejuvenescimento da grande nação chinesa» (CARRIÇO, 2013, p. 27).

Desta forma, podemos dizer que a ascensão de Xi Jinping ao poder na China representa uma fase de mudanças profundas e desafios significativos. Se por um lado, suas políticas têm impulsionado o desenvolvimento econômico e a assertividade internacional da China, por outro, levantam preocupações sobre o preço pago em termos de direitos individuais e liberdades políticas.

## **Considerações Finais**

A China com as mudanças de postura, assumindo o poder que lhe pertence, tem atraído olhares do Brasil e do Mundo, principalmente para as pesquisas. Dentre os motivos para ter despertado interesse, está o avanço e a tomada de posição como uma grande potência, frente aos demais países, isto comparado efetivamente por números e dados com EUA, após o fim da Segunda Guerra Mundial.

Isso se reflete de forma clara no posicionamento assumido pelos diversos líderes chineses ao longo dos últimos setenta e cinco anos, desde a Revolução Chinesa. Todos esses líderes são figuras centrais na história contemporânea da China, cada um contribuindo de maneira única para a evolução do país.

Mao, o fundador da República Popular da China, liderou a Revolução Chinesa em 1949, estabelecendo a base do governo comunista. Seu regime, porém, foi marcado por campanhas ideológicas, como o Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural, que tiveram consequências desastrosas em termos de fome e perseguições políticas. Deng Xiaoping, por sua vez, emergiu como o arquiteto das reformas econômicas que transformaram a China nas últimas décadas do século XX. Suas políticas de abertura e modernização econômica incentivaram o investimento estrangeiro, impulsionaram o crescimento econômico e elevaram milhões de chineses da pobreza. Deng também defendeu a estabilidade política, marcando uma mudança em relação ao radicalismo de Mao. Jiang Zemin, sucessor de Deng, consolidou as reformas econômicas e promoveu a modernização tecnológica. Seu governo testemunhou a ascensão

da China como uma potência global, especialmente nas áreas de tecnologia e comércio. Jiang também enfrentou desafios internos, como os protestos em Tiananmen, mas manteve a estabilidade política. Hu Jintao, por sua vez, buscou uma abordagem mais equilibrada entre crescimento econômico e desenvolvimento social. Seu governo focou em questões como redução da pobreza, melhoria da educação e desenvolvimento sustentável. Hu também reforçou a diplomacia chinesa, expandindo a influência global do país.

Hoje, a China é uma potência econômica e política, resultado das contribuições desses líderes. A combinação das políticas de Mao, as reformas econômicas de Deng, a modernização de Jiang e o enfoque social de Hu culminaram na China contemporânea.

Cada líder deixou um legado marcante, moldando a trajetória do país para se tornar uma força influente no cenário internacional.

Por fim, mais recentemente, podemos observar a ascensão pacífica e progressiva da China, tendo como grande impulsionador Xi Jinping, em seus posicionamentos, discursos e falas contundentes, associado ao preparo militar do país para futuros conflitos e/ou enfrentamentos. Vale ressaltar, a tentativa exitosa de deixar o papel de “vítima” e tomar o controle e poder das iniciativas internacionais.

Diante do cenário, a visão abordada ao longo das cinco gerações de líderes chineses, percebemos o grande objetivo em comum, o avanço eficaz e direto para a China retomar/tomar seu lugar de grande potência mundial.

## Referências

ALVEZ, Karen Carolina Custódio *et al.* (2018). **Política estratégica sino-russa: aproximação desde o advento do presidente Xi Jinping.** Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento.

CARRIÇO, Alexandre. (2013). Grande Estratégia e o ‘sonho da China’ de Xi Jinping. **Relações Internacionais**, v. 18, p. 23-33.

CASTELLI, Yasmin Lenz Piccoli *et al.* (2023). **A retórica da ascensão pacífica na política externa da China: o legado de Mao Zedong no governo de Xi Jinping.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CUNHA, Luís. (2015). China: a Constituição interpretada por Xi Jinping. **Janus**, n. 17, p. 36- 37, 2015.

KISSINGER, Henry. (2011). **Sobre a China.** Rio de Janeiro: Objetiva.

LOPES, Ingridy Alencar. (2023). **Política externa de Xi Jinping**: subversão ou adesão ao sistema internacional? Trabalho de conclusão de curso, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

LYRIO, Maurício Carvalho. (2010). **A ascensão da China como potência**: fundamentos políticos internos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

OLIVEIRA, Amaury. (2003). Porto de. Governando a China: a quarta geração de dirigentes assume o controle da modernização. **Rev. Bras. Polít. Int.** 46 (1): 138-160,

TOMÉ, Luís. (2021). A grande estratégia da China de Xi Jinping: objetivos, poder nacional abrangente e políticas. **Relações Internacionais** (R: I), n. 71, p. 105-134.

VARGAS, Neide. (2004). Partido comunista chinês, processo decisório e rumos do desenvolvimento na China. **Revista Política Hoje** - 2a Edição - Volume 24 - p. 155-175.

WOOD, Michael. (2022). **História da China**: o retrato de uma civilização e de seu povo. São Paulo: Planeta do Brasil.

# 4 - A construção da matriz energética chinesa sob um novo modo de desenvolvimento

---

*José Paulo Vieira*

## **Ementa**

O modo chinês de desenvolvimento extravasa as avaliações convencionais. Além da intensidade do seu crescimento, se destaca o modo como este se deu por longo tempo, alicerçado por uma grande flexibilidade adaptativa na formulação de políticas públicas. Objetivou-se exemplificar esses diferenciais chineses via análise da evolução de sua indústria de energia; para efeitos didáticos foi feito um contraponto com a experiência brasileira de privatizações. Dada a contemporânea ameaça climática, e mesmo face à sua complexidade política e econômica, a China logrou elevar o desenvolvimento de tecnologias renováveis à condição de estratégia econômica. Seu processo de transição energética, ao invés de um fim em si mesmo, foi tornado meio para sustentar altas taxas de crescimento econômico via atração de capitais direcionada, com fortalecimento das indústrias locais e maximização da absorção de tecnologias, sob forte controle do Estado Chinês.

## **Introdução**

O desenvolvimento experimentado pela China contrasta com os países da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) e com praticamente todos os países de porte relevante. Enquanto o PIB destes não têm alcançado taxas de crescimento sustentáveis desde os anos 1970, a China tem logrado sustentar altas taxas de crescimento por quase meio século. Para além dessa intensidade do crescimento, merece destaque o modo como a

economia chinesa persistiu nesse mister ao longo do tempo, amparada que foi pela sua capacidade adaptativa na formulação de políticas públicas.

Atesta essa capacidade a evolução de sua indústria de energia, exemplificada pela contemporânea introdução das fontes energéticas renováveis. No contexto de sua complexidade política e econômica, a China elevou à condição de estratégia econômica o desenvolvimento de tecnologias renováveis. Essa experiência pode ser bastante representativa da maneira como o Estado chinês enfrenta seus desafios e, particularmente, o da energia: a transição energética foi tornada meio para sustentar altas taxas de crescimento econômico e não como um fim em si mesma.

A China responde por cerca de 30% das emissões globais de carbono, mais do que a União Europeia (UE) e os EUA combinados; uma dificuldade primordial está na redução da sua dependência para com o carvão, que fornece quase 60% de sua matriz de consumo de energia primária. Essa condição motivou os esforços chineses para o desenvolvimento de indústrias renováveis, que em poucas décadas dotaram o país com a maior capacidade instalada do planeta das fontes energéticas hidrelétrica, eólica e solar fotovoltaica, além da maior frota de veículos elétricos. A participação da China na capacidade instalada global não-hidro renovável aumentou de 2,8% em 2004 para 29,8% em 2017. O porte desse esforço pode ser aquilatado pelo fato de que a China chegou a responder, em 2017, por quase metade dos investimentos feitos por todo o planeta em energia renovável.

Destaque-se que, tão ou mais relevante que a intensidade desse investimento é a modelagem de sua consecução. As políticas chinesas envolvendo as fontes renováveis de energia registraram a clara intenção de alavancar as indústrias locais vinculadas a essas fontes. Para isso a China adotou forte política industrial e processos de verticalização com metas claras de conquista de solidez e escala de suas indústrias renováveis. Um dos objetivos estratégicos era a entrada competitiva das empresas chinesas no mercado internacional. Claramente, a sobrecapacidade de fabricação e de capacidade instalada, presente em várias fases desse processo, foi consequência direta da busca de rápida ascensão e predominância destas empresas no mercado internacional.

O modelo de desenvolvimento adotado pela China nas últimas décadas envolve algumas especificidades que extravasam as costumeiras abordagens ortodoxas e heterodoxas. Sua singularidade pode ser entendida a partir de duas dinâmicas paralelas (Jabbour e Dantas, 2021, p. 287):

a) a construção de uma nova formação econômico-social (NFES) – que foi acelerada após a crise mundial de 2008 – a qual é fruto de sucessivas inovações institucionais que acomodaram a coabitação de inúmeros modos de produção, coordenadas pelo setor público; e

b) a evolução dos Grandes Conglomerados Empresariais Estatais (GCEE) na execução de políticas industriais proativas pode ter resultado em um modelo superior de planificação econômica, o qual pode ser entendido como uma “Nova Economia do Projeto”.

Essa nova formação econômico-social ficou mais evidente a partir do grande papel desempenhado pelos GCEE chineses no pós-crise financeira internacional de 2008. Trata-se de uma nova economia que está sendo construída a partir de novas e superiores formas de planificação desenvolvidas e adotadas pela China. Estas planificações atuam como instrumentos de maximização da ação do Estado sobre o território, amparadas pela relação entre:

- 1) herança cultural de modelos de planificação central<sup>36</sup>; 2) a instituição de mecanismos de ação estatal que vão da instalação de mecanismos de controle de fluxos de capitais externos e transformação da taxa de câmbio em bem público e planejado; e 3) internalização e utilização máxima, para fins de planificação, de paradigmas produtivos e tecnológicos contemporâneos, notadamente o “Big Data”, a Plataforma 5G e a Inteligência Artificial (Jabbour e Dantas, 2021, p. 290).

## **1. Especificidades do desenvolvimento do modelo energético chinês**

A ênfase das análises tradicionais na hierarquização chinesa, e na sua costumeira forma de administração governamental do planejamento funcional, pode obnubilar a compreensão de algumas características essenciais do seu modelo: a) o pragmatismo, a capacidade adaptativa e a visão de longo prazo do Estado; b) o benefício à diversidade das regiões em um país de dimensões continentais; c) a autonomia dos governos local e provincial; e d) a existência de múltiplos interesses corporativos dos agentes que têm alcance apenas local ou setorial.

---

<sup>36</sup> Cunha e Acioly (2009) pontuam que historicamente a civilização chinesa é marcada desde seus primórdios pela presença central do Estado no planejamento e organização da vida social.

Tais características podem ser constatadas pela combinação de persistência e flexibilidade na condução de suas políticas relacionadas à energia renovável. A Lei de Energia Renovável (LER; 2005) é um marco na política energética da China. Ela unificou de forma coerente a política nacional de energias renováveis e fundou os pilares para as regulamentações subsequentes. Por ela foram estabelecidos cinco instrumentos principais: 1) uma meta nacional de geração de energia renovável (ER), estabelecendo oportunidades de investimento de longo prazo com riscos relativamente baixos; 2) a conexão mandatória às redes de distribuição e a priorização da compra de energia renovável pelas empresas da rede, protegendo o setor emergente da concorrência direta com tecnologias tradicionais, mais baratas e não-intermitentes; 3) a implementação de um sistema nacional de tarifas Feed-in (FIT), definido pelo governo central, a ser pago pelas empresas de transmissão aos geradores; 4) um mecanismo de partilha de custos, que assegura a divisão do custo incremental da geração de tecnologias renováveis entre usuários de diferentes regiões; e 5) a criação do Fundo Especial de Desenvolvimento de Energia Renovável, fornecendo subsídios e apoio financeiro para projetos piloto e P&D (Pesquisa e Desenvolvimento).

Posteriormente foi lançado o Plano de Desenvolvimento de Médio e Longo Prazo para Energia Renovável de 2007, seguido pelo 11º Plano Quinquenal (PQ) de Energia Renovável em 2008. Em geral, ambos os documentos estabeleceram metas de 10% e 15% de energias renováveis (incluindo a fonte hídrica) na oferta total de energia primária em 2010 e 2020, respectivamente, metas setoriais específicas e investimento público de US\$263 milhões para acelerar a capacidade de geração renovável. O plano também definiu o uso de medidas fiscais para apoiar o desenvolvimento e o uso de renováveis, bem como a redução de impostos para fabricantes dispostos a investir em P&D.

Entre 2010 e 2015, a China se tornou a maior investidora em energia renovável, respondendo por mais de 40% da capacidade instalada global. Os investimentos chineses em energia solar, eólica, geotérmica, biomassa e pequena energia hidrelétrica somaram US\$377 bilhões nestes seis anos, uma contribuição maior do que a soma dos dois próximos países mais investidores, EUA e Alemanha. Quatro empresas chinesas figuravam entre os 10 maiores fabricantes já em 2011. Em 2012, a capacidade instalada de energia eólica chinesa foi maior do que a americana e europeia juntas, tornando-a o maior mercado eólico do mundo. Em 2015, a estatal chinesa Goldwind tornou-se o maior fabricante de turbinas eólicas, superando a Vestas (Dinamarca) e GE

(EUA). Entretanto, ainda que em menor grau que a indústria de painéis fotovoltaicos, a indústria eólica chinesa também sofreu com a excessiva capacidade de produção de turbinas nesta fase, que estava 40% ociosa já em 2011.

Um novo estágio de flexibilização adaptativa de seu planejamento e políticas se dá a partir do 12º PQ, que previa a desaceleração da economia chinesa no contexto do pós-crise mundial de 2009, iniciando um “novo normal” via convivência com taxas de crescimento mais baixas. Configurando uma clara ruptura ao modelo de desenvolvimento até então vigente, teve sequência com o 13º PQ, que lançou as bases do contemporâneo megaprojeto de infraestrutura “A Nova Rota da Seda”, que objetiva criar novas redes comerciais, nas quais empresas chinesas serão capazes de comercializar seus produtos em um ambiente internacionalmente competitivo. Estes reposicionamentos foram potencializadores de novo degrau evolutivo das empresas chinesas, de uma condição de opção mais barata nos mercados globais para a de mais eficiente e avançada.

No setor de energia eólica, a política de conteúdo local foi decisiva para o desenvolvimento do setor: ainda em 2005, a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC) emitiu uma nota exigindo 70% de conteúdo local para proteger a indústria emergente, levando as empresas estrangeiras a se estabelecerem de forma independente ou a formarem *joint ventures* com empresas locais. Esta medida já havia sido introduzida gradualmente desde 1997 pelo Programa *Ride the Wind*. A participação doméstica em equipamentos eólicos recém-adquiridos aumentou de 30% em 2005 para 90% em 2010.

Além disso, foi reduzido o *Value Added Tax* para a compra de equipamentos e peças de turbinas importadas, e foi cancelada a isenção de impostos para a importação de turbinas com capacidade inferior a 2,5 MW. Estas medidas visavam melhorar a capacidade e a qualidade das turbinas produzidas. Em 2009, quando criticada por violar as regras da OMC, a política de conteúdo local foi abolida para dar lugar ao sistema nacional FIT, mas a indústria eólica chinesa já estava totalmente estabelecida e abrangendo toda a cadeia de valor.

O Programa *Golden Sun* marca uma flexibilidade adaptativa desta tendência. O programa inaugura uma política de subsídios para projetos de instalação de painéis fotovoltaicos a fim de transformar a superprodução em demanda doméstica, reduzindo a dependência dos mercados estrangeiros. O governo central desempenhou um papel de liderança, em parceria com o setor

privado, na melhoria do desempenho da China em inovação nestas indústrias, através da colaboração com universidades e centros de pesquisa, e fortes investimentos em P&D e importação de tecnologia estrangeira. Na área de energia o investimento em P&D cresceu gradualmente de US\$15 milhões em 1996 para US\$890 milhões em 2008.

O citado 13º PQ deu ênfase, entre outros, aos objetivos de (i) mudança de um crescimento liderado pela acumulação de capital para um crescimento liderado pela inovação, representada pelo Made in China in 2025; e (ii) “desenvolvimento verde”, que reúne esforços de conservação de recursos, proteção ambiental e economia de baixo carbono. Nesse contexto, o 13º PQ visava equilibrar o crescimento econômico com a reforma estrutural no setor energético, reduzindo a intensidade de emissões no PIB. Isto deveria ser alcançado através da promoção de fontes de energia não-fósseis, desviando investimentos de indústrias intensivas em energia para novas indústrias de alta tecnologia, reduzindo o consumo de carvão e expandindo o consumo de gás natural. (Zotin, 2021, p.10)

Considera-se que o foco na eletrificação como parte da estratégia de política energética de longo prazo, em acordo com o planejamento/projetamento chinês, mostrou-se consistente com o desenvolvimento da indústria de tecnologia da informação, telefones celulares, telecomunicações, veículos elétricos e trens de alta velocidade, que fazem parte do mesmo cluster tecnológico. Os pilares da política de energia renovável da China nesta fase foram, portanto, responsáveis pela proteção das indústrias renováveis emergentes até se tornarem maduras e competitivas internacionalmente (Zotin, 2021, p. 8).

## **2. Contrapontos do contemporâneo modelo econômico brasileiro**

Para maior clareza da especificidade do modelo chinês optou-se por estabelecer alguns sucintos contrapontos com a experiência brasileira, a qual pode considerada exemplificativa do tipo de políticas adotadas na América Latina e em parte relevante dos países do sul global.

### **2.1. Privatização brasileira e atração de investimentos**

Foi claramente desnacionalizante e privatista o processo de reestruturação empresarial ocorrido na economia brasileira, na década de 1990.

A atração de recursos privados para as privatizações brasileiras simplesmente desconsiderou a necessária expansão dos serviços públicos, tão carente de investimentos, pois curvou-se totalmente aos interesses dos investidores. Estes não tinham por objetivo cuidar das concessões de serviços públicos assim adquiridas, pelo contrário, tais concessões foram apenas ponte para a realização de operações de aquisição de ativos setoriais como estratégia de busca de dominância do mercado. Seus investimentos foram direcionados para a aquisição de outras concessionárias do setor, no assim configurado lucrativo negócio da privatização. Para essas aquisições de ativos os novos gestores privados abusaram da alavancagem financeira, o que provocou um aumento injustificado das dívidas setoriais, que será comentado adiante.

A operação e expansão do sistema elétrico brasileiro ficou dependente quase exclusivamente das empresas estatais (que respondiam por 90% dos investimentos programados para os anos de 2001 e 2002). Essa dinâmica foi intensificada após o racionamento de 2001, com uma enorme carga atribuída às estatais Petrobras e Eletrobras. Essa distorção fica mais evidente ao se adicionar a carga de financiamentos que passaram a ser requeridos – pelas concessionárias privatizadas – junto ao BNDES e à Eletrobras. Ficou, portanto, muito claro o movimento de quase total estatização dos riscos setoriais. Estudo da Unicamp concluiu: “a privatização de ativos e a estatização dos novos investimentos tem sido o aspecto mais nocivo das transformações pelas quais passa o setor elétrico” (Vieira, 2007, p. 141).

Ao mesmo tempo as estatais continuavam “engessadas”, proibidas que estavam de acessar financiamentos públicos, como os do BNDES. Sob a lógica de que “com a privatização todos os novos investimentos deveriam ser realizados pelo setor privado, a equipe econômica boicotou e paralisou a maioria dos grandes investimentos programados pela Eletrobras. Merece destaque o fato de que as estatais desfrutavam de uma ótima condição empresarial e econômico- financeira decorrentes dos avanços institucionais promovidos nos anos anteriores, dos quais pode-se destacar o processo de Revisão Institucional do Setor Elétrico de 1987 (REVISE), que promoveu maior orientação comercial das concessionárias, impondo relacionamentos baseados em contratos e desqualização tarifária, agregando maior eficiência e recomposição da capacidade de autofinanciamento para a expansão. Os anos 1990 já se beneficiavam dos resultados dessas reformas, que foram então aprimoradas pela Lei 8631/93 que passava a exigir das concessionárias maiores

compromissos com eficiência e resultados, além de incluir um amplo encontro de contas que reduziu drasticamente os passivos das concessionárias<sup>37</sup>.

Destarte, ficou assim concretizado, nesse período pré-privatização, um novo *status* empresarial e econômico-financeiro das empresas do setor elétrico<sup>38</sup>, ratificado pela expressiva valorização de suas empresas em bolsas de valores. O aprimoramento dessa condição poderia viabilizar ambiciosos planos de investimento, pois além dos recursos próprios era relevante a capacidade das concessionárias para alavancar financiamentos para investimentos, de preferência sob novos parâmetros de gestão e parcerias. Todavia, essa condição privilegiada, que poderia ter impulsionado a expansão e modernização da infraestrutura setorial, dentro de um projeto de País, incluindo a lógica da antimercadoria e novos parâmetros de gestão e parcerias, foi desperdiçada como apenas um atrativo de IED (Investimento Estrangeiro Direto) via investidores especulativos. O atrativo foi o “ouro de tolo” da entrada de “caixa” para os governos (estaduais e federal), com pouquíssimos investimentos em novas plantas e sem qualquer vinculação estratégica que ultrapassasse propósitos de curto prazo.

A literatura consultada ensina que o IED deve ser utilizado como instrumento para alavancar a conquista de novos mercados, ampliando o poder econômico da empresa investidora. É notório que tais empresas optam por concentrar, no país onde se situa a matriz do negócio, gestão, planejamento, e especialmente P&D e atuação estratégica. O foco no país- sede da empresa que faz o IED é obviamente do interesse de seus acionistas majoritários. Por conseguinte, o modo de privatização adotado pelo Brasil, concedendo para o IED especulativo condições mais vantajosas do que as proporcionadas às companhias nacionais, é exatamente o contrário da ideia da competitividade sistêmica, a qual persegue autonomia e inserção internacional para alavancar o desenvolvimento nacional.

Ressalte-se algumas ponderações ao modelo privatista brasileiro as quais, como será apresentado na sequência, não ocorreram no assim denominado modelo chinês de atração de investimentos privados: a) o novo investimento deveria ser direcionado à expansão dos serviços e não à aquisição

---

<sup>37</sup> A Lei 8.631 de 1993 objetivava introduzir uma política tarifária eficiente e estimular a eficiência econômica das concessionárias de energia elétrica. (Pires, 1999, p.56).

<sup>38</sup> Avaliação das 21 principais concessionárias de energia elétrica do Brasil constatou uma excepcional solidez econômica, com amplas margens de comercialização e indicador dívida/ativo de apenas 14,43% em 31/12/1995 (IPEA, 1997).

de ativos; b) não era imprescindível privatizar os ativos e ainda estatizar, via BNDES, os investimentos dos novos controladores, privados, esterilizando, dessa forma, toda a contribuição que poderia advir de novos investimentos; c) não era necessário engessar as estatais remanescentes de modo a que minimizassem seus gastos e investimentos; d) a pulverização das ações das empresas privatizadas, democratizando o seu capital, fortaleceria os mercados de capitais; e) era imprescindível maior controle público, tanto nas empresas privatizadas quanto nas estatais remanescentes; e) o modelo privatista deveria ser construído de molde a dificultar a concentração de poder de mercado que acabou ocorrendo no Brasil; e f) não havia necessidade de que as concessões para os novos proprietários privados fossem estabelecidas para um período de 30 anos, prorrogáveis por mais 30 anos, mediante um simples requerimento do interessado. Neste particular, cabe aduzir que a preservação do interesse público recomendaria, entre outros, o princípio da cautela. Se as concessões fossem limitadas a 15 anos, o valor arrecadado dos leilões seria reduzido em apenas 11% (para uma taxa de desconto de 15% a.a., comumente utilizada nos leilões). Destarte, um leilão para 15 anos de concessão arrecadaria 89% do mesmo leilão para 30 anos (trata-se de matemática financeira). 30 anos foi o adotado nas privatizações brasileiras, com o agravante da benesse de 30 anos adicionais de prorrogação. As vantagens do prazo menor são evidentes: decorridos 15 anos, na oportunidade de renovação das concessões assim leiloadas, os serviços assim concedidos poderiam ser avaliados, conduzindo a ajustes e decidindo quanto à renovação ou a um novo leilão. Destarte, considera-se profundamente questionável o comprometimento de cerca de 3 gerações de brasileiros com a aposta irredutível em um modelo, feita pelo governo brasileiro.

Finalizando, além das falhas apontadas, o modelo brasileiro atraiu majoritariamente um tipo de IED que se concentrou em setores de infraestrutura e do mercado interno, o que se configura uma péssima política econômica: (i) são setores que não produzem bens e/ou serviços exportáveis, portanto sem nenhuma colaboração para as contas externas; e (ii) esses setores que antes utilizavam intensamente indústrias correlatas e de apoio nacionais, como fornecedoras, passou a preteri-las em favor dos parceiros internacionais, resultando em óbvio prejuízo do dinamismo do mercado local e da eficiência macroeconômica.

## 2.2. Impactos no mercado interno brasileiro

O impacto das reformas brasileiras foi negativo para várias cadeias produtivas, pois deveria ter como objetivo a busca de investimentos em ganhos de produtividade, baseados em aumento de economia de escala e especialmente em eficiência de gestão empresarial e tecnologia, no impulso à inovação em processos e produtos. Todavia, longe disso, a prioridade dos novos controladores foi buscar ganhos de produtividade pela redução da quantidade de trabalho e dos investimentos em tecnologia, via terceirização e importação de soluções tecnológicas advindas do exterior. Essas políticas empresariais, viabilizadas com apoio do Estado nacional, prejudicaram tanto a renda do mercado – via demissões e terceirizações a mais baixos custos – quanto as contas públicas, pois aumentaram as importações e as remessas de lucros e dividendos. As consequências foram aumentos despropositados na lucratividade com impactos negativos sobre setores e regiões, e ao longo das cadeias produtivas, em prejuízo da lógica da eficiência macroeconômica das reformas.

Para a questão de que os novos donos privados poderiam ter trazido formas mais eficientes de gestão, em 2003 a Consultoria Econômica concluiu enfaticamente: “boa parte da atual crise das empresas de energia elétrica foi causada pela má gestão das companhias”. Suas conclusões são embasadas em amplo levantamento com 30 concessionárias que constatou, entre outros indicadores, que o patrimônio de 21 delas caiu pela metade em 4 anos (de 1998 para 2002) ao passo que, no mesmo período, a participação das dívidas em relação aos seus patrimônios saltou de 30% para 80%”. Também do ponto de vista dos consumidores foram ruins os resultados da privatização; o lucro médio das empresas de energia elétrica no primeiro trimestre de 2005 teve um crescimento real de 142% comparado a igual período de 2004. Tal melhoria dos resultados foi decorrente na maior parte dos reajustes tarifários autorizados pelo governo, bem acima da inflação, implicando em que um resultado sensível das privatizações brasileiras foi que uma indústria-meio, que fornece um insumo energético para todas as cadeias produtivas, experimentou um aumento de seu poderio econômico “desproporcional ao dos demais setores econômicos” [...] “extraindo renda dos demais setores”, efeitos claramente prejudiciais à otimização da eficiência do mercado interno brasileiro<sup>39</sup>.

---

<sup>39</sup> Conclusões de Vieira (2007, p. 295) com base em relatório da Economática que avaliou as 30 maiores empresas do setor.

Adicionalmente, a modelagem da privatização brasileira foi altamente lesiva aos acionistas minoritários, pois a Lei 9.457, de 1997, denominada Lei Kandir, eliminou a oferta pública obrigatória de aquisição de ações dos minoritários até então vigente, a pretexto de reduzir os custos do novo entrante privado. Tal medida deu ensejo a abusos dos novos controladores de companhias abertas, em detrimento de acionistas minoritários. Em vários casos, os novos controladores compravam no mercado quantidades significativas de ações de emissão dessas companhias, reduzindo gradativamente a liquidez de tais papéis, para depois promoverem o fechamento de seu capital, aos preços que lhe fossem mais convenientes. Em outros casos, os novos controladores compravam lotes significativos de ações a preços diferenciados, pagando a poucos minoritários privilegiados preços melhores. Assim, a supressão de direitos patrimoniais teve por objetivo atender aos interesses privatistas, descolados – e mesmo contraditórios – ao interesse nacional, como sintetizado por Modesto Carvalhosa (2003, p. 186):

a Lei Kandir constituiu um enorme retrocesso em nosso sistema de direito societário, tendo sido altamente lesiva ao interesse dos acionistas minoritários. [...] A contribuição do investidor privado nacional no mercado de capitais era, no entender dos condutores da política econômica da década de 90, absolutamente desprezível. Mais do que isso. Os acionistas minoritários ... ‘atrapalhavam’ a política de grandes investimentos internacionais nas empresas nacionais. Os minoritários ‘atrapalhavam’ também a implantação do PND, o que constituiu um dos fundamentais motivos da cassação generalizada dos direitos patrimoniais dos minoritários acolhida pela Lei Kandir, tristemente celebrada como AI-5 dos minoritários.

Especificamente, dada a extensão territorial do Brasil, seus subsistemas são espacialmente disseminados e, portanto, requerem uma infraestrutura complexa que os articule. Particularmente a energia e as comunicações deveriam ter preços básicos razoavelmente uniformes e instalações interligadas que não excluam regiões inteiras, ou segmentos importantes de atividade econômica, da possibilidade de competir no mercado interno e externo. “A fragmentação das empresas de infraestrutura básica, a pretexto de aumentar a concorrência ou atrair mais facilmente capitais, revelou-se um processo muito duvidoso do ponto de vista da competitividade sistêmica.” (Tavares, 2000, p. 129).

Não se pode ignorar que as maiores empresas internacionais ou transnacionais são fortemente apoiadas pelos seus governos, pelo capital financeiro internacional e pelas organizações supranacionais administradas e financiadas por esses mesmos países (como FMI, OMC, BID), que tratam de organizar e fomentar as trocas comerciais mundiais e os investimentos em infraestrutura de produção dos países fora dos países líderes. Sob essa lógica, o Brasil transformou sua enorme economia em presa fácil dos grandes predadores financeiros. O resultado das reformas, e do programa de “estabilização” monetária, foi a criação de uma enorme dependência externa, a partir da qual o Brasil, para equilibrar suas contas externas, foi obrigado a manter elevadas taxas de juros, que serviam à atração de capitais externos. O forte crescimento da dívida pública resultou dessa política de juros elevados, benevolente com os investidores-especuladores. As reformas brasileira dos anos 1990 causaram constrangimentos à base econômica; não foram resolvidos os problemas financeiros do Estado, mas foram criadas restrições estratégicas em diversos setores. A hegemonia da esfera financeira sobre setores de sofisticada tecnologia e gestão, como os da energia e infraestrutura, não provê o sinal adequado e estável para o seu desenvolvimento sustentável. (Vieira, 2007, p. 212).

### **2.3. Impactos na eficiência macroeconômica**

Além dos precários resultados supra referidos, são bastante questionáveis os supostos êxitos macroeconômicos das privatizações brasileiras; pois, vinculadas à lógica das reformas econômicas liberalizantes, enfatizaram a privatização com grande parcela de desnacionalização, resultando que o controle societário das ex-estatais passou em grande parte ao controle de grupos empresariais de capital estrangeiro. Por ser menos enfatizada na literatura, cabe frisar que a desnacionalização atingiu também, em grande escala, as empresas nacionais, dentro do mesmo pressuposto pueril de que com a entrada de capitais estrangeiros ocorreriam melhoras da eficiência e da competitividade empresarial através do avanço tecnológico e da maior inserção internacional. Para tanto, a política adotada pelo governo brasileiro “reuniu um conjunto de condições extremamente desfavoráveis para as empresas nacionais, sobretudo aquelas que tinham ativos industriais relevantes e enfrentavam a concorrência externa com estratégias dinâmicas e progressivas”. A desnacionalização envolveu “o enfraquecimento generalizado dos blocos de capitais nacionais” (por exemplo os grupos Metal Leve e Villares) do que

resultou a constatação de que “a economia brasileira sofre um movimento de concentração de capital, em que é crescente a importância relativa dos grupos estrangeiros” (Gonçalves, 1999, p. 183).

Nesse processo, centenas de empresas brasileiras foram transferidas para controle de grandes empresas e grupos internacionais. Na passagem, algumas poderiam ter modernizado a sua produção, as suas linhas de produtos, eventualmente reduzindo os custos e os preços dos produtos. Mesmo assim, é duvidoso que esses efeitos pudessem produzir os resultados que eram esperados: um reequilíbrio da balança de pagamentos (portanto, um substancial superávit comercial) e a retomada dos investimentos em bases competitivas. Tal fato, o controle de ampla gama de empresas de serviços públicos por capitais estrangeiros, provocou, entre outros resultados, a fragilização do processo – que se encontrava em curso – de consolidação de uma engenharia nacional de ponta, que exportava serviços de construção civil, de projetos e de montagem de equipamentos eletromecânicos. Muito ao contrário, inaugurou-se uma forte tendência de importação de tecnologia, equipamentos e insumos, que impactou diretamente em:

- (i) redução da produção nacional de bens de capital;
- (ii) redução direta e indireta do emprego e
- (iii) aumento das remessas de lucros, dividendos, consultorias e royalties (Vieira, 2007, p.220). Portanto, além da analisada fragilização da condição econômico-financeira das concessões privatizadas, a dinâmica privatista e de esmagamento das empresas privadas nacionais mostrou-se perniciosa para a economia brasileira. Os mercados resultantes ficaram marcados pela conglomeração e cartelização, com óbvios prejuízos para os consumidores, sejam famílias ou empresas. A análise do processo de reestruturação da economia brasileira e do setor energético, ocorrido nos anos 1990, permite identificar algumas tendências (Sauer, 2002, p. 123):

Concentração dos mercados: as reformas brasileiras optaram claramente pelo leilão de venda “em bloco” do controle acionário: para um acionista ou grupo de acionistas; não foi incluída nenhuma pulverização de parte das ações, que disseminariam a propriedade e fortaleceriam o mercado de capitais;

Enfraquecimento do mercado de capitais: os novos acionistas optaram majoritariamente por fechar o capital das concessionárias com prejuízos aos acionistas minoritários e ao dinamismo do mercado de capitais nacional;

Fragilização do Balanço de pagamentos: tendência

crescentemente deficitária devido às remessas de lucros e dividendos e às importações de bens e serviços;  
Aumento das Imperfeições de Mercado: constataram-se aumentos de arranjos intrafirma, pressões políticas dos países de origem aliados a vantagens de financiamento;  
Redução da Competitividade: modelo brasileiro minimizou a possibilidade de constituição de atores locais com atuação global, ou seja, companhias brasileiras de porte e atuação internacionais;  
e  
Atraso Tecnológico: o resultado dessa dinâmica foi a virtual cessação do desenvolvimento de pesquisa tecnológica brasileira nos setores assim desnacionalizados.

É falaciosa a visão que vincula desnacionalização à ineficiência das empresas nacionais e/ou às suas dificuldades de adaptação à economia aberta. Algumas das indústrias desnacionalizadas estavam entre as mais eficientes e internacionalizadas da economia brasileira. Essas empresas podem ter sofrido “danos colaterais” provocados por políticas econômicas que, em vez de beneficiar empresas eficientes e competitivas, diversamente, priorizaram aquelas com acesso rápido e barato a financiamento externo. Será que o sacrifício de tantas empresas nacionais relevantes e de engenharia de ponta teria reduzido consistentemente a vulnerabilidade externa do País? A pesquisa indica o contrário: “não há evidências de que o comércio exterior das filiais estrangeiras gere um fluxo de divisas que contribua para esse mister. Também não há motivos para argumentar convincentemente que no futuro este venha a ser um resultado inexorável das tendências internacionais e da internacionalização da economia brasileira” (Vieira, 2007, p. 215). Os dados registrados mostram que o impacto direto do comércio das filiais sobre a balança comercial foi muito menos positivo do que alguns analistas imaginavam. As expectativas otimistas acerca da contribuição do comércio das empresas estrangeiras baseavam-se em hipóteses muito genéricas sobre a atuação internacional das matrizes e desconsideravam as particularidades das atividades de suas filiais no Brasil.

As avaliações otimistas acerca do potencial de geração de divisas do comércio internacional das filiais brasileiras partiam da hipótese de que os investimentos diretos estrangeiros dos anos 1990 generalizariam as “filiais globalizadas” e de que estas seriam fortemente superavitárias. Seus idealizadores previam que esse fosse o resultado inexorável da combinação de tendências internacionais e da abertura e desregulação da economia brasileira. Todavia, Chesnais (1996, p. 111) mostra que a lógica da localização e de

divisão do trabalho entre as filiais é bastante complexa. Nessa perspectiva, “a ideia do predomínio de “filiais globalizadas” e superavitárias parece excessivamente simplista; os dados das atividades comerciais das filiais das grandes empresas estrangeiras que atuam no Brasil não sustentam essa hipótese.” A elevada participação destas nas exportações brasileiras de produtos de médio e de alto valor agregado é inócua para o saldo comercial do País, concluiu estudo do Ipea (2005): as multinacionais exportaram US\$ 16,2 bilhões em produtos de alta intensidade tecnológica (como eletrônicos e farmacêuticos), entre 2000 e 2003, mas importaram no mesmo período US\$ 42,3 bilhões. Adicionalmente, houve incremento da importação brasileira de produtos intermediários; quase todas as cadeias produtivas ampliaram as importações de insumos e reduziram sua participação no atendimento à demanda interna, entre 1990 e 1996 (Vieira, 2007, p. 141).

Tal dinâmica desnuda desequilíbrios estruturais e problemas competitivos nas diversas cadeias produtivas brasileiras, os quais se traduzem em drenagem para fora do País de impactos econômicos positivos que o encadeamento interno poderia gerar. Os mesmos fatores, aliados à liberalização financeira e à desregulamentação da economia, amplificaram a desnacionalização da capacidade produtiva no País e, adicionalmente, a concentração do capital nacional, intensificando-se os processos de fusões e aquisições. Na base deste processo, é possível identificar a histórica concepção majoritária da elite brasileira, subserviente, segundo a qual o capital privado nacional é, por natureza, atrasado; e que só sob o acicate permanente da concorrência externa pode mudar esse seu vício constitutivo, que é o “rentismo”, o comportamento *rent seeking* da literatura econômica. Observe-se que as empresas estatais sofreram diagnóstico muito similar.

A conclusão inevitável é que a abertura do mercado brasileiro serviu, prioritariamente, à realocação estratégica de grandes grupos estrangeiros, que buscavam novos mercados; transferiu-se ao “exterior” a gestão de interesses estratégicos de investimentos e retorno financeiro<sup>40</sup>. Ao promover a desconstrução do Estado realmente existente, o modelo brasileiro desorganizou o aparelho estatal e diminuiu a força e a organicidade dos sistemas de desenvolvimento. A entrada de investimentos deveria, diversamente, ter

---

<sup>40</sup> “A aplicação uniforme das mesmas políticas e reformas liberais desregulou seus mercados e abriu suas fronteiras econômicas, submetendo moedas e economias às decisões dos países centrais e dos agentes financeiros privados globais” (Fiori, 2001, p. 68).

atendido às necessidades brasileiras de financiamento da infraestrutura para o crescimento econômico e de expansão da Ciência, Tecnologia e Educação, além de desenvolver uma política de inovações permanente. A renúncia a esses fatores sistêmicos da construção da competitividade resultou em que o Brasil ficou sem um projeto consistente de desenvolvimento, assim como sem um vigoroso sistema de ciência e tecnologia, inegavelmente estratégico nos novos tempos, conforme será abordado adiante.

### 3. Características do modelo chinês de desenvolvimento

Foi muito diverso o modo chinês, tanto na atração de IED quanto na alocação de seus próprios investimentos. A China deixou claras suas intenções de intervir na livre atuação dos interesses do mercado e exerceu seu poder de escolha de onde investir, atendendo à lógica muito bem expressa por Ignácio Rangel<sup>41</sup>. Assim o IED foi canalizado prioritariamente para a aquisição de tecnologias avançadas ou o fornecimento estável de commodities, não sendo dada maior importância para outros parâmetros, por exemplo, indústrias que tiveram um bom desempenho tanto em exportações quanto domesticamente. O modelo de atuação da China via IED teve, assim, um duplo objetivo: expandir a produção no exterior ao passo em que fortalecia as indústrias “em casa”.

Traços definidores do modo chinês de planejamento foram

- (i) o direcionamento de políticas industriais e incentivos fiscais concedidos a setores determinados em zonas especiais;
- (ii) a obrigação de as empresas estrangeiras se associarem com o capital doméstico chinês, incluindo algumas proibições de investimento em certos setores; e
- (iii) a garantia de estabilidade pela manutenção de uma taxa de câmbio fixa e desvalorizada, estimulando as exportações.

O lucro estrangeiro seria controlado através do recolhimento de impostos das empresas, as quais proveriam salários para os trabalhadores chineses, além da possibilidade de adquirir capacidade tecnológica (*know how*)

---

<sup>41</sup> O homem, intervindo conscientemente na história, procura obter pelo planejamento o que antes se fazia por si, pois a sociedade que não garantir essas condições entra e crise e perece (Rangel, 2005, p. 291).

e gerencial através de empreendimentos conjuntos para abrir mais mercados, fatores caros para o desenvolvimento chinês.

Como o IED da China é predominantemente realizado por empresas públicas, o Estado consegue planejar em grande parte seus investimentos globais com o objetivo de maximizar os benefícios para a indústria da China como um todo. A privatização na China não levou as empresas a serem completamente geridas pelo setor privado; ao invés disso, buscou investimento estrangeiro, listando ações de empresas estatais, e não por meio da privatização total ou pela introdução de empresas privadas estrangeiras. A estratégia de desenvolver uma base industrial exportadora – enormes clusters produtivos com condições excepcionais via Estado para a instalação de investimento estrangeiro, do tratamento fiscal a investimentos em infraestrutura, simplificação de burocracia e disponibilização de terrenos – aliada à abundância de mão de obra tornou-se responsável pelo “pontapé inicial” do boom do crescimento econômico chinês. O setor privado foi altamente impulsionado pelos incentivos econômicos, chegando a constituir cerca de 50% da produção industrial bruta em uma economia que até então possuía o setor produtivo estritamente estatal.

Destarte, o “modo Chinês” descartou as políticas de corte liberalizante, de atração de IED via “ingresso de divisas”, adaptando, assim, as lições da experiência internacional que são ensinadas, entre outros, por Chesnais (1996, p. 213):

1 - A destruição de postos de trabalho, muito superior à criação de empregos, não é só uma fatalidade atribuída “à tecnologia” em si mesma. Ela resulta, pelo menos em igual medida, da mobilidade de ação quase total que o capital industrial recuperou, para investir e desinvestir à vontade, “em casa” ou no estrangeiro, bem como a liberalização do comércio internacional. Mesmo em grupos onde foi restabelecida a rentabilidade do capital, constata-se, por parte dos novos proprietários do capital (fundos de investimento, de pensão, companhias de seguros) uma fortíssima pressão para reduzir ainda mais os custos, “eliminando gordura do pessoal” [...], cujos efeitos são agravados ainda mais pelas operações do capital monetário; e,

2 - O IED não é sinônimo de criação de novas capacidades. É à força de aquisições/fusões transfonteiras que os grandes grupos – especialmente dos países líderes – procuram ganhar parcelas de mercado. A integração seletiva de locais de produção e de relações de terceirização, situados em vários países, aumenta sua

capacidade de proporcionarem economias de escala e de envergadura”; destaque: que só beneficiam a esses investidores.

Um elemento distintivo do processo de reforma da indústria pública na China tem sido a transformação de empresas estatais em empresas de capital misto, com grande melhoria na lucratividade. A Comissão para a Supervisão e Administração de Ativos Estatais (SASAC, na sigla em inglês) foi criada em 2002 para representar os interesses do governo como acionista em grandes grupos empresariais. Reorganizadas, as empresas gerenciadas pela SASAC tornaram-se sociedades anônimas ou corporações estatais, que tinham como objetivo conquistar em alguns setores um certo grau de competição oligopolista e gerenciada, sem abandonar o estratégico controle estatal. Não obstante mais de 70% de todas as empresas chinesas serem privadas, ainda assim, o poder sobre as decisões estratégicas permanece firmemente concentrado nas mãos do Estado (Gabriele, 2010 p. 259).

O Estado chinês recuou em indústrias altamente competitivas, de produção com baixa margem de lucro e do setor de serviços, mas manteve um rigoroso controle sobre uma ampla variedade de indústrias essenciais, que geram grandes fluxos de caixa. As empresas públicas chinesas estão agora concentradas em poucos setores estratégicos: energia e eletricidade, matérias-primas industriais, indústria militar e construção de máquinas em larga escala, transporte e telecomunicações. Alguns desses setores são explicitamente reservados para empresas estatais; em outros, forças espontâneas de mercado e discriminação regulatória combinam-se para erguer altas barreiras à entrada de operadores privados. Nos dois casos, porém, muito ao contrário do modelo brasileiro, o governo chinês tem se esforçado para evitar a criação de monopólios, promovendo o surgimento de estruturas de mercado oligopolistas nas quais algumas empresas públicas competem.

Exemplificando o modo chinês com o seu setor de telecomunicações, o governo fez repetidas declarações de que se tratava de um setor que implica interesses nacionais sensíveis; havia o temor de que o controle por empresas privadas ou estrangeiras poderia reduzir a segurança social. A experiência internacional demonstra que a maior parte dos países avançados “cuidaram de constituir empresas capazes de levar adiante tarefas que são simultaneamente de acumulação privada e de desenvolvimento econômico.” O caso emblemático desse processo é o das telecomunicações. Até o início da década de 1980, os serviços de telecomunicações eram organizados, na maior parte dos países capitalistas mais avançados, sob a forma de serviços públicos, frequentemente

como uma divisão ligada ou subordinada aos serviços de correios (e telégrafos). A reforma estrutural das empresas estatais de telecomunicação chinesas foi um processo de Privatização por Emissão de Ações (PEA), usando a listagem pública como uma forma de desinvestir parte da propriedade do governo em empresas estatais, ao mesmo tempo em que retinha o controle governamental definitivo. (Jabbour, 2020, p. 264).

A constituição de empresas autônomas atendeu à expansão da demanda e à necessidade, decorrente das mudanças tecnológicas aceleradas, de dar agilidade decisória à entidade prestadora do serviço. Por outro lado, a China regulou as privatizações, como pode ser exemplificado pelas telecomunicações, indústria na qual foi atingido um grau limitado de liberalização e competição controlada e oligopolista, sem renunciar ao controle estratégico do Estado neste setor-chave e mantendo o domínio de empresas públicas desse setor (Furtado, 2000, p. 37). Esse também foi o modelo seguido pelo Japão e pelos dois principais países da Europa industrial – a Alemanha e a França. E mesmo países de capitalismo industrial mais débil cuidaram de evitar que a privatização das telecomunicações produzisse uma transferência de ativos e capacidades industriais.

A China priorizou a manutenção de um forte controle estatal sobre as transformações socioeconômicas e, sobretudo, por um pragmatismo na gestão dos objetivos intermediários e instrumentais do país, comandando sua economia doméstica por políticas fiscais e monetárias que correspondiam aos interesses de um desenvolvimento soberano. O modo chinês viabilizou a emergência de frações capitalistas, ao longo do processo de acumulação de capital previsto pelo Plano de Reforma e Abertura, as quais são fortemente tuteladas pelo Estado chinês, sob a lógica de uma intensa estratégia nacional de acumulação de capital a longo prazo. Merece destaque o fato de que a propriedade de suas empresas estatais foi mantida inalterada durante os primeiros quinze anos de reformas. Especialmente, os principais beneficiários não foram investidores estrangeiros ou uma elite empreendedora estabelecida, mas, sobretudo, os antigos gerentes das fábricas – isto é, cidadãos chineses: gestores, empresários e dirigentes de províncias.

Entende-se que isso se colocou em harmonia com as práticas dos países mais competitivos e desenvolvidos, que têm em comum a compreensão de que as empresas são conjuntos articulados de ativos e capacidades, que “podem promover o desenvolvimento de técnicas, o lançamento de produtos e a criação de marcas. Podem, com isso, produzir efeitos cumulativos, capazes de

desenvolver-se e arrastar, na esteira desta sua expansão e acumulação, as demais empresas e os demais fatores econômicos e sociais.” Assim, fica comprovada a hipótese de que o Estado, ao criar condições para a sobrevivência de um grupo de empresas nacionais competitivas, pode gerar ganhos de bem-estar social e melhorar as perspectivas de desenvolvimento do País. Tais condições se dariam na minimização dos impactos negativos de determinadas falhas de mercado sobre a capacidade de sobrevivência dessas firmas; objetivando como essencial: “a reativação do mercado interno como alavanca para a competitividade” (Coutinho e Ferraz, 1994, p. 112).

Não se pode ignorar que, no atual ambiente econômico mundializado, o comércio internacional é amplamente dominado pelas grandes Transnational Corporations (TNCs). São essas megacorporações, fortemente apoiadas pelos seus governos, pelo capital financeiro internacional e, mesmo, com apoio velado ou não das organizações supranacionais administradas e financiadas pelos países hegemônicos (como FMI, OMC, BID), que organizam e fomentam as trocas comerciais mundiais e os investimentos em infraestrutura de produção dos países. Por conseguinte, a questão está no fato de um país optar pela renúncia à sua capacidade de direcionar e conduzir seu desenvolvimento social – não foi o caso da China –, e assim prestar bem-estar à sociedade que acolhe e trabalha por suas indústrias, em sua base econômica.

#### **4. O modo brasileiro de competitividade e desenvolvimento de C&T**

O tema da competitividade das nações, com ênfase no quesito Desenvolvimento de C&T (Ciência e Tecnologia), é relevante parâmetro explicativo do tema em tela, dado seu poder exemplificador da comparação dos modelos de desenvolvimento brasileiro e chinês.

A questão central está na capacidade da sociedade brasileira em produzir com maior economia de escala, produtividade, qualidade e para um consumidor mais exigente e com maior renda. Ora, parte dessa equação diz respeito a investimentos maciços em Educação- Treinamento-Ciência-Tecnologia como fontes primárias para inovação (em produtos e em gestão) e sofisticação do padrão de produção e consumo. Novamente, o IED fica posicionado como antípoda do recurso que poderia florescer para promover a competitividade brasileira, pois sua natureza é excludente realizando o papel dinamizador da economia, sim, do seu país de origem.

Com a desnacionalização de suas maiores empresas, estatais e privadas, é certo que foi reforçada a agilidade brasileira para atuar no espaço global. Muitas das firmas brasileiras que tinham alcançado algum grau de desenvolvimento – que poderia até ser considerado limitado, todavia era próprio – foram integradas, pelos seus novos controladores, a esquemas mais globalizados, todavia, – é certo – mais subordinados. Essa nova inserção poderia, até, ser mais moderna, “mas certamente ficou longe dos parâmetros internacionais de referência dos países industrializados avançados ou daqueles que fizeram esforços consequentes e com resultados palpáveis, mantendo por isso as esperanças de recuperar o atraso herdado”. A capacidade de definir estratégias vinculadas ao espaço local – base para um desenvolvimento convergente com a norma internacional – deteriorou-se de forma significativa. Isto constituiu um grave fator limitativo da forma brasileira de adesão à globalização; e o Brasil terá que se defrontar com ele e com os seus inúmeros efeitos cumulativos nos próximos decênios (Vieira, 2007, p. 212).

Estruturalmente, ao eliminar a nacionalidade das empresas de infraestrutura, como energia, transportes, telecomunicações, o governo brasileiro destituiu importantes bases para o planejamento – tanto em termos de expansão territorial como para o de inserção econômica – e, principalmente, quanto a dois fatores de competitividade fundamentais que são o de promover as indústrias correlatas e de apoio locais e implementar importantes políticas em P&D em níveis nacionais. O modelo brasileiro de privatização fragilizou a condição das empresas concessionárias de promover políticas tecnológicas, que são condição fundamental para garantir maior competitividade e, em decorrência, maior participação no comércio mundial. Destacamos: transferiu-se para interesses externos o poder de decisão de investimentos em fatores nos quais é decisiva a manutenção da competitividade do país.

Como resultado da desnacionalização, os produtores brasileiros de bens finais substituíram intensamente insumos nacionais por importados: a fragilidade da nossa posição competitiva se expressa na vulnerabilidade comercial em quase todas as áreas de manufatura de alto valor agregado e especialmente de sofisticado conteúdo tecnológico (Coutinho e Ferraz, 1994, p.115). Mais relevante é a queda da participação de atividades difusoras de progresso técnico, especialmente os produtores de bens de capital e atividades intensivas em tecnologia. A desnacionalização criou dificuldades na atração investimentos para fabricação, e não apenas montagem, de produtos tecnológicos. Conclusão: o Brasil ficou sem fabricantes de semicondutores para celulares e computadores, entre outros itens; os que estavam no País não

conseguiram se manter atualizados e foram tragados pela abertura econômica, nos anos 1990. “Nos eletrônicos, importam-se os componentes mais sofisticados e monta-se o produto aqui.” “O Brasil perdeu o rumo. Hoje, há uma indústria de tecnologia que basicamente é de montagem” (Prado, 2005).

Entende-se que as reformas brasileiras foram subjugadas pela convicção simplista de que a simples entrada de IED seria suficiente para reconduzir a economia ao crescimento econômico com desenvolvimento social. Afiliamo-nos neste ponto à ponderação de Moreira (2000, p. 57):

muito embora um cenário de ampla desnacionalização da indústria esteja longe de representar uma catástrofe do ponto de vista do desenvolvimento econômico, ele apresentaria resultados inferiores aos de um cenário marcado pela presença de um grupo de empresas nacionais competitivas, capazes de enfrentar suas congêneres internacionais sem desvantagens proibitivas de escala e tecnologia.

A presença de empresas nacionais, que, em termos internacionais podem ser classificadas como de pequeno e médio portes, fomenta mercados mais competitivos com a obtenção dos benefícios normalmente a eles associados, como o maior crescimento da produtividade, melhor alocação dos recursos e melhor distribuição dos frutos do crescimento.

Mais relevante é o fato de o *locus* de tomada de decisão das empresas estrangeiras ficar fora do País e de essas procurarem maximizar os seus lucros em termos regionais e globais. Essa característica pode criar situações de divergência entre o interesse privado e o social, como exemplifica Moreira (2000, p. 57):

- A submissão das estratégias de exportação e importação das filiais à matriz, (restrições de acesso a mercados, compra de insumos por fatores extra preço ou qualidade), particularmente por meio do comércio intrafirma, tem grande potencial de criar distorções no comércio exterior do País, com reflexos negativos sobre o bem-estar e o desenvolvimento; e
- O total predomínio de empresas estrangeiras pode criar dificuldades para que a economia se mova em direção aos setores mais intensivos em tecnologia, que em geral apresentam retornos crescentes e que são geradores de externalidades específicas (em especial, a capacidade de inovar). Isso, não tanto pelo já clássico argumento de que “as filiais recebem os resultados do processo de inovação e não o processo de inovação propriamente dito” – uma

vez que não há evidências conclusivas de que, em um contexto em que a tecnologia está disponível *of-the-shelf*, as nacionais também não sofram do mesmo mal— mas pelo risco concreto de decisões intrafirma acabarem impedindo o desenvolvimento desses setores no País.

Como enfatizado, no que tange à organização e localização de P&D, a regra tem sido sempre sua centralização no país de origem do grupo. Isso decorre do caráter estratégico da tecnologia para a empresa, e do efeito de enraizar os grupos em seu país de origem, de onde extraem suas “vantagens específicas de companhia”. Foi “em casa” que os grandes grupos empresariais desenvolveram sua competência técnica, seu mercado mais importante e sua experiência comercial. Adicionalmente, também as facilidades de administração, comunicação e coordenação militaram sempre em favor da extrema centralização das atividades de P&D<sup>42</sup>.

## 5. O modo chinês de competitividade e desenvolvimento de C&T

Em pouco mais de uma década, a China saltou de um papel quase insignificante no cenário global de pesquisa para o de um de seus mais importantes protagonistas, com destaque para o papel do setor público: a maior parte das atividades de P&D é realizada por empresas de propriedade do Estado ou outras entidades públicas. O setor público financia e realiza cerca de dois terços das atividades de P&D da China; mais de 70% do P&D da China acontece no setor industrial, sendo o restante realizado por centros de pesquisa e universidades totalmente públicos (Jabbour, 2020, p. 263). A China considera como “bens públicos economicamente relevantes” infraestrutura, educação, saúde, e com destaque o Sistema Nacional de Inovação (SNI).

Como referência, verifica-se que as políticas de competitividade no âmbito da OCDE foram marcadas pela seletividade e pela ampliação do apoio ao investimento em setores intensivos em tecnologia, bem como à constituição da infraestrutura necessária para alcançar objetivos de crescimento de longo prazo. Ênfase especial foi dada ao investimento de pequenas e médias empresas e à organização de *clusters* industriais, cuja política foi vista de maneira mais ampla: sua função é articular e envolver empresas de diferentes setores e

---

<sup>42</sup> Historicamente foi inegável a fortíssima concentração, em torno de 90%, da localização das atividades de P&D das grandes companhias no país de origem da patente (Chesnais, 1996, p. 157).

atividades, com as tecnologias de informação e comunicação exercendo o papel central. Os objetivos macroeconômicos dessas políticas visam aumentar a participação dos países no comércio internacional, acelerar o crescimento econômico e criar novos postos de trabalho, razão da ênfase em programas que envolvem pequenas e médias empresas.

Em coerência com essa experiência internacional, a estratégia chinesa de abertura e atração de investimentos foi pautada pela busca de incorporação de tecnologias e capitais estrangeiros de modo a: 1) acelerar a capacidade da estrutura produtiva nacional; 2) avançar na produção e exportação de bens intensivos em conhecimento e capital; 3) e criar, sempre que possível, competências locais. Mais do que uma abertura indiscriminada para o capital estrangeiro, o Plano de Reforma e Abertura buscou estabelecer dinâmicas de transferência de tecnologia e de capacidades de gestão por meio de joint ventures e contratos de cessão de tecnologia, sempre sob a tutela do Estado chinês.

Adicionalmente, merecem destaque no modo chinês de desenvolvimento: a) altos investimentos na área de P&D; desde 1999 crescem em média 20% por ano, “contra 4% a 5% nos Estados Unidos, no Japão e na União Europeia (IEDI, 2011, p. 1); e b) expansão e modernização da educação superior e em grandes projetos de infraestrutura, num nível sem precedentes em nenhum país de porte comparável. Nesse sentido o modo chinês desenvolveu-se em consonância com a experiência dos países mais bem sucedidos, que participaram ativamente na promoção da competitividade de seus sistemas econômicos, mormente através do apoio à cadeia de inovação tecnológica. As vantagens dessa lógica de atuação são evidentes mesmo para representantes do pensamento liberal, como ilustrado a seguir:

a melhoria de todo o sistema educacional é prioridade essencial do governo; uma questão de economia e não, apenas, de política social. Ao mesmo tempo, porém, o sistema geral de educação não basta para assegurar a vantagem nacional. Tão importante quanto ele, é a adoção de políticas que liguem o sistema educacional à indústria e estimulem os esforços desta no treinamento[...] O aprimoramento da economia exige constante elevação do nível de tecnologia. (...) O estímulo às melhorias na ciência e tecnologia é papel do governo, geralmente reconhecido por todos. A pesquisa e desenvolvimento não podem ficar, exclusivamente, com as empresas porque os benefícios para a economia nacional excedem aqueles obtidos pela empresa, individualmente, em consequência da generalização do conhecimento. O progresso tecnológico

beneficia não só uma empresa mas, com frequência, eleva o índice de progresso em toda a indústria nacional bem como nas indústrias correlatas (Porter, 1994, p. 691).

Como referido, a localidade do capital e dos interesses dos agentes, públicos e privados, são fundamentais para gerar algum grau de união, não apenas para a geração de lucros ou rendas individuais mas, fundamentalmente, para a criação de perspectivas de longo prazo. Nessa conformidade, o sistema educacional chinês foi modernizado e expandido, além de o “governo oferecer todo tipo de incentivo para que os estudantes chineses no exterior voltassem após o término de seus cursos”, em grande parte atraídos pelas oportunidades geradas pelo rápido crescimento da economia. As etapas desse desenvolvimento exigiram, igualmente, persistência e flexibilidade. Inicialmente a China era incapaz de competir em termos de inovação e C&T, portanto adotou como estratégia inicial a de ser um seguidor tardio, mas – com flexibilidade – ou seja, incluindo uma rapidez suficiente para que os ganhos de escala e aprendizado compensassem em curto prazo as deficiências em inovação tecnológica. Os transbordamentos deste processo ocorreram em três dimensões:

- a) na queda de custos relativos de tecnologias renováveis em relação às tradicionais, decorrentes da redução de custos por aprendizagem. A estrutura de oferta e demanda por energia foi radicalmente transformada no início do século XXI, aumentando o excedente do consumidor de energia e a difusão acelerada de tecnologias renováveis dentro e fora da China.
- b) o crescimento dos investimentos se deu em face do desinvestimento e desindustrialização do Ocidente neste setor. Assim, para além do aumento da capacidade instalada como meta nos Planos Quinquenais, novas metas de expansão da rede elétrica, de flexibilidade da capacidade de geração, de certificados de geração de ER, de investimentos em inovação e P&D, entre outros, tornaram-se fundamentais para que a indústria de ER ganhasse competitividade e ingressasse na nova fase de internacionalização.
- c) o planejamento energético e, inclusive, o desenvolvimento de energias renováveis, quebram outros mitos sobre a China, que se reposicionou estrategicamente com tal flexibilidade que se diferenciou das experiências de centralismo e controle que caracterizaram, por exemplo, a União Soviética, os países da Europa Oriental e a própria China maoísta até final dos anos de 1970.

A despeito da competitividade ser um tema tido como “privado”, é clara a importância dos fatores sistêmicos não apenas como pressupostos de suporte às empresas, mas, sim, da própria estrutura que formata e forma o campo social onde se complementam todas as atividades microeconômicas do Estado. À exceção dos fatores que ficam sob a esfera de decisão da empresa e através dos quais procura se distinguir de seus competidores, os fatores estruturais e sistêmicos são, o primeiro parcialmente e, o segundo, quase que integralmente produtos da ação do Estado nacional (Coutinho; 1994, p. 20). Destarte, a China logrou realizar, contemporaneamente, o que fizeram os países vencedores no jogo competitivo internacional: estes iniciaram sua trajetória, invariavelmente, a partir de posições de atraso, e planejaram seu desenvolvimento de modo a só ingressarem no cenário internacional quando houvessem alcançado posições relevantes. Nesse mister lograram constituir em bases nacionais – empresas, indústrias, mercados – as suas estruturas de desenvolvimento e acumulação (Vieira, 2007, p. 223).

## **Considerações finais**

As transformações econômicas dos anos 80 e 90 ampliaram a noção de competitividade das nações. Foram superadas as visões econômicas tradicionais que definiam a competitividade como uma questão de preços, custos (especialmente salários) e taxas de câmbio. Esta concepção levou, no passado, a políticas centradas na desvalorização cambial, controle dos custos unitários de mão-de-obra e na produtividade do trabalho, com o objetivo de melhorar a competitividade das empresas em cada país (Coutinho, 1994). Contemporaneamente, a competitividade internacional é construída a partir da produtividade das empresas que operam dentro do país e exportam a partir do desenvolvimento das suas fronteiras: "Competitividade para uma nação é o grau pelo qual ela pode, sob condições livres e justas de mercado, produzir bens e serviços que se submetam satisfatoriamente ao teste dos mercados internacionais enquanto, simultaneamente, mantenha e expanda a renda real de seus cidadãos. Competitividade é a base um nível de vida de uma nação. É também fundamental à expansão das oportunidades de emprego e para a capacidade de uma nação cumprir suas obrigações internacionais" (comissão presidencial sobre a competitividade industrial nos EUA, 1985).

À luz desses ensinamentos pode-se avaliar o porquê a China, não obstante periférica como o Brasil há 40 anos, logrou construir uma dinâmica de

industrialização e desenvolvimento com resultados tão distintos de seus parceiros brasileiros e latino-americanos. Ainda que influenciada e submetida à mesma organização espacial mundial e suas correlações de forças, a China logrou construir condições materiais distintivas, que a alçaram às condições de que desfruta hoje: uma potência econômica que disputa a hegemonia mundial com os Estados Unidos. O desenvolvimento chinês avançou via adaptação gradual e planejada ao contexto de globalização, contrastando fortemente com as experiências radicais de transição das economias do antigo bloco soviético, ou as da América Latina que adotou os ditames do Consenso de Washington. Em contraposição, o governo chinês se mostrou hábil na utilização das regras vigentes do mercado, logrando implantar com apoio de capitais externos uma sólida base industrial potencializadora do seu desenvolvimento. É de se destacar que esses eram objetivos de seu plano de “regulação por planejamento” cuja execução incluía o investimento estrangeiro que, além de aportar capital, tecnologia e *know how*, facilitaria os canais de comercialização em escala global.

A taxa potencial de aprimoramento de uma economia é fixada pelo ritmo em que melhora a quantidade e, especialmente, a qualidade dos fatores. Para conseguir alta produtividade, as empresas devem ter acesso à reserva de recursos humanos avançados e especializados, ao conhecimento científico, às informações econômicas, à infraestrutura e a outros fatores de produção, que estejam sempre se aprimorando. As condições de fatores devem, também, estimular as empresas a, progressivamente, melhorar suas vantagens competitivas. A política governamental tem um papel em cada uma dessas áreas. A experiência chinesa frui dos elementos centrais dos processos de desenvolvimento de economias asiáticas e europeias; e vem sendo marcada por um forte controle estatal sobre as transformações socioeconômicas e, sobretudo, por um pragmatismo na gestão dos objetivos intermediários e instrumentais do país, comandando sua economia doméstica por políticas públicas harmonizadas com o ideal de um desenvolvimento soberano.

A internacionalização chinesa priorizou a absorção de capitais (na forma de investimentos diretos, e não de dívida) e, sobretudo, de tecnologia, ampliando a geração de divisas por meio de um pujante comércio internacional. Entende-se que as deslocalizações para os países de baixos custos salariais, e os fluxos comerciais resultantes, são iniciativas dos grandes conglomerados dos países líderes; elas se integram ao movimento de polarização e o acentuam (Chesnais, 1996, p. 40). Elas não levam a novos milagres de tipo Coreano; isso exige poderosos apoios externos (por exemplo ajuda maciça dos EUA) que,

además, não estariam disponíveis para o projeto de desenvolvimento da China. O modelo de países que se aliaram e tiveram apoio dos países líderes não está disponível para o que não seja do interesse imperialista.

Foi frisado que as reformas brasileiras transferiram para interesses externos o poder de decisão de investimentos em fatores em que é decisiva a manutenção da competitividade do país. Os países latino-americanos que, de uma forma ou outra, se dobraram sob os ditames do Consenso de Washington, apresentaram um desenvolvimento econômico medíocre, além de experimentarem retrocessos em desemprego, fome e miséria. No Brasil a década de 1990 conformou um marco da defasagem do desenvolvimento nacional com agravamento das condições sociais da população. Esta agenda foi uma escolha, además, por não enfrentar a desigualdade e a exclusão social do país, aprofundando sua vulnerabilidade externa e não impulsionando o desenvolvimento, e por levar a cabo o desmantelamento do Estado (Prestes, 2017). Os países pós-socialistas que implementaram alguma versão da terapia de choque “liberal” afundaram em recessão. “Além da devastação documentada pelos indicadores econômicos, a maioria dos indicadores de bem-estar, como acesso à educação, ausência de pobreza e saúde pública, entrou em colapso” (Weber, 2023, p. 11).

As normas da mercantilização e concorrência universais são apresentadas como forças naturais; todavia, o que elas refletem é a prevalência dos interesses do país dominante sobre o resto do mundo. A plena liberdade na esfera mercantil significa condicionar o acesso de todos os bens da vida ao impulso cego da acumulação de riqueza sob a forma monetária e abstrata, estreitando o espaço ocupado pelos critérios derivados do mundo das necessidades. As reformas econômicas dos anos 1990, ao minimizarem o fundo público na parte que beneficia a reprodução da força de trabalho, reduziram seu efeito atenuador dos conflitos de classe e desnudaram suas contradições<sup>43</sup> (Vieira, 2007, p. 294).

Muito ao contrário, o que se observou na experiência dos países mais desenvolvidos – e também no modelo Chinês – são medidas que objetivavam

---

<sup>43</sup> Tais reformas expõem cada vez mais a sociedade às forças do mercado. Sempre foi função dos Estados impedir isso; mas o processo econômico tornou os Estados guiados pelo mercado em vez de seus controladores. Embora essas mudanças possam não ser desastrosas [...] “não se pode ignorar que a tese de Karl Polanyi a este respeito nunca foi refutada: entregues a si mesmas, as forças do mercado destruirão a sociedade” (Leys, 2004, p. 270).

ampliar suas exportações para o mundo, e também o aumento da participação de seus produtos nos respectivos mercados internos. Ao mesmo tempo em que amplia sua presença no mercado mundial, há em curso um processo de regionalização no continente asiático em torno da China: ela se consolida como principal epicentro dinâmico da região, substituindo a histórica dominância do Japão<sup>44</sup>. Destaque-se que o Programa de Reforma e Abertura previu a construção paciente desse processo, buscando a redução de conflitos históricos com seus países vizinhos via redes comerciais e cooperação, e progressivamente retomando seu papel histórico milenar de liderança regional e transformando seu entorno estratégico em um ambiente favorável para a expansão territorial de sua economia.

Uma clara e recente demonstração da gestão econômica proativa da China, e de sua flexibilidade adaptativa, ocorreu no pós-crise de 2008 quando, face à contração da demanda internacional, logrou empreender uma transição no seu padrão de crescimento. Interviu no mercado de trabalho para garantir aumentos consistentes dos salários; executou políticas fiscais pró-classes mais baixas; criou programas de renda mínima; e incrementou os sistemas nacionais de seguridade social e de serviços públicos essenciais gratuitos (educação) ou com contribuições compartilhadas (saúde e previdência). Nada mais exemplificativo de como a China não cuidou de seguir nenhuma “cartilha *mainstream*” e sim buscou proteger seu mercado interno.

Considera-se que a ampla dominância do capital financeiro pautou o reformismo que grassou na América Latina; a qual foi pautada por processos especulativos e de criação contábil de capital fictício<sup>45</sup>. Em contraposição, e não obstante suas contradições latentes, o modo chinês vem se constituindo em uma verdadeira antítese à financeirização, com uma economia voltada, completamente, ao setor produtivo e com alto grau de repressão financeira (Jabbour, 2021, p. 287). É relevante destacar que o Estado chinês controlava

---

<sup>44</sup> É sabido que a China se desenvolve abarcando uma plêiade de desequilíbrios, sob forma de desigualdades sociais, territoriais e de renda ainda explosivas, índices de consumo muito abaixo do nível dos países desenvolvidos, crise ambiental, além dos desafios inerentes à lenta internacionalização de sua moeda, em paralelo a uma política externa ativa e ancorada em vultosos investimentos em infraestrutura em vários países, notadamente Ásia, África e América Latina (Jabbour, 2020, p.124).

<sup>45</sup> As privatizações e desnacionalizações de empresas são realizadas sob o jugo de “modelos de avaliação [do valor das empresas ‘vendáveis’] que tentam dar a aparência de rigor ao que, na verdade, é subjetividade e arbítrio” cf. Hobson (1983) in Belluzzo (2004, p. 203).

algo em torno de 70% da riqueza nacional no início de suas reformas econômicas. Não somente isso: inexistia, àquela época, tanto um setor privado quanto uma economia de mercado propriamente dita, seja ela regionalmente organizada, seja nacional, mas sim uma miríade de *hinterlands* sob a forma de comunas, autossuficientes, mas não especializadas do ponto de vista produtivo, e geográfica e estrategicamente localizadas no interior do país. Após o processo ora analisado, o Estado chinês passou a controlar cerca de 30% da riqueza produzida no país (patamar aferido em vários estudos); não obstante, conta com uma capacidade muito maior de intervenção sobre a realidade do que no final da década de 1970.

Fica claro que não foi espontâneo – e/ou guiado por forças mercantis não reguladas – o processo de formação de um relevante setor privado ao lado de um setor estatal que passou, a seu turno, por grandes modificações desde o início das reformas econômicas. A instância de coordenação do investimento (SASAC), combina-se com um sistema estatal de intermediação financeira, o que conforma um patamar superior de atuação estatal, tanto como prestador de última instância quanto como o próprio investidor de primeira instância (Jabour, 2020, p.122). De posse dos instrumentos cruciais à acumulação de capital, o Estado chinês não apenas guiou o processo como um todo, mas atuou modificando, de forma flexível e pragmática, marcos institucionais em concordância com as necessidades colocadas pela realidade<sup>46</sup>.

A questão básica da contradição entre o enriquecimento privado e a criação da nova riqueza para a sociedade já era um dos determinantes para Keynes; a não prevalência do enriquecimento privado deve incluir o crescimento das inversões em capital real. Daí a necessidade “da direção inteligente, pela sociedade, dos mecanismos profundos que movem os negócios privados.” (Belluzzo, 2004, p. 164). As reformas e inovações institucionais chinesas tanto condicionaram o país a internalizar ferramentas necessários à denominada “socialização do investimento”, na concepção de Keynes quanto a transformar o Estado chinês em um típico “Empreendedor-em-Chefe” e a exercitar as prescrições de Minsky de ser intérprete do duplo papel de “*Big Government*” e “*Big-Bank*” (Jabour e Dantas, 2021, p. 291).

---

<sup>46</sup> Nosso reconhecimento a Ignácio Rangel: Essa ciência e essa arte [do planejamento] se converteram, desde já, na rainha de todas as artes e de todas as ciências de nosso tempo, porque é graças a elas que o enorme acervo de conhecimento humano acumulado ao longo dos séculos ganha novo sentido, produzindo novos e surpreendentes resultados. E, sobretudo, é graças a elas que a sociedade humana se torna realmente capaz de vontade, habilitando-se a escolher o ritmo e o sentido de sua marcha” (2005, p. 453).

A China se integrou profundamente ao capitalismo global. Não obstante, tal não levou o país à convergência com o neoliberalismo, o que convida à reflexão e ao questionamento da “certeza” de que esse modelo triunfaria em todo o mundo. A mercantilização gradual apoiou o desenvolvimento chinês mas não conduziu à assimilação generalizada. O Estado chinês manteve o controle sobre os denominados setores estratégicos da economia mesmo quando transitou do planejamento direto para a regulação indireta com a participação estatal no mercado (Weber, 2023, p. 371). A China não copiou instituições de livre mercado: o socialismo de mercado com características chinesas é um sistema inédito. Suas reformas formais imitam as formas institucionais de uma economia de mercado, mas seu núcleo permanece resolutamente socialista: empresas estatais estrategicamente posicionadas, grupos empresariais piramidais controlados por empresas estatais e várias instâncias do Partido deixam as “alças de comando” de tipo leninista firme e exclusivamente sob o controle do Partido Comunista Chinês (Jabbour, 2020, p. 144). Efetivamente o “modelo chinês” é algo que vai se distanciando, tanto de um modelo típico de capitalismo de Estado como de um capitalismo liberal. Essa nova formação econômico-social desafia as avaliações expeditas e as sabedorias convencionais, convidando ao aprofundamento de seu entendimento.

## Referências

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. (2004). **Ensaio sobre o capitalismo no século XX**. São Paulo: Unesp; Campinas: Unicamp/IE.

CARVALHOSA, Modesto. (1996). **Comentários à Lei das Sociedades Anônimas**. São Paulo: Saraiva, 2003. CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução S. Finzi Foá. São Paulo: Xamã.

COUTINHO, Luciano; FERRAZ, João Carlos. (1994). **O estudo da competitividade brasileira**. São Paulo: Papirus e Unicamp.

GONÇALVES, Reinaldo. (1999). **Globalização e Desnacionalização**. São Paulo, Paz e Terra.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL – IEDI. (2011). **A Transformação da China em Economia Orientada à Inovação** - Parte 1. Carta IEDI.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. (1997). **Infraestrutura: perspectivas de reorganização**. Setor Elétrico. Rezende, Fernando e De Paula, Tomás Bruginski. (Coord.). Brasília: IPEA.

- JABBOUR, Elias Marco Khalil. (2020) **China. Socialismo e Desenvolvimento, sete décadas depois**. 2ª ed. São Paulo, SP: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois.
- JABBOUR, Elias Marco Khalil; DANTAS, A. (2021). **Ignacio Rangel na China e a “Nova Economia do Projeto”**. Economia e Sociedade, Campinas, Unicamp: IE.
- LEYS, Colin. (2004). **A política a serviço do mercado**. Trad. Maria B. Medina. Rio de Janeiro: Record.
- MOREIRA, Marcílio M. (2000). **Capital nacional na indústria: reestruturar para sobreviver**. In LACERDA, A. Corrêa de (Org.). **Desnacionalização: mitos, riscos e desafios**. São Paulo: Contexto.
- PIRES, J. C. Linhares. (1999). **As experiências da ANEEL e da ANP**. Ensaio nº11. Rio de Janeiro: BNDES.
- PORTER, Michael. (1994). **Vantagem competitiva das nações**. São Paulo: Campus.
- PRADO, Maeli; CARDOSO, Cíntia. (2005). **Múlti mais importa que exporta valor agregado**. Folha de SP, 9/4/2005.
- PRESTES, Elisa Gomes. (2017). **Desenvolvimento desigual no mundo: as convergências entre Brasil e China ao longo dos anos 2000**. Dissertação de Mestrado, UFSC.
- RANGEL, Ignácio. (2005). **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto.
- SAUER, Ildo Luis. (2002). **Energia Elétrica no Brasil Contemporâneo: a reestruturação do Setor, questões e alternativas**. In: BRANCO, A.M. **Política Energética e crise desenvolvimento**. São Paulo, Paz e Terra.
- TAVARES, M. C. (Org.) (2000). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo,.
- VIEIRA, José Paulo. (2007). **Antivalor. Um estudo da energia elétrica: construída como antimercadoria e reformada pelo mercado nos anos 1990**. São Paulo: Paz e Terra.
- WEBER, Isabella M. (2023). **Como a China escapou da terapia de choque**. Tradução: Diogo Fernandes. Revisão técnica: Elias Jabbour. São Paulo, Boitempo.
- ZOTIN, M. Z. (2021). **A liderança chinesa na transição energética global**. Revista Ensaio Energético.

# 5 - Indicadores da China – desvendando os desafios de um desenvolvimento contínuo

---

*Carina Vitral Costa*

*Carlos Eduardo Figueiredo Cabral*

## **Introdução**

O *desenvolvimento com características chinesas* tem ensejado a necessidade de novo cabedal teórico para análise econômica. Muitos autores têm abordado a necessidade de um novo marco metodológico para a compreensão da China, visto que abordagens conceituais ortodoxas e heterodoxas ocidentais não parecem estar dando conta de explicar o fenômeno do desenvolvimento chinês, que conta com uma criatividade ímpar de saídas econômicas.

Ao analisar a experiência chinesa, teóricos se dividem entre as teses do capitalismo de Estado e do socialismo de mercado. De um lado, o campo teórico da ortodoxia aponta como causa do êxito do desenvolvimento chinês para a existência da propriedade privada o investimento estrangeiro direto e a abertura ao comércio internacional. De outro, o pensamento heterodoxo aponta para a ampla participação do Estado, direta, por intermédio das empresas públicas, e indireta, através dos poderosos bancos de investimento, como motores do desenvolvimento nacional e do sistema financeiro público (JABBOUR et al., 2020). Jabbour *et al.* (2020) defendem que a abertura da China está longe das reformas neoliberais.

Uma abordagem heterodoxa, contudo, deverá apontar a centralidade do papel do Estado e a interação entre instituições, sistema financeiro público e grandes conglomerados estatais em setores-chave da economia como elementos fundamentais para a explicação do sucesso chinês. De fato, a economia chinesa está longe do conjunto de políticas e reformas liberais conhecidas

amplamente como Consenso de Washington, na medida em que a entrada de capital estrangeiro e a desregulamentação do mercado têm procedido de forma gradual e controlada pelo governo chinês (JABBOUR; PAULA, 2018 p. 3).

Ainda no campo teórico do marxismo, existe polêmica sobre o emprego do conceito de socialismo de mercado, alguns dão relevo às relações sociais de produção, capital, trabalho e mais valia para defender que a China se caracteriza como um modo de produção capitalista. Jabbour e Gabriele (2021) apontam para a necessidade de estender a definição de socialismo para além da propriedade dos meios de produção, mas também das capacidades estatais, como controle de ativos e fluxo de renda por meio da tributação e autoridade reguladora. Gabriele e Schettino (2020), por sua vez, defendem que o Estado, ao exercer controle sobre a trajetória do desenvolvimento do país, se apresenta de forma qualitativamente superior ao Estado na economia capitalista.

O Estado é dotado de um alto grau de controle direto e indireto dos meios de produção e, como resultado, as relações sociais de produção são diferentes das prevalecentes no capitalismo. Esta declaração implica que, num nível mais baixo de abstração o “socialismo de mercado” e o sistema capitalista diferem em dois aspectos principais. O primeiro é que num sistema socialista de mercado o papel do Estado é tanto quantitativamente maior quanto qualitativamente superior, assim permitindo que o setor público como um todo exerça um controle estratégico geral sobre a trajetória de desenvolvimento de um país, especialmente em áreas cruciais, como o estabelecimento de uma taxa ampla de acumulação na economia e a determinação da velocidade e direção do progresso técnico. A segunda diferença é que num sistema de socialismo de mercado, embora exista o fato de os capitalistas serem dotados de propriedade privada de alguns modos de produção, eles não são fortes o suficiente para constituir uma classe social hegemônica e dominante como acontece em países capitalistas “normais” (GABRIELE, 2009, p. 326).

O fato é que a compreensão do fenômeno autodenominado *socialismo com características chinesas* está em curso, e, como alerta Jabbour e Gabriele (2021), nem mesmo o próprio governo chinês se autoproclama como exemplo de socialismo puro. Para o pensamento de Xi Jinping, que sistematiza as contribuições teóricas do marxismo chinês para os dias atuais, o marxismo não é um dogma, mas um guia de ação.

Ao longo do século passado, o Partido se uniu sob a bandeira do marxismo, continuou a adaptar o marxismo ao contexto chinês e às necessidades de nossos tempos, abraçou todas as realizações notáveis da sociedade humana com uma perspectiva de mente aberta e usou as teorias sólidas derivado da adaptação do marxismo ao contexto chinês para guiar seus grandes empreendimentos (PARTIDO COMUNISTA DA CHINA, 2021).

No âmbito da experiência chinesa, é decisivo caracterizar os fatores econômicos e institucionais que diferem quantitativa e qualitativamente (GABRIELE, 2009) a atuação do Estado chinês da desses países que tiveram o Estado como indutor do desenvolvimento capitalista, ou seja, o capitalismo de Estado.

## **1. O Partido Comunista e o planejamento**

Para caracterizar o *socialismo com características chinesas* é indispensável extrapolar os aspectos meramente econômicos, relacionando-os com as questões políticas e, assim, perceber que a política econômica parte da decisão política do Partido Comunista Chinês (PCC) e não da classe burguesa. Para economistas que sustentam a hipótese de que a China se constitui como “capitalismo de Estado”, a análise permite a separação entre poder político e base material, o que não seria possível para uma análise marxista, pois no capitalismo o exercício do poder político é exercido pela burguesia (JABBOUR; GABRIELE, 2021).

Em muitos países capitalistas, sobretudo em países periféricos, apesar de existirem governos constituídos democraticamente, por detrás deles está uma classe social burguesa dirigente que assume as rédeas de fato da decisão sobre os rumos do país. No caso chinês pode-se constatar outra estrutura.

Trabalhamos com a hipótese de que a China é uma FES (Formação Econômica e Social) de novo tipo justamente pelo fato de o núcleo da grande base material e financeira estar sob controle público em um Estado dirigido por uma força política que reivindica o socialismo como estratégia a ser viabilizada. O critério inicial e final para caracterizar uma dada FES é puramente político. Nunca é demais lembrar: na China a burguesia não tem poder sobre os destinos políticos e econômicos do país. Muito pelo contrário (JABBOUR, GABRIELE, 2021 p. 121).

Esse direcionamento político na China se dá através do planejamento, que não é uma novidade na histórica econômica, mas constitui uma marca dos países socialistas na medida em que substitui o papel dos *indivíduos maximizadores de utilidade* como indutores racionais da atividade econômica por instituições sociais e organizadas que produzem efeitos superiores na economia.

Por si só, como regra geral, o planejamento é obviamente preferível à anarquia do mercado, mas o planejamento equivocado e espontaneísta pode levar a resultados negativos ou até catastróficos, mais do que a interação espontânea das forças do mercado. Muitos exemplos históricos comprovam esse ponto (JABBOUR, GABRIELE, 2021, p. 124).

O planejamento, em si mesmo, não garante a existência do socialismo, mas sem ele tampouco esse pode ser executado. E o desafio da China foi encontrar seus próprios caminhos para o desenvolvimento socialista eficaz e sustentável após inúmeras experiências no século XX (JABBOUR, GABRIELE, 2021).

## **2. As reformas econômicas e institucionais das capacidades estatais**

Para entender a dimensão do Estado como indutor do desenvolvimento chinês, é preciso entender o processo e as reformas econômicas e institucionais que trouxeram a economia chinesa até os dias atuais. Neste capítulo, faz-se um breve histórico desde a fundação da República Popular da China, passando pela *Reforma e Abertura* pró-mercado, até as reformas institucionais que levaram à conformação das capacidades estatais. Para tal, são analisados os documentos aprovados nos Congressos, sessões do Comitê Central do Partido Comunista da China e Planos Quinquenais. Vale destacar um documento recente, porém histórico: a “Resolução do Comitê Central do Partido Comunista da China sobre as principais realizações e a experiência histórica do partido ao longo do século passado”, aprovada no 19º Comitê Central do Partido Comunista da China, realizado em novembro de 2021 em comemoração ao centenário do PC chinês. O documento faz uma análise dos principais acontecimentos, trazendo uma revisão histórica dos 100 anos do Partido, incluindo as polêmicas sobre o processo de modernização chinês, além das decisões políticas e econômicas.

### 3. As polêmicas sobre a modernização

A República Popular da China, desde sua fundação em 1949, como outras nações que fizeram a revolução socialista, enfrentou o desafio da industrialização e do desenvolvimento das forças produtivas. Em 1953, o PCCh aprovou sua linha geral para o período de transição: “realizar gradualmente a industrialização socialista do país e a transformação socialista da agricultura, artesanato, indústria e comércio capitalistas por um período bastante longo” (PARTIDO COMUNISTA DA CHINA, 2021, n.p.).

A partir de então, o PCCh estabilizou preços, completou a reforma agrária, lançou mão de reformas democráticas nos mais diversos setores da sociedade, fez a transição para um sistema econômico socialista. Em 1954 aprovou a Constituição da República Popular da China na Primeira Assembleia Popular Nacional e, em 1956, segundo a resolução histórica do centenário do PC chinês:

[...] a China basicamente completou a transformação socialista da propriedade privada dos meios de produção e colocou em prática a propriedade pública dos meios de produção e distribuição segundo o trabalho, marcando assim o estabelecimento do sistema econômico socialista (PARTIDO COMUNISTA DA CHINA, 2021).

Em 1956 em seu 8º Congresso Nacional, constatou que a principal contradição não era mais a da classe trabalhadora *versus* burguesia, mas, sim, entre as necessidades do povo e a realidade que a economia do país proporcionava (PARTIDO COMUNISTA DA CHINA, 2021). O caminho para o desenvolvimento das forças produtivas não era consensual, as divergências estavam deflagradas dentro do PCCh e expressa na resistência ao pensamento do dirigente comunista Mao Zedong com a Revolução Cultural.

Segundo a Resolução aprovada (2021), que mantém revisão histórica da Resolução sobre Certas Questões da História de Nosso Partido (1981), sobre as divergências do passado, o Pensamento Mao Zedong representou o uso criativo e o avanço do Marxismo-Leninismo na China e o primeiro passo de adaptação dessa teoria à realidade chinesa. Entretanto, erros teóricos e práticos de Mao Tsé-tung sobre a luta de classes em uma sociedade socialista impediram que os caminhos próprios avançassem. Em 1976, com a morte de Mao Tsé-Tung, o birô político do Comitê Central enfrentou a questão, pôs fim a

hegemonia do pensamento de Mao no PCCh e iniciou o processo denominado de *Reforma e Abertura* (PARTIDO COMUNISTA DA CHINA, 2021, n.p.).

#### **4. Reforma, abertura e modernização socialista**

Guiados por Deng Xiaoping, novo dirigente principal do partido, em sua terceira sessão plenária do 11º Comitê Central em 1978, o Partido Comunista da China passou por ampla revisão teórica reafirmando o seu propósito: o socialismo com características chinesas.

Quando tudo tem que ser feito de acordo com as regras, quando o pensamento se torna rígido e a fê cega está na moda, é impossível para um partido ou uma nação progredir. Sua vida cessará e esse partido ou nação perecerá (XIAOPING apud PARTIDO COMUNISTA DA CHINA, 2021, n.p.).

Do 12º até o 17º Congresso, foram aprovados sucessivos planos quinquenais dedicados ao planejamento das grandes iniciativas para promover a reforma do sistema econômico e a abertura ao comércio internacional. A criação do sistema de responsabilidade do contrato familiar nas áreas rurais marcou a reforma institucional da economia voltada para uma economia de mercado socialista, e a adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC) e a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) marcaram a abertura ao comércio internacional. Segundo a referida Resolução, com o desenrolar da Reforma e Abertura, a China pulou de uma economia planejada altamente centralizada para uma economia de mercado socialista cheia de vitalidade, e de um país isolado para um que está aberto ao mundo.

Não foi espontâneo e/ou guiado por forças mercantis não reguladas o processo de formação de um setor privado ao lado de um setor estatal que passou, a seu turno, por grandes modificações desde o início das reformas econômicas. De posse dos instrumentos cruciais à acumulação de capital, o Estado não apenas guiou o processo como um todo, modificando, de forma flexível e pragmática, marcos institucionais em concordância com as necessidades postas pela realidade (JABBOUR; PAULA, 2018 p. 8).

Ao lado dos contratos de responsabilidade, que se tratou de uma forma peculiar de privatização (MEDEIROS, 2013) e abriu caminho para o setor

privado avançar, inclusive sobre os ativos do Estado, empreendeu-se uma ampla reforma fiscal que descentralizou o poder econômico em direção às províncias, ampliando sua autonomia financeira perante o Governo Central. O primeiro ciclo de mudanças institucionais e econômicas propiciou o aumento da renda e da produtividade na agricultura e elevou a demanda por bens de consumo industriais, formando um poderoso mercado interno. O número de empresas industriais pulou de 348.400 em 1978 para pouco mais de 10 milhões em 1994 (FISHER-VANDEN; JEFFERSON, 2016).

## 5. A retomada das capacidades estatais

Se o período denominado de *Reforma e Abertura*, desde 1978, significou para o desenvolvimento chinês a privatização de empresas públicas, a institucionalização dos novos formatos de empresas privadas familiares e outras mudanças econômicas pró-mercado, a década de 1990 significou a retomada das suas capacidades estatais através de um redesenho das funções entre setor público e setor privado. Ainda no ano de 1983, aconteceu a reforma no âmbito financeiro e monetário, com o Banco do Povo da China ficando com as funções de emissão, regulamentação do sistema bancário, gestão das reservas cambiais e empréstimo de última instância, e as funções bancárias de varejo e atacado foram transferidas para os *Big Four*<sup>47</sup>.

Em 1984 no 12º Comitê Central, o Partido ainda definia o sistema como *economia mercantil planificada*. Jiang Zemin, como secretário geral do partido, no 13º Comitê Central em 1987, formulou a *Teoria das Três Representações*, quais sejam: o avanço das forças produtivas, a orientação do avanço da cultura e os interesses da maioria do povo chinês. Nessa reunião, pela primeira vez, definiu-se o objetivo de construir uma *economia socialista de mercado* e estabeleceu-se que, no estágio básico, a propriedade pública seria o “esteio” que conviveria com diversas formas de propriedade, bem como o sistema de distribuição de renda de acordo com o trabalho seria o “esteio”, enquanto múltiplas formas de distribuição coexistiriam (PARTIDO COMUNISTA DA CHINA, 2021, n.p.).

---

<sup>47</sup> Os Big Four são poderosos bancos de investimento que foram fundamentais para grandes projetos de desenvolvimento: Industrial and Commercial Bank of China (ICBC), que financia os investimentos urbanos e estratégicos; Agricultural Bank of China (ABC), responsável pela concessão de crédito.

No final da década de 1980, o fim da União Soviética e tentativas de ingerência na política local provocaram turbulências internas, como as manifestações da Praça da Paz Celestial, que foram duramente reprimidas, segundo a resolução oficial, para defender o poder estatal e socialista da China (PARTIDO COMUNISTA DA CHINA, 2021).

Mesmo diante da defensiva dos comunistas no mundo, o Partido Comunista da China se fortaleceu da convicção de que o desenvolvimento econômico era a tarefa central, passou a investir em ciência e tecnologia (C&T) como “força produtiva primária” e concentrou esforços na educação para formar uma mão de obra qualificada.

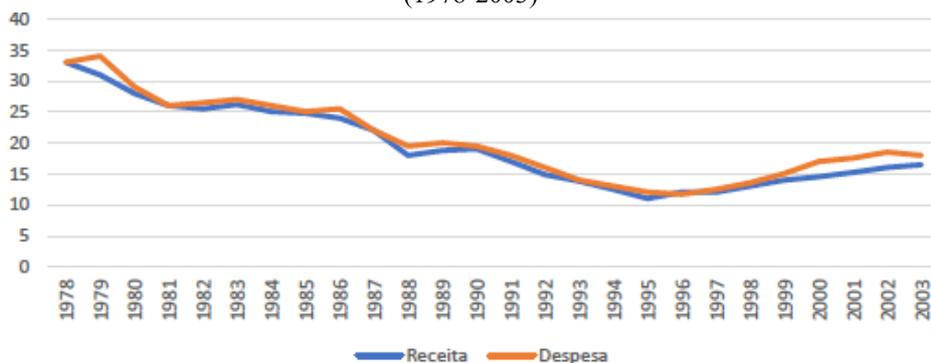
Na conjuntura econômica se conformava uma fase crítica da Reforma e Abertura, configurada pela soma entre a elevada taxa de inflação (sai de 7,2% em 1987 para 18,3% em 1989), acúmulos de déficit em transações correntes na ordem de 2,65% do PIB, em 1993, aumento da tensão política interna, com as disputas do conteúdo das reformas entre liberais e conservadores, e externa, com o fim do socialismo no Leste Europeu (JABBOUR; PAULA, 2018), e abertura financeira das economias asiáticas (SPERANCETE, 2021).

Se por um lado a queda das taxas de investimento (39,4% a.a. em 1988 para 1,8% a.a. em 1990), do consumo (49,6% em 1988 para 39,6% em 1989) e do crescimento econômico (4,1% em 1989 e 3,8% em 1990) levou ao arrefecimento da inflação, somente em 1992 uma definição política de maior envergadura foi capaz de trazer de volta as condições a uma solução de continuidade das reformas (JABBOUR; PAULA, 2018, p. 13).

Por fim, um último aspecto importante de se considerar diz respeito à apropriação social e coletiva das qualidades do desenvolvimento. Era de se esperar que os efeitos nocivos que um processo de industrialização na velocidade chinesa foi perverso do ponto de vista da concentração de riqueza, do achatamento salarial e da perda do poder de compra dos trabalhadores. E isso aconteceu na década 1980, somados à crise asiática que atingia as principais economias da Ásia, configurou-se como uma bomba relógio que acendeu o sinal de alerta dos planejadores da economia chinesa e foi o ensejo para uma nova onda de reformas econômicas e institucionais que dessa vez fazia o caminho inverso, no sentido de aumentar a capacidade do governo central em planejar, investir e executar a política econômica, guiando os rumos do desenvolvimento chinês (JABBOUR *et al.*, 2020).

A baixa renda no campo provocou um estrangulamento da demanda interna ao lado da baixa capacidade fiscal do Governo Central de investir em grandes projetos, o que desencadeou grandes reformas fiscais e do plano de infraestrutura. A partir de 1992, acontece uma nova onda de mudanças institucionais e econômicas, que se configurou como um relançamento da ação do Estado sobre o conjunto da economia, revertendo a descentralização fiscal do ciclo anterior, condição essencial para que o Estado chinês empreendesse uma política anticíclica à crise asiática que atingiu todos os países da região (JABBOUR; PAULA, 2018). No gráfico a seguir, pode-se verificar primeiro uma queda na participação do Estado na receita e despesa total e depois uma retomada em nível moderado.

**Gráfico 1.** Participação do governo central na receita e na despesa total - em % - (1978-2003)



**Fonte:** Chinese Statistical Yearbook apud Mocelin, 2021.

Jabbour e Paula (2018) escrevem sobre a relação da crise dos Tigres Asiáticos com a guinada dos investimentos em infraestrutura.

[...] investimentos em infra-estrutura, após a crise financeira asiática de 1997, tem dois objetivos: o primeiro tem ligação com o nível de acumulação na China – nível este que exige e permite novos investimentos em energia e transportes como forma de eliminar pontos de estrangulamentos na cadeia produtiva, além de abrir oportunidades para uma nova fase de crescimento duradouro. O segundo, relacionado dialeticamente com o primeiro, está na necessidade de unificação de um território econômico com mais de 9 milhões de km<sup>2</sup> e com um mercado potencial de 700 milhões de habitantes, buscando ao mesmo tempo a ampliação de seu mercado interno e a diminuição das desigualdades regionais no país (JABBOUR; PAULA, 2018, p. 16).

Segundo Elias Jabbour (2006), um dos setores que está no centro do desenvolvimento com características chinesas é o ferroviário, que desde 1979 enfrenta o desafio de sustentar uma população que em 1978 já era de um bilhão de habitantes, grande parte formada por uma massa agrária que vivia em condições precárias. Entretanto, foi durante a crise asiática em 1997, junto com reformas fiscais centralizadoras, que aumentaram a capacidade de investimento estatal, que o governo chinês concentrou os esforços na infraestrutura ferroviária com objetivo de estimular a demanda interna. Intentava-se aproveitar a capacidade ociosa e interiorizar os logros do desenvolvimento econômico interligando o que hoje se compreende numa região de grande capacidade energética ao Oeste com o gigante parque industrial no litoral (também é a porta de saída para exportação).

A República Popular da China sobreviveu sem grandes impactos à crise asiática, promoveu o desenvolvimento em larga escala da região Oeste, a partir de 1999, com o *Grande Desenvolvimento do Oeste*, programa que direcionou o desenvolvimento para reduzir desigualdades (NOGUEIRA, 2019). Reformou antigas bases industriais no Nordeste, promoveu a região central e apoiou o pioneirismo da região Leste no esforço de desenvolver as áreas rurais. Do ponto de vista geopolítico, a Crise Asiática aprofundou a inserção internacional da China, transformando-a num centro gravitacional das economias asiáticas (MEDEIROS, 2006).

Através de um novo regramento sobre as empresas industriais, o PCCh desenvolveu o setor não público, reformou as empresas estatais e transformou o modelo de desenvolvimento econômico. Nesse sentido, vale destaque para algumas normas e reformas institucionais: Regulamento de Transformação do Mecanismo de Gestão das Industrias Estatais, de 1992; Decisão sobre questões para o estabelecimento do Sistema Econômico Socialista de Mercado, de 1993; Lei das Companhias, de 1994; Regulamento Provisório para Investimentos Estrangeiros, de 1995; Decisão sobre questões importantes sobre a Reforma e o Desenvolvimento das Empresas Estatais, de 1999; e a criação da Comissão de SASAC em 2003 (MEDEIROS, 2006).

Esse aparato propiciou a implementação da estratégia “manter as grandes, deixar as pequenas irem”, em um processo de fusões e aquisições que preservou os setores considerados estratégicos nas mãos do Estado e privatizou empresas estatais de pequeno e médio portes de setores considerados não estratégicos para o capital privado nacional e estrangeiro (SPERANCETE,

2021). Essa estratégia foi ratificada em 1996 pelo Relatório sobre o 9º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico e Social:

A reforma institucional deve ser associada à otimização da estrutura de investimentos, a fim de apoiar seletivamente aqueles que são competitivos e fortes e permitir que os mais aptos sobrevivam e prosperem. [...] Um determinado número de indústrias e grupos empresariais chave deve ser gerenciado de modo adequado para que seus capitais sejam usados para desencadear a reforma e o crescimento de outras empresas e assim impulsionar toda a economia (CONGRESSO NACIONAL DO POVO, 1996 apud JABBOUR; GABRIELE, 2021).

À primeira vista, essas medidas podem parecer um caminho privatizante em consonância com o ciclo anterior, mas, *pari passu* o fortalecimento do setor privado, aconteceu na verdade, como movimento principal, a reestruturação de um poderoso setor público que, ao lado de um grande sistema financeiro público, demonstrou a capacidade de indução do desenvolvimento chinês.

A construção de um “poderoso Estado socialista”, baseado em imensos conglomerados empresariais estatais e um bem capilarizado sistema público de financiamento de longo prazo, não prescindiu de controles sobre o fluxo de capitais que capacitaram o Estado a isolar a política monetária dos fluxos de capitais externos, aumentando a margem de manobra para adoção de políticas econômicas autônomas em relação as condições financeiras internacionais (JABBOUR; PAULA, 2018, p. 18).

O 9º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico e Social de 1996, citado no capítulo dois, consolida essa visão de otimizar a estrutura de investimentos, a fim de apoiar seletivamente as empresas fortes e competitivas e promover fusões, aquisições ou deixar ir à falência as pequenas e fracas. Assim nasce a estratégia estruturante do Grande Conglomerado de Empresas Estatais (GCEE), que se tornariam grandes corporações, concentradas nos setores estratégicos da economia chinesa, que poderiam ter ações na bolsa de valores (*joint-stock corporation*), com a gestão a cargo de executivos formados em Gestão e capacidade técnica comprovada.

Até a promulgação da *Company Law*, a produção industrial chinesa esteve, grosso modo, voltada à produção de bens e serviços de baixo valor agregado, intensivos no fator trabalho. A partir daquele ano, iniciou-se o processo de transição da estrutura industrial e produtiva chinesa em direção à

produção industrial de médio e alto valor agregado, com maior intensividade de capital e incremento tecnológico, especialmente na indústria pesada (SPERANCETE, 2021, p. 185).

A análise da estrutura acionária da indústria entre 1998 e 2003 é representativa nesse sentido, a quantidade de empresas estatais caiu para a metade e o número de empresas privadas nacionais cresceu cerca de 500%. Além disso, a participação estrangeira também se elevou 35% no período (SPERANCETE, 2021). O processo de “corporatização” vindo com a Lei das Sociedades Anônimas transformou a realidade das empresas estatais, mas ainda assim foi lento o processo de se desfazer de milhares de empresas públicas. Em 2003 ainda havia 23.000 empresas estatais tradicionais, responsáveis por um terço da produção industrial estatal e 11.000 corporações mistas de controle estatal produzindo os outros dois terços (NAUGHTON, 2020). Para acelerar esse processo, foi criada em 2003 a SASAC, Comissão de Supervisão e Administração de Ativos do Estado que ficou responsável por 196 conglomerados, onde tinham 34.280 empresas industriais subsidiárias, que funcionavam como *holdings* deste grupo de empresas. Em 2015, a SASAC organizou uma nova rodada de falência e fusões que resultou em 97 conglomerados de empresas estatais (JABBOUR; GABRIELE, 2021).

## **6. Em busca de uma sociedade moderadamente próspera**

Hu Jintao assume a tarefa de Secretário-geral no 16º Comitê Central em 2002 com a *Perspectiva Científica sobre o Desenvolvimento*, sob sua gestão avançou-se na teoria e na prática em busca de uma *sociedade moderadamente próspera em todos os aspectos*, inaugurando a perspectiva de um desenvolvimento abrangente, equilibrado e sustentável que coloca as pessoas em primeiro lugar. Com objetivo de promover a harmonia e a estabilidade social, o partido passou a se preocupar com o desenvolvimento social e a melhoria do bem-estar público, elevando os padrões de vida da população e, para isso, reincidindo impostos sobre a agricultura (PARTIDO COMUNISTA DA CHINA, 2021). Em seu Relatório ao 18º Congresso do Partido Comunista da China (2012), depois de elencar os êxitos do planejamento e cumprimento das metas do 11º e 12º Plano Quinquenal, Hu Jintao expressa a crescente preocupação com o problema ambiental, a inovação tecnológica e a redução das desigualdades.

O desenvolvimento desequilibrado, descoordenado e insustentável continua sendo um grande problema. A capacidade de inovação científica e tecnológica é fraca. A estrutura industrial é desequilibrada. A infraestrutura agrícola continua fraca. As restrições de recursos ambientais tornaram-se mais sérias. Muitas barreiras sistêmicas impedem a promoção do desenvolvimento de forma científica. As tarefas de aprofundamento da reforma e abertura e mudança do modelo de crescimento continuam árduas. O fosso de desenvolvimento entre as áreas urbanas e rurais e entre as regiões ainda é grande, assim como as disparidades de renda. Os problemas sociais aumentaram consideravelmente. Existem muitos problemas que afetam os interesses imediatos das pessoas em educação, emprego, previdência social, saúde, habitação, meio ambiente, segurança alimentar e medicamentosa, segurança no local de trabalho, segurança pública, aplicação da lei, administração da justiça, etc. Algumas pessoas ainda levam vidas difíceis (JINTAO, 2012).

Sob a liderança de Hu Jintao, o PCCh levou a China a evoluir da sexta para a segunda economia do mundo em volume de importações e exportações e definiu a meta de conquistar uma sociedade moderadamente próspera até 2021, ano do centenário do Partido Comunista da China. Não foram poucas as turbulências que encontraram pelo caminho, o surto da síndrome respiratória aguda grave (SARS), as constantes pressões da OMC, que segundo o Relatório do 18º, a China encarou “a adesão à OMC como uma oportunidade para transformar pressão em motivação e desafios em oportunidades”. Em 2008, com a crise financeira global, uma nova mobilização econômica foi posta em andamento junto com mudanças institucionais que enfrentavam os entraves da economia chinesa.

Nosso modelo tradicional de crescimento não poderia mais se sustentar diante de uma situação complexa em que devemos lidar com a desaceleração do crescimento econômico, fazer ajustes estruturais dolorosos e absorver os efeitos das políticas anteriores de estímulo econômico de uma só vez (PARTIDO COMUNISTA DA CHINA, 2021, n.p.).

Segundo a Resolução do 19º Comitê Central (2021) e a Resolução do 19º Congresso do PCCh (2017), naquele momento se chegou à conclusão de que a taxa de crescimento do PIB não poderia servir como o único critério de sucesso para o desenvolvimento. Era preciso se concentrar no desenvolvimento de alta qualidade, fazendo uma reforma estrutural do lado da oferta, modernizando o sistema econômico, ampliando a demanda doméstica para

absorver os riscos econômicos externos e lutar contra as batalhas críticas: o risco potencial, a pobreza e a poluição.

Hu Jintao traz em seu relatório (2012) pontos para acelerar a economia socialista de mercado e a mudança do modelo de crescimento, esses são apresentados a seguir. Aprofundar a reforma econômica em geral, equilibrando o papel do governo e do mercado, fazendo as reformas fiscais, tributárias para dar capacidade às províncias de exercerem seus poderes e reformar o mercado financeiro para que ele contribua com a estabilidade macroeconômica e apoie a economia real. Nesse ponto, fica clara a divisão de papéis entre o setor público e o não público:

Devemos consolidar e desenvolver inabalavelmente o setor público da economia; permitir que a propriedade pública assuma diversas formas; aprofundar a reforma das empresas estatais; melhorar os mecanismos de gestão de todos os tipos de bens do Estado; e investir mais capital do estado em grandes indústrias e áreas-chave que constituem a salvação da economia e são vitais para a segurança nacional. Devemos, portanto, aumentar constantemente a vitalidade do setor estatal da economia e sua capacidade de alavancar e influenciar a economia. Ao mesmo tempo, devemos encorajar, apoiar e orientar inabalavelmente o desenvolvimento do setor não público e garantir que as entidades econômicas sob todas as formas de propriedade tenham acesso igual aos fatores de produção de acordo com a lei, concorram em igualdade de condições e sejam protegidos pela lei como iguais. Devemos melhorar o moderno sistema de mercado e fortalecer os procedimentos institucionais para estabelecer metas de macro regulação e empregar ferramentas políticas (JINTAO, 2012).

Esses pontos constituem-se como fatores fundamentais para entender as mudanças econômicas da “Nova Era” da República Popular da China e suas ideias podem ser vistas nos grandes projetos nas décadas seguintes:

- 1) Implementar estratégia de desenvolvimento orientada à inovação tecnológica e à necessidade de grandes projetos nacionais de C&T para remover os entraves tecnológicos.
- 2) Realizar ajuste estratégico na estrutura econômica que combine o fomento da demanda com o incentivo ao consumo e o desenvolvimento do mercado interno e o desenvolvimento equilibrado da estrutura industrial entre as regiões, aproveitando as vantagens de cada uma: alta prioridade do desenvolvimento em larga escala da região ocidental; revitalizar plenamente as antigas bases

industriais no nordeste da China; trabalhar vigorosamente para promover a ascensão da região central e apoiar a região oriental na liderança do desenvolvimento.

3) Integrar o desenvolvimento urbano e rural, trabalhando para diminuir o fosso entre as regiões, aliviando a pobreza por meio do desenvolvimento e garantindo a troca igualitária de fatores de produção entre áreas urbanas e rurais.

4) Promover melhorias geral na economia aberta, dando respostas aos novos movimentos da globalização, para promover o comércio internacional diversificado, equilibrado, seguro e eficiente, aproveitando a posição vantajosa para atrair investimentos estrangeiros.

## **7. Xi Jinping e a Nova Era**

Após o 18º Congresso do Partido Comunista da China em 2012, o socialismo com características chinesas entrou numa nova era liderado por Xi Jinping, como seu novo dirigente principal. Segundo os documentos do 19º Congresso (2017) e do 19º Comitê Central (2021) do Partido Comunista Chinês, a principal contradição que a sociedade chinesa enfrenta hoje é aquela entre o desenvolvimento desequilibrado e o inadequado e as necessidades cada vez maiores das pessoas de uma vida melhor. Por isso, cinco esferas e quatro vertentes foram elencadas.

O plano integrado para a construção do socialismo com características chinesas abrange cinco esferas, a saber, o avanço econômico, político, cultural, social e ecológico, e que a estratégia abrangente nesse sentido inclui quatro vertentes, a saber, construir um país socialista moderno, aprofundar a reforma, avançar governança baseada na lei e fortalecimento da auto governança do Partido (19º COMITÊ CENTRAL DO PCCh, 2021).

Desde o 18º Congresso do PCCh, esforços foram mobilizados para tornar mais equilibrado, coordenado e sustentável o desenvolvimento econômico da China, “o Partido fortaleceu o projeto de alto nível e o planejamento geral, buscou reformas de maneira mais sistêmica, holística e coordenada, estimulou a criatividade das pessoas e aprofundou e consolidou reformas em áreas-chave”, nesse período o PIB da China ultrapassou 100 trilhões de yuans, o PIB per capita superou US\$ 10.000 e a China se tornou a

segunda economia do mundo (PARTIDO COMUNISTA DA CHINA, 2021).

Na resolução ao 19º Comitê Central (2021), estão presentes destacadamente as noções de que proteger o meio ambiente é proteger e impulsionar as forças produtivas e de que a humanidade pagará um preço extremamente alto se não for revertida a tendência de deterioração ecológica e ambiental (PARTIDO COMUNISTA DA CHINA, 2021).

Sob a liderança do Partido, a China alcançou o sucesso inicial na batalha crítica contra a poluição. Três grandes planos de ação para lidar com a poluição do ar, da água e do solo foram totalmente implementados. Continuamos trabalhando para manter nossos céus azuis, nossas águas limpas e nossas terras livres de poluição, ambientes rurais melhorados e banimos completamente a importação de resíduos sólidos. Realizamos inspeções ambientais do governo central, investigamos e processamos rigorosamente vários casos representativos importantes de danos ecológicos e abordamos vários problemas ambientais que despertaram forte preocupação pública. A China desempenhou um papel ativo na governança ambiental e climática global e prometeu atingir o pico de emissões de carbono antes de 2030 e alcançar a neutralidade de carbono antes de 2060 (PARTIDO COMUNISTA DA CHINA, 2021).

No comércio internacional e na abertura, vale destacar uma iniciativa que estruturou os esforços empreendidos no âmbito internacional, a Iniciativa do Cinturão e a Nova Rota da Seda, que construiu grandes projetos de cooperação nas áreas de infraestrutura para impulsionar os países em desenvolvimento. Para tal, previu-se o investimento de US\$ 1 trilhão em infraestrutura em 69 países até 2020, tornando-se uma grande exportadora de investimentos diretos. A taxa de investimento ultrapassou 47,6% do PIB em 2011 e desde 2013 a China se tornou o país de maior volume de comércio exterior do mundo, exercendo influência significativa em toda a economia mundial.

No aspecto da inovação, em 2015 foi lançado o megaprojeto *Made In China 2025* no contexto da guerra comercial, da nova corrida tecnológica e da guerra híbrida contra o socialismo, que aponta metas de inovação tecnológica e posiciona o país na fronteira da tecnologia (JABBOUR; GABRIELE, 2021). Também serviu na “guerra” contra a pandemia mundial da COVID-19, que mobilizou impressionantes esforços de contenção e isolamento do vírus.

Os dez setores-chave desse megaprojeto são emblemáticos para entender a dimensão do desenvolvimento de condições superiores de produção e produtividade na China: 1) tecnologia da informação; 2) robótica; 3) aeroespacial; 4) engenharia oceânica e chips de alta tecnologia; 5) ferroviário; 6) energético; 7) elétrico; 8) novos materiais; 9) biomedicina e equipamentos médicos; e 10) agrícola (JABBOUR, GABRIELE, 2021). Nesse projeto, é possível ver o que se assinalou anteriormente, a definição de áreas estratégicas, que se configuram como entraves do desenvolvimento ou ameaças à soberania, para concentração da atuação dos GCEE e do financiamento público dos Big Four.

No âmbito interno, foram introduzidas medidas de distribuição de renda, ajustando a renda excessiva e proibindo renda ilícita, o aumento da renda dos grupos menos favorecidos e a expansão dos grupos de renda média. Segundo a Resolução (2021) a China formou o maior sistema de previdência social do mundo, com 1,02 bilhão de pessoas cobertas por seguro para idosos e 1,36 bilhão de pessoas, por seguro médico (PARTIDO COMUNISTA DA CHINA, 2021). Segundo a referida Resolução, “os mais de 1,4 bilhão de chineses alcançaram prosperidade moderada em todos os aspectos e agora estão vendo suas aspirações por uma vida melhor se tornarem realidade” (PARTIDO COMUNISTA DA CHINA, 2021).

As principais tarefas definidas para o período foi a Meta do Primeiro Centenário concluída em 2021, que construiu uma sociedade moderadamente próspera em todos os aspectos e agora o plano é embarcar na “grande jornada” para Meta do Segundo Centenário, conquistar “um grande país socialista moderno que é próspero, forte, democrático, culturalmente avançado, harmonioso e bonito” (PARTIDO COMUNISTA DA CHINA, 2021). No 19º Congresso em 2017, duas etapas foram estabelecidas no plano estratégico, até 2035 a modernização socialista será basicamente realizada e até 2050 desenvolverá a China em um grande país socialista moderno.

## **Conclusão**

Conhecer o desenvolvimento da China foi um processo intrigante, entrar no debate acerca do autodenominado socialismo com características chinesas e estudar o desenrolar até aqui de uma distinta formação econômica e social sendo formada à luz das necessidades do país e colocando ao marxismo o desafio de reinvenção e criatividade em novos tempos. Um socialismo que se

dá não pelo controle dos meios de produção pelo proletariado, ou pela abolição da propriedade privada, mas, no lugar disso, por uma ampla e poderosa capacidade de atuação estatal no comando da economia capaz de gerar o efeito desencadeador para toda a economia.

Essas capacidades estatais foram o resultado de um longo e intenso processo de reformas econômicas e institucionais, que responderam aos desafios de cada tempo. Desde 1978 com a Reforma e Abertura, que abriu caminho para uma economia de mercado, a propriedade privada e uma política fiscal descentralizada rumo às províncias, que criou um país de fabricantes de forças produtivas avançadas. Até chegar nos anos 1990, quando ocorreu o caminho inverso, de retomada da centralização de recursos nas mãos do poder central, da reorganização dos bancos públicos nos Big Four e da transformação das empresas estatais nos poderosos GCEE sob controle de SASAC.

Está no centro do desenvolvimento econômico da China uma nova distribuição de papéis entre o setor público e o setor privado, na qual o Estado controla através dos GCEE o que é estratégico e o setor não público fica com o restante da economia. Por intermédio da *socialização do investimento*, a condução política e econômica do PCCh combina um ambiente favorável ao investimento privado através de ampla repressão financeira e tributação que incentiva o consumo, com o fato do próprio Estado tomar para si o papel de emprestador, via bancos públicos, e de investidor, com as empresas estatais. É assim, que a China consegue manter o alto índice de investimento, sem o qual, não seria possível manter o prolongado crescimento econômico, tampouco direcionar o desenvolvimento no rumo dos objetivos traçados pelo planejamento.

Essas inovações institucionais conformaram um patamar superior de planejamento e atuação do Estado na economia chinesa, onde a SASAC é a representante dos interesses do Estado e, em última instância, do comando do partido. E a economia de mercado, onde o mercado é instrumento de política econômica do Estado, e não ao contrário, que serve de parâmetro de desempenho e de financiamento para as empresas públicas e privadas, mas não serve para ditar a política econômica nem se conformar como a classe dirigente da economia do país.

Um planejamento comandado pelo Partido Comunista da China, que teve a ousadia e a criatividade, não sem muitas polêmicas e cisões, como visto nos documentos partidários, de aplicar de forma criativa e inovadora os conceitos do marxismo leninismo e lutar incansavelmente para superar os

obstáculos do desenvolvimento. Uma política econômica orientada para o investimento, e não por uma classe burguesa auxiliar que dita os rumos do país em busca do lucro, no caminho da especulação e da preferência pela liquidez deixando de investir na produção. É um Estado que fez uma opção pela industrialização, criando um ambiente favorável à socialização do investimento, com ampla repressão financeira e com incentivo ao consumo e ao mercado interno, mas também toma para si a iniciativa de investidor-chefe e financiador de vultuosos recursos nos setores estratégicos.

Uma economia voltada para as necessidades humanas que soube aproveitar o que havia de melhor na tradição do socialismo e soube criar grandes projetos de mobilização nacional para a integração regional, infraestrutura, inovação tecnológica e cria o seu próprio efeito desencadeador da economia através de seus impulsos. A soma desses fatores resulta numa economia que tem no investimento o motor do seu desenvolvimento e a indústria como mola propulsora que leva a China, hoje, a ser a segunda economia mundial, a primeira em comércio exterior e alcançar a fronteira da tecnologia e da inovação.

Tudo isso só é possível porque o Partido Comunista deteve até aqui hegemonia política no país, tendo forças para se defender diante das ameaças externas e conquistando ano após ano ganhos significativos para a qualidade de vida da população, superando também as ameaças internas. A meta do centenário de conquistar uma sociedade moderadamente próspera em todos os sentidos, a pressão pela criação de milhões empregos por ano, superando as desigualdades e o desenvolvimento desequilibrado social e ambientalmente, mostra a preocupação do PCCh, não só com o crescimento econômico, mas também com o desenvolvimento social e ambiental que está longe de ser alcançado.

Diante de uma nova corrida tecnológica, guerra comercial e campanha ideológica contra a China em curso, é preciso acompanhar os próximos passos das mudanças na geopolítica mundial. O fato é que a China se posiciona bem para esta disputa, tendo o desenvolvimento, o poderoso mercado interno e a unidade nacional a seu favor, podendo se tornar nos próximos anos a primeira economia mundial e alcançando a meta de se tornar um país desenvolvido.

## Referências

BRESSER-PEREIRA, L. C. (1989). O caráter cíclico da intervenção estatal. **Revista de Economia Política**, v. 9, n. 3, p.115-130.

BURLAMAQUI, L. (2015). Finance, development and the Chinese entrepreneurial state: A Schumpeter-Keynes-Minsky approach. **Brazilian Review of Political Economy**, v. 4, n. 141, p. 728- 744.

CHINA STATISTICAL YEARBOOK. (2019). **Annual Data**. Beijing, National Bureau of Statistic of China. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/english/Statisticaldata/AnnualData/>. Acesso em: 15 maio 2022.

COMMUNIST PARTY OF CHINA. (2021). The sixth plenary session of the 19th Central Committee. **Resolution of the CPC Central Committee on the Major Achievements and Historical Experience of the Party over the past century**. Beijing: Central Committee. Disponível em: [https://english.www.gov.cn/policies/latestreleases/202111/16/content\\_WS6193a935c6d0df57f98e50b0.html](https://english.www.gov.cn/policies/latestreleases/202111/16/content_WS6193a935c6d0df57f98e50b0.html). Acesso em: 16 abr. 2022.

GABRIELE, Alberto. (2020). **Enterprises, Industry and Innovation in the People’s Republic of China: Questioning Socialism from Deng to the Trade and Tech War**. Nova York: Springer.

GABRIELE, Alberto. (2009). The Role of the State in China’s Industrial Development: a Reassessment. **MPRA Paper**, n.14551.

GABRIELE, Alberto; SCHETTINO, Francesco. (2020). Socialismo de Mercado como uma distinta Formação Econômico-Social interna ao Moderno Modo de Produção. In: JABBOUR, Elias (org.). **China Socialismo e Desenvolvimento – sete décadas depois**. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois. (Posfácio). p. 227-277.

HAMILTON, A. (2000 ). **Relatório sobre as Manufaturas**. Rio de Janeiro: MSIA(1791).

HENDERSON, Hubert D. (1951). Note on the Problem of Maintaining Full Employment. **The Inter- War Years and Other Essays**. Oxford: Oxford University Press.

HOLTZ, Carsten A. (2018). **The Unfinished Business of State-Owned Enterprises Reform in the People’s Republic of China**. Munich Personal RePEc Archive, Hong Kong University of Science Technology, 2 dez. 2018. Disponível em: [http://mpra.ub.uni\\_muenchen.de/94093/1/MPRA\\_paper\\_94093.pdf](http://mpra.ub.uni_muenchen.de/94093/1/MPRA_paper_94093.pdf). Acesso em: 8 jun. 2021.

JABBOUR, Elias Marco Khalil. (2012). **China hoje, projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado**. São Paulo: Anita Garibaldi/Edupeb. 456 pág.

JABBOUR, Elias Marco Khalil. (2006). **China**. Infra-estruturas e crescimento econômico. São Paulo: Anita Garibaldi, 256 p.

JABBOUR, Elias Marco Khalil; DANTAS, A. (2017). The political economy of reforms and the present Chinese Transition. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 37, n. 4, p. 789-807.

JABBOUR, Elias Marco Khalil; PAULA, Luiz Fernando. (2018). A China e a ‘Socialização do Investimento’: uma abordagem Keynes-Gerchenkron-Rangel-Hirschman. **Revista Economia Contemporânea** [online], Rio de Janeiro, UFRJ, v. 22, n.1. p. 1-23. jan-abr. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/20628/11853>. Acesso em: 11 mar. 2021.

JABBOUR, Elias Marco Khalil et al. (2020). A (Nova) Economia do Projeto: o conceito e suas novas determinações na China de hoje. **Revista Geosul** [online], Florianópolis, v. 35, n. 77, p.17-48. [Dossiê: a China, sua dinâmica e seu papel no mundo pós-pandemia]. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/77609>. Acesso em: 11 mar. 2021.

JINTAO, HU. (2012). **Full text of Hu Jintao’s report at 18<sup>th</sup> Party Congress**. Beijing: Communist Party of China Congress. Disponível em: [https://www.mfa.gov.cn/ce/ceus/eng/zt/18th\\_CPC\\_National\\_Congress\\_Eng/t992917.htm](https://www.mfa.gov.cn/ce/ceus/eng/zt/18th_CPC_National_Congress_Eng/t992917.htm). Acesso em: 23 abr. 2022.

KEYNES, J. M. (1964). **The general theory of employment, interest and money**. New York: HBJ Book.

LAM, R.; LIU, S.; SCHIPKE, A. (2015). China’s labor market in the “New Normal”. **IMF Working Paper**, p.15-51.

LIST, Frederich. (1983 ). **Sistema Nacional de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural(1841).

LO, Dic. (2020). State-Owned Enterprises in Chinese Economic Transformation: Institutional Functionality and Credibility in Alternative Perspectives. **Journal of Economic Issues**, v. 54, n. 3, p. 813-883.

LO, Dic.; WU, Mei. (2014). The State and industrial policy in Chinese economic development. In: SALAZAR-XIRINACHS, J. M.; NUBLER, I.; ZOZUL-WRIGHT, R. (eds.). **Transforming economies**. Geneva: International Labour Office.

MEDEIROS, Carlos. (2013). Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). **Padrões de desenvolvimento econômico: América Latina, Ásia e Rússia (1950-2008)**. Brasília: CGEE.

MEDEIROS, Carlos. (2006). China as a double polo in world economy and recentralization of Asian economy. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 26, n. 3, p.425-444.

MORAIS, I. (2015). Desigualdades e políticas públicas na China; investimentos, salários e riqueza na era a sociedade harmoniosa. In: CINTRA, M.; FILHO, E.; PINTO, E. (org.). **China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA.

NAUGHTON, Barry. (2007). Is China Socialist? **Journal of Economic Perspectives**, v. 31, n. 1, 2017. NAUGHTON, Barry. **The Chinese Economy: Transitions and Growth**. Londres: IMT.

NOGUEIRA, I.; GUIMARÃES, J.; BRAGA, J. (2019). Inequalities and capital accumulation in China. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 39, n. 3, p. 449-469.

PADULA, Raphael; FIORI, José Luís. (2021). Geopolítica e Desenvolvimento em Petty, Hamilton e List. **Brazilian Journal of Political Economy** [online], v. 39, n. 2, p. 236-252, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-35172019-2905>. Acesso em: 15 nov. 2021.

RANGEL, Ignácio. (2005 ). Desenvolvimento e projeto. In: **Obras reunidas**. Rio de Janeiro, Contraponto(1956). 204 p.

SPERANCETE, Luiz Fernando Mocelin. (2021). **Desenvolvimento Econômico e inserção internacional da China entre 1978 e 2002: uma perspectiva histórico-sistêmica**. São Paulo. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

SIMONSEN, Roberto C. (2010). A planificação da economia brasileira. In: **A controvérsia do planejamento na economia brasileira; coletânea da polêmica Simonsen x Gudín**. 3. ed. Brasília: IPEA. 200 p.

WORLD BANK. (2022). **World Development Indicators**. 2022. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador>. Acesso em: 21 abri. 2022.

# 6 - Expansão da economia chinesa e seu papel na globalização

---

*Jaime Costa Aguiar*

*Ricardo Carlos Gaspar*

## **Introdução**

Em 25 de fevereiro de 2021, a República Popular da China - RPC anunciou ao mundo o feito mais espetacular da história: a erradicação da extrema pobreza no país de 1,4 bilhão de habitantes. Nos últimos 40 anos, foram retiradas 850 milhões de pessoas da pobreza (quatro Brasis). Esse processo acontece em um momento histórico, quando a linha mestra das economias globais é a financeirização, que tem dotado essas economias com medíocres taxas de crescimento e aumento do nível de pobreza de sua população. Este quadro tem causado uma série de dilemas sociais, ao contrário das soluções advindas da RPC.

Nesse sentido, o presente artigo tem a finalidade de buscar entendimento do papel do Estado chinês, seu desenvolvimento econômico no atual momento histórico. Para tanto, nos propomos a discutir a expansão do seu comércio exterior e como este se manifesta nas relações comerciais com os países latinos. Por se tratar de país milenar com características próprias, procuramos na história alguns elementos que nos ajudasse a explicá-lo. Para isso, este texto está dividido em 8 partes, considerando esta introdução que aborda o período anterior da Revolução de 1949 desde a formação do país, sua gente, a aristocracia, a formação do Estado e as invasões imperialistas. Na segunda parte é exposto o processo da Revolução de 1949 e a importância da gestão de Mao Tsé-Tung para o desenvolvimento que irá acontecer nos anos seguintes sob o comando de Deng Xiao-Ping. Isso porque tende-se a considerar como menor a gestão de Mao Tsé-Tung, devido à falência da política econômica denominada de “O Grande Salto Adiante”. Apesar do caos gerado

na sociedade e a fome, a herança em termos de infraestrutura na economia e na sociedade foram benéficas para o período posterior. Procuramos, no item 3, mostrar, em 1978, as bases criadas por Deng Xiao-Ping que, de forma prática, lança a China em um período de grande crescimento econômico. O item 4 procura trazer a importância do Comércio Exterior, tanto pelo papel das exportações, quanto pela busca de matérias primas. O tópico seguinte aborda as relações comerciais com a América Latina e a natureza dessas trocas. O item 6 analisa a China em um momento em que as políticas globais neoliberais têm a financeirização como “*célula mater*”. Na parte 7 encontramos uma China já desenvolvida e buscamos se há características imperialistas. Por fim, avançamos uma breve conclusão do texto.

## **1. Reminiscências chinesas**

Há 5.000 anos tribos nômades começam a se instalar nos grandes vales férteis entre os rios Yang-Tsé e o Rio Amarelo onde iniciam a cultura do arroz. Áreas com essas propriedades, onde o retorno do trabalho é maior e de forma mais rápida, facilitam o crescimento populacional. Nessa região fértil com rios caudalosos devido ao degelo do Tibet, há 2.700 anos, em torno de 700 a C., a população se une com o objetivo de construir pequenas obras que permitissem o desenvolvimento da agricultura e a produção do arroz. Com capacidades de gerar excedentes, há 2.300 anos, em torno de 300 a C., é formado o Estado Nacional. Cria-se um corpo de funcionários públicos qualificados para gerir essas demandas. Institui-se uma estrutura de impostos que retorna à população em obras necessárias: contra enchentes, como a construção de diques para conter rios caudalosos das águas que descem do degelo das geleiras do Tibet, e a construção do canal entre os rios Amarelo e Yang-Tsé, obra de mais de 2.000 anos, que até os dias de hoje é uma realização essencial (JABBOUR, 2023).

Esse ambiente de comércio gera uma estrutura de organização com cidades, construção de estradas, exércitos e instituições mais ou menos avançadas que possibilitaram a existência da sino-civilização.

A instituição do Estado nesse período e sua ampliação para as demais áreas chinesas permitiu que as trocas e o comércio de mercadorias entre as diferentes regiões se ampliassem, fazendo com que a cultura de trocas, do comércio, fosse uma característica intrínseca à população chinesa. Contudo, a milenar civilização que se consolidou no extremo leste da Ásia produziu a expressão mais acabada do chamado “modo de produção asiático”. Essa

categoria é marcada pela centralização do excedente no comando de um Estado central burocrático, de tipo tributário, erigido sobre a base de uma estrutura comunal de vilas sem propriedade privada do solo. Tal padrão de organização societária seria, pelo seu imobilismo e rigidez institucional ao longo das eras, impermeável ao surgimento endógeno de formações sociais de tipo capitalista, o que só foi possível pela imposição estrangeira no século XIX (AMIN, 1989).

A caminhada civilizatória chinesa é, muitas vezes, marcada por crises mais ou menos agudas. Nesses momentos, com o objetivo de trazer soluções a esses dilemas, notáveis filósofos pensam esses problemas. Desses, dois grandes pensadores e suas linhas filosóficas se sobressaem: Confúcio e Lao-Tsé. São linhas de pensamentos que irão fazer parte do modo de ser do povo chinês.

São linhas de pensar de caráter tolerante, que nascem nesses vales férteis, que a tem acompanhado ao longo da história nos diferentes movimentos da sino-sociedade. Uma delas, delineada por Confúcio<sup>48</sup> (551- 479 a.c.), que dá importância à cultura tradicional, a hierarquia, à ordem não ditatorial, à gestão racional, ou seja, o por “ordem na casa”. Outro “pensar” de grande importância vem de Lao-Tsé<sup>49</sup>, criador do taoísmo, que faz crítica de forma aguda aos hábitos da classe superior, sua forma de ser, seu desprezo e distância pelo povo, expressando uma tensão existente entre essas classes. Muitos desses textos serão aprofundados por pensadores que vieram à posteriori, os quais

(...) demonstram uma tomada de consciência precoce da contradição entre os interesses de estado e as necessidades do povo, entre o formalismo da sociedade estratificada e as relações humanas autênticas, que se manifestou até como exposição lado ridículo das práticas religiosas da classe superior. E o povo, embora simplesmente continuasse apegado a sua religião natural, por efeito da opressão religiosa, terminou, também, devolvendo um lado rebelde, sob a forma de uma religiosidade refratária à influência do culto oficial. Todas as revoltas camponesas da China, até o século XIX, tiveram uma expressão ideológica “taoísta” (LETIZIA, 2011, p.3).

Conforme ainda Jabbour (2023), o crescimento de uma civilização em terras férteis fez surgir uma filosofia, uma cultura, um modo de ser de caráter

---

<sup>48</sup> Segundo Jabbour o atual presidente Xi Jinping tem declarado que segue as bases do confucionismo, necessário em tempos de conflito.

<sup>49</sup> Conforme Jabbour o povo chinês, possuidor de uma espiritualidade profundo, mas não de caráter deísta. Ou seja, não transfere ao divino as obrigações terrenas.

tolerante, ao contrário das civilizações que tem sua origem em regiões áridas onde as condições de sobrevivência são mais difíceis, como o mediterrâneo, cujas culturas são mais cruas, secas, intolerantes, com a ideia de “destino manifesto”<sup>50</sup>, onde a expansão é feita através do poder das armas, como a americana.

A criação do Estado chinês, ao ser dotado de profissionais públicos, com a função de solucionar os principais problemas da sociedade, sempre teve uma característica de Estado Desenvolvimentista. Deng, em 1978, ao juntar o Estado Socialista, legado por Mao Tsé-Tung, à economia de mercado, presente nas raízes e na história chinesa, buscou trazer o Estado do passado com suas raízes mercantis e reinventar o socialismo de mercado, com características chinesas (JABBOUR, 2023).

Se o taoísmo servirá como base ideológica dos camponeses, as classes dominantes, verão em Confúcio ideias muito úteis para a gestão do estado, para a gestão da coisa pública, visto que as linhas centrais do confucionismo consistem na aceitação do poder estatal como poder superior.

Com a unificação do império e a interação de vários reinos em 225 a.C., a necessidade de fiscalizar as diferentes regiões, assim como a cobrança de impostos, é criada em 165 a.C. uma classe de funcionários públicos altamente qualificados, admitidos por concursos públicos, conhecidos por mandarins e que tinham o confucionismo como ideologia mater. Os mandarins, defensores da aristocracia, funcionaram como um freio para a ascensão da burguesia ao aparelho de Estado, dominado por essa aristocracia. Essa sino-burguesia, oriunda de grupos de artesãos e pequenos comerciantes, que se desenvolviam em função do crescimento das cidades, sempre teve por oposição a aristocracia que a impedia de crescer e participar da gestão do estado. Com dificuldades de negociar no Norte e área central do país, essa classe sempre manteve um forte comércio com o sudeste asiático, e de especiarias e chá com a Índia. Por outro lado, a aristocracia, localizada no Norte, região sempre invadida pelos povos nômades daquela região, em especial os mongóis, por isso sempre em guerra, faziam com que o poder militar se localizasse no Norte junto à aristocracia e o poder econômico se localizasse no Sul onde a burguesia negociava (LETIZIA, 2011).

---

<sup>50</sup> O Destino Manifesto foi uma doutrina baseada na crença de que o povo norte-americano, em virtude de vontade divina, tinha uma vocação para expandir seu domínio. Essas ideias foram importantes para a conquista do oeste, assim como o extermínio indígena e, a posterior, sua expansão pelo mundo.

Há na história chinesa um fato não é muito claro, em relação ao bloqueio tecnológico e o encerramento das sino-navegações. Desde o século XII o desenvolvimento material da Dinastia Song meridional (1127-1276) era a maior de todo o globo. Decorrente do aumento do comércio com o Sudeste Asiático e com a Índia, foram construídos veleiros com seis mastros e quatro cobertas com capacidade de transportar mil homens. Em 1340 o viajante marítimo Ibn Batuta se surpreende com a capacidade gigantesca das embarcações e utiliza um desses com apartamentos privativos para os passageiros. O apogeu naval foi em 1413 quando o navegador Zheng He navega atravessando por três vezes de forma direta o Oceano Índico e a costa africana. Em 1434 o imperador Xuande proíbe as navegações e a construção de navios transoceânicos. Apesar das discussões dos historiadores a respeito dessa decisão o que fica claro é que o desenvolvimento dessas navegações ampliou a força econômica do Sul que, necessariamente, potencializaram os conflitos com o poder emanado do Norte. (*idem, ibidem, p.7*).

Essa decisão iria facilitar o comércio luso, quando suas embarcações, em 1517, não tiveram qualquer enfrentamento que os impedisse, de forma impositiva, negociar com os chineses. Essa facilidade, encontrada pelos comerciantes portugueses, facilitou, em certa medida, as sucessivas invasões por outras potências europeias, como a holandesa, francesa e inglesa. O crescimento das marinhas dos países ocidentais, os fizeram dominantes no Oriente, e com força suficiente para dominar, primeiramente a Índia e, posteriormente, a China. Esse domínio muda o equilíbrio nos mares orientais a favor do Ocidente, em especial a Inglaterra que, ao dominar a Índia, impõe o comércio de ópio à China, do qual muitos chineses tinham o hábito do consumo, que explode com ópio abundante e menor preço. Esse comércio retira da China o superavit que sempre teve com os países ocidentais e esse novo quadro desestrutura os acordos de poder dentro do país.

Surge uma série de revoltas, muitas sob lideranças camponesas e a dinastia Qing titubeava como proceder em relação aos ingleses, ao mesmo tempo em que o quadro econômico se deteriorava. Em 1839, com a importação de 40.000 caixas de ópio, o imperador barra a entrada de navios britânicos. Os portos e cidades são bombardeados pela frota inglesa e dá-se a Guerra do Ópio. Nesse momento ocorre um fato que sempre foi central nas relações entre os chineses. Guerreando com somente 5.000 soldados os ingleses não tiveram oposição dos governantes chineses. Não optaram por deslocar tropas do norte e de outras áreas do país e ficaram temerários em armas as milícias das províncias com receio de que estas se votassem contra o imperador. Os ingleses

não sofreram oposição, pois os conselheiros viam como maiores inimigos os próprios chineses. Para diminuir o ímpeto britânico, os chineses os premiaram com vários acordos vantajosos, entre eles a ilha de Hong Kong (*idem, ibidem*, p, 12).

Em 1856 dá-se curso a um movimento de base camponesa, que se inicia na região sul do país e que definirá uma série de políticas no futuro do país. Devido aos acordos feitos que ampliam o controle de Cantão pelos estrangeiros e a queda de recursos na província, há aumento da miséria na região. Isso traz à tona uma série de grupos contestadores de caráter camponês que têm no igualitarismo (propriedade comum da terra) e direitos iguais às mulheres seu foco de luta. Esses pontos de luta sempre foram linha de frente de todos esses grupos cuja base eram as revoltas taoístas. Ocupam quase todo o país e ampliam o movimento ao se unirem com outros grupos, como o Lótus Branco no Norte.

A classe dominante vem em socorro à dinastia Qian e, com a criação de tributos, montam três exércitos e recebem o apoio das potências ocidentais e mercenários europeus que os fazem vitoriosos contra os movimentos camponês. Com o final da Guerra Civil, o poder é transferido aos mandarins, porém com controle total das nações estrangeiras que efetivavam um verdadeiro butim na existente e falida economia. Xangai tinha se transformado em um porto europeu onde os EUA tinham o seu maior porto trans pacífico. O resultado dessa guerra civil foi a morte de 20 a 30 milhões de pessoas, que o jornalismo ocidental chamou de grande “alívio demográfico” chinês. (*idem, ibidem*, p. 15).

Após as Revoltas de Taiping o grande acontecimento que envolvera a China foi a revolução Meiji no Japão, que inicia um processo de industrialização no país e passa a se impor como potência, provocando admiração nas camadas superiores chinesas e o surgimento de dois grupos que têm por meta buscar o desenvolvimento similar ao nipônico. Um, os chamados letrados ou mandarins, não querem apoio do povo e nem da burguesia, pela qual têm aversão histórica. De outro lado, os conservadores, que não possuem boas relações com os ocidentais, se unem ao povo, apoiando-se em um profundo sentimento antiocidental e anti-mandarim e suas posturas autoritárias.

Nesse momento, a China convive com uma classe de camponeses, artesãos e proletários urbanos arruinados, um Estado que objetiva a defesa das relações capitalistas sob a égide do capital estrangeiro. Um país fragmentado, dilacerado pela pilhagem e controlada pelos estados ocidentais (Inglaterra, Países Baixos, França e EUA). Há uma série de movimentos que, devido ao enfraquecimento da dinastia Qing, acabam levando Yun Shikai, comandante do

exército Qing, ao poder decorrente das pressões dos países estrangeiros. Em 1916, com sua morte a China se fragmenta e cada chefe militar de província torna-se independente e, para se sustentar, procura apoio nos países invasores. Em 1916 a Europa se encontra no meio da primeira guerra. Quando esta finaliza, os vencedores, porém frágeis e preocupados com a Revolução Russa, transferem ao Japão, aliado na guerra, os territórios chineses pertencentes à Alemanha e o controle da China.

Em 1919, cria-se o Movimento 4 de maio que tem por intento o retorno das áreas ocupadas e que ganha força com grandes manifestações de estudantes, intelectuais e grupos desiludidos com o Japão, agora expansionista. A intelectualidade passa a olhar para a revolução russa como uma nova esperança. Em 1921 é criado o Partido Comunista Chinês, que no primeiro ano tem crescimento enorme com 300.000 filiados e com grande influência do Movimento 4 de maio. A força desse movimento e a presença do PCC junto às grandes massas faz com que o Partido Nacionalista, o Guomindang, mude seu curso, assinando acordos com a URSS. Isso obriga o PCC a entrar no Guomindang, fazendo com que o partido nacionalista tenha base popular. Porém, as diferenças irão aparecer: enquanto o Guomindang aceita se desenvolver com ajuda de estrangeiros, o PCC, nascido das entranhas do movimento 4 de maio, defende o desenvolvimento autônomo. O espírito anti-imperialista do PCC o faz ser seguido pelos operários de Xangai e pelos camponeses que o viam como apoio para a luta anti-imperialista do movimento de Taiping.

O Guomindang não tem o apoio da burguesia, que mantém o grupo “voluntários do comércio” para rechaçá-los. Isso muda quando o Guomindang efetiva uma feroz repressão nas grandes greves de Xangai e Cantão em 1925, o que faz os grupos burgueses orientar seus membros para adotar as fileiras de Chiang Kai-Shek como seu partido de classe. Os embates entre os membros do PCC e do Guomindang se acirram quando um corpo importante do Partido Nacionalista adere ao PCC em virtude da negativa de Chiang Kai-Shek em expulsar os japoneses e voltar seus soldados contra os camponeses. Eram militares educados em escolas soviéticas e a questão nacional era de fundamental importância. Esse quadro acirra-se quando a Rússia oferece armas aos camponeses para lutarem contra os japoneses que, aliados das potências ocidentais, eram inimigos do povo soviético, servindo para aplacar o expansionismo nipônico. Esse quadro de pobreza da massa camponesa, a repressão junto aos operários, o sentimento anti-estrangeiro e o fortalecimento militar do PCC, fará com que esse partido seja o representante de um real

movimento de caráter nacional-libertário que, em 1949, vencedor, expulsará as tropas do Guomindang para a ilha de Taiwan.

## **2. A Revolução de 1949**

Os camponeses chineses, ensinados no taoísmo, fiéis herdeiros de seus antepassados de luta, dotados de cultura da rebeldia contra a aristocracia, transformaram-se no grupo hegemônico de todos os movimentos contra essa classe dominante e contra os grupos além fronteira. Esta rebeldia foi o pilar da revolução de camponeses pobres sob a liderança de Mao Tse-Tung que em 1º de outubro de 1949 proclama o nascimento da República Popular da China. Procede com a nacionalização das grandes indústrias, o monopólio do Comércio Exterior e a estatização e democratização do uso da terra. Agora as terras, tanto rurais quanto urbanas, têm suas posses transferidas ao Estado, em um país onde os camponeses pouco conheciam a posse dessas terras.

Com pequena participação da frágil base operária que tinham seus postos de trabalho nos portos, ao longo da costa, a conquista do poder pela revolução chinesa encontra um país devastado tanto pela guerra de libertação quanto pela ocupação japonesa. Tendo consciência de que para desenvolver o país era necessária a constituição da classe de operários, o PCC busca atraí-los e aumentar sua participação na gestão do país. A sindicalização antes ausente, passa a ser feita com todos os trabalhadores industriais que, apesar desse esforço, tinham presença no PCC ainda pequena, quase irrelevante.

Apesar do indiscutível esforço de aumento do proletariado industrial, no PCC sua participação continua minoritária, devido ainda ao seu caráter minúsculo, e proporcionalmente menor nas direções medias e medias-alta no partido e das administrações. Essas posições são ocupadas pelos militares. Na cúpula máxima do PCC eram raros os dirigentes saídos das fileiras proletárias. (MAESTRI, 2022, p.20).

Apesar na melhora das condições de vida dos trabalhadores nas cidades e dos camponeses no pós-revolução, a vida, de maneira geral, ainda era muito dura e grande o desemprego urbano. A dificuldade de geração de mais empregos e de incrementar as condições de vida era consequência de uma realidade complexa em um enorme país onde dominava uma economia pequeno mercantil de subsistência, em um país milenar de uma cultura antiga fossilizada na qual aceitar as desventuras da vida e a fome, para grande parte da população, era normal. Este quadro era a norma de uma base material cujo segmento com

maior força era a agricultura, praticada de forma rudimentar, com baixíssima produtividade e base familiar.

## **2.1. Contribuições de Mao Tsé-Tung para a industrialização chinesa.**

Com a revolução, as terras urbanas e rurais se transformam em propriedade do Estado. Em um país onde pouquíssimos camponeses detinham a posse da terra, quando o Estado empreende a reforma agrária, extingue a classe dos proprietários e daqueles que viviam da renda da terra sem trabalhá-la, é saudado como um novo momento.

Como exemplo de sucesso das lideranças chinesas ao consolidar uma potente e moderna economia, geralmente é citada a RED – Reorientação da Estratégia de Desenvolvimento defendida e iniciado por Deng Xiaoping no ano de 1978. Porém, em um país de cultura milenar, grupos dominantes aristocráticos avessos ao povo e estrutura de poder com base nas coisas do divino, ou seja, com base da aristocracia se colocarem como representantes de Deus na terra. Para essa sociedade com valores arraigados, fossilizados, conseguir impor algum tipo de modernidade não bastava. Assim como era insuficiente a revolução como a de 1949, era importante preparar as estruturas da sociedade e mudar seu caráter, em termos culturais e filosóficos, na busca da nova sociedade. Para isso, o investimento em educação no período de Mao Tsé-Tung foi imperioso no sentido de criar alicerces que seriam basilares para criar a “nova sociedade” em bases distintas, rompendo com uma forma antiga de visão de mundo. Além da educação, outras transformações, ocorridas no período, foram importantes para viabilizar o bom desempenho da economia no pós-1978. Para tanto, registramos aqui as contribuições trazidas na pré-industrialização e na reforma da agricultura, como a quebra de um imobilismo tradicional fechado a qualquer alteração do *status-quo*.

## **2.2. Quebra do imobilismo tradicional**

Apesar de todas as humilhações sofridas pelos chineses ao longo do século XX, com as sucessivas invasões das potências ocidentais detentoras de elevado poder militar, havia um senso comum de que a China continuava a ser a potência de séculos anteriores, a noção de que sua cultura era superior que as dos invasores e essa forma de pensar tinha origem em um processo econômico antigo pelo qual as decisões do imperador emanavam de bases divinas e

inquestionáveis. Para os chineses a figura do imperador representava a harmonia entre o terreno e o divino, criando uma estrutura de dominação nas relações sociais que dificultava a modernização dessas mesmas relações na busca do novo.

Ciente desse problema, para Mao Tsé-Tung romper com o passado de valores tão arraigados, quebrar esse imobilismo tradicional, eram condições necessárias para a construção de uma sociedade moderna que buscasse o desenvolvimento do modo de produção. Através de processos revolucionários o Estado Chinês impunha condições para a centralização das decisões de industrialização com forte controle estatal. Com isso, quebrava a paralisia e imobilismo reinante, como também controlava o surgimento de nova classe no poder que, através de ganhos no comércio interno e exterior, pudesse impor obstáculos para a criação das estruturas de uma nova sociedade mais igualitária.

O ponto central para destruir esse imobilismo histórico-social foi, no pós-revolução de 1949, o consenso de uma ampla, eficiente e extensa reforma agrária. Com 80% da população no campo e produzindo 70% do PIB, a reforma agrária era o ponto de união. Além disso, era fundamental o aumento da produção agrícola, para suprir o país onde a fome imperava reinante como, também, o fornecimento de matérias primas e excedentes para o processo industrial.

Para criar as bases de desenvolvimento industrial e profunda modernidade social, o PCC tinha o propósito de destruir as forças tradicionais responsáveis pelo atraso, pela paralisia e pelas ações desagregadoras que impediam o nascimento de uma nova geração.

Vivendo no campo em condições de miséria, e, nesse momento, ampliada devido à guerra civil, uma ampla reforma agrária, uma das primeiras ações de Mao, permitiu grande apoio da população, especialmente dos camponeses, o que legitimou a revolução de 1949:

A dimensão dessa reforma foi realmente extensiva: estima-se que 47 milhões de hectares aproximadamente – quase metade das terras cultivadas – tenham sido divididas entre 300 milhões de camponeses pobres, sendo de dois terços de hectare por família. A mudança na estrutura foi notória: cerca de 40 milhões de camponeses com uma propriedade relativamente superior à média tiveram suas propriedades reduzidas; 70 milhões de camponeses simplesmente mantiveram sua propriedade; e 300 milhões de camponeses pobres conquistaram sua propriedade” (MILARÉ; DIEGUES, 2012, p. 06).

Além dessas ações a reforma agrária avançou com a criação de fazendas e granjas estatais onde muitos camponeses se tornaram trabalhadores assalariados. Com a finalidade de fundar as bases da nova sociedade, assistiu-se ainda a profundas reformas nas cidades, transformando a estrutura construída pelo império e eliminando as camadas burguesas que se apropriavam e faziam uso desses governos. Tais reformas tinham por fim obrigar essas empresas privadas a tomar empréstimos de fundos públicos e trabalho sob contrato para o governo que lhes ofereciam as matérias primas. Nesse processo, o Estado forçou uma série de fusões com empresas estatais e muitas dessas empresas passaram a pertencer ao Estado.

Dessa maneira, decorridos poucos anos após a revolução, o Estado, por meio dessas empresas, controlava grande parte da produção o que, junto com as reformas no campo e o fornecimento dos produtos agrícolas, possibilitou estimular a economia como um todo, gerando renda e criando as bases para financiar o desenvolvimento da indústria que viria nos anos seguintes.

### **2.3. Indústria pesada**

Um ponto importante do legado de Mao é a criação, seguindo o modelo soviético, da indústria de base, importante para sedimentar um processo amplo de industrialização e viabilizando a existência de um setor de bens de consumo da população sem depender de importação de máquinas. Apesar das dificuldades de formar uma base industrial em um país de tradição agrícola e de baixa industrialização, o objetivo do governo era, mediante o planejamento da economia, implantar de forma rápida uma industrialização que, pelo menos, iniciasse o novo processo produtivo no país.

Pode-se observar que o produto industrial registrou grande incremento, de 27 para 65 bilhões de yuans entre 1952 e 1967. Mesmo com um base reduzida - apenas 1,4 bilhão de yuans -, o crescimento auferido pelo setor de maquinários no mesmo período também foi relevante, 340%. Este setor é estratégico, uma vez que seu crescimento favorece os demais setores industriais, possibilitando a estes que nos primeiros períodos possuam máquinas para incrementar suas próprias produções (MILARÉ; DIEGUES, 2012).

Numa visão estratégica, a industrialização levada à cabo pelo Estado trazia as bases para o desenvolvimento industrial na fase posterior, pois em todos os itens, principalmente os que dão ênfase à indústria de capital, houve aumento na produção, como uma grande preparação para uma sólida e moderna indústria. A produção de máquinas aumentou 340%, motores de combustão

interna 2107%, motores elétricos 128%, transformadores 200%. Para dar base a essa produção, foi significativo o crescimento do setor de energia: geradores (951%), petróleo (234%), turbina hidrelétricas (1024%), produção de energia elétrica (166%), turbinas hidroelétricas 1.024%. Além da produção de aço (296%), cimento (234%) e indústria química (397%), o que se observa é que todos têm sua produção ampliada e aqueles não produzidos internamente, como pneus, vagões ferroviários, motores a combustão e caminhões, cuja fabricação foi iniciada nesse período, demonstram a importância do setor de transporte para um país das dimensões chinesas, seja para os segmentos industriais, seja para os agrícolas. Além disso, cresce a produção de navios mercantes (109%), locomotivas (735%) e vagões ferroviários (26%). A importância desse desenvolvimento pode ser apreendida levando-se em conta sua destruição prévia pela guerra civil.

**Tabela 1.** Valor Bruto da Produção – 1º Plano Quinquenal, 1953-1957

Indicador/unidade	1952 realizado	1957 planejado	1957 realizado	Realizado 52/57
Indústria <sup>2</sup>	27.010	53.560	65.020	141%
Setor produtivo	10.730	24.303	34.330	220%
Maquinário	1.404	3.470	6.177	340%
Químicos	864	2.271	4.291	397%
Produção Física				
Carvão (MMT)	69	113	130	90%
Petróleo bruto(TMT)	436	2.012	1.458	234%
Energia Elétr./kwh bi	7	16	19	166%
Motores combustão	28	260	609	2.107%
Turbina hidroelétrica	6.664	79.500	74.900	1.024%
Geradores (mil kw)	30	227	312	951%
Locomotivas (unid.)	20	200	167	735%
Vagões ferroviários	5.792	8.500	7.300	26%
Navios mercantes (ton.)	22	179	54	151%
Caminhões (Unid.)	0	4.000	7.500	100%
Bicicletas (mil unid.)	80	535	1.174	1.368%
Inseticida (toneladas)	600	70.000	61.000	10.067%

<sup>1</sup> milhões de yuan de 1952

<sup>2</sup> exclui artesanato

**Fonte:** Milaré; Diegues (2012).

Outro ponto importante para a indústria nesse período foi a produção de itens como inseticida, importante para a produtividade no campo, para uma economia onde a agricultura assumia o papel de gerar recursos para financiar os projetos industriais, assim como para fornecer alimentos e matérias primas para a indústria.

Assim, a produção de insumos industriais e a criação da infraestrutura de transporte fortaleciam a direção macroeconômica assumida pelo Estado. Na busca de industrialização sólida e potente, o governo, além de coordenar

controlar o processo industrial, também efetiva investimentos, tanto que a partir de 1957 mais de 50% destes tinham o Estado como investidor direto, conforme Tabela 2.

**Tabela 2.** Distribuição do investimento fixo estatal em 1952,1955 e 1957

SETOR	1952	1955	1957
Indústria	39%	46%	52%
Construção	2%	4%	3%
Prospecção de Recursos Naturais	2%	3%	2%
Agricultura, Silvicultura, Gestão de Água e Meteorologia	14%	7%	9%
Transporte e Comunicação	18%	19%	15%
Comércio	3%	4%	3%
Cultura, Educação e Pesquisa	6%	6%	7%
Saúde Pública e Bem-Estar.	1%	1%	1%
Serviços Públicos Urbanos	4%	2%	3%
Administração do Governo	0%	2%	1%
Outros	11%	7%	4%
Total em %	100%	100%	100%
Total (em milhões de Yun)	4.360	9.300	13.830

**Fonte:** Milaré; Diegues (2012)

O processo de industrialização rápida foi com base no que Mao denominou de o “Grande Salto Adiante”, tendo por finalidade garantir o rápido crescimento industrial e ampliar o processo industrial no momento seguinte. Em relação à agricultura, com a criação das comunas, ampliou-se a coletivização no campo em todas as regiões do país e a criação de pequenas indústrias rurais descentralizadas. A expansão e a organização da produção ficaram à cargo dessas comunas. De igual modo, responsabilizavam-se pela criação da infraestrutura para expandir e distribuir a produção, assim como pela proteção do território através da criação de milicias populares.

Sem a mínima participação do Estado<sup>51</sup>, no sentido de centralizar e organizar esse processo, o sistema entra em profunda crise causando queda na produção agrícola, impactos na produção industrial e generalização da fome.

---

<sup>51</sup> O Estado não administrar um processo tão importante em um momento tão importante, causa certa estranheza. Pois a Gestão Mao Tsé-Tung lutava para eliminar ou diminuir o legado de uma cultura que não coadunava com os novos tempos. Portanto, deixar a gestão na mão da população que mantinha essa herança, só podia gerar essa crise.

Apesar desse período ter sido extremamente negativo para a economia chinesa, com retorno da fome, a experiência gerou uma base positiva para a fase posterior, assim como o aumento do controle estatal do investimento. Proporciona crescimento ascendente no PIB chinês e aumento da participação da indústria no PIB em relação à agricultura, mesmo quando esta cresce em relação aos períodos anteriores. Assim, mesmo com a crise no período posterior ao grande salto, a contribuição de Mao Tse-Tung para a modernização cultural e industrial chinesa foi definitiva. Em um país destruído pela guerra civil, uma população dominada culturalmente por um governo despótico e atrasado esse início de transformação foi essencial para as gestões posteriores.

#### **2.4. Aumento da área irrigada e a criação de uma indústria de insumos agrícolas.**

É crível que a reforma agrária, levada à cabo pelo Governo de Deng Xiaoping a partir de 1979, foi decisiva para o aumento da produtividade na agricultura, a renda dos agricultores e o aumento da produção industrial no período. Essas políticas puderam ter sucesso para a estrutura de produção de insumos agrícolas graças a um eficiente sistema de irrigação, viabilizado com a construção de obras hidráulicas que ampliaram as áreas de irrigação. No período compreendido entre 1952 a 1978 houve um real crescimento na produção de insumos agrícolas, quando a produção de fertilizantes químicos passou de 39 mil para 8,69 milhões de toneladas e a produção de fertilizantes nitrogenados de 7 mil toneladas para 257 mil toneladas. Outro item importante que colabora para o aumento da produtividade na lavoura são os pesticidas, que não eram produzidos em 1952 e em 1978 totalizaram 533 mil toneladas.

Em relação à área irrigada, em 1952 havia 20 milhões de hectares irrigados, que em 1978 passariam a ser 44 milhões. Áreas que contavam com um sistema de irrigação mecânica e sistemas elétricos ampliaram a produtividade no campo. Essa política foi importante para gerar maior rendimento aos trabalhadores no campo, fornecer matéria prima às indústrias e mercado para os produtos industrializados.

Portanto, a gestão de Mao Tse-Tung foi importante para:

1. Quebrar o imobilismo cultural existente na sociedade chinesa que dificultava o desenvolvimento de base industrial. Qualquer sociedade que queira buscar o desenvolvimento econômico é fundamental reformas, e no caso chinês, uma sociedade milenar, destruir uma filosofia solidificada em valores que se tornam limitantes para viabilizar as mudanças, a quebra desse

imobilismo se fazia necessária e era necessário criar valores novos para o tradicional homem chinês.

2. A formação de uma indústria pesada, a indústria de insumos, a modernização da agricultura e infraestrutura no campo, foram fatores determinantes para o sucesso das reformas econômicas por Deng Xiaoping.

3. Nesse período houve aumento de 32 anos na expectativa de vida, ou seja, para cada ano desse período 01 ano foi adicionado ao aumento na expectativa de vida. O analfabetismo era de 80% da população e no período de 03 décadas foi diminuído para 16,4% na área urbana e 34,7% nas áreas rurais. Escolas de ensino médias foram construídas para os trabalhadores e camponeses. As mulheres foram incentivadas a buscar seus direitos questionando a moral pré-existente (STÉDILE, 2023).

Também ao levarmos em conta que as reformas de Den Xiaoping foram a base de um processo de desenvolvimento industrial, que juntamente com sucessores levaram a China na posição global que hoje se encontra, é de se avaliar o importante papel exercido por Mao Tsé- Tung na gestação dessa moderna e poderosa China.

Como seguidores de uma herança chinesa, cada um desses líderes teve um papel para esse fim, mas o objetivo de chegada sempre foi o mesmo: trazer alto nível de desenvolvimento e modernas relações sociais à nação chinesa.

### **3. Período posterior a 1978 e a gestão Deng Xiao-Ping**

A crise no centro do capitalismo devorou as políticas de caráter keynesianas. Iniciada nos anos 1960, fez com que as taxas de lucros, uma década depois, caíssem tanto nos Estados Unidos quanto nos demais países capitalistas. Em especial, quando os setores de manufatura dos Estados Unidos se viram na necessidade de ceder às demandas trabalhistas e concorrer com Europa e Japão recuperados da destruição na Segunda Guerra Mundial.

Inicia-se um processo de terceirizar a produção para os países onde os salários eram baixos, como as economias de: Taiwan, Coreia do Sul, Cingapura e Hong Kong e, posteriormente, Malásia e Tailândia. Foi a solução encontrada para aumentar os lucros das corporações dos países centrais, em especial as grandes empresas americanas.

A perda de poder aquisitivo dos trabalhadores dos países do centro foi ampliada quando a Administração Reagan promove o livre comércio. Com a

transferência das indústrias para países da periferia, diminui o poder de barganha dos sindicatos e essa perda é ampliada com as reformas neoliberais anti-trabalhistas, a profunda desregulamentação do mercado de trabalho, privatizações, e a diminuição do Estado do Bem-Estar Social.

É nesse contexto que entra a China na ordem global capitalista ao se transformar na fábrica do mundo, sugando os empregos na manufatura do resto do planeta. Essas fábricas produzem para exportação e são controladas pelas corporações internacionais, sob controle do Estado chinês.

Os líderes chineses souberam aproveitar o deslocamento dos capitais à procura de regiões onde o custo de produção fosse menor que nos países originários. A China tinha uma base industrial e de infraestrutura, uma elástica oferta de mão de obra, uma massa de trabalhadores enorme e com nível educacional necessário que fizeram com que o país pudesse participar e aproveitar o comércio internacional:

A economia chinesa soube aproveitar o movimento de deslocamento de atividades manufatureiras ocorridas ao longo dos anos 1980 e 1990 para os países em desenvolvimento, para alavancar suas exportações e seu processo de desenvolvimento industrial, inicialmente com as etapas mais simples do processo de montagem dentro das cadeias das multinacionais, mas avançando rapidamente para etapas mais complexas e com participação crescente de empresas nacionais privadas e estatais. No entanto, do ponto de vista da dinâmica econômica, o setor externo teve papel mais importante como fonte de divisas para sustentar o crescimento econômico e evitar estrangulamentos externos e como mecanismo de transferência de tecnologia do que como fonte de demanda (HIRATUKA,2018, p. 03).

Se a gestão de Mao foi marcada pela ideologia, a gestão de Deng Xiaoping foi marcada pelo pragmatismo resumido na frase: “não importa se o gato é branco ou preto, contanto que ele pegue o rato”. Dessa forma, cria-se a ideia de que o importante é alcançar os fins. Deng compara o atraso da economia chinesa com as economias de países desenvolvidos, em especial dos EUA. Analisa que as políticas soviéticas e húngaras, de centralização e estatismo, estava levando a URSS à estagnação econômica. Defendia que para a China se desenvolver, deveria incrementar a ciência e a tecnologia, o abandono de políticas universais e buscar soluções de construção do socialismo com características chinesas. Com as críticas ao quadro presente, no final da década

de 1970 as políticas de centralização do período anterior estavam praticamente transformadas (MARCELINO, 2023).

Conforme Jabbour e Gabrielle, a consciência chinesa de seu atraso tecnológico em relação às economias centrais, principalmente em relação aos EUA e aos países vizinhos como Japão, Taiwan e Hong Kong, foi central como motivação das reformas:

As reformas iniciadas pela China em 1978 coincidem com uma série de eventos cujo sentido se expressou uma nova divisão de internacional do trabalho. Os Estados Unidos estavam perdendo espaço econômico e político em relação à ascensão econômica da Alemanha e do Japão, da derrota militar que haviam sofrido em 1975 e da crescente perda de influência no Terceiro Mundo, encetando uma contraofensiva em nível internacional. Dois outros fatores foram determinantes para realização das reformas econômicas: a percepção do país em relação aos Estados desenvolvimentista ao seu redor, entre eles as duas pendências históricas: Hong Kong e Taiwan; e o surgimento de um novo paradigma tecnológico no Japão, seu rival histórico” (JABBOUR; GABRIELLE, 2021, pp. 154-155).

Segundo Marcelino (2023), Deng, nesse novo quadro, defende que as reformas não poderiam se insurgir contra os quatro princípios basilares da revolução de 1949: socialismo, ditadura democrático popular, direção do PCC e marxismo-leninismo/pensamento Mao Tsé- Tung. Com base nesses princípios, Deng expressa três tarefas principais que seriam levadas à cabo na próxima década. (Marcelino, 2023, p. 2):

1. Luta contra a hegemonia das superpotências,
2. Reunificação nacional em especial com a volta de Taiwan.
3. Aceleração econômica.

Para dar qualidade a essas tarefas, quatro trabalhos seriam importantes:

- I Reforma estrutural da administração e revolucionarização dos quadros como maior preparação cultural e profissional.
- II Desenvolvimento do espírito socialista,
- III Combate aos delitos, principalmente os da economia,
- IV Retificação do estilo de trabalho e consolidação orgânica do PCC com reforma de seu estatuto (*idem, ibidem*).

Buscando alcançar os objetivos acima e transformar a China em país desenvolvido no ano de 2050, o PCC adota dez princípios que nortearão a economia:

1. Política de desenvolvimento da agricultura com ampla base em pesquisa científica.
2. Fortalecimento da indústria leve e melhoria na indústria pesada.
3. Fortalecimento da geração de energia e transporte acompanhada de consumo eficiente.
4. Transformação técnica nas empresas.
5. Organização econômica com base em grupos de empresas.
6. Elevação dos investimentos na construção.
7. Políticas de portas abertas à economia internacional e reforço de autossustentação
8. Reforma da estrutura econômica e maior iniciativa dos diversos setores.
9. Maior progresso científico, também acompanhada de maior cultura científica por parte dos trabalhadores.
10. Prevalência do lema “tudo para o povo” vinculando a economia à maior condição de vida das massas (*idem, ibidem*).

Com o objetivo de dinamizar a economia, a liderança chinesa efetua uma série de reformas que criam a possibilidade de surgir novas formas de propriedade além da forma estatal, como as cooperativas, empresas privadas e mistas. As reformas tiveram início no campo, quando o governo distribuiu terras para 800 milhões de camponeses. Estes poderiam se organizar de forma cooperada ou em estruturas familiares. O ponto importante é que a direção chinesa cria a possibilidade de os camponeses venderem no mercado o excedente produzido, apesar da propriedade pública se manter dominante. Esse excedente vem ajudar a financiar os investimentos na indústria e, com renda criada no campo com a venda do excedente, gera riqueza rural que, além de melhorar a qualidade de vida do camponês, segurando-o no campo, estrutura-se, também, mercado para os produtos industriais, de acordo com a política industrial das lideranças chinesas. Com base na experiência soviética, os chineses concordavam que o desenvolvimento industrial estruturava as bases materiais e a supremacia técnica para o desenvolvimento da economia socialista. Porém, os chineses buscavam antes consolidar as indústrias leves

para, em seguida, priorizar as mais pesadas (complexas), buscando se diferenciar das políticas soviéticas (MARCELINO, 2023).

Nesse período é também importante no desenvolvimento industrial chinês, o papel das Cooperativas Industriais de propriedade coletiva existentes no meio rural e, nos povoados, as TVEs<sup>52</sup>. Criadas ainda na gestão de Mao para a produção de insumos agrícolas, no princípio geravam poucos empregos. Com a criação de renda junto aos camponeses, a função dessas empresas foi alargada fazendo que fossem modernizadas, inovando-as. Com novo dinamismo elas tiveram papel essencial na revolução industrial pós 1978.

A busca pelo desenvolvimento entende-se como a preocupação dos chineses em relação à importância que tem a opção industrial. A indústria propicia uma qualidade de desenvolvimento que as demais categorias não conseguem fornecer. Uma economia de rendimentos crescentes gera importante efeito multiplicador pois, na base da maior produtividade, acelera-se a taxa de investimento, tanto de forma direta, como o uso da tecnologia, mas, também, na pesquisa e em todos os demais setores a montante e a jusante. Efeitos de sinergia, inovação, qualificação de mão-de-obra, aumento da massa salarial, entre outros, estão associados ao desenvolvimento do aparato industrial e dos serviços intensivos em conhecimento (REINERT, 2016).

Outro ponto importante foi o papel que tiveram as *SOEs* (*State Owned Enterprises*) após reformas engendradas fazendo com que tivessem independência financeira em relação ao Estado. O objetivo de deixá-las independentes era permitir que ganhassem escala, ampliando a capacidade de investimento e, com isso, auxiliar na modernização industrial, objetivo maior da direção do PCC. Apesar de liberar as gestões das Empresas Estatais, o Estado sempre as teve no comando fazendo com que o objetivo maior dessas empresas fosse amparar o crescimento econômico, o desenvolvimento e a modernização. (ARAÚJO, BRANDÃO & DIEGUES, 2018).

Se faz necessário que a indústria amplie e se diversifique, tanto para diminuir sua dependência de insumos e bens de capitais externos, quanto ampliar seu papel junto à agricultura. Portanto, o desenvolvimento industrial, e maior produtividade, faz alterar sua estrutura, ampliando sua contribuição na pauta exportadora e melhorando as contas externas (*idem, ibidem*). Nesse corolário: “Não há, na história, país algum que se desenvolveu, prescindindo de uma generalizada industrialização e de um forte e ativo papel do Estado

---

<sup>52</sup> Townships and Villages Enterprises.

Nacional” (CANO, 2012. p.832, *apud* ARAÚJO, BRANDÃO & DIEGUES, 2018).

Com a proposta da liderança chinesa na busca da industrialização, mesmo limitado ao acréscimo do PIB, o desenvolvimento é ampliado pelas qualidades de transformação que é imposta pela indústria, gerando consequências positivas, como acréscimo da renda e melhora na qualidade de vida, próprias do crescimento industrial. Conforme Bresser-Pereira, é o que diferencia uma política de defesa industrial, isto é, as transformações positivas nas sociedades em processo de industrialização.

Há uma conhecida distinção entre crescimento e desenvolvimento, o primeiro significando mero aumento da renda per capita, o segundo, o desenvolvimento integral ou sustentável. Entretanto é preciso não desprezar o crescimento da renda per capita, quando é acompanhada de industrialização, ele implica mudança estrutural e redução da pobreza, mesmo que haja aumento da desigualdade econômica. Normalmente, dois terços da redução da pobreza são caudados pelo aumento da renda por habitante. No caso da China, que entre 1981 e 2010 apresentou um crescimento da renda per capita recorde na história (média de 9% ao ano), ao mesmo tempo que a desigualdade aumentava fortemente, 680 milhões de pessoas foram tiradas da miséria e a extrema pobreza, que foi reduzida de 84% da população em 1.980 para 10% em 2010 (BRESSER-PEREIRA, 2015, p. 104).

Além da importância da indústria na geração de renda, é importante frisar sua relevância na promoção de conhecimento tecnológico e de inovação inerente ao setor. Essa visão, schumpeteriana<sup>53</sup>, do papel da inovação, tem sido levado de forma constante pelos mandatários chineses, não só ela em si, mas, também, o papel que a inovação tem de quebrar as estruturas antigas que “puxam” a sociedade para o atraso. Nesse sentido, Deng Xiao-Ping afirmava que, no esforço de concretizar a modernização da sociedade chinesa, o ponto chave é a elevação da ciência e da tecnologia, entendendo por modernização a quebra das amarras do passado (MARCELINO, 2023).

No período posterior, de 1978 a 2019, a China alcança taxas de crescimento fenomenais na base de 9,2% a.a. e de forma constante, fazendo com que no período de quatro décadas apresentasse crescimento sem interrupções, com avanço do PIB per capita de 9% a.a. e da renda per capita (por

---

<sup>53</sup> Joseph Schumpeter. Economista austríaco que considerava as inovações tecnológicas como motor do desenvolvimento capitalista.

paridade de poder de compra), a qual passou de US\$ 250,00 em 1980 para US\$ 8.827,00 em 2018, ou seja, com crescimento de 36 vezes no período. Por sua vez, a taxa de investimento foi de 36,9% do PIB entre 1982 e 2011 e, a partir de 2004, acima de 40% (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p. 143).

Procurando formas de financiar, ampliar as exportações e dinamizar a indústria, a China aproveita o momento geopolítico da Guerra-Fria<sup>54</sup> e, através do Comunicado de Xangai<sup>55</sup>, tem acesso ao mercado dos Estados Unidos, Europa e Japão, bem como às fontes de financiamento. O acesso ao financiamento internacional se deu de forma bem vantajosa, como em 1979, com o financiamento nipônico a taxas de 7,25% para um período acima de 5 anos, nível de taxa não recomendada pela OCDE para países em vias de desenvolvimento. Esses recursos foram importantes para financiar a importação de máquinas e equipamentos sem desestabilizar seu balanço de pagamentos.

O processo da industrialização chinesa manteve o câmbio artificialmente desvalorizado e taxas de juros baixas. O Estado, por meio dos bancos públicos<sup>56</sup>, financia novos empreendimentos, administra o tempo certo da liberação da conta capital, enfatiza o investimento externo produtivo e com enfático controle do investimento de curto prazo de caráter especulativo, o que fez com que essa trajetória atendesse as necessidades do desenvolvimento econômico (ARAÚJO; BRANDÃO; DIEGUES, 2018).

No período 1983 a 1988 o setor secundário lidera o crescimento na economia quando a indústria de bens de consumo ganha vulto e, concomitantemente, a indústria de bens de capital ganhe relevância. A alteração no mercado de bens de consumo é relevante quando aos bens de consumo duráveis tradicionais, como rádio, bicicleta, máquina de costura e relógio, são adicionados outros produtos relevantes como: geladeira, televisão, gravador, máquina de lavar e ventiladores com elevadas taxas de crescimento (SINGH, 1993, *apud* MEDEIROS, 2012).

---

<sup>54</sup> Nesse quadro de decisões com base em geopolítica se no primeiro momento a aproximação com a China foi importante para isolar a URSS, após seu debacle, o sucesso chinês preocupava os EUA no sentido de criar um indesejável poder regional.

<sup>55</sup> A normalização das relações diplomáticas sino-americanas. Por meio do Comunicado de Xangai, foi assinado em 27 de fevereiro de 1972, na visita de Richard Nixon à China, quando os EUA reconhecem a China Continental como representante de todos os chineses.

<sup>56</sup> A estrutura do sistema financeiro e os bancos, são controlados pelo Conselho Nacional dos Povos, ou seja, pelo Partido Comunista Chinês.

O desenvolvimento chinês passa a ter duas grandes vertentes: ganha importância o mercado interno, porém, o comércio exterior, com sua firme política de promoção das exportações, se mantém como elemento fundamental para o alto dinamismo na economia chinesa. Nos anos compreendidos entre 1984 e 1995, para o crescimento do PIB de 10,2%, as exportações registraram taxas de 17% a.a., fazendo com que a participação chinesa nas exportações globais saísse dos 0,75% em 1978 para os 3% de 1995.

#### **4. A China e o comércio exterior**

O padrão de desenvolvimento chinês tem no elevado processo de urbanização um fator importante, quando a população urbana chega a 300 milhões de habitantes no curto período de 15 anos compreendendo o período entre 2000 até 2015. Isso gerou a necessidade de altíssimos investimentos em infraestrutura urbana; rodoviária, ferroviária e fez com que a demanda por commodities metálicas, minerais e energéticas explodisse. Nesse processo, com aumento no poder de compra e maior demanda por alimentos, incrementaram-se os preços das commodities agrícolas. Tais aumentos nos preços foram continuados quando, na crise de 2007/2008, a política econômica chinesa anticíclica ampliou os investimentos. A consequência é que a economia chinesa manteve, apesar de mais branda, sua taxa de crescimento e fez com que permanecessem estabilizados os preços das commodities.

Desde que as reformas chinesas ganharam curso, a participação chinesa na economia global tem aumentado. Em 2010 se torna o maior exportador mundial (US\$ 1.577,9 bilhões)<sup>57</sup> e o segundo país em comércio (US\$ 2.872,8 bilhões) com crescimento anual de 17,2% nas exportações, sendo que a participação chinesa nas exportações globais alcançou 8,7%. Nas importações o crescimento foi de 16,4% e a proporção nas importações mundiais 6,7%. A estrutura do comércio exterior (importação e exportação) chinesa tem sido otimizada, passando de produtos industriais simples, de menor nível

---

<sup>57</sup> No artigo os valores são em bilhões de dólares, porém, reportagem do Jornal Globo são em trilhões de dólares: “Segundo a Administração Geral de Alfândegas (AGA), as exportações chinesas em 2010 cresceram 31,3% e somaram US\$ 1,58 trilhão”. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/01/china-divulga-dados-de-crescimento-economico-e-inflacao-em-2010.html#:~:text=Segundo%20a%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20Geral%20de,US%24%201%2C58%20trilh%C3%A3o.> Acesso em 18/06.23.

tecnológico, para produtos mais elaborados, de maior complexidade tecnológica (DING, 2018).

Quando a expansão da bolha financeira dos EUA se interrompe e o consumo via crédito minguava, a economia chinesa, puxada pelas exportações, entra em crise. Pequim redesenha sua economia mediante créditos dos bancos chineses em direção à investimento em ativos que, de forma positiva, proporcionou uma forte recuperação à economia nacional em contraposição ao fraco desempenho da norte-americana. Essa oferta de crédito abundante e barato foi possível devido às elevadas reservas em dólares do período exportador (HO-FUNG HUNG, 2018).

Além de buscar no mercado interno saídas para as exportações antes dirigidas ao EUA, a China procurou nos mercados circunvizinhos, no africano e latino-americano saídas tanto para suas demandas de matéria prima quanto para exportar seus produtos “*made in China*”.

## **5. A China e a América Latina**

Nas últimas décadas, o ponto marcante nas relações entre as nações foi o enorme salto na economia chinesa, que surge forte depois de um período longo de humilhações, 1839 - 1945, que fez transformar as relações na economia-mundo, transformando as regiões do planeta e, entre elas, a América Latina. Porém, quando se fala na América Latina é necessário observar as diferenças entre os países, sua economia, grau de desenvolvimento, questões institucionais, estruturas sociais, e culturais, provocando impactos distintos em cada país.

O pouso chinês na América Latina foi feito depois de muito planejamento pelo governo de Pequim. Primeiro foram os acordos com os países próximos, do seu oceano, depois os países da Zona do Pacífico Sul. O desembarque chinês na América Latina veio acompanhado de financiamento no montante de US\$ 130 bi para empréstimo bancário e de US\$ 72bi para aquisição de empresas. Os financiamentos foram para obras que permitissem melhorar os custos dos produtos fornecidos pelos países latinos. Com a construção de pontes no Panamá e Guiana, dragagens no Brasil e metro na Colômbia, aeroportos, ferrovias, entre outros. As aquisições foram dirigidas ao petróleo, como na Venezuela, o lítio da Bolívia, o cobre peruano. Sendo o agente comprador as empresas estatais chinesas que, instaladas, abrem espaço para as empresas privadas daquele país. O Banco Asiático de Investimento em

Infraestrutura é a entidade que financia em níveis recordes com médias anuais entre US\$ 1,357 bi (2001-2009) e US\$ 10,817 bi (2010-2016), transformando a América Latina o segundo maior destino desse tipo de alocações (KATZ, 2023).

O padrão de desenvolvimento chinês liderado pelo investimento na urbanização e industrialização foi intenso e fez com que a exportações dos países latino-americanos explodissem, assim como a importação de produtos industriais chineses. Os países com uma indústria mais sólida conseguem exportar produtos industrializados à China. Porém, devido à concorrência com os produtos chineses, de menor valor, e as vezes de qualidade similar ou superior, a gama de exportados era reduzida. Ou seja, isso acarretou forte concentração de produtos básicos exportados em contraposição à variedade de produtos importados. Além da dificuldade de exportar manufaturados, esses países viam o seu mercado interno e de seus clientes serem invadidos por produtos “*made in China*”, criando dificuldades para o desenvolvimento industrial desses países.

Conforme já exposto, esse quadro variava conforme a indústria de cada país se colocava no comércio internacional. No caso do México, que tem uma forte indústria de montagem destinada ao mercado norte-americano, os impactos na conta comercial foram maiores:

Os resultados confirmaram a hipótese os efeitos mais deslocamento importantes no mercado regional. Os resultados também indicaram que o México seria o país mais afetado pela competição chinesa, embora tenham sido encontradas evidências de deslocamento para os demais países como Brasil e Argentina. Em geral, o deslocamento ocorreu em setores mais tradicionais como têxteis, vestuário e calçados, mas também, em setores de maior conteúdo tecnológico, como químicos, máquinas e material eletrônico (HIRATUKA, 2018).

O déficit comercial da ALADI - Associação Latino-Americana de Integração - é em grande parte de origem mexicana devido à importação de peças para montagem de produtos para o mercado estadunidense. Esse déficit vai se ampliando, chegando a US\$ 63 bi em 2015. A partir de 2012, tal aumento do déficit persevera-se junto aos demais países, só diminuindo em 2016 com a desaceleração econômica regional, em especial no Brasil. Em 2015 a China torna-se o primeiro ou segundo parceiro comercial para a maioria dos países latino-americanos em termos de importação.

A posição deficitária da ALADI junto à China é resultado da assimetria entre a grande variedade de produtos importados e a pouca diversidade das exportações. Excluindo o México, até 2011 não se verificavam déficits tão elevados pois, apesar da estrutura dos produtos negociados serem a mesma, a elevação nos preços dos produtos exportados compensava os importados. Porém, com a crise mundial, a partir de 2012 há uma queda nos preços das commodities. Tal queda é constatada nos produtos industrializados ampliando a concorrência global, tanto devido à estagnação da demanda global, quanto à capacidade ociosa chinesa. Para as economias latino-americanas dotadas de capacidade industrial mais diversificada, o desafio de manter o crescimento e a geração de renda torna-se crítica, seja na busca de mercados internacionais ou locais, como até mesmo no mercado interno.

**Tabela 3.** Posição da China e valor do Comércio Exterior com países da ALADI: 2015

	IMPORTAÇÃO			EXPORTAÇÃO			SALDO
	2000	2015	Valor	2000	2015	Valor	Valor
	Posição	Posição		Posição	Posição		
Argentina	4	3	11.743	6	2	5.174	-6.500
Bolívia	7	1	1.319	18	5	459	-860
Brasil	11	1	30.719	12	1	35.608	4.888
Chile	4	1	14.800	5	1	16.671	1.872
Colômbia	15	2	10.032	36	3	2.264	-7.760
Cuba	n.d	n.d	2.502	n.d	n.d	285	2.217
Equador	129	2	4.074	120	6	723	-3.351
México	6	2	69.988	16	3	4.873	-65.115
Panamá	22	1	3.529	27	29	535	-2.994
Paraguai	3	2	2.417	13	40	42	-2.375
Peru	8	1	8.667	4	1	7.333	-1.334
Uruguai	10	1	1.747	4	2	1.068	-680
Venezuela	18	n.d	4.661	37	n.d	4.822	160

**Fonte:** Unctad (HIRATUKA, 2018). Valores em US\$ milhões

Portanto, o impacto comercial chinês varia de país para país ou mesmo em diferentes regiões. A maioria dos países latino-americanos é obrigada a ofertar somente matérias primas devido à inexistência de um parque industrial. Porém, mesmo os que o possuem há aqueles, como o Brasil, que vêm sua capacidade produtiva se esvaír devido não só a concorrência com a China pelos seus parceiros comerciais, mas, também, a concorrência chinesa dentro de suas fronteiras. Também, há o caso mexicano onde o impacto é maior em razão de sua estrutura comercial ser voltada para exportação ao mercado americano

que, além de concorrer com a produção chinesa por este mercado, ainda depende de peças daquele país para seus produtos.

Os países asiáticos ajustaram seus parques industriais no sentido de se integrarem à produção chinesa. Com isso, uma grande parte da produção chinesa, por se concentrar na montagem, importa uma série de componentes asiáticos e os transformam, exportando-os para os mercados finais com a chancela “*made in China*”. Dessa forma um sistema produtivo regional abastece as indústrias chinesas com produtos industriais, o que faz com que as economias asiáticas tenham um termo de troca diferente e melhor do que as latino-americanas e, principalmente, africanas.

Esse quadro foi analisado pela CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina, que viu como positiva a interação da América Latina com a China desde que os países latinos, para aproveitar esse novo tempo, incrementem suas respectivas economias. Porém, se faz necessária uma estratégia que favoreça o aumento de produtividade, a qualificação da mão de obra e políticas que melhorem os termos de troca.

Mas, ao mesmo tempo, a CEPAL reconhece que falta uma estratégia mais coordenada entre países e grupos de países para criar um vínculo com a China que não só reforce o comércio e os investimentos, mas que favoreça também variadas alianças empresariais e tecnológicas (OURIQUES, 2015).

As relações comerciais da China com a América Latina registram um desempenho pujante nos anos recentes. De igual modo, as perspectivas são promissoras. Contudo, apresentam assimetrias que se agravaram com a dificuldade que os países latino-americanos têm enfrentado nas últimas décadas em retomar de forma sustentada seu desenvolvimento econômico, diversificar suas economias e construir suas próprias prioridades de acordo a planos estratégicos de desenvolvimento regional. O fenômeno da desindustrialização e da reprimarização no Brasil constitui evidência desse fato. Assim, a concentração das exportações regionais em commodities agrícolas e minerais e das importações da China em bens industriais com alto valor agregado reproduz relações de centro-periferia, sintetizando as potencialidades, os desafios e as ameaças que essa dinâmica impõe à América Latina (PINI, 2015).

## 6. Investimentos chineses na financeirização

Desde a onda neoliberal surgida nos EUA em 1980 a economia capitalista global se torna presa da financeirização sob hegemonia do dólar. Esse processo é o que determina o modo de acumulação no mundo capitalista, na Europa, África e América Latina. Porém, esse modelo não tem penetrado na China no mesmo padrão e intensidade como nos demais países. Isso se deve ao sistema financeiro estatal e controle cuidadoso da conta de capital impondo limites à entrada do capital especulativo. Esse sistema que pode ser denominado de financeirização à chinesa tem evitado que as empresas não interrompam a sua produção<sup>58</sup>.

O governo chinês tem controlado as finanças das empresas estatais transformando essas empresas em corporações de capital aberto tanto para levantar recursos para investimento doméstico quanto externo, no sentido de ampliar, externamente, novas fronteiras de acumulação, tornando essas empresas competitivas sem sair do comando estratégico do Estado. Essa estratégia compreende um sistema com menos dependência do dólar e baseado em várias instituições sob influência chinesa.

Para que o Estado pudesse alavancar recursos para o financiamento de projetos tanto internos quanto externos, foram criados bancos de desenvolvimento com a função financiar infraestruturas domésticas e no exterior:

Isso inclui a consolidação e expansão dos bancos de desenvolvimento como financiadores em última instância (como o Asian Infrastructure Investment Bank), esperando-se os investimentos em infraestrutura financiados por tais bancos sejam um motor dinâmico do desenvolvimento global (a “Belt and Road Initiative” é a estratégia que amarra todas as pontas). Além disso, inclui também a ampliação do uso internacional do renminbi em transações comerciais, maiormente de petróleo (NOGUEIRA, 2017, p. 18).

Essa estrutura de bancos de investimento permitiu que a China ampliasse sua participação como agente investidor em todo o planeta.

O Estado chinês fortalece seu papel como “Estado acionista”. É o principal investidor na economia do país por meios essencialmente financeiros e não fiscais ou administrativos. Utiliza os mecanismos financeiros que o setor

---

<sup>58</sup> No sistema baseado no dólar as empresas têm deslocado parte do faturamento ao mercado financeiro, o que tem sido evitado no sistema chinês.

público comanda seus vultosos ativos. Contrariamente ao que prevalece nas tendências globais, em que a financeirização está intimamente vinculada à privatização, a gestão financeira estatal chinesa se vale do mercado acionário para valorizar suas empresas e ganhar competitividade interna e externa (WANG, 2015).

Com o montante total de US\$ 145,7 bilhões (MOFCON, 2015)<sup>59</sup>, a China se tornou em 2015 o segundo maior investidor na economia global, com 9,9% do total geral, em termos de IDE, atrás somente dos EUA. Conforme a tabela IV, em 2015, tanto em termos de fluxo quanto de estoque de investimento direto realizado no exterior, grande parte do montante está direcionada à Ásia, sendo que a América Latina aparece na segunda posição.

**Tabela 4.** China investimento direto realizado no exterior: 2015 (em Us\$ Bilhões).

Região	Fluxo		Estoque	
	Valor	%	Valor	%
Ásia	108,4	74,4	769,0	70,0
A. Latina	12,6	8,7	126,3	11,5
Europa	7,1	4,9	83,6	7,6
A. Norte	10,7	7,4	52,2	4,8
África	3,0	2,0	34,7	3,2
Oceania	3,9	2,7	32,1	2,9
Total	145,7	100,0	1.097,9	100,

**Fonte:** MOFCON, APUD - HIRATUKA.

É necessário ressaltar que os dados que têm origem no MOFCOM são distorcidos pois é feito uso de paraísos fiscais, o que dificulta identificar o destino de tais recursos. Por exemplo: no caso da América Latina, em 2015, 96% do fluxo destinado à região teve por destino as Ilhas Cayman e as Ilhas Virgens Britânicas (HIRATUKA, 2018).

## 7. É a China Imperial?

Essa discussão vem à baila devido ao potencial econômico chinês e sua importância nas trocas internacionais.

<sup>59</sup> MOFCON: Ministry of Commerce People's Republic of China, que tem a função de formar estratégias e diretrizes de desenvolvimento tanto domésticas quanto internacionais.

Como visto, os países latino-americanos sagram-se como parceiros comerciais da China devido à estrutura e expansão da economia chinesa que tem por objetivo a demanda por matérias primas e a exportação de seus produtos industrializados. Conforme Tabela III, a grande maioria dos países latinos tem déficits comerciais junto à China. E, mesmo aqueles, caso do Brasil, que têm sua conta superavitária, esta é consequência de exportar matéria prima. Há enorme incapacidade de exportar produtos industriais para os chineses devido ao menor grau de produtividade. Além disso, o Brasil tem o seu mercado interno tomado pelos produtos chineses, como também os de seus parceiros comerciais, os quais tradicionalmente consumiam os produtos industriais brasileiros. Desse modo, a relação econômica brasileira e da América Latina com o “império do meio” reproduz aquela vivenciada com os EUA e a Europa, ou seja, oferecer matéria prima e adquirir produtos semiacabados ou com alto conteúdo tecnológico.

A análise da pauta exportadora e importadora da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela e do México, por tipo de produto e por intensidade tecnológica, desde os anos 2000, permite constatar que, diferentemente da noção de parceria entre iguais, ou mesmo de um novo padrão de relacionamento econômico, vem se estabelecendo tão somente uma mudança de parceiro econômico preferencial, em alguns casos mais acentuada, em outros ainda incipiente, com a China tomando o lugar até então ocupado pelos Estados Unidos e, em menor medida, pela Europa (OURIQUES, 2015, p. 15).

A especialização nas commodities implica a manutenção de um padrão histórico na divisão internacional do trabalho e de participação marginal nas cadeias globais de valor nas mercadorias com maior intensidade tecnológica. Assim, a maior presença chinesa em detrimento da Europa e dos Estados Unidos como parceira comercial dos países da região parece ser, em essência, uma troca de “seis por meia dúzia”, para usar uma expressão popular. (OURIQUES, 2015).

Como base nessas relações, posicionam-se de um lado economias subdesenvolvidas que têm para oferecer somente matéria prima como produto exportáveis e, de outro, as economias mais industrializadas que pouco fazem para transformar essa relação comercial numa relação mais igualitária. Destarte, se o papel da China é visto por alguns pesquisadores como nação imperialista, outros negam essa classificação e a consideram uma nação forte

economicamente, chegando a exercer um papel civilizador na ordem global contemporânea.

## 7.1. Papel imperialista

Autores que veem a China como uma nação imperialista constataam que, nos últimos 25 anos e com taxas de crescimento anuais em torno de 10%, o país oriental vivenciou um processo de acumulação e reprodução ampliada de capital que, na acepção leninista, a coloca como imperialista. Essa condição é identificada por Lenin como o estágio alcançado pelos centros capitalistas no qual a exportação de capital adquire importância maior e a divisão do mundo se dá entre as grandes corporações. Conforme Maestri:

O movimento de exteriorização da economia não nasceu da vontade de seu governo ou de seus empresários. O desbordar quantitativo e qualitativo da produção chinesa foi desdobramento natural do processo de reprodução ampliada de capital nacional e internacional em rentabilização produtiva na China, que superou a capacidade de consumo interno e os tradicionais mercados externos. A produção em escala, os avanços tecnológicos e os capitais excedentes necessitavam e permitiam aplicação rentável no exterior como o ser humano necessita de oxigênio para viver (MAESTRI, 2022, p. 63).

O crescimento chinês como exportador de capital acontece tanto no capital produtivo como no financeiro. A necessidade de exportar capital, de efetivar investimento além-fronteiras a faz dominando a nação ou região que recebe o capital e no enfrentamento com os demais capitais, em especial com o capital da nação imperialista dominante. Tal enfrentamento não necessariamente acontece no nível militar. O país hegemônico poderá fazer uso de instituições internacionais em que tem domínio, através de sua hegemonia financeira, diplomática etc. Em 1985, os EUA, para mostrar força ao poderoso capital monopolista japonês, impôs a valorização do yen nos Acordos do Plaza em Nova York. Esse “acordo” lançou o Japão em estagnação da qual tem tido, desde então, dificuldades para sair. Também, o que pode ocorrer é que nações imperialistas secundárias aceitem a vassalagem da nação hegemônica, como acontece com a Europa Ocidental e o Japão (MAESTRI, 2022).

Outro ponto, que poderia encaminhar para uma definição de ser imperialista, são as relações desiguais que a China tem mantido com os países com os quais negocia. Esses países que têm a China como parceira, a grande

maioria é país que exporta matéria prima. Para Harvey (2003), o “novo imperialismo” ganha corpo mediante as grandes finanças e se baseia, como o tem feito, na espoliação do meio ambiente mediante trocas desiguais entre a nação poderosa e os países pobres exportadores de matérias-primas.

Salienta-se que a política colonial e o imperialismo já existiam anteriormente, porém, na atual fase do capitalismo, sua particularidade está nos esforços das associações internacionais de capitalistas por retirar os adversários da concorrência, adquirindo as terras ricas em petróleo, minério de ferro etc. Dessa forma, quanto mais se percebe a insuficiência de matérias primas, a concorrência e a procura pelas suas fontes são mais duras em todo o mundo (ALCÂNTARA, 2011, p. 2).

Para Lazarato (2023) a China como exportadora de capital tem as características de um país imperialista, porém não no sentido clássico, pois inexistente um aparato militar similar ao dos EUA.

Se olharmos para sua capacidade de exportar capital, sim. Embora não no sentido clássico porque, ao contrário dos Estados Unidos, não ocupa territórios nem tem aspirações militares, além das conhecidas, longe de suas fronteiras. No entanto, é o primeiro parceiro comercial de quase todos os países latino-americanos e tem uma grande presença na África por meio de uma série de intercâmbios comerciais que visam, também, obter benefícios próprios. Você tem que observar essas coisas se desenrolarem (LAZARATO, 2023).

## **7.2. Relações *soft power***

De forma geral, a ampliação dos negócios chineses tem sido feita com muita competência econômica e eficiência nas negociações ao contornar, em termos geopolíticos, a grande águia imperialista, que tem na América Latina sua área de dominação. O incrível é a velocidade com que a China efetuou essas negociações e sua imposição a grande número de países do rompimento de seu comércio com Taiwan. Para estabelecer tais acordos a China tem feito uso do poder econômico, com maiores investimentos, menores taxas e acordos tecnológicos vantajosos, bem como sua capacidade na construção de itens de infraestrutura.

Mesmo em países muito próximos dos EUA, como o Panamá, com uma forte política de adesão aos EUA, a China consegue influência retirando o

poder quase que absoluto de Washington sobre o istmo (Canal do Panamá). Depois da pressão dissuasiva de construir outro canal na Nicarágua, o acordo é feito e o Panamá rompe com Taiwan. O Panamá é o país centro americano com maior investimento chinês e local escolhido para a construção do trem de alta velocidade.

Sem preferência ideológica e com ganhos econômicos, com muita tenacidade e muita calma e sem confronto aberto com os EUA, Pequim tem negociado com o Paraguai, um dos últimos quinze países que reconhecem Taiwan.

Numa demonstração de poder *soft power* durante a pandemia, oferecendo quase 400 milhões de doses de vacinas e quase 40 milhões de peças sanitárias durante o cenário dramático do COVID, a China ofereceu aos governos latino-americanos uma inteligente diplomacia quando o governo Trump negava esse procedimento para seus tradicionais parceiros no continente. Esse contraste entre o governo de XI Jin-Ping e o governo de Trump fez aproximar ainda mais os países da América Latina:

Pequim tem concentrado seus acordos em esferas econômicas evitando confrontos tanto geopolíticos como militares. O campo de batalha escolhido é a circum- navegação do globo através da Rota da Seda. Tais decisões tem colocado o sino- governo em direções diferentes de uma regra imperial o que tem colocado a china em direções diferentes dos rumos adotados por outras potencias como Japão, Alemanha que optaram o confronto militar. Os investimentos militares chineses têm sido para proteger suas fronteiras, mas não as têm empregado, mesmo com ampla internacionalização de sua economia, no espaço além-fronteiras. Seus investimentos não têm sido acompanhados de bases militares e marines acampados em países onde esses investimentos são feitos (KATZ, 2023).

Para ampliar sua posição na economia internacional, a China tem demonstrado um tipo de relação, tanto com seus vizinhos, quanto com os demais países além-fronteiras, no poder da economia e da tecnologia de forma mais diplomática e, em nenhuma delas, com o uso de força bélica.

Outro ponto que define o imperialismo é, dentro de cada país, o segmento que lidera o processo de acumulação. Quando privado, esses setores, ao dominar o aparelho de Estado, põem-no sob seus interesses, fazendo-o aríete junto às demais nações ou regiões. Com algumas especificidades, esse tipo de poder tem sido dominante com o uso da força militar, desde as primeiras

potenciais modernas, como Portugal e Espanha, até a atualidade, com os EUA. Por enquanto, a China não tem feito uso desse instrumento.

A demarcação de aspectos que separam a prática chinesa com relação à norte-americana – o uso da força militar, entre outros - não nos impede de considerar que a China tem se afastado do que se poderia definir como socialismo e se torna um país de natureza capitalista, com classes dominantes etc. Talvez a definição mais apropriada seja a de um capitalismo de Estado, muito conforme à experiência histórica do país (império), caracterizada pela construção de um aparato estatal centralizado, burocrático e altamente profissionalizado (FAIRBANK; GOLDMAN, 2006). Desse modo, incorrem em erro autores que a colocam como um modelo socialista de natureza chinesa:

Esta disputa está presente em cada passo adotado pelo gigante asiático, desde que foi reconstituída uma classe burguesa que acumula capital, extrai mais-valia, controla empresas e procura conquistar o poder político. Os instrumentos deste sistema permanecem nas mãos do Partido Comunista e de uma elite que mantém o equilíbrio entre o crescimento e as melhorias sociais. Estes contrapesos ficariam rompidos se os capitalistas estendessem seu protagonismo econômico ao controle do sistema político. A renovação do socialismo é apenas uma possibilidade entre várias alternativas em jogo, que dependerá em grande medida da centralidade obtida pelas correntes de esquerda. Esta perspectiva exige políticas de redistribuição de renda, redução das desigualdades e limitações drásticas ao enriquecimento dos novos milionários do Oriente (KATZ, 2023).

Para recuperar um projeto socialista à escala global, é necessário analisar essas tensões, tomando partido das vertentes revolucionárias e evitando a simples repetição dos discursos protocolares do oficialismo (*idem, ibidem*).

Há autores que defendem que, pelo fato de o passado chinês nos últimos quinhentos anos ter sido dominado de forma violenta pelo imperialismo ocidental (Portugal, França, Países Baixos e Inglaterra) ou pelo oriental (Japão<sup>60</sup>), a China teria por objetivo eliminar o imperialismo nas relações internacionais e dotar o planeta de um sistema de múltiplo poder, na política, na economia e na cultura (TEIXEIRA da SILVA, 2023).

---

<sup>60</sup> Conforme aula do Professor Francisco Carlos Teixeira da Silva, os japoneses efetivaram experiências com os chineses do mesmo tipo que os nazistas fizeram com os judeus. [https://www.youtube.com/watch?v=uFNGydLJxLI&list=PLe0Xvy5f\\_FTEM7tpjTuV\\_R9eYzJuommmz8&index=10&ab\\_channel=CanalIE](https://www.youtube.com/watch?v=uFNGydLJxLI&list=PLe0Xvy5f_FTEM7tpjTuV_R9eYzJuommmz8&index=10&ab_channel=CanalIE)

Outras posições reforçam a continuidade renovada de um passado imperial com o presente pleno de dinamismo da nação chinesa, capaz de conduzir mudanças de vulto na geoeconomia e política planetárias:

No final do século XX, esse império tão longo reverteu as cartografias de poder que haviam vigorado por duzentos anos e se tornou credor dos Estados Unidos, comprador de matérias-primas das ex-colônias ocidentais e consumidor dos bens de luxo europeus. A rivalidade bipolar chegara ao fim, mas outra potência ressurgia no continente eurasiático enquanto força determinante da política internacional, inovando e revigorando sua tradição imperial mais uma vez (BURBANK; COOPER, 2019, p. 566).

### **7.3. Sistema chinês de poder**

Muitos se perguntam como poderia ser exercido o poder chinês na ordem planetária, caso venha ocupar a posição de maior liderança na economia e na política. Vem ao debate uma cultura de poder, característica da gestão chinesa no passado - o sistema de poder sinocêntrico.

Apesar da China nunca ter sido uma potência política global, o império chinês foi o agente dominador na Ásia antes desse sistema ter sido derrubado pelas potências ocidentais. Esse tipo de dominação seguia uma ordem sinocêntrica onde o poder regional era exercido de forma diferente do sistema vestfaliano<sup>61</sup>, baseado na balança de poder entre os Estados, predominante na Europa.

O sistema de poder sinocêntrico era baseado em uma visão de mundo na qual a definição daqueles que estavam dentro e os de fora do império não era tão clara. De acordo com essa visão, o poder tinha formação em círculos concêntricos, ou seja, o poder era emanado do imperador que governava a província no círculo externo imediato e taxava os vassalos nos círculos mais distantes. Essa estrutura de poder se diferencia da ocidental que tem sua origem no império romano, não é estruturada em uma simples arrecadação de tributos do centro do poder. Ao contrário, ela tem sua base no princípio da benevolência do centro e lealdade recíproca dos grupos da periferia. O poder era legitimado, quando os vassalos enviavam presentes como tributo ao imperador e, em contrapartida, esses recebiam presentes do imperador de maior valor. Esse tipo de lealdade era importante para manter as fronteiras seguras. Quando algum

---

<sup>61</sup> No sistema vestfaliano de Estado, a soberania estava ligada ao controle sobre o território nacional. As questões além-fronteiras seriam de responsabilidade da ONU.

líder regional se insubordinava, negando lealdade ao imperador, tropas eram enviadas para derrubá-lo e instalar um governo aliado com base nesses valores (HUNG, 2018, p. 14).

Em uma de seus relatos, Jabbour (2023) nos conta que em uma viagem à China, ao descer no aeroporto, em torno da meia noite, pede ao taxista para levá-lo à Praça Celestial, presencia a foto de Mao Tsé-Tung na porta da Cidade Proibida, onde residiam os imperadores. Ali ele constata que as atuais lideranças chinesas se veem como continuadoras do passado chinês, não há rompimento. Percebe que, no caso chinês, a variável história é fundamental para buscar o entendimento.

Por seu turno, Teixeira da Silva (2023) cita que um dirigente chinês se encontrava na Europa sendo entrevistado por jornalistas que repetiam que a China seria uma ditadura e o que este dirigente tinha a dizer. Ele responde que a democracia ocidental baseada em Voltaire trazia soluções à problemas diferentes aos vivenciados pelos chineses e que a China tinha os seus pensadores que procuravam dar soluções a estes problemas em uma época quando a Europa ainda guerreava com flechas.

## **Conclusão**

No presente artigo procuramos discutir, dentro do contexto histórico, as razões que fizeram a China ser uma economia pujante no cenário global. A partir de uma determinada fase recente de sua história milenar, a classe burguesa, apesar de ser importante para o desenvolvimento atual da China e ter se enriquecido, não tem o mesmo poder dominante das demais classes burguesas nos Estados nacionais capitalistas. Não possui à sua disposição, na sua totalidade, o aparelho de Estado. O domínio é exercido pelo Partido Comunista Chinês- PCC, que congrega representantes das diferentes classes sociais chinesas. É o PCC que tem a direção da economia, o seu planejamento, investimento etc. Após a revolução de 1949, o partido e sua direção econômica lançaram mão da burguesia remanescente, a que ficou no continente, e dos diferentes grupos burgueses que se exilaram, principalmente nos países vizinhos à China, para investirem, mas sempre sob o comando do Estado chinês.

Quando algum empresário enfrenta o governo<sup>62</sup> com duras críticas na gestão pública ou na condução da economia, o Estado Chinês tem sido

---

<sup>62</sup> Jack Ma, dono do Alibaba, empresa de comércio eletrônico, tinha uma meta

contundente na resposta. Ou seja, a burguesia consegue se enriquecer, mas não tem o controle do aparelho de Estado, não tem o poder político das demais classes dominantes no mundo. Como isso, as sino-lideranças<sup>1</sup> exercem o controle sobre o capital, mas se subordinam às orientações estratégicas e macroeconômicas do comando do governo e do partido.

Como vimos, a China, antes de ser violentada e empobrecida pela expansão imperialista dos países ocidentais, se constituía em um reino que mantinha certo equilíbrio com as regiões sob seu domínio. A natureza mercantil do império circunscreveu-se, historicamente, a seus limites territoriais e ao entorno geográfico mais próximo: sudeste asiático, zonas costeiras do mar da china, estepes mongólicas e as regiões fronteiriças aos Montes Altai e as vertentes do Himalaia a sudeste. As guerras obedeceram mais a razões de ordem interna, raramente envolvendo propósitos expansionistas que não fossem para resguardar o espaço econômico e político imperial. Isto é, sua sempre almejada e fortemente defendida unidade territorial. Por isso os longos períodos de estabilidade, propícios à construção milenar de uma pujante civilização, entremeados por interregnos de rupturas e conflitos com povos invasores, cujo desfecho retomava padrões imperiais tradicionais, sob novo equilíbrio de forças e composição de poder (BURBANK e COOPER, 2019, cap. 4).

Essa história, marcada por uma relativa tolerância com os demais territórios, calcando a força nas negociações de comércio, levam à consideração de que as atuais relações chinesas com outros países sejam de caráter pacífico. Porém, como base nesses mesmos requisitos históricos, as modernas relações econômicas são completamente distantes daquelas.

As modernas relações, de caráter capitalista, fazem com que, necessariamente, o capital tenha sempre o seu porvir, pois sem se expandir ele morre, principalmente na concorrência com outros capitais, e por isso as guerras imperialistas. Como exemplo, hoje vemos os EUA, através da força da OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte, tentar exercer bloqueio e empreendendo uma verdadeira “guerra tecnológica” contra a China, fazendo

---

ambiciosa de lançar um IPO na Bolsa e Nova York, A operação de US\$ 35 bilhões acabou suspensa em meio a investigações dos reguladores chineses. O cerco do governo ocorreu pouco depois que o então homem mais rico da China fez críticas ao sistema financeiro do país. Os problemas com as autoridades chinesas derrubaram as ações do Alibaba, que acumularam queda de 70% desde o pico em 2020. Isso custou quase a metade da fortuna do empresário, estimada em US\$ 23,6 bilhões (R\$ 118 bilhões), de acordo com a Forbes.

uso das estruturas sob o seu comando, com o intuito de as demandas das grandes corporações capitalistas americanas e europeias que, efetivamente, comandam o aparelho de Estado nas economias no Norte capitalista.

O que tem diferenciado a gestão dos capitais chineses em relação aos ocidentais é precisamente esse comando geopolítico do aparelho de Estado chinês exercido pela liderança do PCC e não por sua burguesia, mas obedecendo rigorosamente as práticas de mercado internacionais. O Estado, na China, cumpre destarte aquela moderna função do Estado, qual seja, a de desenhar cenários futuros para o país e fomentar as instituições necessárias para alcançar seus objetivos (Chang, 2003, 4.5).

Assim, desse ponto de vista, a expansão dos capitais chinesas no mundo não traz, em si, antagonismos de fundo com a lógica prevalecente nas relações econômicas e financeiras internacionais. Tanto é que a China integra, atualmente, todas as grandes organizações que compõem a moldura institucional da globalização, como a Organização Mundial do Comércio—OMC, entre muitas outras. Por outro lado, semelhante expansão se faz com ampla vantagem aos chineses, e é o que tem ocorrido com as negociações com a América Latina. Nesse sentido, a substituição dos estados imperialistas tradicionais, nos termos de troca em bases desiguais, acrescido da posição desvantajosa provocada pela hegemonia do neoliberalismo na América Latina desde a última década do século passado, não permite que nossos países aproveitem de forma vantajosa o potencial de investimento e de transferência tecnológica que as relações com Pequim podem acarretar.

O Estado chinês tem se valido dos interesses no rápido retorno que essas trocas, mesmo desiguais, oferecem às burguesias latino-americanas. Ao contrário dos chineses, aquelas não têm qualquer projeto para os países que dominam, trocam esses recursos naturais até extingui-los, dilapidam riquezas não-renováveis, vendem empresas públicas, muitas vezes de caráter fundamental ao país, como empresas de energia, saciando a fome do dragão esfomeado e causando desagradados à águia do bico envelhecido (MAESTRI, 2022).

O que tem sido favorável ao desenvolvimento chinês é que seus líderes têm efetivado políticas econômicas cujo objetivo tem mostrado continuidade ao longo do tempo: desenvolver o país e torná-lo grande potência como continuação do passado. Constata-se, portanto, que o passado chinês continua presente nas atuais gerações. Em relação aos grupos dirigentes, destaca-se a presença das ideias confucianas na gestão do Estado, muito embora Mao Tsé-

Tung considerasse o pensamento confuciano a causa do atraso do país. O que fez com que suas ideias fossem abandonadas e seus símbolos execrados no período da Revolução Cultural. Porém, na atualidade o presidente Xi Jinping<sup>2</sup> declara ser seu fiel seguidor e Confúcio volta a ser estudado nos bancos escolares.

De qualquer ponto que se observe, compreende-se que a experiência chinesa não é decifrada na primeira análise. Tem sido objeto de estudo e compreendê-la de forma mais ampla pode ser positivo quando se trabalha as questões de desenvolvimento. Para muitos analistas no campo da economia ou das ciências sociais, a experiência chinesa não cabe nos arcabouços da ciência tradicional, sendo necessária uma nova construção teórica, capaz de abarcar seus múltiplos aspectos e implicações.

## Referências

- ALCÂNTARA, G. O. (2011). **A questão ambiental como uma forma de imperialismo**. Universidade Federal do Rio de Janeiro – URFJ.
- AMIN, S. (1989). **El eurocentrismo: crítica de una ideologia**. Mexico, Siglo Veintiuno.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. (2015). **A construção política e econômica do Brasil**. São Paulo, Editora 34.
- BURBANK, J. e COOPER, F. (2019). **Impérios: uma nova visão da história universal**. São Paulo, Planeta,.
- CHANG, H. J. (2004). **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo. Fundação UNESP.
- CHANG, H. J. (2003). **Globalisation, economic development and the role of the State**. Penang, Third World Network and Zed Books.
- DING, X. (2018). **O desenvolvimento da China e suas consequências globais**, Universidade de Shangai-Marxism Research Institute.
- FAIRBANK, J.K; GOLDMAN, M. (2006). **China: uma nova história**. Porto Alegre, L&PM.
- HARVEY, D. (2005); **O novo imperialismo**. São Paulo, Loyola.
- HIRATUKA, C. **Mudança na estratégia chinesa de desenvolvimento no período pós crise global: impactos na América Latina**. Campinas, UNICAMP, INSTITUTO DE ECONOMIA, 2018.
- HUDSON, M. **O ocidente prepara o cerco à China**. <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/o-ocidente-prepara-o-cerco-a-china/>  
Publicado em 31/07/2023. Acesso em 01/08/2023.

HUNG, HO-FUNG. (2018). A ascensão da China, a Ásia e o Sul Global. REC **Revista de Economia Contemporânea**.

JABBOUR, E.; GABRIELE, A. (2021). **China: o socialismo do século XXI**. São Paulo, Boitempo.

JABBOUR, E. (2023). <https://membro.icl.com.br/aula/aula-01-aspectos-historicos-fundamentais-a-compreensao-da-china/> Acesso em 15/05/2023.

KATZ, C. (2023). **A presença da China na América Latina**. <https://aterraeredonda.com.br/a-presenca-da-china-na-america-latina/> Acesso em 12/04/23.

LAZZARATO, M. (2023). **Por que é tão crucial superar o dólar?** <https://outraspalavras.net/eurocentrismoemxeque/lazzarato-por-que-e-tao-crucial-superar-o-dolar/> Publicado em 03/07/23. Acesso em 07/07/23.

LETIZIA, V. (2011). **A pesada herança histórica da China moderna**. CEMAP-INTERLUDIUM.

MARCELINO, F. (2023). **O socialismo peculiar de Deng Xiao-ping**. <https://outraspalavras.net/descolonizacoes/o-socialismo-peculiar-de-deng-xiaoping/>. Publicado em 09/05/23 acesso em 04/07/23.

MAESTRI, M. (2022). **O despertar do dragão**. Porto Alegre. FCM Editora.

MEDEIROS, C. A. (2012). **Desenvolvimento econômico recente na China**. São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da USP. Disponível em: [www.iea.usp.br/artigos](http://www.iea.usp.br/artigos).

MILARÉ, L. F.; DIEGUES, A. C. (2012). **Contribuições da era Mao Tsé-Tung para a industrialização chinesa**. Universidade Federal de São Carlos.

MONTANINI, M. (2023). **O movimento da China para criar uma ‘grande muralha de aço’** [https://www.nexojornal.com.br/expresso/2023/03/14/O-movimento-da-China-para-criar-uma-%E2%80%98grande-muralha-de-a%C3%A7o%E2%80%99?posicao-centro=1&utm\\_medium=Email&utm\\_campaign=NLDurmaComEssa&utm\\_source=nexoassinantes](https://www.nexojornal.com.br/expresso/2023/03/14/O-movimento-da-China-para-criar-uma-%E2%80%98grande-muralha-de-a%C3%A7o%E2%80%99?posicao-centro=1&utm_medium=Email&utm_campaign=NLDurmaComEssa&utm_source=nexoassinantes). Publicado em 14/03/23. Acesso em 15/07/2023.

OURIQUES, H. R. (2015). **As relações econômicas entre América Latina e China: uma perspectiva sistêmica**. UFSC, Departamento de Economia, 2015. Perspectivas, São Paulo, v. 45, p. 9-40, jan./jun.

PINI, A. M. (2015). A crescente presença chinesa na América Latina: desafios ao Brasil. **Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI)**, n. 21, set/dez 2015. Brasília, IPEA.

REINERT, E. (2016). **Como os países ricos ficaram ricos...e porque os países pobres continuam pobres**. Rio de Janeiro, Contraponto.

TEIXEIRA da SILVA, F. C. (2023). **A ascensão da China popular e as novas geopolíticas da Eurásia**. “CANAL I E”. do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

[https://www.youtube.com/watch?v=uFNGydLJxLI&list=PLe0Xvy5f\\_FTEM7tpjTuV\\_R9eYzJuommz8&index=10&ab\\_channel=CanalIE](https://www.youtube.com/watch?v=uFNGydLJxLI&list=PLe0Xvy5f_FTEM7tpjTuV_R9eYzJuommz8&index=10&ab_channel=CanalIE). Acesso em 02/08/23.

WANG, Y. (2015). The rise of the ‘shareholding state’: financialization of the economic management in China. **Socio-Economic Review** vol. 13, issue 3, july-2015. Oxford, Oxford University Press.

# 7 - Relações Brasil-China: da longa convivência distanciada à parceria estratégica atual

---

*Edivaldo Ramos de Oliveira*<sup>63</sup>

## **Introdução**

Esse capítulo visa recompor a trajetória das relações desenvolvidas ao longo do tempo entre o Brasil e a China, resgatando suas peculiaridades, idiosincrasias, tradições e vocações que perpassaram todo o itinerário desse diálogo atravessado por preconceito, exploração, frustração, esperança, desencanto, resignação e expectativa.

Nessa perspectiva, pretende oferecer acréscimo de aportes epistemológicos, historiográficos, sociológicos, econômicos, políticos e culturais ao debate das relações entre o Brasil e China, países congradados por uma diplomacia voltada para a convergência de propósitos e a parceria estratégica.

Inter-relacionando-se antes mesmo da concepção do Brasil como nação independente, atravessando todo o Império, convivendo com a nascente República, superando a República Velha, atravessando a crise de 1929, resistindo à expansão nazi-fascista e sobrevivendo à Guerra Fria, ambos se reencontraram no início dos anos 1970 para, em 1974, construir as bases do que viria a ser a mais extraordinária parceria comercial celebrada pelo Brasil.

Países igualmente diferenciados, de dimensões continentais e ávidos pela conquista de protagonismo no cenário internacional, vivenciaram escaramuças e hostilidades por mais de um século e meio, para se

---

<sup>63</sup> Mestre em Ciência Política pela Flacso e mestrando em Sociologia pela UFPR.

reaproximarem e se conectarem em uma mesma frequência de superação, parceria e inserção geopolítica em suas respectivas regiões.

E essa aproximação se daria em um momento possivelmente inapropriado da conjuntura internacional que afetava a ambos, com o planeta mergulhado em uma miríade de crises recém arrefecidas ou em movimento: do petróleo, da Guerra do Yon Kippur, do fim do padrão-ouro, da Guerra do Vietnam, dos atentados terroristas na Olimpíada de Munique, do acirramento da Guerra Fria, dentre outras.

Ademais, Mao Tsé-Tung na China e Ernesto Geisel no Brasil nem remotamente demonstravam possuir alguma afinidade mútua. A China ainda vivia sob a égide dos excessos sanguinários da Revolução Cultural<sup>64</sup> e o Brasil se esvaía em meio aos efeitos do Milagre Econômico conjugado com uma feroz ditadura militar. Nesse cenário improvável e adverso para a construção de expectativas de prosperidade e desenvolvimento, os países superaram as diatribes do passado e as inconveniências do presente e estabeleceram relações diplomáticas em meio a um longo processo de articulação, que se desenrolou de forma fraterna e respeitosa.

Duas décadas depois, tornar-se-iam parceiros de grande monta, compartilhando visões de mundo aproximadas em diversos temas e avançando na consolidação de projetos de grande impacto nas áreas de infraestrutura, economia, tecnologia, produção industrial, agropecuária, geração de energia e comércio.

O apogeu dessa trajetória ocorreria no início do século XXI, quando os governos intensificaram as tratativas para o desenvolvimento de ações conjuntas, notadamente nos dois primeiros mandatos do presidente Luiz Ignácio Lula da Silva.

## **1. O Brasil à procura da civilização**

A importância da inter-relação com outros países sempre povoou a consciência daqueles que governaram o Brasil, mesmo antes de ele existir como

---

<sup>64</sup> Foi um movimento sociopolítico lançado por Mao Tsé-Tung com o propósito de preservar o comunismo chinês, a partir de suas próprias concepções, objetivando evitar a disseminação de ideias capitalistas e tradicionais da sociedade chinesa. Durou dez anos, de 1966 a 1976, deixando um saldo de mortos que, a depender do estudo, pode somar até 20 milhões de mortos, resultado das perseguições a opositores do regime.

nação independente. Fossem por razões de Estado ou simplesmente pelo estrito interesse comercial de exportar as riquezas nacionais espoliadas, as relações externas se constituíram em prioridade para as autoridades nacionais, majoritariamente conduzidas pelo viés econômico. A política, como se depreende da análise histórica, era resultado ou mesmo pretexto para a performance econômica.

Emblematicamente, tão logo aportou em terras brasileiras, a família real portuguesa se apressou em colocar em prática essa dinâmica, com o príncipe-regente, D. João de Bragança — futuro rei D. João VI — promulgando uma carta-régia, denominada *Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas*, em 28 de janeiro de 1808 (apenas seis dias após o desembarque no Brasil, em 22 de janeiro), em que autorizava a abertura dos portos brasileiros para o comércio direto com as nações amigas de Portugal, dado que a corte havia cruzado o Atlântico e se instalado aqui, mais precisamente na Capitania da Baía de Todos os Santos, em sua saga para fugir da invasão e perseguição das tropas napoleônicas. Essa medida, celebrada como pioneira e a mais relevante experiência liberal no mundo até então, beneficiou amplamente o Reino Unido, uma vez que, no contexto das Guerras Napoleônicas<sup>65</sup> e diante da consolidação dos britânicos como os mais efetivos contendores do imperador francês, não existia países em condições de gerar uma eventual concorrência.

Também pôs fim ao chamado Pacto Colonial, um perverso sistema de comércio em que os produtos oriundos da exportação ou importação das colônias deveriam obrigatoriamente passar pelos portos da metrópole, como forma de centralização e espoliação aduaneira, beneficiando a Corte e relegando as colônias a uma permanente situação de inferioridade, em um ciclo de poder opressor, retroalimentado pela impossibilidade do exercício de qualquer indício de liberdade ou autonomia.

Com as inovações trazidas pela Corte Portuguesa, inicialmente na área administrativa e posteriormente naquilo que se chamou de “banho de civilização”, expresso pela dedicação à pesquisa, o país passava a vivenciar experiências até então inéditas de cultivo de plantas e culturas exóticas, especificamente no similar do Horto Botânico de Lisboa, recém-criado no parque da lagoa Rodrigo de Freitas, onde foram semeados pés de cravo- da-

---

<sup>65</sup> Denominação dada a uma série de conflitos bélicos travados entre o Império Francês, comandado por Napoleão Bonaparte, e diversas nações europeias, agrupadas em alianças distintas, entre 1803 e 1815.

índia, pimenta-do-reino, noz-moscada, cânfora, canela, fruta-pão, fruta-do-conde, mangas, jacas, jambo, carambola, amora, palmeira-real, dentre outras.

Posteriormente, em 1810, implementou-se uma cultura do chá, a partir de mudas oriundas de Macau, território português localizado nas proximidades da China, o que estimulou a vinda de uma colônia de cerca de entre 200 e 300 chineses (Schwarcz, Starling, 2018), sendo essa a primeira experiência de migração chinesa para o Brasil.

Vindos pelas mãos do Conde de Linhares<sup>66</sup>, iniciaram lavouras experimentais de introdução da cultura do chá no Jardim Botânico e na Fazenda Imperial de Santa Cruz, ambos na capital Rio de Janeiro, com um propósito puramente econômico, visando a abastecer o rico mercado inglês, grande consumidor de chá. Não obtiveram êxito (Leite, 1999) e logo constataram o fracasso da iniciativa.

## 2. Um novo país, um velho desejo

Nesse diapasão, com a declaração de independência em relação a Portugal, conquistada em 7 de setembro 1822, o nascente Brasil direcionou a política externa para o seu reconhecimento por outras nações, condição primordial para reafirmar sua autonomia, e para o estabelecimento de relações diplomáticas com diversos países, como forma de ampliar a percepção de seu *status* de país, tarefas desempenhadas com reconhecida maestria por nosso primeiro chanceler, José Bonifácio de Andrada e Silva, embora tenha ocupado o cargo por menos de um ano.

Tempo suficiente, contudo, para testemunhar o primeiro país a reconhecer o Brasil como nação independente: os Estados Unidos da América, em 26 de maio de 1823. Mas esse processo se revelaria longo, pois, apenas quase dois anos depois um segundo país haveria de reconhecer a independência brasileira: o México, em 9 de março de 1825. No mês seguinte, Portugal também, e finalmente, reconheceria a independência do Brasil, como que, enfim, encerrando um ciclo e celebrando um acordo para fim à chamada Guerra da Independência<sup>67</sup>, com a mediação da Grã-Bretanha, que, no ensejo

---

<sup>66</sup> Rodrigo Domingos de Sousa Coutinho Teixeira de Andrade Barbosa (1755-1812) foi um diplomata e político português, condecorado pelo príncipe-regente D. João de Bragança (futuro D. João VI) com o título de Conde de Linhares, em 17 de dezembro de 1808.

<sup>67</sup> Denominação atribuída a uma série de eventos que, ocorridos entre 1821 e 1824, em meio

da mesma ocasião, em 18 de outubro daquele ano, findaria por reconhecer a nossa independência. Em 26 de outubro, seria a vez da França.

Portanto, embora com resultados relativamente frustrantes no início, a política de expandir suas relações com os demais países constituiu-se na tônica dominante, obtendo, por fim, o êxito desejado. Dessa forma, possibilitou a ampliação do leque de orientações para além das questões unicamente de legitimação da independência e estruturação diplomática.

A pauta econômica, com o tempo, passou a se constituir, também, em uma prioridade para a jovem nação brasileira, pródiga, desde sempre, na exportação de suas riquezas, ainda que sob a forma de uma espoliação permanente e crescente, promovida pelo reino lusitano. Mas nesse campo, e durante todo o Primeiro Reinado<sup>68</sup>, o Brasil logo se descobriria exposto a fragilidades quase intransponíveis para uma nação que se pretendia destacada parceira comercial das potências econômicas, dada uma das mais expressivas características de sua economia: era um país marcadamente escravista, que explorava a mão de obra escrava humana, portanto, distante dos princípios concebidos heroicamente pela Revolução Francesa e assimilados pelos países tidos como mais desenvolvidos (e, portanto, com maior protagonismo na economia internacional) ou a eles associados de, forma a constituírem um senso comum da compreensão dessa situação degradante para o seu humano, uma consciência crítica a pairar sobre a cabeça de seus governantes, disseminando os ideais de “liberdade, igualdade e fraternidade” trazidos pelos ventos revolucionários que correram o mundo.

No Período Regencial<sup>69</sup>, houve um tímido ensaio de adequação do Brasil aos ditames da política internacional, com a promulgação da chamada

---

ao processo de independência brasileira, contrapôs portugueses e brasileiros, que combateram em ambos os lados e se enfrentaram em conflitos intensos, caracterizados como uma guerra civil.

<sup>68</sup> Período correspondente ao lapso temporal em que D. Pedro I governou o país, iniciando-se em 7 de setembro de 1822 e estendendo-se até 7 de abril 1831, quando o imperador abdicou do trono em favor de seu filho, Pedro de Alcântara, futuro D. Pedro II.

<sup>69</sup> Com a abdicação de D. Pedro I, seu filho, Pedro Alcântara, não pôde assumir o trono do império brasileiro, uma vez que, possuindo apenas 5 anos de idade à época, enquadrava-se em uma condição era expressamente vedada pela Constituição de 1824 — até que completasse 18 anos — que, para essa situação, previa um período de transição, em que o governo do país deveria ser entregue a regentes (houve quatro períodos distintos de regência), que deveria se estender até 1844. Contudo, uma articulação de cunho golpista antecipou essa data para 1840, quando, então, aos 16 anos de idade, o príncipe assumiu o trono como o imperador D. Pedro II, após o que se denominou de *Golpe da Maioridade*, urdido, articulado, promovido e executado pelos parlamentares liberais, que assim deslocaram o centro do poder das mãos dos conservadores.

*Lei Feijó*, em 7 de novembro de 1831, decretando o fim definitivo do tráfico de escravos humanos, contudo, carente da articulação necessária e da conscientização exigida, não representou nada mais que uma declaração de intenções, pois os resultados práticos foram irrelevantes.

Assim, apenas no curso do Segundo Reinado<sup>70</sup>, sob a batuta de D. Pedro II, houve uma gradual redução e posterior abolição da escravidão, além de uma melhor estruturação econômica, com a definição de uma política tarifária, a contratação de empréstimos externos, a adoção de mecanismos de atração de investimentos e a iniciativa de estimular a imigração, primeiro como elemento de integração com outros povos e mais à frente, em resposta à pressão internacional, como alternativa à mão de obra escrava.

### **3. A gangorra das relações**

Ao longo desse período, pontuais e apaixonadas manifestações combateram ou defenderam o estabelecimento de um fluxo migratório com a China, país com longa tradição agrícola e, tal qual o Brasil, com dimensões continentais, estimulando a discussão em torno de diversos temas, como a identidade nacional, a modernização da economia, a expansão das lavouras, a superação do arcaísmo da escravidão como relação trabalhista e a própria percepção como nação civilizada.

Em junho de 1855, o governo brasileiro celebrou um contrato comercial com a empresa norte-americana Sampson & Tappman, da região de Boston, cujo objeto consistia na importação de cerca de 2 mil trabalhadores chineses para o trabalho na lavoura por 18 meses (Dezem, 2018). Tão degradante revelava-se esse contrato que uma de suas cláusulas exigia que esses trabalhadores fossem “casados, sóbrios e não afeitos ao ópio”, denotando tanto a elevada carga de preconceito e estereótipo que sobre eles recaía quanto a tentativa de proibição de um processo de miscigenação com a população local, o que se acreditava resultaria na degeneração dos brasileiros (Lesser, 2001).

Em face desses termos, apenas 368 trabalhadores desembarcaram em terras brasileiras, em 19 de março de 1856 e, da mesma forma como ocorria com os imigrantes europeus, não tardaria para surgirem escaramuças e desavenças entre os trabalhadores e os patrões, que acusavam os chineses de

---

<sup>70</sup> Foi o mais longo período da monarquia brasileira, iniciando em 23 de julho de 1840, com a posse de D. Pedro II, e encerrou com o próprio fim do Império, em 15 de novembro de 1889, com o advento da República.

morosidade, indisciplina e inaptidão para o trabalho, chegando mesmo a submeter alguns a castigos físicos, o que precipitou a eclosão de rebeliões e a rescisão contratual, sob a alegação de que os trabalhadores contratados eram indolentes, inúteis e prejudiciais à economia brasileira.

Nesse contexto, a ambição brasileira por tornar-se um país mais civilizado passava obrigatoriamente pela adesão a um eurocentrismo afetado e falacioso, o que implicava na construção de uma narrativa segundo a qual o imigrante europeu representava um verdadeiro agente da civilização (Reznik, 2020), ao contrário de africanos e asiáticos, reconhecidamente vetores do atraso e do arcaísmo.

Ainda assim, vozes dissonantes, como Quintino Bocaiúva (futuro líder republicano), que desenvolveram fundamentação teórica de defesa da imigração chinesa para o Brasil, enaltecendo as qualidades dos trabalhadores asiáticos, entendendo-os, inclusive, superiores aos europeus que aqui aportavam para o trabalho nas lavouras. Em artigo intitulado *A crise da Lavoura* (1868), Bocaiúva afirmava que o país ainda não se havia preparado para receber os chineses (Costa, 1998), o que deveria rapidamente providenciar, pois eles seriam a mais qualificada e adequada mão-de-obra da qual que poderíamos dispor, única forma de evitarmos o colapso econômico brasileiro.

Importante incentivo para a intensificação da imigração chinesa se deu no âmbito do Congresso Agrícola do Rio de Janeiro, convocado pelo então presidente do Conselho de Ministros e ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu e realizado entre os dias 8 e 12 de julho de 1878, em que, após discussões acaloradas a favor e contra a introdução do trabalhador chinês como alternativa à mão-de-obra escrava (Peres, 2013), consentiu-se esse novo fluxo, espelhando-se nas exitosas experiências vividas por Estados Unidos, México, Peru e Cuba, que adotaram essa política. Também não houve êxito nessa empreitada e as relações entre os países esgarçaram.

Contudo, o que aparentava ser um avanço nas relações trabalhistas de então, na verdade, nada mais era do que uma resoluta expressão da preferência pelos imigrantes europeus, vistos como substitutos naturais e qualificados da mão-de-obra escrava que entrava em declínio, fustigada pelos Movimento Abolicionista. Com esse estratagema, visavam atrair maciços fluxos migratórios de europeus, movidos pela afetação eugenista de que se constituíam em trabalhadores (e seres humanos) muito superiores aos africanos.

Com a emissão de um decreto regulamentador, ocorreria a flexibilização das relações entre os contratadores e os imigrantes, com o fim da obrigatoriedade do contrato de locação de serviços (Gorender, 2016), documento que engessava qualquer tentativa de mobilidade, negava direitos elementares e vinculava o trabalhador de forma aviltante ao patrão.

Como decorrência desses episódios, em 1879, o governo brasileiro organizou uma missão diplomática à China, visando a arrefecer as animosidades e incrementar as relações entre os dois países, tendo por objetivo firmar um *Tratado de Amizade, comércio e navegação* com aquele país, o que viabilizaria o aquecimento de um mais consistente e regular fluxo migratório de trabalhadores para a substituição de nossa mão-de-obra escravizada. Embora se tenha identificado avanços nas relações entre os países e o tratado tendo sido assinado em 1880, pouco se avançou de concreto na questão da dinâmica imigratória.

Mesmo assim, ganhava força a tese da importância da opção pela utilização da mão-de-obra chinesa na lavoura, que se consolidava como uma solução rápida e econômica, logo denominada de “Questão Chinesa”, termo empregado recorrentemente, sempre que o tema voltava à tona até o final do Império, mais de 10 anos depois.

#### **4. Os ventos republicanos**

Tamanha era essa expectativa que, após a proclamação da República, em fevereiro de 1892, uma nova missão começava a ser empreendida e enviada à China, com o renovado propósito de equacionar os graves problemas de escassez de mão-de-obra na economia brasileira, finda a escravidão e defenestrada a monarquia. Um primeiro ato foi a aprovação da lei nº 97, em 5 de outubro de 1892, permitindo a livre entrada de imigrantes asiáticos no Brasil, efetivamente implementando o *Tratado de amizade, comércio e navegação*, celebrado em 1880. Comandada pelo Barão de Ladário, após longas tratativas houve consenso entre as partes e um novo fluxo haveria de se iniciar, assegurada a vedação de algumas condições prejudiciais aos chineses, identificadas nas ocasiões anteriores. Mas os efeitos práticos ainda demorariam algum tempo para ocorrer.

Muito por conta da renitente resistência e do preconceito contra os asiáticos em geral (e os chineses em particular), o que tornava as iniciativas de integração inócuas em sua operacionalização e contraproducente em seu

propósito, resultando em atitudes sociais hostis, com a imputação de estereótipos depreciativos, utilização de práticas legais coercitivas e de pressões extralegais voltadas para a criação de um ambiente penoso e adverso, concorrendo diretamente para o retumbante fracasso de mais essa iniciativa.

A bem da verdade, durante todo o século XIX, os chineses foram retratados de forma pejorativa e depreciativa (Lesser, 2001), tidos como não mais que mão-de-obra desqualificada comparada aos negros, caracterizados como dotados de “grau reduzido de humanidade, incorrigíveis viciados em ópio, um mal necessário”.

Tão intenso e presente era esse estereótipo que mesmo destacados cronistas do Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX<sup>71</sup>, despreveriam os chineses de forma absurdamente preconceituosa (Rio, 1905), como uma espécie de escória da humanidade a macular a paisagem urbana, “à margem da sociedade e portadores da mais baixa e degradante condição humana, um verdadeiro dobre fúnebre”.

Em 15 de agosto de 1900, um novo capítulo da imigração chinesa começava a ser escrito, quando o navio-vapor Malange, procedente de Portugal, atracava no Porto de Santos, trazendo a bordo 119 chineses, com idades entre 20 e 40 anos, e determinados a se integrar à sociedade brasileira — essa data seria consagrada como o *Dia da Imigração Chinesa no Brasil*, em 2018.

Embora essa nova experiência tenha se mostrado mais estável e menos tortuosa do que as anteriores, revelando um acréscimo de maturidade na percepção da sociedade brasileira em relação ao povo chinês, os resultados não foram positivos e a relação entre os países resultou desaquecida, permanecendo assim por cerca de meio século.

Após diversas tentativas protocolares de aproximação e estabelecimento, ao longo de mais de um século, de um fluxo regular de imigração de chineses para o Brasil sem obter êxitos, a conjuntura política chinesa haveria de precipitar os fatos e acelerar esse intercâmbio, estimulando forçosamente uma prática de imigração à revelia do Estado chinês.

---

<sup>71</sup> João do Rio, o mais prestigiado cronista da época, publicara a crônica **Visões d'ópio**, na carioca Gazeta de Notícias, em 7 de janeiro de 1905, em que desancava até a humilhação os imigrantes chineses, sua comunidade e cultura.

## 5. A Revolução Popular Chinesa e o repúdio brasileiro à nova China

A conjuntura chinesa entraria em ebulição com a eclosão de distúrbios sociais de alta densidade em seu território, com antecedentes desde o episódio da Longa Marcha<sup>72</sup>, que escalaria para uma guerra civil entre nacionalistas e comunistas, entre 1945 e 1949, e resultaria na proclamação da República Popular da China, em 1º de outubro de 1949, com Mao Tsé-Tung à frente. Com a ascensão do novo governo, de inspiração comunista, os chamados nacionalistas, liderados por Chiang Kai-shek, refugiaram-se na ilha de Taiwan. O novo governo chinês não fora reconhecido pelo Brasil, que mantinha relações diplomáticas com a anteriormente denominada República da China desde 1912 (Costa, 2018). O governo do então presidente Marechal Eurico Gaspar Dutra, um empedernido conservador, retirou a embaixada brasileira do território chinês, recusando-se a anuir com a forma de tomada do poder, relegando as relações com o povo chinês a um universo de incertezas e indefinições, sob flagrante pressão dos Estados Unidos, influenciados pela Guerra Fria travada contra a União Soviética (potência comunista que rivalizava com o poder norteamericano exercido no mundo), contrapondo capitalistas a comunistas.

A situação econômica do país era extremamente precária e o novo governo agiu rápido para conter a crise que se estruturava, assumindo o controle do sistema bancário e fechando a Bolsa de Valores de Xangai, tida como o epicentro das especulações (Sheng, 2012). Também mobilizou recursos e mecanismos para expandir a produção do país, seja na indústria, seja na agricultura, priorizando produtos como grãos, algodão, carvão e sal. Criou centros de comércio estatal, no campo e nas cidades, monopolizando a compra e a venda do que entendia ser estratégico para a população.

Os resultados seriam visíveis rapidamente: em março de 1950 a inflação começou a cair e a produção assumiu uma trajetória de crescimento contínuo, perdurando pelos próximos anos. Em 1952, a produção industrial do país, por exemplo, bateu recordes históricos, crescendo 145% em relação a 1949. A tabela 1 detalha um comparativo entre a produção de itens selecionados, tanto industriais quanto agrícolas, desde o atingimento do último recorde, anterior a 1949:

---

<sup>72</sup> Foi uma campanha liderada por Mao Tsé-Tung e Chu Enlai, entre 16 de outubro de 1934 e 20 de outubro de 1935, consistindo no deslocamento de cerca de 100 mil pessoas (dentre elas, 30 mil soldados) por 12,5 mil km, em protesto e fuga contra a perseguição perpetrada pelo exército chinês. Encerrou-se com o estabelecimento das tropas simpáticas ao comunismo no norte do país.

**Tabela 1.** Comparação da produção chinesa de 1952 com recordes anteriores

Produtos	Níveis de produção		
	Antes de 1949		Em 1952
	Ano	Produção	Produção
Aço (toneladas)	1943	920 mil	1,35 milhão
Carvão (toneladas)	1942	61,88 milhões	66,49 milhões
Eletricidade (kWh)	1941	6 bilhões	7,3 bilhões
Cimento (toneladas)	1942	2,29 milhões	2,86 milhões
Fios de algodão (fardos)	1933	2,45 milhões	3,62 milhões
Cereais (toneladas)	1933	139 milhões	154 milhões
Algodão (toneladas)	1933	850 mil	1,3 milhão

**Fonte:** Sheng (2012)

Embora com esses números exitosos na economia, a questão política chamou a atenção internacional, em razão de denúncias de perseguição a contrarrevolucionários, opositores ao regime comunista de Mao, com mortes atingindo o patamar do milhão. As estimativas de alguns autores ocidentais divergiram do número de vítimas do regime entre 1949 e 1953, transitando entre 1 milhão e 2,5 milhões de chineses mortos por perseguição política do Estado (Sheng, 2012) aos seus cidadãos.

Nesse contexto, uma mobilização intensa e clandestina pela fuga do país gerou um fluxo migratório informal de cidadãos chineses, que, em reduzida dimensão em relação ao conjunto, chegou ao Brasil e operacionalizou o que mais de cem anos de tratativas diplomáticas e comerciais não conseguiram.

Mesmo com o rompimento das relações diplomáticas, algumas iniciativas de aproximação aconteceram nos anos subsequentes, tendo a mais expressiva delas ocorrido durante o episódio da renúncia de Jânio Quadros e envolvendo o vice-presidente da República, João Goulart.

## **6. Da abertura diplomática às trevas do golpe militar**

Ocupante da Presidência da República há menos que meros 7 meses — tomara posse em 31 de janeiro —, após uma fulgurante trajetória e uma campanha arrebatadora, Jânio Quadros renunciaria ao cargo em 25 de agosto

de 1961, em um ato compreendido como uma tentativa de autogolpe, de reconfigurar o repertório de prerrogativas do cargo e se fortalecer politicamente por meio de um enquadramento do Congresso Nacional às suas aspirações autoritárias (Veiga, 2021).

Contudo, embora indubitavelmente fosse associado a uma concepção política de natureza conservadora, Jânio era pródigo em protagonizar episódios polêmicos e contraditórios em suas ações, muitas vezes desconstruindo estereótipos e revirando posições estabelecidas, tudo permeado por um espírito confuso e profundamente incoerente.

Fustigado pelo Congresso Nacional, pressionado pelo universo político e atormentado pela solidão de Brasília — fora o primeiro presidente a tomar posse em Brasília —, tentara implementar uma política externa independente, o que já assumia um caráter de ousadia, em tempos de Guerra Fria<sup>73</sup> e polarização entre Estados Unidos e União Soviética, considerando que a postura modelar para políticos conservadores seria a adesão automática e acrítica aos posicionamentos norte-americanos.

Assim, estimulou tratativas diplomáticas e comerciais com países da então chamada Cortina de Ferro<sup>74</sup> (classificados como comunistas), como União Soviética, Cuba e China. O mês de agosto de 1961, de toda forma, se caracterizaria como um período rico de tensões, turbulências e sobressaltos, em que Jânio parecia querer provocar as bases conservadoras da sociedade que o elegera meses antes, envolvendo, enfim, ações de aproximação e interlocução com as três nações mais intensamente associadas ao comunismo, espectro que tensionava sobremaneira a política nacional e assustava a sociedade brasileira de então.

No dia 3, o cosmonauta soviético Yuri Gagarin fora condecorado com a Ordem do Cruzeiro do Sul (a mais alta comenda do Estado brasileiro), pelo

---

<sup>73</sup> Denominação aplicada à situação de tensão política alimentada pela rivalidade e polarização existentes entre Estados Unidos e União Soviética, a partir da Segunda Guerra Mundial, mas, agudizando-se após a Guerra da Coreia (1950-1953), proporcionando um permanente estado de beligerância e conflito.

<sup>74</sup> Expressão utilizada até os anos 1980 para designar os países adeptos ao comunismo e de alguma forma associados à União Soviética, o polo de poder e potência diametralmente oposta aos Estados Unidos, denotando, pela alegoria, um ambiente em que não haveria a transparência e a translucidez necessárias para a consolidação de um ambiente democrático. Tradicionalmente era associada aos países do Leste Europeu, satélites da influência soviética, porém, em também gerava aproximações com países de outras regiões do planeta, como Vietnã, Coreia do Norte, Cuba e China.

fato de ter sido o primeiro ser humano a ser lançado ao espaço, em um vôo orbital, em 12 de abril. No dia 19, o condecorado com a mesma Ordem do Cruzeiro do Sul, fora o ministro da Indústria e Comércio de Cuba Ernesto Che Guevara. À essa altura, paralelamente, o então vice-presidente João Goulart encontrava-se em viagem oficial à China, em uma surpreendente tentativa de restabelecimento de relações diplomáticas com o governo chinês. A atitude do governo janista era inovadora e ousada, ainda mais se se considerar o contexto da polarização política da época, reconfigurando o histórico de mais de um século de inter- relação do Estado brasileiro com a nação chinesa, dessa vez sem as amarras dos estereótipos depreciativos e interesses econômicos espoliativos que se observara nas ocasiões anteriores, em que o Brasil, mais do que pretender o desenvolvimento e estabelecimento de uma política de intercâmbio e reciprocidade com aquele país, tão- somente desejava explorar a mão-de-obra barata dos trabalhadores chineses.

A exata dimensão da iniciativa brasileira pode ser compreendida a partir do contraste com o seu oposto, a política externa norte-americana, uma vez que a aproximação dos Estados Unidos com a China só ocorreria mais de 10 anos depois, com a célebre visita do presidente Richard Nixon àquele país, em fevereiro de 1972, dando início a um histórico processo de abertura diplomática e comercial.

Mas esse aspecto não seria observado à época da viagem, ao contrário, tendo gerado, desde o início, uma latente reprovação do meio político.

Com a renúncia de Jânio<sup>75</sup>, em 25 de agosto, essa percepção assumiria ares dramáticos uma vez que o vice-presidente João Goulart passava a ocupar o centro político do país, na condição de substituto natural, e, ato contínuo, deveria assumir a Presidência da República, como determinava a constituição federal. E exatamente nessa ocasião em que lhe caberia assumir o comando do país e protagonizar uma transição democrática, o vice- presidente se encontrava exatamente na China.

Esse episódio colaboraria sobremaneira para ampliar as suspeitas que sobre ele há tempos recaíam e não mais o abandonariam, sobre sua suposta

---

<sup>75</sup> A renúncia do presidente Jânio Quadros, uma evidente tentativa de se fortalecer e expandir o poder por meio de um autogolpe, agravaria a crise política em curso, jogaria o país em uma espiral de instabilidade e reacenderia a vocação autoritária e golpista dos militares e políticos conservadores que emparedaram Getúlio Vargas e fustigaram Juscelino Kubitscheck. O propósito era recuperar o poder por meio de um golpe, o que se concretizaria em março de 1964.

simpatia pelo comunismo. Em razão disso, sua posse foi precedida de intensas articulações para estabelecer limites à sua atuação, resultando na aprovação de uma emenda constitucional e que promoveu uma inédita mudança de regime, implementando o parlamentarismo, na tentativa de reduzir o protagonismo do presidente da República.

Nos anos seguintes, a China não seria pauta do governo brasileiro, voltando ao noticiário somente quando, apenas 3 dias após a decretação do Golpe de 1964 que depôs João Goulart, um grupo de 9 pessoas que compunham uma delegação chinesa que aqui se encontrava como parte de negociações bilaterais<sup>76</sup> iniciadas no governo anterior foi preso de forma arbitrária, sob a alegação de conspiração contra o novo regime instalado. Barbaramente torturados no DOPS e condenados de forma expressa, em 22 de setembro daquele mesmo ano (portanto, apenas 5 meses depois de presos), a 10 anos de prisão. No ano seguinte foram expulsos do Brasil, em uma atitude claramente segregacionista, reacendendo a postura preconceituosa e degradante com que anteriormente sempre definia os chineses.

## **7. Da nova política externa da ditadura militar ao expansionismo diplomático- comercial**

Nosso país só estabeleceria relações diplomáticas formais com a China em 15 de agosto de 1974 (mais de 10 anos após esse incidente), na esteira da política externa de não alinhamento automático e incondicional com os Estados Unidos, com o recém empossado presidente Ernesto Geisel dedicando-se ao que se convencionou chamar de pragmatismo responsável, voltado para a ampliação do horizonte diplomático brasileiro e o reatamento com a nação chinesa que já esboçava um processo de reforma e abertura para o Ocidente. Conduzidas pelo então ministro das Relações Exteriores Antônio Francisco Azevedo da Silveira, as tratativas resultaram na assinatura de um acordo que reconhecia a República Popular da China como o único governo legal chinês, após 25 anos da chegada

---

<sup>76</sup> Mesmo comprovando o caráter meramente comercial da presença no Brasil e com a documentação totalmente regular, o novo governo que assumia o país capitalizara o episódio e o explorava como bandeira contra o comunismo, utilizando os chineses como pretexto para destilar um discurso salvacionista e centrado na tese da Doutrina de Segurança Nacional, desenvolvida pelos norte-americanos e disseminada pela Escola Superior de Guerra (ESG), órgão de formação estratégica de oficiais das Forças Armadas brasileiras.

dos comunistas ao poder, rompendo relações com a ilha de Taiwan e admitindo-a como parte integrante da China.

A partir disso, se seguiriam duas décadas de um lento, mas progressivo e ininterrupto, processo de aproximação entre os dois países (República Popular da China, 2004), permeado, inclusive, pelas várias visitas de chefes de Estado brasileiros àquele país desde então, fortalecendo os laços de integração entre as nações:

**Tabela 2:** Presidentes brasileiros que visitaram a China

Presidente	Data da viagem
João Baptista Figueiredo	maio de 1984
José Sarney	julho de 1988
Fernando Henrique Cardoso	dezembro de 1995
Lula	maio de 2004
Lula	agosto de 2008
Lula	maio de 2009
Dilma Rousseff	abril de 2011
Michel Temer	setembro de 2016
Michel Temer	setembro de 2017
Jair Bolsonaro	outubro de 2019
Lula	abril de 2023

**Fonte:** Itamaraty (2023)

Saindo de uma posição de simples e modesto intercâmbio comercial nos meados dos anos 1970, a relação Brasil-China evoluiria para a potência que se tornou, com a China representando o principal parceiro brasileiro no comércio exterior e mais qualificado investidor estrangeiro direto na economia nacional. Essa é a síntese da evolução das relações sino-brasileiras, expressando tanto a extraordinária e consolidada ascensão chinesa no cenário econômico global quanto à efetividade do processo de aproximação com o Brasil.

Com efeito, em 1993 é celebrada uma parceria estratégica dedicada à abertura de mercados para as empresas brasileiras de engenharia e construção civil, como a CBPO e a Andrade Gutierrez, registrando saldos extremamente positivos, como o de 1994, com dispêndios de US\$ 460 milhões com importações e arrecadação de US\$ 820 milhões em exportações.

Os fatos mais relevantes dessa trajetória de cinquenta anos de relações diplomáticas foram acordos na área de tecnologia para a construção de satélites (Sarney, em 1988), a defesa da entrada da China na OMC<sup>77</sup> (FHC, em 1995), a celebração de acordos comerciais que intensificariam o comércio bilateral entre os países (2008, em Lula), a formalização dos RIC<sup>78</sup> (Lula, em 2009), a formalização do ingresso da África do Sul nos BRICS (Dilma, em 2011) e a participação na Cúpula do G-20 (Temer, em 2016).

Cumprido o ciclo de globalização dos anos 1990, Brasil e China se revelariam desafiados a cumprir papéis estratégicos em seus respectivos contextos, seja o de incorporar a cidadania e as bases sustentáveis à sua contínua trajetória de crescimento (a China) ou de superação da condição de baixo crescimento conjugado com desaceleração econômica (no caso do Brasil), situações que suscitavam sólidas parcerias de intercâmbio e cooperação entre ambos (Jaguaribe, 2016), cenário em que os brasileiros bem poderiam oferecer paradigmas de construção da cidadania, ao passo que os chineses estariam aptos a proporcionar oportunidades de desenvolvimento consolidado. Esse diagnóstico seria determinante para o fortalecimento da relação entre os dois países, que frutificou para uma parceria muito mais efetiva no início do século XXI.

Tão pujante se tornou a economia chinesa que promoveu um salto espetacular no posicionamento dentre os países que exploravam o comércio internacional, crescendo exponencialmente a uma média de 15% ao ano ao longo de mais de vinte anos, fato inédito na economia moderna. Se em 1980, o seu volume do transações internacionais (exportações e importações) correspondia a 1% no conjunto das trocas internacionais, em 2003 a China ascendeu à terceira colocação dentre as potências comerciais do planeta, superada apenas pelos Estados Unidos e pela Alemanha, com um volume de comércio internacional equivalente a 7% do total global (Sanjuan, 2009), movido pela prioridade do desenvolvimento de suas exportações e um amplo programa de abertura econômica. No período de exíguos 34 anos, entre 1980 e 2014, o crescimento médio do PIB chinês atingiu impressionantes 9,5% em média ao ano e a renda *per capita* no mesmo período saltou do equivalente a

---

<sup>77</sup> A OMC (Organização Mundial do Comércio) é um organismo de supervisão, controle e estímulo ao comércio internacional, criado em 1º de janeiro de 1995 (o ano do pleito chinês pela entrada), em substituição ao GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio, em tradução livre).

<sup>78</sup> Àquela altura, ainda sem a adesão da África do Sul, a sigla do grupo de cooperação restringia-se a BRIC (acrônimo para Brasil, Rússia, Índia e China).

US\$ 250 em 1980 para US\$ 9.040 em 2014 (Lima, 2018). O país passava a assumir o controle da sua economia.

Em 2009, a China tornou-se o maior parceiro comercial do Brasil, destronando os Estados Unidos de uma posição mantida por oitenta anos (Oliveira, 2013), refletindo uma realidade de contornos bem mais amplos, em que, pela primeira vez, a Ásia passava a ser o principal destino das exportações brasileiras, registrando uma participação de 25,8% do total, deslocando a União Europeia para o segundo lugar, com 22,3%. Contribuiu efetivamente para esse fato o aumento de 23,1% das exportações brasileiras para a China naquele ano.

Nesse mesmo ano, o BRICS realizaria sua I Reunião de Cúpula, em Ekaterinburgo (Rússia), com os chefes de Estado/Governo dos países membros. Em 2010, a II Reunião de Cúpula seria realizada em Brasília, aprofundando o processo de institucionalização do bloco.

Em julho de 2014, em visita ao Brasil, o presidente chinês Xi Jinping, além de firmar 56 atos de cooperação em conjunto com a presidenta Dilma Rousseff, participou do ato de criação do Novo Banco de Desenvolvimento, o chamado “banco dos BRICS”, coroando as tratativas havidas nos anos anteriores com esse propósito e consolidando a integração entre os países-membros dessa exitosa experiência associativa, promovendo a reconfiguração geopolítica da economia mundial.

Em maio de 2015, a visita do então primeiro-ministro chinês Li Keqiang ao Brasil cumpriria o papel de destravamento da operacionalização de vários compromissos assumidos no ano anterior, abrindo novas possibilidades de cooperação, particularmente nas áreas de infraestrutura e de capacidade produtiva, agregando valor à agenda bilateral dos países, a partir do vislumbre de um novo e ampliado ciclo de projetos de grande porte (Lima, 2016) e disseminadores de desenvolvimento para a agenda econômica brasileira. E durante a visita, diversas ações simbolicamente representaram esses avanços: a entrega de um primeiro lote de 22 aeronaves da Embraer, integrantes de um total de 60 unidades; a reabertura do mercado chinês para a carne bovina brasileira; a ampliação do número de frigoríficos brasileiros autorizados a exportar carne bovina, suína e de frango para a China; a potencialização da cooperação mútua em energia solar e eólica; a decisão de lançamento de mais um satélite ao espaço.

No século XXI, a potencialidade chinesa viria à tona e funcionaria como freio e contrapeso ao poder norte-americano, potência hegemônica

singular desde o fim da União Soviética, alentando para a possibilidade de equilíbrio entre as nações mais desenvolvidas, na configuração de um mundo “policêntrico sem centro dominante” (Arrighi, 2007), espelhando a formulação elaborada por Adam Smith séculos antes, segundo a qual a equalização do poder mundial se daria pela convergência entre o Ocidente conquistador e o não-Ocidente conquistado. A China despontava como real ameaça ao poderio econômico norte-americano, despertando, pois, rivalidade e animosidade.

Maior parceiro comercial do Brasil, a China exerce papel central no volume das nossas exportações, em que sobressaem soja, minério de ferro, petróleo cru, commodities e proteína animal.

O recorde se deu em 2021, quando as exportações para a China superaram as importações em US\$ 43,4 bilhões — naquele ano, as exportações atingiram impressionantes US\$ 94, 9 bilhões (Nascimento, Pinto, 2023). O último déficit nessa relação foi registrado em 2008, no segundo mandato de Lula, quando as importações superaram as exportações me US\$ 4,8 bilhões.

Abaixo, um quadro-resumo do histórico do saldo comercial anual entre Brasil e China, desde 2016:

**Tabela 3.** Comércio brasileiro com a China – 2016-2022 (em US\$ bilhões)

Ano	Importações	Exportações	Saldo
2016	28,4	42,8	14,4
2017	32,8	56,5	23,7
2018	40,8	74,1	33,3
2019	41,0	72,3	31,3
2020	39,3	76,6	37,3
2021	51,5	94,9	43,4
2022	60,7	89,4	28,7

**Fonte:** Poder360 (2023)

A participação chinesa no conjunto das exportações brasileiras se revela não apenas hegemônica, mas nos posiciona em uma condição de plena dependência, de tal sorte que, no exercício 2022, das 27 unidades da Federação (estados e Distrito Federal) um total de 14 apontam a China como principal destino de suas exportações, como demonstra a tabela 4.

**Tabela 4.** Estados brasileiros que mais exportam para a China

Unidade da Federação	Vendas para a China (em US\$ milhões)	Participação no total (em %)
Tocantins	1,569	54,1
Pará	10,864	50,6
Goiás	5,912	47,8
Piauí	672	47,0
Mato Grosso	10,479	34,7
Rio de Janeiro	15,631	32,6
Minas Gerais	11,903	32,5
Mato Grosso do Sul	1,884	32,5
Bahia	3,343	24,3
Maranhão	1,410	24,0
Rio Grande do Sul	4,629	22,1
Paraná	5,301	20,2
Rondônia	383	17,7
São Paulo	12,627	17,0

Fonte: Poder360 (2023)

## Considerações finais

Com trajetória absolutamente acidentada, as relações entre o Brasil e a China sempre apresentaram características peculiaridades, que acabaram por distinguir o fluxo migratório do povo chinês para as terras brasileiras de seus congêneres.

Diferente do processo imigratório empreendido pelos portugueses, antigos colonizadores, de forte cunho emocional e com ampla carga de ascendência parental. Diferente de povos que aqui aportaram na esteira de programas governamentais de colonização, como os italianos, espanhóis e alemães no final do século XIX e início do século XX. Diferente da imigração de emergência humanitária, como os poloneses perseguidos pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Diferente das experiências de povos que fugiam de perseguição política, como os libaneses e armênios perseguidos pelo Império Otomano no início do século XX. Diferente também das iniciativas de acolhimento especificadas por estratégias de Estado, como no caso dos

japoneses. Os chineses, em sua imensa maioria, nunca se beneficiaram de um processo de imigração de forma estruturada, organizada em torno de um programa oficial. Atravessaram o mundo de maneira precária, incerta, clandestina, altamente inviável.

Mas aqui se estabeleceram e se integraram à nossa sociedade, sem eloquentes esforços do Estado brasileiro para facilitar a ambientação de quem se deslocava do outro lado do planeta e sobrevivera a tantas adversidades.

Vistos com desconfiança, tratados como párias e definidos como escória, os chineses foram depreciados e estereotipados durante mais de um século e meio de convivência com a estupidez da sociedade burguesa brasileira, que se pretendia diferenciada e cultivava vergonhosa afetação por tudo que remetesse à Europa, em explícitas demonstrações de indigência cultural e incivilidade para com o imigrante de origem humilde, primeiro o africano e depois o asiático.

Já nos estertores do século XX, quando o país descobriu o universo de oportunidades que a China poderia lhe proporcionar, as relações com o povo chinês passaram por uma profunda resignificação, como forma de o país reconhecer o papel internacional desempenhado pelos chineses e, quem sabe, nos beneficiarmos dessa situação.

Avanço civilizatório ou interesse comercial, a verdade é que ambos os países se descobriram excelentes parceiros e passaram a desenvolver uma relação mútua de respeito, confiança e parceria em várias áreas, beneficiando-se reciprocamente. Não tardaria para a China se tornar nosso principal parceiro comercial, desbancando os Estados Unidos, outrora objeto da afetação da burguesia nacional autoinferiorizada pelo próprio comportamento.

Enigma insolúvel há vários anos, o papel exercido e o pretendido pela China no contexto mundial revela-se ambíguo aos observadores condicionados aos modelos padronizados de análise político-econômica, restritas ao entendimento de que todo poder se justifica e se retroalimenta tão-somente pelo próprio poder, como se preso em um *looping* interpretativo de chave unicamente funcionalista, ignorando a real possibilidade de construção de uma visão geopolítica dedicada estrategicamente à defesa, sobrevivência, manutenção e desenvolvimento de seu Estado e civilização milenares (Jabbour, Dantas, 2021), sem ignorar que a força decorrente do desenvolvimento econômico atingido constitui-se em trunfo impulsionador da visão estratégica empregada.

## Referências

- ARRIGHI, Giovanni (2007). **O longo século XX**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto.
- COSTA, Celiane Ferreira da (2018). Análise das relações sino-brasileiras a partir da prisão de nove chineses no início do governo militar (1964). **Revista Ideias**. Campinas-SP. v. 9, n. 2, jul./dez.
- COSTA, Emília Viotti da (1998). **Da senzala à colônia**. São Paulo: Editora da UNESP.
- DEZEM, Rogério Akiti (2018). A questão chinesa (1879) no Brasil. **Revista de Estudos Brasileiros**. V. 14. Março de 2018. Departamento de Língua Portuguesa. Universidade de Osaka, Japão.
- GORENDER, Jacob (2016). **O escravismo colonial**. 6ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo.
- JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis (2021). Apontamentos sobre a geopolítica da China. In: MUSSE, Ricardo (org.). **China contemporânea: seis interpretações**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- JAGUARIBE, Anna (2016). Brasil e China: novos desafios e dinâmicas de cooperação em ciência e tecnologia. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira. **Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas: análises e documentos**. Brasília: FUNAG.
- LEITE, José Roberto Teixeira (1999). **A China no Brasil: influências, marcos, ecos e sobrevivências chinesas**. Campinas: Editora Unicamp.
- LESSER, Jeffrey (2001). **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: Editora da UNESP.
- LIMA, José Alfredo Graça (2016). Perspectivas das relações sino-brasileiras após a visita do presidente Xi Jinping. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira. **Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas: análises e documentos**. Brasília: FUNAG.
- LIMA, Marcos F. Costa (2018). A nova teoria das relações internacionais chinesa e a ascensão do país: o conceito de Tianxia. In: VADELL, Javier. **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI: diferentes dimensões de um mesmo processo**. Belo Horizonte: Editora PUC-Minas.
- NASCIMENTO, Houldine; PINTO, Paulo Silva (2023). **Comércio com a China dá maior saldo para o Brasil há 7 anos**. Matéria publicada no Portal Poder360, em 25 de março de 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/comercio-com-a-china-da-maior-saldo-para-o-brasil-ha-7-anos/>. Acesso em: 26jun.2023.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani (2023). Brasil e China: uma parceria revigorada? In: ZHEBIT, Alexander (org.). **Brasil-China: construindo o BRICS**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- PERES, Victor Hugo Luna (2013). **Os chins nas sociedades tropicais de plantação: estudo das propostas de importação de trabalhadores chineses sob contrato e suas**

experiências de trabalho e vida no Brasil, 1814-1818. Dissertação mestrado em história. Recife: Universidade Federal de Pernambuco.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (2004). **As relações bilaterais políticas**. Notícia publicada no sítio da Embaixada da República Popular da China no Brasil, em 17 de agosto. Disponível em: [http://br.china-embassy.gov.cn/por/zbqx/200408/t20040817\\_4348848.htm](http://br.china-embassy.gov.cn/por/zbqx/200408/t20040817_4348848.htm). Acesso em: 25jun.2023.

REZNIK, Luiz. (org.) (2020). **História da imigração no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora.

RIO, João do (2013). **A alma encantadora das ruas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Martin Claret.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Sandra Murgel (2018). **Brasil: uma biografia**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.

SANJUAN, Thierry (2009). **China contemporânea**. São Paulo: Edições 70

SHENG, Shu (2012). **A história da China Popular no século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV.

VEIGA, Edison (2021). Jânio Quadros: como foi a renúncia do presidente do Brasil há 61 anos. **Portal de Notícias da BBC News Brasil**. Matéria publicada em 23 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58307239>. Acesso em: 26jun.2023.

# 8 - Relações EUA, China e Rússia: estratégias

---

*Mônica Landi*<sup>79</sup>

*Paulo Roberto Jannuzzi*<sup>80</sup>

## 1. Geopolítica e a 4ª Revolução Industrial

A ideia básica histórica, fundamentada pelo Professor Ronaldo Gomes Carmona (2022), da Escola Superior de Guerra, é que as revoluções industriais anteriores desencadearam alterações na estabilidade estratégica e no distúrbio de forças no sistema internacional. Sem qualquer relação de causalidade, mas com base em rompimentos característicos das revoluções industriais, existe uma relação direta entre as trocas de guarda do sistema internacional. Nos dois primeiros casos, houve a substituição das potências hegemônicas e, no terceiro, o desfecho da Guerra Fria.

O controle da base técnica, que desencadeou a Primeira Revolução Industrial, inaugura a elevação da Inglaterra como potência e a torna a oficina do mundo e senhora dos mares por pouco mais de um século. Já na Segunda Revolução Industrial, a Alemanha aparece como desafiante e postulante a posição de primeira potência, tendo sido protagonista nas duas guerras. Ao término da Segunda Guerra, no entanto, emerge um novo *Hegemon*, os Estados Unidos da América, que mantêm seu posto até o momento.

---

<sup>79</sup> Professora assistente doutora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com mestrado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998) e doutorado em Energia pelo Programa Interunidades de Pós Graduação em Energia, da Universidade de São Paulo (2006).

<sup>80</sup> Economista/ Geógrafo. Professor na Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, pesquisador do grupo Estado e Políticas Públicas (EPP) vinculado a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Já a Terceira Revolução Industrial está na origem do epílogo da Guerra Fria, pois evidencia o aumento da corrida entre EUA e URSS, em termos de inovação produtiva e estratégica, o que levou ao declínio da economia soviética e seu posterior esfacelamento. Simultaneamente, nesse contexto, nascem as condições básicas que iriam alimentar o expressivo avanço chinês pelas próximas quatro décadas (CARMONA,2022).

A Quarta Revolução Industrial muda radicalmente a base material e técnica- tecnológica, que comanda a balança do poder entre as Nações. Este fenômeno se dá em meio a uma interrupção de hegemonia, simbolizada por uma transição instável. Carmona (2022) ressalta que existe uma relação direta entre uma nova revolução técnico-científica e a balança do poder e equilíbrio estratégico. O desenvolvimento de inúmeras ferramentas tecnológicas acaba repercutindo diretamente sobre a produtividade e o trabalho, iniciando, assim, um novo ciclo de acumulação sistêmica.

Segundo Carmona (2022, p. 6), “quem dominar este novo ciclo de dinamismo por meio deste conjunto de tecnologias emergentes – que são por definição, de natureza dual – estará em condições sem igual para exercer dominância no sistema internacional neste século XXI.”

Esse novo cenário tem como condutor fundamental um grande ativismo por parte dos principais países em torno das tecnologias associadas à quarta revolução industrial, seja no sentido de dominá-las ou de impedir que outros tenham acesso ou estabeleçam um padrão dominante (CARMONA, 2022). Nesse sentido, a atividade industrial apresenta peculiaridades que a torna núcleo de desenvolvimento das principais potências mundiais.

Segundo Carmona (2022), existe mudança no centro de gravidade do conflito, que cada vez mais volta-se à demolição da base material e tecnológica e de sua “vontade de lutar”. O autor recorre ao estrategista chinês Sun Tzu que afirmava que “a vitória suprema na guerra é conquistá-la sem confronto direto”.

Para Carmona (2022) neste sistema de guerra contínua, sob aparência de paz, pode haver:

Guerra-não-guerra encontra um conjunto de ações cujo dano pode ser equivalente, em potencial, às guerras clássicas; estas vão de um conjunto de ações combinadas de guerra comercial, econômica, financeira e tecnológica, por um lado, e por outro lado, de ações de natureza psicossocial, relacionadas à quebra da coesão nacional e, portanto, da estabilidade do poder nacional do adversário. Exemplos são muitos, mas ações supostamente bem-

intencionadas que deflagram revoluções coloridas de “regime change”, as que buscam manipular processos eleitorais alheios; ou ainda as que dissimulam objetivos, como no caso da atual campanha mundial relacionada à Amazônia brasileira, são os casos mais importantes a destacar (CARMONA, 2022, p. 7).

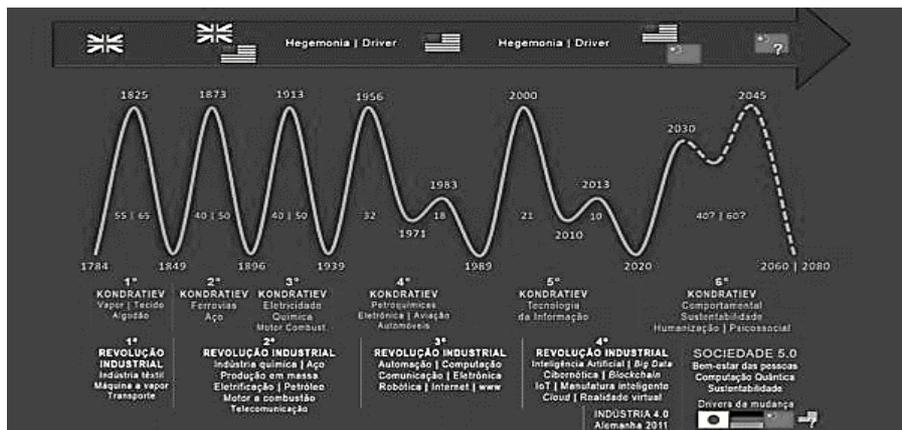
Com efeito, desde 1978, assistimos ao descomunal avanço chinês, mas o interessante nesse percurso foi que os Estados Unidos passaram a atuar como “potência contestadora” do sistema baseado em regras, enquanto a China passa a defendê-lo, pois foi este padrão que permitiu seu avanço. Portanto, com a crise da ordem liberal e da globalização, os Estados Unidos, país vencedor no contexto da Guerra Fria, não aceitam o anúncio de seu declínio. Segundo Carmona (2022), os Estados Unidos pagam o preço das ações relacionadas do contencioso da Guerra Fria, com a emergência de um contestador ainda mais forte que a ex-URSS derrotada há três décadas passadas.

Para ilustrar esse movimento, pode ser usada como referência as ondas de Kondratiev, identificadas como eventos presumíveis na economia mundial, análogos aos de um ciclo. De acordo com o economista russo, Nicolau Kondratiev, o período de uma onda varia de quarenta a sessenta anos, sendo que os ciclos consistem em intervalos alternados de alto crescimento setorial e intervalos de crescimento relativamente lento. Nesse processo, o autor identificou três fases no ciclo, mas hoje é mais comum citá-las com quatro: expansão, estagnação, recessão e colapso. A Figura 1 apresenta a relação entre os ciclos longos de Kondratiev e as revoluções industriais.

A Figura 1 retrata graficamente esse movimento, demonstrando que o 1º ciclo ocorre na Inglaterra, entre 1784-1849, representando a primeira revolução industrial, que teve como carro chefe a indústria têxtil e a máquina a vapor.

Já os 2º e 3º ciclos de Kondratiev ocorrem entre 1849 e 1939, ainda sob liderança da Inglaterra, mas em fase de declínio, uma vez que os Estados Unidos aparecem como o novo Hegemon, no período da 2ª Guerra Mundial. As características que refletem essa segunda revolução industrial são: a indústria química; o aço; a produção em massa; a eletrificação; o petróleo e o motor a combustão.

**Figura 1.** Kondratiev X Revoluções na Indústria Ciclos longos (Economia & Tecnologia)



**Fonte:** Pensamento Corporativos, MABConsulting.com (2020).

O 4º ciclo de Kondratiev cobre os anos de 1939 a 1991, ainda sob a liderança estadunidense, trazendo a automação, a computação, a comunicação, a eletrônica, a robótica e a internet como marcas da revolução industrial desse período.

O 5º ciclo de Kondratiev inicia-se nos anos 2000, tendo a Tecnologia da Informação (TI), a Internet das Coisas (IoT), a Big data, a Inteligência Artificial, a Cibernética, o Blockchain, a indústria 4.0. como as principais características, mas seu Hegemon ainda se encontra em fase de transição entre a predominância da China e a permanência dos Estados Unidos.

O 6º ciclo de Kondratiev, previsto para começar pós anos 2030, apresenta as seguintes tendências: sustentabilidade, humanização, comportamento psicossocial. Sociedade 5.0, com destaque para a computação quântica, bem-estar das pessoas e com vários candidatos a Hegemon, tais como, Japão, Estados Unidos, Alemanha e China.

Partindo da caracterização desses ciclos, os próximos parágrafos buscam refletir exatamente sobre as diferentes variáveis que marcam, principalmente, esse período de transição entre os séculos XX e XXI.

## **2. Guerra Fria: perspectiva e as bases da centralidade dos EUA na economia e na geopolítica mundial**

Para Nozaki, Leão e Pimentel (2011), o entendimento dos eventos mais expressivos da virada do século XX para o século XXI passa, necessariamente, por uma análise a respeito do descenso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e pela evolução e progresso da China, pois o país asiático tem função relevante na ressignificação da ordem geopolítica e geoeconômica do Pós-Guerra Fria.

A centralidade estadunidense na economia e geopolítica mundiais se baseia em uma tripla disputa, que resultou em vitória no período que compreende 1949-1991. De acordo com (RIBEIRO, 2013, p.35), ao se colocar como oposição à URSS, de maneira competentemente planejada, os EUA desenvolveram tecnologias e evoluíram seus arsenais nucleares, mantendo dispendioso dispositivo militar na Europa e uma força naval com capacidade de controlar as linhas de comunicação marítima de acesso aos recursos energéticos essenciais, da Europa Ocidental e ao Noroeste do Pacífico, incluindo a responsabilidade de defesa do Japão, Taiwan e Coréia do Sul.

Além disso, segundo Ribeiro (2013), ao manter a defesa de Israel, assim como o controle das linhas de comunicação dos Estados acima mencionados, os EUA conseguem garantir essa disputa geoeconômica, se sobrepondo às potências derrotadas na 2ª. Grande Guerra (Alemanha e Japão), ou por ele enfraquecidas, como a França, com o fortalecimento de sua moeda, o dólar.

Em um sistema evidenciado pela bipolaridade, segundo (RIBEIRO, 2013), os EUA apresentavam três características que reforçam essa hegemonia. São elas:

1ª.) a potência oponente dos EUA em situação estratégica e geopolítica não era de fato um rival econômico dos EUA, uma vez que sua escolha foi pela autossuficiência econômica e a apropriação de empresas particulares pelo Estado. Além disso, a desagregação do Estado russo na década de 1990 ocasionou o desfazimento da economia dominada por grupos privados, que foram suprimidos durante a Guerra Fria em função de um vigoroso projeto de desenvolvimento nacional, mas que buscam resgatar a autonomia nacional (NOZAKI, LEÃO e PIMENTEL, 2011).

2ª.) Japão e Alemanha derrotados na segunda Guerra Mundial, apesar de sua ágil reconstrução econômica, se apresentavam como “economias indefesas”, dependentes dos EUA para a sua segurança: no caso da Alemanha face a URSS, e no caso nipônico face a China.

3ª.) a Arábia Saudita, principal Estado da OPEP, era também uma “economia indefesa” perante países do Golfo pérsico, como o Irã e o Iraque.

As características descritas nos parágrafos anteriores podem ser compreendidas como condições necessárias, porém não suficientes para que estes países se colocarem como desafiantes e/ou contestadores do *status quo*, ou seja, substituïrem os Estados Unidos como um novo *Hegemon*.

### **3. A globalização e os EUA como “Império do Meio”: os limites impostos pela crise financeira de 2007-2008**

Simultaneamente à derrota de Jimmy Carter, candidato à reeleição, para Ronald Reagan, candidato do Partido Republicano à presidência dos Estados Unidos, há um avanço expressivo pela defesa da globalização. Caracterizada como um dos principais processos de aprofundamento da integração econômica, política, cultural e social devido à redução dos custos de transportes e comunicação entre os países, a globalização é considerada por alguns como a maior alteração da economia mundial nos últimos quarenta anos.

Se por um lado, a década de 1980 foi marcada por conquistas dos Estados Unidos: a) vencer a guerra fria pelo programa de rearmamento baseado em tecnologias mais avançadas para a ocasião; b) conter a inflação em níveis mais adequados e contar com um dólar vigoroso; c) diminuir a carga fiscal com foco para as classes de maior poder aquisitivo e maior capacidade empresarial; e d) reduzir sua base industrial interna em busca de menores custos de mão-de-obra, com exportação de empregos, o que está sendo cobrado a partir dos anos 2010, para focar em serviços avançados de marketing, finanças e inovação.

De outro, a crise financeira de 2008-2009 tornou os EUA ainda mais dependentes da China em termos geoeconômicos, uma vez que os próprios aliados dos EUA na Ásia – Pacífico, à medida que o mercado chinês se torna mais atraente em termos quantitativos e tecnológicos, passam a apostar nessa nova economia que desponta cada vez mais pujante. Nas palavras de RIBEIRO (2013, p. 39), “novo milênio está, pois, a marcar uma mudança qualitativa no sistema internacional e, a prazo, na posição nele ocupada pelos Estados Unidos,

sem dúvida que essa mudança está estritamente associada a emergência da China”.

Com respeito a crise financeira de 2008, Glazyev (2022) afirma que:

A crise financeira de 2008 foi um desses momentos de transição quando o ciclo de vida da ordem tecnológica cessante na verdade já terminou e o processo de redistribuição em massa do capital para uma nova ordem tecnológica começou – o cerne da qual é um complexo de tecnologias de nano bioengenharia e de comunicações e informações. (...) a coisa mais simples que um Estado moderno pode fazer é dar acesso a dinheiro barato de longo-prazo a todas as empresas, de modo que estas possam adotar as novas tecnologias. Porém, enquanto nos EUA e na Europa estes fundos foram gastos principalmente com bolhas financeiras e criaram déficits orçamentários, na China a enorme emissão monetária foi completamente dirigida para o crescimento da produção e o desenvolvimento de novas tecnologias. Não houve bolhas financeiras. E a alta monetização da economia chinesa não produziu inflação, pois o crescimento do suprimento de dinheiro foi acompanhado por um aumento da produção de bens, na introdução de novas tecnologias avançadas e no aumento do bem-estar social público (GLAZYEV, 2022, p. 6).

Nesse cenário, a China vem apresentando um transcurso de maior independência organizativa, fundamentada no desenvolvimento de um agrupamento militar industrial de enorme tamanho em nível planetário e com o qual a China visa administrar os pontos vigorosos e débeis das suas particularidades geoestratégicas para maior capacidade de dissuadir os Estados Unidos de se oporem aos objetivos (como a reunificação de Taiwan) e afirmar sua superioridade à Índia, identificada como sua rival asiática no longo prazo.

Segundo Ribeiro (2013), a China apresenta as condições de crescimento econômico fundamentada na expansão que lhe permite acumular capital na construção de um aparato defensivo, assim como, num agrupamento militar industrial contemporâneo, sem pôr em risco a sua viabilidade econômica. O autor apresenta, segundo a sua percepção, alguns atributos sob o ponto de vista estratégico e geoeconômico que evidenciam a China como uma entidade distinta da URSS.

A China não tem por que temer qualquer invasão terrestre, por parte de seus vizinhos. A Rússia, separada pela Sibéria oriental e do extremo oriente em função do baixo povoamento, possui difícil acessibilidade. A Índia, por sua vez, está separada pelas cordilheiras do Himalaia.

A China tem seu território vulnerável a ataques nucleares por parte de três potências – os Estados Unidos, a Rússia e a Índia, mas está em estratégia favorável por não precisar pensar em armas nucleares nem para resolver guerras convencionais nem para defender sua integridade territorial. Na defesa de seu território, se este estiver sendo ameaçado nas regiões periféricas de seu território sob influência budista ou islâmica, tem condições de intervir militarmente. Além disso, a China possui duas vias indiretas de alcançar, por via terrestre, o Oceano Índico, que se apresenta como passagem obrigatória nas suas extensas linhas de comunicação marítima com a Europa, o Golfo Pérsico ou a África. Completando esse espaço territorial, a China detém um conjunto de regiões costeiras bem localizadas no acesso ao oceano pacífico, se constituindo em um ativo geoeconômico valioso.

Sabe-se ainda que a China não é uma economia autossuficiente em bens primários, tais como alimentos, minérios e recursos energéticos. Logo, ela é dependente de crescentes importações, cujas principais fontes de abastecimento se situam na proximidade asiática (casos da Austrália, da Indonésia ou da Malásia), mas que estão separadas da China por extensas linhas de comunicação marítima patrulhadas pelos Estados Unidos. Ademais, durante o declínio da Rússia, a China encontrou na Ásia central um espaço de proteção adicional que pode lhe permitir maior independência energética dos oceanos e da Rússia.

Em suma, dado esse conjunto de variáveis, associado ao seu progresso econômico, a China vem exercendo uma função proeminente na redefinição da ordem geopolítica e geoeconômica do pós-Guerra Fria.

Para Ribeiro (2013), a grande questão que se apresenta é saber se o Partido Comunista Chinês (PCC) vai ter como objetivo de longo prazo recolocar a China como “Império do Meio”. Em outras palavras, como em seu entorno há países mais frágeis militarmente, que não representam ameaça, é de se esperar que essas nações se disponham a financiar a economia chinesa, pois se beneficiam de acesso assegurado ao seu enorme mercado interno e aceitam participar da infraestrutura de transporte e energia, de maneira a atender as necessidades da economia chinesa. Esta finalidade vai deparar com três motivos internos que o reforçarão:

a) As tensões entre facções do PCC, resultantes da mudança de modelo de desenvolvimento que vai dar aos militares o papel de árbitros e favorecer o curto prazo a fração elitista do PCC que tem forte presença no ceio do topo das forças armadas;

- b) os dilemas no seu abastecimento energético que a podem levar a adoção de políticas mercantilistas para assegurar um abastecimento regular e em condições favoráveis de preço /condições de pagamento;
- c) no médio e no longo prazo, a política do filho único como determinante da necessidade de a China receber “tributo” dos estados asiáticos vizinhos como único meio de manter coesão social interna, a unidade geoeconômica e a ambição de edificar um aparato de defesa e um complexo militar industrial equivalente ao dos Estados Unidos.

Nesse instante, a China persegue três propósitos intermediários: a) retirar os Estados Unidos da liderança na Ásia e está obtendo êxito; b) interditar a Índia de se constituir em um polo autônomo de atração na Ásia; e c) tornar-se primordial para a paz no Golfo Pérsico entre persas e árabes após o esgotamento das forças dos Estados Unidos na região, o que se constata obtenção de êxito.

#### **4. O “Império do Meio” e os avanços chineses**

No vetor geoeconômico, a China criou a zona de comércio livre na Ásia, buscando integrar as economias emergentes da região mais Japão e Coréia do Sul e se utilizando de moeda específica da zona em questão. Segundo Sergey Glazyev (2022), os norte-americanos, após malogar no esforço de desvigorar a China diretamente através de uma guerra comercial, deslocaram a pancada derradeira para a Rússia, a quem eles percebem com uma conexão débil na geopolítica e na economia global.

Apesar desse esforço, o pacto estratégico da Federação Russa e a República Popular da China é deveras vigoroso para os Estados Unidos. Segundo Glazyev (2022), os Estados Unidos não têm o poder econômico e militar para quebrar essa aliança entre a China e a Rússia. Ainda na percepção de Glazyev (2022), as alterações tecnológicas e econômicas estão ocorrendo ao mesmo tempo, ou seja, essas alterações são seguidas por uma revolução tecnológica, por uma depressão, por uma corrida armamentista, por guerras mundiais e revoluções sociais. O fato é que a fina flor predominante nos países centrais da velha base econômica mundial procura a qualquer custo não permitir as mudanças. Afinal de contas não reflete sobre a existência e necessidade de sistemáticas mais hábeis de administração, portanto tentam bloquear o desenvolvimento de novos arranjos produtivos, de maneira a garantir a sua primazia.

Apesar de manter essa hegemonia global, um contemporâneo arranjo econômico mundial foi concebido na margem, colocando a China à frente dos EUA, em termos de produção, exportação de bens de alta tecnologia e taxas de crescimento, assim como, a Índia. Como bem aponta Glazyev (2022), esse novo arranjo tem como foco os interesses públicos sobre os interesses privados, cabendo ao Estado potencializar a taxa de crescimento com o intuito de combater arduamente a pobreza. Ademais, acrescenta a utilização de métodos de competição de mercado com a finalidade de garantir altíssimos acúmulos de recursos para a revolução tecnológica com a finalidade de oportunizar saltos econômicos fundamentados num engenhoso arranjo tecnológico avançado. Glazyev (2022, p. 7) traz um breve exemplo para analisar esse novo contexto de intervenção:

O sistema bancário na China é estatal, opera como uma única instituição de desenvolvimento – dirigindo fluxos de dinheiro para expandir a produção e desenvolver novas tecnologias. Nos Estados Unidos, o suprimento de dinheiro é usado para financiar o déficit orçamentário e é realocado para as bolhas financeiras. Como resultado disso, a eficácia dos sistemas financeiro e econômico dos Estados Unidos é de apenas 20%; lá, somente um em cada cinco dólares chega à economia real, enquanto na China quase 90% (isto é, quase todos os yuans criados pelo Banco Central da República Popular da China) alimentam o quadro em expansão e asseguram um crescimento econômico ultra-alto (GLAZYEV, 2022, p. 7).

De acordo com Glazyev (2022), o padrão de geopolítica anglo-saxã considera a Rússia como o primordial empecilho a instalação da hegemonia mundial pelo poder e a elite financeira dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha.

Com a eclosão da crise financeira internacional ocorrida em 2008 com reflexos até o momento, os Estados Unidos e aliados (subordinados) perceberam que está ocorrendo uma transição para uma atual ordem tecnológica e econômica, mas ocorre uma lógica de guerra mundial com desdobramentos em três *fronts*: 1) monetário e financeiro dominados até o momento pelos Estados Unidos; 2) comercial e econômico, o qual a China já comanda; 3) de informações e cognitivo onde os Estados Unidos tem até o momento tecnologias superiores (GLAZYEV, 2022).

O quarto *front* é o biológico, com o aparecimento da corona vírus, e o quinto e derradeiro *front* são as operações militares. Essas operações, de acordo com as fundamentações de Glazyev (2022), são ativas nos cinco *fronts* da

guerra híbrida total e há a possibilidade de previsão a respeito do resultado, ou seja, na percepção do acadêmico, os Estados Unidos não conseguirão vencer. Comparativamente, assim como os britânicos não conseguiram vencer, ao seu tempo, pois na análise de Glazyev, a Grã-Bretanha venceu formalmente a 2ª. Guerra Mundial, mas a perderam política e economicamente.

Segundo o economista russo, o desenvolvimento de um novo sistema econômico teve início a mais de uma década no Fórum de Astana, tendo como pedra fundamental uma nova moeda de negociação sintética, fundamentada a partir de um índice de moedas dos países que integram o sistema, posteriormente essa cesta foi ampliada com o acréscimo de cerca de 20 *commodities* negociadas nas Bolsas de Valores.

Para Glazyev (2022), “uma unidade monetária baseada nessa cesta expandida foi modelada matematicamente e demonstrou alto grau de resiliência e estabilidade”. O autor alerta ainda que a migração para uma nova ordem econômica mundial começou após a desintegração da URSS, e agora está perto do final “com a desintegração iminente do sistema econômico global baseado no dólar, que forneceu a base do domínio global dos Estados Unidos”.

O autor complementa sua análise acrescentando que a próxima fase do futuro sistema tem como fundamento a China e a Índia, uma vez que procura a combinação de planejamento estratégico centralizado e da economia de mercado, com o controle estatal da infraestrutura monetária e física e do empreendedorismo.

O novo sistema econômico uniu vários estratos de suas sociedades em torno do objetivo de aumentar o bem-estar comum de uma forma substancialmente mais forte do que as alternativas anglo-saxônicas e europeias. Esta é a principal razão pela qual Washington não será capaz de vencer a guerra híbrida global que começou (GLAZYEV, 2022, p. 20).

A China pode construir uma zona de livre comércio na Ásia oriental, reunindo economias emergentes da região, mais Japão e Coreia do Sul sendo estas economias desenvolvidas, deixando de fora os Estados Unidos. De maneira paulatina, o yen deve substituir o dólar nas relações monetárias dessa zona, ou ainda, na formação da zona anteriormente citada substituir o Japão pelas economias europeias – Alemanha, França, Suécia e Finlândia como fornecedoras – chave de tecnologias na área civil para a absorção de tecnologias para aplicação interna e posterior réplica nos mercados externos, concentrando seu investimento de Inovação e Desenvolvimento (I&D) endógena nas

tecnologias militares que julga serem decisivas para o século XXI (RIBEIRO, 2013, p. 42).

No vetor geopolítico, a reintegração de Taiwan a China sem guerra, sendo que o controle militar em posse da China, lhe traria vantagens na rivalidade naval com os Estados Unidos no pacífico.

No vetor estratégico, as finalidades chinesas podem aumentar as tensões entre Japão e a Coreia do Sul, para anular a possibilidade de uma aliança militar tripartida entre Estados Unidos, Japão e Coreia do Sul. A China poderá consolidar um espaço protetor marítimo afastando o dispositivo naval dos Estados Unidos do primeiro cordão de ilhas situadas no seu *off shore*, através da conjugação de meios navais, aéreos e mísseis, tornando mais difícil a defesa de Taiwan pelos Estados Unidos e aumentando a fragilidade da Coreia do Sul e do Japão nas suas rotas de abastecimento marítimo.

A China poderá legalizar dois protetorados marítimos em Myanmar e no Paquistão que lhe dotam de bases navais no Índico em estreita ligação com a sua nova base naval no extremo meridional do seu território.

Martins (2018) relata que, desde o ano de 1994, o mundo vivenciou uma fase de expansão do ciclo de Kondratiev em dois movimentos descendentes de longa duração: a fase B do ciclo sistêmico dos Estados Unidos marcada pela crise de hegemonia, iniciada em 1970; e a crise civilizatória do modo de produção capitalista, a partir do surgimento da revolução científico-técnica.

Para Martins (2018, p. 674), “a financeirização do capital, a crise de hegemonia do eixo atlantista da economia mundial e o declínio das potências marítimas, que tradicionalmente dirigiam a civilização capitalista”, deslocaram o dinamismo econômico para a China e para o leste asiático com a possibilidade de um sistema-multipolar.

Na verdade, para o autor, a crise de 2008-2009 é um descaminho forte que se traduz em crescimento negativo de curto prazo para uma subfase de maturidade a partir de 2010, marcada pelos seguintes traços:

- a) Menor intensidade de expansão em relação ao período 1950-1973, em função de outros movimentos mais amplos de caráter descendente sobre ele;
- b) Crescente deslocamento do dinamismo econômico para o leste asiático (China), com encadeamentos para regiões que com ela se articulam;

c) Crise na hegemonia do eixo atlantista da economia mundial, bem como das periferias a este articuladas; e

d) Lento e progressivo estabelecimento de uma bifurcação entre a hegemonia atlantista das potências marítimas e a ascensão de regionalismos e dos *hinterlands*.

Martins (2018) também enfatiza as limitações e contradições da estratégia de financeirização do capital, uma vez que a partir de 1994 é cada vez menor a capacidade de Estados Unidos e União Europeia imporem ao mundo a valorização de suas moedas e a sua política monetária. O autor em seu trabalho relata muitos aspectos que revelam e aprofundam esse longo transcurso de decadência da supremacia do atlantismo, são eles: a financeirização da economia; a queda das taxas de investimento; o aumento da dívida pública; o deslocamento para o exterior dos investimentos produtivos; a perda de competitividade internacional; a perda da autonomia da política monetária; o alto nível de desemprego; a contenção dos salários reais; o aumento da desigualdade; aumento das assimetrias regionais e a substituição do liberalismo pelo neoliberalismo.

## 5. A Rússia e a aliança com a China

Após o período de esfacelamento dos anos de 1990, houve o revigoramento da Rússia, a partir da ascensão de Putin, mas sob a alcunha de uma autocracia global, ou seja, a concentração do poder em um único governante. Essa autocracia global seria responsável pela divulgação de ideias, práticas e bases que se propagam de um sistema social a outro, interdependentes, selecionáveis e induzidos entre si (MARRERO, CHAGUACEDA, 2022). Contém maneiras de auxílio programadas e definidas que provocam ações, condicionalidade e estimulam suas políticas. Mas existem maneiras de mais ampla divulgação: interações cívicas e profissionais; e trocas comerciais ou vínculos culturais, que acontecem sem esforço, pois são condicionadas por atores e objetivos políticos.

Para Marrero e Chaguaceda (2022), dentre de alguns organismos que cooperam para a geração e disseminação dessa intervenção, o *sharp power*<sup>81</sup>

---

<sup>81</sup> A expressão *sharp power* foi desenvolvida pelos teóricos Christopher Walker e Jessica Ludwig do *think-tank American National Endowment for Democracy*, e diz respeito a uma guerra de informação conduzida por potências autoritárias de hoje. Já os

representa “uma abordagem adotada por regimes autoritários, como os da Rússia e da China, que perfila, penetra e perfura os ambientes políticos e informacionais aos que se dirige” (NED, 2017).

A repercussão do *sharp power* visa lesar e desacreditar a liberdade de expressão, anular organismos independentes e deturpar o círculo político, inúmeras vezes danificando a integridade das instituições democráticas. Da perspectiva intelectual e cultural, vários dispositivos e instituições de cooperação acompanham a concepção de políticas no país-alvo, para que se alinhem às agendas e metas da autocracia que projeta seu *sharp power*. De qualquer modo, o padrão de progresso e crescimento da China, assim como o declínio e o ressurgimento da Rússia evidenciados na última década do século XX, e, também na primeira década do século XXI, fizeram com que esses dois países superassem suas desconfianças e desavenças, sinalizando forte aproximação. Nesse ambiente, foram crescendo as possibilidades para a constituição de pactos estratégicos, pondo à prova o unilateralismo estadunidense e a competição pela expansão do arco de ingerência na região euroasiática.

Para Cornélio (2019), a Rússia é o extremo império territorial na terra e sua via de passagem ao mar é obstruído por gelo durante vários meses do ano. Como resultado, sua amplificação e subterfúgio compreendem pela via terrestre, um dos temas fulcrais de Mackinder. Ademais, apesar da derrocada do bloco soviético em 1991, a Rússia manteve relações de *sharp power* com os países da Ásia Central, de maneira a manter bases militares no Cazaquistão, no Quirguistão e o Tadjiquistão. Essa estratégia permite que a Rússia mantenha patrulha em suas fronteiras com o Afeganistão (KAPLAN, 2013, p. 185-186).

---

conceitos de *soft power* e *hard power* significam respectivamente “poder suave” diz respeito à “habilidade de afetar outros por meio da atração e da persuasão”. O *soft power* raramente é suficiente por si só. Mas, quando com o *hard power* é uma força multiplicada”, de acordo com Joseph Nye. O *hard power* – “poder duro”, de acordo com Nye, diz respeito ao poder de obrigar alguém a fazer algo, normalmente, por “recompensa, coação ou ameaça”.

**Figura 2:** Rússia e Ásia Central



**Fonte:** WISSEL, 2016.

Com efeito, depois do fim do bloco soviético, em 1991, e o surgimento da Organização de Xangai (OCX), em 2001, tornou-se relevante restabelecer a aliança sino- russa. Com o mesmo propósito de conter a amplificação dos EUA no continente Asiático, este alinhamento tem sido ratificado no posicionamento de questões globais. A China, por exemplo, desistiu de condenar a Rússia na Ucrânia, e a Rússia, por sua vez, já demonstrou defender a China no que diz respeito ao debate com Taiwan nos certames no Mar do Sul da China (SEIXAS, 2017).

Em um diagnóstico de período de curto prazo, pode-se afirmar que essa aliança torna-se cada vez mais estratégica. Se de um lado, Pequim respeita a atuação da Rússia na Ásia Central, mas se antagoniza à primazia da Rússia na região, pois é mais prudente se relacionar com Estados soberanos a sujeitar-se ao Império Russo. De outro lado, após a intervenção armada da Rússia na Ucrânia e dadas as retaliações das instituições financeiras e sanções econômicas por parte dos países ocidentais, a China se coloca como a única opção para dar suporte financeiro à Rússia. Além disso, a economia russa também se beneficia dos investimentos chineses na região, sem contar com a Rota da Seda que contribui para gerar estabilidade e conter o radicalismo religioso presente na região.

Além disso, a Organização para a Cooperação de Xangai favorece os russos, porque possibilita acordos com potências em crescimento, e a China, ao criar condições para que não haja fortes instabilidades na região sob a ótica militar. Já do ponto de vista energético, os benefícios trazidos à China por essa aliança são: liderança regional legitimada e aliança com países de vasta extensão territorial, grandes populações, potencial nuclear e reservas de petróleo e gás (NOZAKI, LEÃO; MARTINS, 2011).

De acordo com a Professora Beatriz Bissio, da UFRJ (2017), China e Rússia têm edificado uma parceria robusta no plano econômico, mas com intenso sentido geopolítico. De acordo com Bissio, a conjuntura está direcionada para a constituição de mundo multipolar, onde os países acima citados são participantes de peso. A Professora observa também que a decadência gradual do Ocidente deve contribuir para que os principais países que compõem esse bloco percam mais da metade de seu peso nos próximos quinze anos.

Caso as previsões se confirmem, seria a primeira vez em séculos, que teríamos o fim do domínio ocidental, assim como a superação do mito da “supremacia branca”, base do argumento da dominação colonial e neocolonial.

Bissio (2017) constata a perda de dinamismo no sistema de inovação norte americano. Surge a indagação: com o avanço do encolhimento econômico norteamericano, de onde virão os recursos para sustentar continuamente a pujante estrutura que os Estados Unidos mantêm na atualidade no mundo?

A autora busca em Fernandes (2016) a fundamentação para o desenvolvimento desigual, o qual o autor descreve sob duas abordagens:

Estudiosos realistas das relações internacionais, como Paul Kennedy e o próprio Gilpin, associam esse fenômeno (a erosão do poder do centro hegemônico e a ascensão de novos polos) aos altos custos de manutenção da hegemonia e à tendência para uma rápida difusão tecnológica para a periferia, em função das “vantagens do atraso” identificadas por Alexander Gerschenkron, que permitiriam aos retardatários queimar etapas de desenvolvimento ao incorporar técnicas mais avançadas e eficientes.

Já a abordagem que Kenneth Waltz batizou de “paradigma Hobson/Lênin” destacava o impacto dos processos da monopolização, do advento do capital financeiro e do crescente financeirização dos circuitos de acumulação nos países

capitalistas centrais, levando à multiplicação de investimentos e aplicações em áreas mais “atrasadas” da economia mundial onde as taxas de lucro e de retorno eram mais elevadas.

Assim, os ganhos do capital financeiro, no coração do sistema, passaram a ser cada vez mais alimentados por uma lógica de especulação, sustentada por excedentes extraídos de atividades produtivas realizadas fora do centro.

Essa dinâmica levaria à decomposição do dinamismo econômico do centro e à ascensão de novos polos de maior crescimento do sistema. Ou seja, a dinâmica de desenvolvimento desigual mina continuamente as bases da ordem mundial estabelecida (FERNANDES, 2016, p. 4-7).

A partir dessas abordagens, Bissio (2017) enfatiza o crescimento da multipolaridade no século XXI, onde o *establishment* observa Rússia e China como fortes contestadores às suas pretensões hegemônicas, e a Índia hoje com menos preocupação.

Como bem observou o historiador brasileiro, Alberto Moniz Bandeira (2013, *apud* Bissio, 2017) já falecido, Vladimir Putin se constituiu em um jogador determinante, pois sabe como exercer a diplomacia, ao contrário dos norte-americanos. A Rússia se utilizou do estratagema de criar um projeto euroasiático com maioria das ex-Repúblicas que constituíram a URSS por meio de acordos econômicos e de infraestrutura com proveitos políticos e econômicos. Com essa estratégia, obteve sucesso com acordos comerciais e econômicos com países asiáticos que nunca estiveram sob influência de Moscou, mas sim sob influência norte-americana.

A próspera colaboração entre Rússia e China fica cada vez mais evidente com a expansão do comércio bilateral entre as duas nações. Acordos nas áreas de energia e segurança, exercícios militares conjuntos e a Declaração Conjunta China-Rússia para o século XXI, assinada em julho de 2005, são exemplos emblemáticos desse caminho. Na verdade, a própria Declaração Conjunta China-Rússia advertia que Moscou e Pequim rejeitariam qualquer tentativa de intromissão na região de parte de “forças estrangeiras” e se oporiam a toda imposição de “modelos de desenvolvimento políticos e sociais desde o exterior”. Outra evidência que fica clara na declaração conjunta é que se trata de uma resposta à chamada Doutrina Bush, que demonstrou ao planeta o estratagema estadunidense e de seus aliados da OTAN após os atentados de 11 de setembro.

Dessa forma, a colaboração sino-russa passa tanto pela construção de projetos conjuntos de tecnologia espacial e aviação, como de projetos energéticos. Na área de transportes um dos objetivos é edificar uma linha férrea para trens de alta velocidade ligando Moscou e Beijing, passando pela cidade russa de Kazan. Cabe ressaltar que hoje, a China se constitui no principal parceiro comercial da Rússia e que ambos os parceiros procuram formas de diminuir a influência do dólar norte americano no comércio internacional para evitar riscos cambiais.

Enfim, a parceria entre China e Rússia culminou na criação do BRICS<sup>82</sup>, em 2006, e com a inclusão, em 2011, do quinto membro, consolidando, portanto, o grupo com Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Em 2014, decidiu-se criar o Banco dos BRICS como uma alternativa ao acordo de Bretton Wood.

A partir da criação dos BRICS, segundo Martins (2018), uma nova agenda se apresenta pautada nos seguintes princípios: a) substituição dos investimentos financeiros pelos investimentos produtivos, ou seja, ameaçar os lucros monopólicos ao pressionar para baixo os preços das mercadorias; b) criação de marcos intergovernamentais que envolvam diretamente 40% da humanidade ampliando para o sul esses recursos, de maneira a minimizar os desequilíbrios de relação de poderes econômicos e sociais impulsionadas globalmente pelas potências marítimas; c) fortalecimento de um padrão de desenvolvimento fortemente apoiado em empresas estatais e pequenas e médias empresas de caráter inclusivo e universalista; d) revisão da hegemonia atlantista na economia mundial; e e) incentivo a um padrão de política externa anti-imperialista, baseada nos princípios da soberania, autodeterminação dos povos, solução negociada de conflitos.

---

<sup>82</sup>De acordo com o IPEA, o agrupamento dos BRICS, composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, é uma aliança econômica e política de grande importância no cenário mundial. A concepção dos BRICS foi inicialmente proposta por Jim O'Neil, economista-chefe da Goldman Sachs, em 2001, em seu estudo "*Building Better Global Economic BRICs*". O'Neil enfatizou o potencial econômico emergente de Brasil, Rússia, Índia e China, um conceito que rapidamente ganhou relevância em setores econômico- financeiros, empresariais, acadêmicos e de comunicação. Em 2006, o conceito de BRIC evoluiu de uma categoria analítica para um agrupamento formal, incorporado à política externa dos quatro países originais. Esta evolução marcou a transição do BRIC de uma ideia teórica para uma entidade prática no cenário internacional. A dinâmica do grupo sofreu uma mudança significativa em 2011, com a adesão da África do Sul durante a III Cúpula dos BRICS, transformando o BRIC em BRICS e refletindo a crescente importância do continente africano na economia global. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/conheca-os-brics.html>. Acesso em: 20 de novembro de 2023.

## 6. China: geopolítica, economia e estratégias

Segundo Cornélio (2019), a China na ocasião do Trabalho de Cornélio detinha, em termos econômicos, 11% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial; 10% do comércio internacional, e de modo, respectivo, 20% e 70% do comércio de variedade de *commodities* agrícolas e minerais em nível global. Ademais, possuía elevada exigência de procura de consumo externo por seus bens medianos, para conservar sua alta taxa de avanço e execução industrial.

Com relação ao aspecto geopolítico, apesar do território chinês ter sido local de inúmeras invasões ao longo do tempo das mais diversas nações, as quais lhe impuseram perdas territoriais<sup>83</sup>, seu tamanho continental permite dispor de uma costa em parte desocupada de gelo e bons portos, os quais dão acesso a rotas marítimas para a Europa, África e Oriente Médio (CORNÉLIO, 2019). Além disso, a China é o segundo maior país em índice demográfico global, o terceiro país com maior área territorial do planeta e possui disponível armamentos nucleares. Essas características posicionam a China como um jogador de relevância na Ásia, apesar de não ter ainda alcançado sua regência local.

Embora a China seja favorecida pela geografia, destaque para sua dimensão territorial, ela não é uma potência incondicional. Não possui fronteiras estáveis; é dependente de recursos energéticos, metais e minerais estratégicos para manter seu crescimento econômico, além da questão alimentar.

Estes desafios são alguns dos fatores que norteiam sua agenda política externa e estratégia geopolítica, presentes nas relações comerciais bilaterais entre China e países de poder econômico débil e subdesenvolvido, mas que se apresentam como ricos em recursos naturais e/ou possuem localização estratégica aos interesses chineses. Mianmar e Sri Lanka, por exemplo, são países ricos em metais e hidrocarbonetos e apresentam posição estratégica de controle de rotas marítimas (CORNÉLIO, 2019).

Para Cornélio (2019), a segurança alimentar é outra adversidade a ser enfrentada pela China. Embora tenha grande extensão territorial e encarregado por oferecer 20% de alimento para população mundial, apenas 7% de suas terras

---

<sup>83</sup> Dentre as principais perdas impostas ao território chinês devem ser destacadas: por questões tributárias, Coreias e Sacalina, que foram submetidas ao Japão; a França invadiu Taiwan; a Rússia se apossou da Amúria, Ussúria e Mongólia; e a Inglaterra tomou a Indochina.

são consideradas aráveis, o que representa seu problema em garantir segurança alimentar e políticas afirmativas para suprimir a fome. Ainda que seja um produtor mundial de alimentos agrícolas como arroz, milho, cevada, carne suína e pesca em peso no comércio internacional, o alimento não é acessível para toda a população chinesa e a qualidade e segurança também não estão disponíveis para todos (KAPLAN, 2013). Como forma de melhorar a questão alimentar, o governo vem fazendo parceria com países produtores de alimentos como Malásia e Filipinas, e comprando terras em países com capacidade agrícola como Brasil, Argentina, Austrália e países africanos (CHINA, 2018).

De qualquer modo, seu crescimento econômico com saldo de US\$ 23,12 trilhões, em 2017, e 1.38 bilhões de pessoas em seu território (AMADEO, 2019), são variáveis que permitem à China executar uma estratégia econômica para alcançar seus interesses geopolíticos, além das fronteiras. Para atingir êxito na sua agenda de política externa diante a um cenário anárquico e competitivo em que seus interesses se chocam a todo instante com outras potências, sua estratégia vem sendo executada através de investimento em infraestrutura. Enquanto os Estados Unidos utilizaram uma estratégia de intervenção militar para garantir seus interesses em outras nações, como foi o caso contra Al-Qaeda, no Oriente Médio, a China vem optando por realizar investimento em rodovias, estradas de ferro e dutos energéticos que são mais vitalícios (KAPLAN, 2013, p.209). Lukes (apud, SEIXAS, p.23, 2017) argumenta que a infraestrutura é o instrumento político essencial para perfazer o poderio supremo, não recorrendo a ideologia ou a forças opressoras. Através de uma edificação material, a China propõe seu poder na hierarquia internacional, exercendo influência no funcionamento da infraestrutura.

A Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) é outro modelo que a China utiliza para exercer seu potencial econômico e alcançar seus interesses geopolíticos. Pequim, por exemplo, preserva negociações bilaterais com cada país do bloco, mas não com a organização regional. Tal estratégia destaca a relação de poder na qual a China impõe seus interesses, de um lado, adquirir produtos agrícolas de abaixo valor de mercado e, de outro, oferecer financiamento em projetos de infraestrutura relacionados à construção de portos e rodovias.

Do ponto de vista energético, vale lembrar que a China, o Japão, a Índia e a Península da Coreia, apesar de também serem países de dimensão econômica, populacional e militar considerável, competem por tais recursos na mesma área de influência. Essa situação acaba direcionando as principais

disputas geopolíticas da Ásia, influenciando a pauta das relações comerciais com os países da África e Oriente Médio, abundantes em petróleo e gás natural.

Segundo Cornélio (2019) com suporte de Kaplan (2013), a China encontra-se rodeada de obstáculos e variáveis políticas que têm comprometido seu crescimento e alcance de regência local. Dentre essas podem ser destacadas: a) a relação hostil com a Índia a respeito da região da Caxemira e Tibete; b) a grandeza territorial e militar da Rússia, presente na sua fronteira; c) disputas em relação aos direitos de desenvolvimento nas terras em Mianmar, com fartura de recursos naturais; e d) o Afeganistão e Paquistão são países fronteiriços que preocupam Pequim, pois são considerados países semifalidos e fracos e qualquer agitação política traz fragilidade no subúrbio étnico do país, acarretando problemas nas fronteiras.

Com relação ao seu poder marítimo, não há o que diferenciar, pois as “primeiras cadeias de ilhas” - Japão, Taiwan, Filipinas, Indonésia e a Austrália -, excluindo esta última, são pontos de detonação. Há o risco iminente de instabilidade na Península Coreana no seu quintal; o não reconhecimento de Taiwan como país, o qual recebe apoio militar dos Estados Unidos da América (EUA); as disputas das ilhas Senkaku/Diaoyu entre China e Japão comprometem sua rota marítima no Pacífico; e as disputas entre Índia e China no Oceano Indo-Pacífico sobre o controle das rotas comerciais e os ataques de piratas na região comprometem a estabilidade de uma única potência na região (CORNÉLIO, 2019).

Em suma, o estrategema da China para atingir seus objetivos econômicos e geopolíticos fundamenta-se na nova rota da seda, na criação do Banco de Investimento em Infraestrutura Asiático (AIIB) e nos investimentos em projetos de infraestrutura através do Banco Multilateral (AIIB) para projetar seus interesses geopolíticos e vantagens frente aos demais.

## **Considerações Finais**

O presente capítulo procurou apresentar, por meio dos ciclos de Kondratiev, as trocas de guarda do sistema econômico internacional. Estas trocas ocorreram devido às revoluções industriais, tecnológicas, guerras, novas matérias-primas, novos contestadores e desafiantes do *status quo*, e, uma sequência de crises econômico-financeiras.

A partir de 1991, com o esfacelamento e desaglutinação da URSS, portanto com o fim da Guerra Fria, os EUA passaram a exercer o papel de potência unipolar, impondo seu poder a todo o mundo. A crise de 2008, contudo, expõe a fragilidade do poder dos Estados Unidos e de seus aliados ocidentais, revelando, em contraposição, a importância da China no cenário mundial, que desde 1980 vem registrando crescimento e desenvolvimento colossais.

Desde a ascensão de Xi Jinping ao poder, a China vem se consolidando como um país com grandes possibilidades de se tornar o novo hegemon. O projeto da nova rota da seda, o aprofundamento de uma aliança estratégica com a Rússia, a criação dos BRICS e de seu Banco de Desenvolvimento, bem como a consolidação de outros acordos comerciais, sobretudo com os países de sua zona de influência e em desenvolvimento, com ênfase em projetos energéticos e de infraestrutura, reforçam a importância da China nesse novo ambiente geopolítico e econômico.

Os desafios são enormes e dependem, em grande medida, dos desdobramentos que o desenvolvimento tecnológico pautado na Tecnologia da Informação (TI), na Internet das Coisas (IoT), na Inteligência Artificial, na indústria 4.0., bem como os impasses presentes nas guerras entre Rússia e Ucrânia, Israel e Hamas assumiram no cenário mundial.

## Referências

AMADEO, Kimberly. (2019). China's Economy and its effect on the U.S Economy the Surprising Ways Affects the U.S. Economy. **The Balance**. 25 de fevereiro, 2019. Disponível em: <https://www.thebalance.com/china-economy-facts-effect-on-us-economy-3306345>. Acesso em: 02 de março de 2019.

BISSIO, Beatriz. (2017). Novos cenários geopolíticos: a aliança entre Rússia e a China pode mudar o futuro da Eurásia. **Passagens, Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro, v.9, n.3, p. 532-553, set. /dez. 2017.

CARMONA, Ronaldo Gomes. (2022). **Reflexões sobre a Geopolítica no contexto da quarta revolução industrial e dos novos desafios de segurança internacional**. Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), jan. 2022.

CHARLEAUX, João Paulo. (2023). **O que é sharp power. E como ele pode minar governos**. *Jornal Nexo*. Link: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/02/06/O-que-%C3%A9-sharp-power.-E-como-ele-pode-minar-governos>

CHINA contribui muito para reduzir fome global e para segurança alimentar, diz FAO. **Xinhua Português**. Roma, 3 novembro, 2018a. Disponível em: [http://portuguese.xinhuanet.com/2018-11/04/c\\_137581329.htm](http://portuguese.xinhuanet.com/2018-11/04/c_137581329.htm). Acesso em: 23 de novembro de 2018.

CORNÉLIO, Rayane Pires. (2019). **Os desafios geopolíticos da China e sua estratégia financeira em projetos de infraestrutura na Ásia**. 120 p. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FERNANDES, Luís. (2016). Brasil: a dimensão geopolítica do Golpe. Carta Capital, 06 out. 2016. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/brasil-a-dimensao-geopolitica-do-golpe-1>> acesso em: 24 jul.2023

GLAZYEV, Sergey. (2022). **Como será o mundo multipolar e a nova ordem econômica mundial**. Entrevista publicada em inglês no The Saker (<https://thesaker.is/events-like-this-happen-once-a-century-sergey-glazyev-on-the-breakdown-of-epochs-and-changing-ways-of-life/>), em 28/03/2022, a partir de Entrevista, em russo, no 'Business Online (<https://www.business-gazeta.ru/article/544773>): traduzido e adaptado por Rubens Turkienicz com exclusividade para Brasil 247.

HAGE, José Alexandre Althayde. (2015). A possível mudança do centro do capitalismo: A contribuição dos BRICS e os limites do Hemisfério Sul. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 14, n.2, p.48-64.

KAPLAN, Robert D. (2013). **A Vingança da Geografia: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica**. Rio de Janeiro: Elsevier.

MARRERO, Claudia Gonzalez; CHAGUACEDA, Armando. (2022). **O poder da Rússia na América Latina. Autocracia Global, influência regional**. DP Enfoque n. ° 7. Dialogopolitico.org. Fundação Konrad Adenauer.

MARTINS, Carlos Eduardo. (2018). O Sistema-Mundo capitalista e os novos alinhamentos geopolíticos no século XXI: uma visão prospectiva. **Cad. Metrop., São Paulo**, v. 20, n. 43, p. 673-696, set/dez 2018.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. (2013). **A segunda Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MORGENTHAU, Hans. (2002). **A Política entre as Nações: A Luta pelo Poder e pela Paz**. Brasília, Edunb.

NATIONAL, ENDOWMENT FOR DEMOCRACY (NED), (2017). **Sharp power: rising authoritarian influence**. <https://www.ned.org/wp-content/uploads/2017/12/Introduction-Sharp-Power-Rising-Authoritarian-Influence.pdf>

NOZAKI, William Vella; LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira; MARTINS, Aline Regina Alves. (2011). A Ascensão Chinesa e a Nova Geopolítica e Geoeconomia das Relações Sino-Russas. In: LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira; PINTO, Eduardo Costa; ACIOLY,

Luciana (Orgs). **A China na Nova Configuração Global – impactos políticos e econômicos**. Brasília. Ipea, p. 195-233.

RANGEL, Ignacio. (1982). **Ciclo, Tecnologia e Crescimento**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

RIBEIRO, José Felix. (2013). **Reposicionamento da China: Geoeconomia, Geopolítica e Estratégia**. *Relações Internacionais*, ano 4, n. 38, p. 35-43.

SEIXAS, Eduardo Palma. (2017). **China e o realismo: a rota da seda como projeto de consolidação e projeção de poder**. 139f. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.pu-rio.br/34054.PDF>. Acesso em 12 de fevereiro de 2019.

YERGIN, Daniel. (1994). **Petróleo: uma história de ganância, dinheiro e poder**. São Paulo, Scritta.

# 9 – China: o Novo Hegemon

---

*Antonio Carlos de Moraes*

*Carina Vitral Costa*

## **Introdução**

O fenômeno da mundialização, que passa a ocupar a pauta das manifestações do meio acadêmico como objeto de interesse a partir do início dos anos de 1970, evidentemente não pode ser descolado do processo de internacionalização do capital, já considerado por Marx (1975) como parte constituinte e inseparável da saga do capitalismo. A busca de reunir elementos para refletir sobre a indagação posta pelo título deste capítulo, leva-nos ao século XVI, em uma etapa que pode ser considerada como de pré-capitalismo industrial, e já deixa evidente a configuração de economia-mundo, já com Veneza, antes mesmo de Gênova, que segundo Arrighi (1996), teve um desempenho no que era a economia mundial à época que configurou um ciclo sistêmico de acumulação, ganhando o status de *hegemon* dessa economia-mundo.

A noção de ciclos sistêmicos de acumulação, adotada por Arrighi, segundo o próprio autor,

...deriva diretamente da ideia braudeliana do capitalismo como a camada superior “não especializada” da hierarquia do mundo do comércio. Nessa camada superior é que se fazem os “lucros em larga escala”. Nela os lucros não são apenas porque a camada capitalista monopoliza as atividades econômicas mais lucrativas mais importante ainda é o fato de que a camada capitalista tem a flexibilidade necessária para deslocar continuamente seus investimentos das atividades econômicas que estejam enfrentando uma redução dos lucros para as que não se encontrem nessa situação (ARRIGHI, 1996, p. 8).

Em um período em que não há acumulação de capital própria do capitalismo industrial, mas em que as altas finanças e o capital comercial perseguem incansavelmente a ampliação de seu acesso e controle sobre massas de capital-dinheiro, permite afirmar que o dinheiro, mesmo sob formas do pré-capitalismo industrial, já carregava na sua “alma” a saga da mundialização. Era exatamente através da exploração de novos territórios, com riquezas e população diferentes, que tanto o capital-dinheiro vinculado às altas finanças, como ao comércio, podia satisfazer a ânsia de acumulação. Uma expansão acentuada tendo como base a mercadoria, marca o início dos ciclos sistêmicos, e tendo em vista a capacidade da camada capitalista em deslocar seus investimentos quando o investimento da moeda na expansão das mercadorias, quer no comércio, quer na produção, marcando o esgotamento da fase MD’, o capital investido nessas atividades tende a retornar na sua forma monetária mais pura, marcando a passagem para a fase DD’ em que busca manter as possibilidades de acumulação. Enfim, todo ciclo sistêmico tem início com uma expansão acentuada de mercadorias e encontra seu limite quando atinge uma expansão financeira acelerada. As duas fases constituem um ciclo completo de acumulação DMD’ (Arrighi, 1996, INTRODUÇÃO).

Há que se destacar que para Chesnais (1999), a fase atual do processo de internacionalização ganha o nome de “mundialização”<sup>84</sup> por conta de uma característica relevante que o diferencia de etapas anteriores, que consiste na liberalidade do capital de estender a extração e a apropriação da mais valia em qualquer território que lhe seja conveniente, em que a existência de recursos físicos e força de trabalho sejam suficientemente atrativas para contribuir com a recuperação da rentabilidade do capital, ameaçada com o esgotamento do *boom* pós-guerra. Vale lembrar também que compõe a estratégia do capital nesta fase, a liberalização agressiva dos fluxos de capital para garantir o fluxo e transferência dos excedentes econômicos como lhe interessar, consolidando o ideário neoliberal que orienta o esforço de recuperação da rentabilidade do capital, a qualquer custo.

É dentro desse contexto que a disputa pelo mercado mundial se acentua dentro da Tríade – EUA, União Europeia e Japão –, e é nesse mesmo contexto que a China substitui o Japão na liderança do sudeste asiático na composição da tríade. Vale lembrar que para Arrighi, pelo menos até 1994, quando é publicada a 1ª edição de seu livro *O longo século XX* (1996), reconhecia a

---

<sup>84</sup> O termo “mundialização” foi apresentado por Michalet (1983).

liderança do Japão e o considerava como o virtual novo hegemom da economia mundial.

Porém, o desempenho da economia chinesa, especialmente nos últimos 20 anos alterou indiscutivelmente esse quadro e a China passou a ocupar seu lugar na tríade, o que parece estar fora de discussão para os acadêmicos e para os analistas que se ocupam da área tradicionalmente denominada de “economia internacional”. Essa inserção da China, valendo-se de estratégias próprias da lógica de um sistema que os próprios chineses denominam de “socialismo de mercado”, sustentando estratégias típicas que contrastam com as estratégias dos outros dois componentes da tríade, especialmente com as os EUA, não pode deixar de trazer alterações significativas na performance da economia mundial e das relações internacionais.

Contribuir com a compreensão deste novo quadro, em que, evidentemente se insere a Economia Brasileira, é a preocupação central texto. A busca dessa compreensão apoiar-se-á na revisão histórica dos ciclos sistêmicos de acumulação a partir de Gênova, passando pela Holanda, Grã-Bretanha e Estados Unidos da América do Norte (EUA), a partir da obra de Arrighi *O longo século XX* (1996). Nessa revisão histórica dedicaremos uma seção para cada ciclo, em que apresentaremos para cada um dos ciclos, aspectos principais que envolvem os antecedentes, as causas do sucesso e do seu esgotamento. Além de cumprir este percurso histórico, buscaremos importantes reflexões de autores contemporâneos, com análises na dimensão da geopolítica e geoeconomia, indispensáveis no enfrentamento das questões que se colocam para a economia mundial com a ascensão da China, especialmente nas duas últimas décadas.

## **1. Gênova: o primeiro ciclo sistêmico de acumulação**

A análise histórica do ciclo sistêmico de acumulação genovês é desenvolvida no Capítulo 2 de *O longo século XX* (1996) e como dito acima, constitui nossa referência a revisão histórica dos ciclos sistêmicos de acumulação. Em fins do século XIII e início do século XIV, quatro cidades-Estados no norte da Itália formaram um enclave com uma intensa concorrência intercapitalista, constituindo o principal centro de expansão financeira da época - Florença, Milão, Veneza e Gênova, que coexistiam a partir de uma clara divisão do trabalho entre essas quatro cidades-Estados. Não podemos deixar de mencionar Siena, que ao lado de Florença também teve um papel de destaque

na virada do século XIII para o XIV, atuando como "coletoras" do papa e apoiando o comércio de lã crua comprada da França, Holanda, Portugal, Espanha e Inglaterra.

Florença e Milão dedicavam-se à manufatura e ao comércio terrestre com o noroeste da Europa, enquanto Veneza e Gênova exploravam o comércio marítimo com a Ásia. Veneza especializou-se no comércio de especiarias, valendo-se do circuito sul-asiático, enquanto Gênova explorava o comércio da seda, utilizando o circuito centro-asiático. Após um desaquecimento do comércio Europa-Ásia, surge uma nova fase de expansão da economia europeia no final do século XV, com os grandes descobrimentos. Veneza, Florença e Milão, com seu capital empregado na gestão do Estado, tiveram um papel passivo nessa nova fase de expansão, por outro lado, a classe capitalista de Gênova, ativamente, promoveu, supervisionou beneficiou-se da expansão mercantil do começo ao fim, dando início ao 1º ciclo sistêmico de acumulação, o Genovês, cujo auge ocorreu no período 1557-1627. Cabe lembrar, como observado anteriormente, que todo ciclo de desenvolvimento alcança sua maturidade com uma guinada do comércio de mercadorias para o comércio de moedas.

Enquanto Milão, Florença e Veneza optaram pela gestão do Estado e de estrutura rígidas de acumulação de capital, Gênova optou pela formação de mercados, com estratégias e estruturas de acumulação flexíveis, apoiando-se ainda na aristocracia rural que se refeudalizou com a queda do comércio, criando exércitos que protegiam o capitalismo genovês. O poder monetário do capitalismo genovês equilibrou o poder da espada, sendo fundamental a incorporação dos credores privados na Casa Di San Giorgio. A vida política era agitada, com o líder do governo escolhido junto à população e o poderio militar ficava com a aristocracia rural.

Gênova, à época podia ser considerada a pátria do capitalismo financeiro e da ideologia da “moeda forte”, sendo aprovada em 1447 lei obrigando que toda contabilidade comercial envolvendo o câmbio de moedas, se fizesse em moeda de ouro de peso fixo – Lira de *Buona Moneta*. Esta passou a ser o padrão monetário, convivendo com a moeda corrente, de valor variável, como o meio de troca.

Gênova utilizava a rota centro-asiática para a China, com a proteção dos mongóis e mantinha o monopólio do terminal do Mar Negro. Com a queda do poder Mongol e o avanço otomano é suprimido o monopólio do Mar Negro. Em 1381 Gênova perde a Guerra de Chioggia para Veneza, que fortalece seu

controle sobre o comércio da rota sul. Porém, Gênova recupera-se com: a quebra dos principais bancos de Barcelona (1380), com o controle dos portos ao sul da Península Ibérica e com a proteção da aristocracia territorialista da Península Ibérica.

Arrighi considera o período 1557-1627 como os 70 anos de auge da era dos genoveses, exercendo pleno domínio das finanças da Europa, a partir da quebra dos Fugger na Alemanha em 1557. O ciclo sistêmico de acumulação genovês estava inserido em uma grande expansão material da economia europeia, com novas rotas de comércio e incorporação de novas áreas de exploração comercial associada a uma expansão financeira com acentuado controle do capital sobre a economia. É importante destacar o papel ativo da classe capitalista genovesa, incentivando, supervisionando e beneficiando-se da expansão comercial e financeira.

As grandes fortunas genovesas tinham origem na competitividade das rotas comerciais centro-asiáticas para a China e no sucesso com que a iniciativa genovesa conseguira estabelecer um controle quase monopolístico dessas rotas, no Mar Negro. Mas a sorte mudou com o declínio destas rotas. A reação genovesa foi buscar um controle ainda mais rígido dos outros ramos do comércio que se vinham desenvolvendo na região do Mar Negro, como cereais, madeira, peles e escravos. Porém, com o avanço dos turcos e com a concorrência catalão-aragoneses no nordeste Mediterrâneo, o comércio genovês foi dramaticamente atingido pelo declínio com o comércio eurasiático.

A perda das oportunidades comerciais de longa distância das épocas anteriores levou a lutas competitivas internas e rixas intermináveis, que destruíram os lucros, e ao declínio das redes e recursos não utilizados ou inutilizáveis, espalhados por toda a economia mundial.

A saída era estabelecer uma relação de intercâmbio político com governantes territoriais, como os ibéricos, que eram impelidos a abrir novos espaços comerciais e tinham necessidade do tipo de serviços que a classe capitalista genovesa estava apta a oferecer, deixando-a livre para organizar seu tráfego de moedas e mercadorias como lhe aprouvesse. Os financistas genoveses que criaram, administraram e lucraram com o elo sistêmico entre o poder ibérico e o dinheiro italiano foram afetados por toda uma série de crises, todas as quais tiveram origem na Espanha. Como resultado o domínio genovês sobre as altas finanças europeias declinou, e, por fim, cessou por completo, chegando assim ao fim o ciclo sistêmico de acumulação genovês.

## 2. Holanda: o segundo ciclo sistêmico de acumulação

O Capítulo 2 de *O longo século XX*, a exemplo da descrição relativa ao ciclo sistêmico de acumulação genovês, também é a fonte da apresentação do ciclo de acumulação holandês.

No final do sec. XIV e início do XV, a expansão financeira esteve associada às guerras entre cidades-Estado e às lutas pelo poder dentro das organizações territorialistas. Mais à frente, em fins do sec. XVI e início do XVII, identifica-se a mesma associação, mas sob formas mais complexas que dificultam essa identificação. Podemos citar a guerra dos 100 anos (1337-1453, entre França e Inglaterra), 50 anos de guerrilhas contínuas na Itália (1500-1550) pelo controle do espaço político envolvendo a França e a Espanha, guerras religiosas na Alemanha em 1549/1550, que se prolongaram até 1620, as guerras religiosas entre reformistas e católicos na Inglaterra e na França e a guerra da independência holandesa no biênio 1569/1570.

Nesse contexto, os agentes primários do processo de acumulação deixaram de ser as cidades-Estado e o espaço foi ocupado pelas organizações comerciais, que assumiram a responsabilidade pelas transações interestatais entre as autoridades imperiais como a Espanha e a França. Verdadeiras “nações” eram formadas por capitalistas expatriados que se fortaleciam com ganhos do comércio e com diferenças de câmbio, que eram enormes no século XVI. Inclusive chegou a ser criado um sistema de “compensações entre as “nações” evitando o risco do transporte de valores.

No período 1500 a 1550 prevalecem relações cooperativas entre as “nações”. Algumas perderam importância, como em 1530, quando enfraquece a “nação” alemã e a Fiorentina, aumentando a concorrência entre elas. Entre 1557 e 1562 é quando se dá a escalada da concorrência com o sistema de “*assientos*” criado por Gênova (triângulo genovês).

Em 1569, os Alemães e Ingleses são “expulsos” de Antuérpia e as guerras e rebeliões proliferaram até 1648, quando foi assinado o Tratado de Vestfália, que encerrou o conflito entre a França e Suécia e o sagrado império Romano- Germânico. Em 1566 a Espanha ocupa os países baixos para impor tributação, mas os holandeses lançam-se ao mar e sangram as finanças da Espanha com pilhagem e pirataria.

Enquanto isso, Gênova mantém sua supremacia e tira proveito do seu “triângulo”: os genoveses enviavam prata americana de Sevilha para o norte da

Itália, onde trocavam por ouro e letras de câmbio, que entregavam ao governo espanhol em Antuérpia, obtendo os *asientos*, que lhes garantiam o controle sobre a prata americana em Sevilha. Mas foi exatamente a guerra entre a Holanda e a Espanha que desalojou os genoveses do alto comando da economia mundial. E foi nesse período de guerra que a Holanda passa a exercer o domínio do Mar Báltico, controlando o abastecimento de cereais e suprimentos navais, essenciais à guerra, enquanto esgotavam-se os suprimentos concorrentes vindos do Mediterrâneo. Os holandeses estavam no lugar certo, no momento certo, para pegar “o vento que estava soprando”. Segundo Arrighi (1996, p. 136), foi “deixar-se levar pelo vento que estivesse soprando e [aprender] a manobrar suas velas de modo a tirar proveito dele”.

Os holandeses desviavam os excedentes, a exemplo de Gênova, para investimentos geradores de renda, como na terra para a agricultura comercial. Também investiam nas atividades de gestão de guerra e Estado, estabelecendo uma relação orgânica com a organização territorialista local, a Casa de Orange, do que resultou as Províncias Unidas. Investiam também no consumo ostensivo de produtos culturais, levando Amsterdam em 1600 a ser o centro de transição do “clima renascentista” para o “clima de iluminismo”, que iria prevalecer nos próximos 150 anos. Os holandeses fundiram a estratégia da especialização regional de Veneza com a estratégia de Gênova de transformar a expansão financeira em uma expansão comercial sistêmica.

Podemos destacar os três principais componentes da estratégia holandesa para assumir a hegemonia da economia mundial à época. O primeiro deles foi a de transformar Amsterdam no armazém central do comércio mundial. O segundo componente foi assegurar que Amsterdam se constituísse no mercado central do comércio de moeda e de capital, tendo a primeira Bolsa de Valores com pregão permanente e em 1609 o *Wisselbank* assume funções típicas dos Bancos Centrais no controle da liquidez.

Um terceiro componente foi criar companhias de comércio de grande porte, credenciadas pelo governo e com monopólio em imensos espaços ultramarinos. Criada em 1602, a VOC - Companhia Holandesa das Índias Orientais, garantiu à camada superior da classe mercantil holandesa, a condição de líder e dirigente da máquina capitalista holandesa.

Mas o ciclo de acumulação sistêmico holandês também encontrou seus limites. O mercantilismo, originado dos governantes territorialistas, buscando imitar os holandeses, acabaram criando um ambiente na Europa e no mundo em que o sistema holandês não tinha como sobreviver. Foi restabelecido

o princípio territorialista da autarquia, sob a forma de “gestão econômica nacional”, na buscando quebrar a intermediação universal holandesa a favor do fortalecimento da gestão local, vinculando produção e consumos internos, com efeitos para trás e para frente. Em 1720 o mercantilismo chega nos países do norte (Suécia, Rússia, Dinamarca, Noruega), acabando de enfraquecer o capitalismo holandês. A Holanda procurou uma sobrevida buscando explorar mais, a partir de

1740, o financiamento das lutas geradas pelo acirramento da competição entre os territórios, destacando-se a Guerra da Sucessão Austríaca entre 1740 e 1748 e a expulsão dos franceses pelos ingleses da América do Norte e da Índia entre 1756 e 1763. Os holandeses foram arrastados aos combates junto com a França, contra os ingleses e na 4ª Guerra Anglo-Holandesa (1781-1784), os holandeses tiveram aniquilado seu poderio naval. Além disto, os holandeses perderam o controle do Ceilão, hoje Sri Lanka e o acesso às ilhas Molucas, no arquipélago da Indonésia. Em 1795 a Holanda perde sua independência na guerra com a Batávia, que só foi recuperado em 1813. Por conta dessa guerra, Amsterdam também foi substituída definitivamente por Londres como centro financeiro.

Com o encerramento do ciclo sistêmico de acumulação holandês, o capitalismo como sistema mundial com a conformação da órbita do capital industrial, tinha vindo para ficar. Nesta nova etapa, o territorialismo busca a “internalização” das técnicas capitalistas de poder, que será o aspecto central do Ciclo Inglês, a partir do qual uma nova possibilidade de geração, apropriação e acumulação de excedente abre-se: a exploração da força de trabalho amparada por uma nova relação social entre o trabalho e o capital.

### **3. O ciclo britânico - o terceiro ciclo sistêmico de acumulação**

A análise histórica do ciclo sistêmico de acumulação britânico é desenvolvida no Capítulo 3 de O longo século XX (1996) sendo nossa referência na revisão histórica dos ciclos sistêmicos de acumulação.

No decorrer da decadência holandesa como hegemom de um ciclo sistêmico de acumulação, principalmente por força do aniquilamento do poderio naval holandês, impondo perdas ao seu império comercial nas Índias Orientais, no período 1780-1783 Londres passa a ser o novo centro dirigente das finanças mundiais. Cabe observar que nas décadas de 1780 e 1790 há uma

coexistência do domínio holandês nas altas finanças, mas com dificuldades, e o domínio inglês emergente

Entre 1792 e 1815 os gastos públicos na Grã-Bretanha aumentaram quase seis vezes, amparados por uma inflação induzida e por empréstimos, implicando em um aumento do endividamento. Este movimento implicou em uma expansão fenomenal da indústria de bens de capital, especialmente a siderurgia, com as oportunidades oferecidas pela indústria naval e ferroviária. Este impulso combinado com a mecanização da indústria têxtil transformaram a indústria britânica de bens de capital em uma máquina poderosa e autônoma de expansão capitalista. Inicia-se assim a fase DM do ciclo, que como todo ciclo começa com uma forte expansão de mercadorias.

Ocorreu um arrefecimento dos lucros no mercado interno na década de 1840, mesmo assim, a liberalização unilateral do comércio britânico apoiou uma grande expansão do comércio e da produção mundiais. A Grã-Bretanha vendia bens de capital e comprava insumos primários, promovendo uma aceleração sistêmica da velocidade de conversão do capital monetário em mercadorias. Em um período de 30 anos, entre 1845 e 1875, triplicaram as exportações de ferro e aço para as ferrovias. As exportações de maquinaria aumentaram 9 vezes. Em termos regionais, as exportações para a América Central, do Sul, Oriente Médio, Ásia e Austrália, aumentaram cerca de seis vezes, ampliando e fortalecendo a rede que ligava as diversas regiões da economia mundial ao centro britânico.

A partir de 1870, a fase de expansão MD culmina com uma expansão financeira assentada no próprio capital monetário excedente na Inglaterra e na entrada de capital excedente do exterior buscando investimentos. O período de 1873 a 1896, que involucrou a primeira grande crise do capitalismo, apesar da anunciada depressão, com deflação, queda na taxa de juros e queda nos lucros, a produção e o investimento continuaram a crescer na Alemanha, nos EUA e na Inglaterra. A depressão manifestou-se como uma crise de superprodução de mercadorias associada a uma massa de trabalhadores sem poder aquisitivo, e resultou em uma acentuada concentração de capital, eliminando pequenas e médias empresas.

O auge do imperialismo britânico ocorreu na segunda metade do século XIX. Cabe destacar que o controle sobre a Índia abrangia o comando de recursos financeiros, materiais, inclusive os humanos militares que afastava qualquer ameaça em termos militares por outra nação. O regime britânico unilateral do livre comércio ligou o mundo inteiro à Grã-Bretanha, que se

tornou o mercado mais atraente para obter meios de pagamentos, meios de produção e colocar produtos primários.

No final do século XIX, ocorreu uma retirada cautelosa de recursos do comércio para aliviar as pressões competitivas no período, ao mesmo tempo criando oportunidades de lucro via intermediação financeira. Assim, as redes bancárias agregam então novas funções à de clássica transferência de liquidez entre empresas e a *City* londrina assume efetivamente o status de centro de capital monetário excedente do mundo, com os Rothschild ganhando tratamento preferencial do governo, e em contrapartida, incorporando sua rede no aparelho do poder com o qual a Grã-Bretanha dominava o mundo.

No período que vai de 1896 a 1914, houve uma redução da concorrência, viabilizando a *belle époque*, um período de alta lucratividade, mas com a piora da classe trabalhadora, convergindo para uma crise de realização no século XX, fenômeno que reflete as contradições e o caráter excludente do capitalismo. Mas o esgotamento do ciclo de acumulação britânico não poderia deixar de vir, a exemplo dos anteriores.

Com a vitória na 1ª Guerra e a expansão territorial do império britânico, os custos do seu imperialismo começaram a superar seus benefícios e a crise terminal da dominação britânica sobre o capital do mundo deu-se com o colapso do padrão-ouro em 1931. Arrighi (1996, p.179), resgata de Polany: “o rompimento do fio de ouro foi o sinal para uma revolução mundial”.

#### **4. O ciclo de acumulação e a hegemonia norte-americana**

A análise histórica do ciclo sistêmico de acumulação e da hegemonia norte-americana é apresentada por Arrighi (1996) no Capítulo 4 de *O longo século XX* (1996) e continua como nossa referência na revisão histórica dos ciclos sistêmicos de acumulação.

A partir de 1870 a Alemanha e os Estados Unidos ascendem no cenário da economia mundial, demonstrando um poder de atração de mão de obra, de capital e de espírito de iniciativa da Europa. A partir daí, o Reino Unido começa a perder o controle do sistema de equilíbrio de poder, reduzindo suas chances de competição.

O desenvolvimento dos EUA configurou um territorialíssimo interno, com custos de proteção muito inferiores aos do império territorial Britânico, vinculado ao âmbito continental e à sua economia doméstica ao longo do século

XIX. No curso do século XIX, o potencial de crescimento comparativo do mercado interno constituiu a vantagem decisiva na luta pelo poder mundial, ampliando as chances de expulsar o Reino Unido do centro das redes globais. Nesse aspecto a posição dos EUA era melhor que a da Alemanha, dadas a sua dimensão continental, sua insularidade, com acesso ao Atlântico e ao Pacífico, além da dotação de recursos naturais.

A ligação dos EUA com o resto da economia mundial era menos pelos fluxos comerciais do que pelas transferências mais ou menos unilaterais de mão de obra, capital e espírito de iniciativa, que fluíam do resto do mundo para sua jurisdição política, como já mencionado acima. Por outro lado, a história e a posição geográfica da Alemanha não a tornavam beneficiária desses fluxos. Dois pontos extremamente positivos para os EUA foram o isolamento geoestratégico absoluto das sedes do conflito interestatal e a uma proximidade das grandes encruzilhadas do comércio mundial, pela sua insularidade, com acesso ao Atlântico e ao Pacífico, como já foi dito. A expansão da economia mundial no século XIX ofereceu território e os recursos necessários para alcançar a hegemonia no século XX, muito maiores que foi oferecido ao Reino Unido no século XVIII.

A hegemonia dos EUA deve-se também à sua percepção de que os interesses nacionais do Estado hegemônico incorporavam um interesse geral, avançando com relação às elites governantes das potências reacionárias. O programa de Woodrow Wilson (1913-1921), conhecido como “14 pontos de Wilson” ou “14 pontos para a Paz”, constituiu-se em um documento importante para que a Liga das Nações, uma espécie de embrião da atual ONU, fosse criada (Sousa, 23 dez 2022). Defendia os princípios da autodeterminação e do século do homem comum, negando o sistema europeu precedente e apelando para todos os povos do mundo. No mesmo contexto, Lenin convocava para uma revolução mundial, a partir na solidariedade do proletariado, contribuindo para criar um contexto para a reformulação do sistema interestatal, voltado para o acolhimento das demandas dos povos não ocidentais e dos não proprietários.

A “descolonização”, princípio importante nos 14 pontos de Wilson e a formação da ONU foram eventos importantes para a construção da hegemonia norte-americana. Enquanto a ideologia liberal da hegemonia britânica elegeu a busca da riqueza pelos súditos proprietários acima de qualquer coisa, a hegemonia norte-americana priorizou a elevação do consumo de massa em um plano superior aos direitos de propriedade e dos direitos dos governos.

Em comparação ao imperialismo de livre comércio, elemento fundamental da estratégia de hegemonia do Reino Unido, as instituições da hegemonia norte-americana restringiram muito a autonomia das nações soberanas de estabelecerem relações com outros Estados e com seus próprios cidadãos como quisessem, o que para Roosevelt, tais restrições equivaleram a uma superação da própria ideia de soberania do Estado. A doutrina de Truman (1945-1953) reduziu a visão de Roosevelt que compreendia o unimundismo incluindo a URSS na Pax Americana) à uma concepção de “livre-mundismo” que elegeu a contenção do poderio soviético como o princípio organizador da hegemonia americana. Dentro deste quadro, o controle americano do dinheiro e o poderio militar global passaram a ser elementos estruturadores primários da hegemonia dos EUA.

No auge de sua hegemonia, o governo britânico não socorreu o livre cambismo da Confederação contra o protecionismo da União. Deixou os ex-colonos à vontade para se massacrarem. Ao contrário do Reino Unido, os EUA promoveram a maior onda de descolonização já vista colocando-se como substituto dos regimes livre-cambistas da Coreia do Sul e do Vietnã do Sul, nas suas respectivas guerras contra a Coreia do Norte e o Vietnã do Norte. Neste sentido, o impulso principal do governo britânico pode ser designado como “imperialista” e governo dos EUA como “antiimperialista”. Um fundamento importante na estratégia de construção da hegemonia norte-americana.

A hegemonia dos EUA abandonando a via de desenvolvimento do imperialismo britânico, a exemplo da hegemonia holandesa, alicerçou a construção de sua hegemonia liderando os movimentos de autodeterminação nacional. Nesta direção, os EUA optaram por uma via de desenvolvimento do a favor de um territorialismo estritamente doméstico e reproduziram em escala mais ampliada, a via de desenvolvimento nacional mais típica da hegemonia holandesa.

Os EUA não optaram pelo comércio unilateral britânico, elemento importante da hegemonia britânica, particularmente no período de 1840 a 1931), mas adotaram uma estratégia de negociação intragovernamental – bi e multilateral na liberalização do comércio, visando abrir as portas de outras nações aos produtos e empresas norte-americanas. Só na década de 1980 a crença no mercado autorregulador converteu-se na ideologia oficial, com Regan e Bush, como resposta à crise hegemônica dos anos de 1970, ainda assim, com medidas unilaterais limitadas de liberalização do comércio.

Uma diferença fundamental na estratégia de hegemonia entre EUA e a Grã-Bretanha, é a “internalização” do comércio mundial em grandes empresas transnacionais, chegando a representar cerca de 50% do comércio mundial no início da década de 1990, refletindo a primazia do investimento direto e não do comércio. Esta opção foi importante para a reconstrução da máquina capitalista mundial desde o final da 2ª Guerra Mundial, possibilitando a transferência do controle de setores substanciais das economias estrangeiras para os cidadãos americanos. Os investidores diretos apresentam uma equivalência com as empresas comerciais holandesas (companhias), não com os livre-cambistas e os capitalistas financeiros que dominaram a Grã-Bretanha no século XIX. Evidentemente o número de empresas internacionais é fantástico perante o de companhias – mais de 200.000 contando com afiliadas, enquanto o de companhias não ultrapassou uma dúzia.

A moeda mundial que era controlada pelas redes da alta finança centradas em Londres, passou a ser regulada pelo FED - Sistema de Reserva Federal nos EUA, atuando em concerto com os bancos centrais de outras nações. Durante as décadas de 1950 e 1960 o governo norte-americano usou esse controle para promover uma expansão do comércio mundial, sem precedentes. Ao contrário da liberalização comercial unilateral de seu comércio exterior no século XIX, feita pela Grã-Bretanha, o GATT - Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio ou Acordo Geral sobre Aduanas e Comércio, de 1947, deixou nas mãos dos governos em geral e do governo dos EUA em particular, o controle sobre o ritmo e a direção da liberalização. Disto resultou um arranjo de comércio mundial que não é aberto, nem autárquico, uma estrutura política, podemos dizer, desengonçada, com base em relações *ad hoc* entre o Japão, o Mercado Comum Europeu e os EUA e de acordos bilaterais entre estes e os outros países menores.

O crescimento do comércio, de certa forma comandado pelo fantástico crescimento das empresas transnacionais minou a essência do exclusivismo territorialista norte-americano e, quando começa sua crise de hegemonia, essas empresas haviam evoluído para um sistema de produção, intercâmbio e acumulação em escala mundial, que não estava sujeito a nenhuma autoridade estatal, impondo suas próprias leis a qualquer Estado, inclusive aos EUA. A autonomia das empresas internacionais configurou a emergência de um sistema de livre iniciativa, que segundo Arrighi, “é bem possível que tenha dado início à decadência do moderno sistema interestatal como *locus* primário do sistema mundial” (ARRIGHI, 1996, p. 74). Se foi ou não foi, vamos realizar um esforço

para ter uma resposta à esta questão, na próxima seção, quando trataremos de emergência da China.

## **5. A emergência da china na economia mundial**

Nesta seção incorporamos a China em nossa análise, focando os movimentos que consideramos mais importantes de sua história mais recente, que nos revelam a estratégia chinesa de imersão na economia-mundo. O texto base utilizado para essa recuperação histórica é *A pesada herança histórica da China* (LETIZIA, 17 out 2021), com o complemento de outras fontes que serão oportunamente referendadas.

### **5.1. As relações entre a China e a URSS**

A China manteve um intenso histórico de relações com a URSS, mesmo antes da Revolução de 1949, por meio de cooperações militares e de influência política na organização do seu Partido Comunista. Cabe lembrar que os vencedores da 1ª Guerra Mundial entregaram ao seu aliado na guerra, o Japão, os territórios alemães da costa chinesa, bem como a tutela política da China<sup>85</sup>, o que estimulou em 1919 a formação do Movimento 4 de Maio, com a participação de estudantes e intelectuais, lutando pela devolução daqueles territórios. A abrangência territorial das manifestações populares indicava, pela primeira vez, na prática, a perspectiva de uma nação chinesa. Para Letizia (17 out 2021, p.26):

O ano de 1919 é o ponto de virada da intelectualidade, que passa a se afastar do Japão e a olhar a Rússia revolucionária como a nova esperança de salvação. Em 1921 é fundado o Partido Comunista Chinês, que cresce explosivamente, (300.000 filiações no primeiro ano).

A influência política da URSS na instância política pode ser avaliada na pressão que ela fez para a entrada do Partido Comunista Chinês no Partido Nacionalista

---

<sup>85</sup> Ambições coloniais em relação à China já foram expressas nos estados alemães após a Primeira Guerra do Ópio em 1840/41... Com o envio da denominada expedição prussiana depois de 1860/61 à China, entre outros lugares, essas ambições coloniais foram traduzidas em política. Em 1861, após a vitória das tropas britânicas e francesas na China na Segunda Guerra do Ópio, a ameaça da força militar e dos movimentos diplomáticos foram suficientes para forçar a China a assinar um tratado injusto também com a Prússia/Alemanha. Assim, a Prússia/Alemanha também se integrou ao sistema colonialista na China e lucrou com isso. (Leutner, 14 mar 2023).

(Guomindang), o que perdurou até o ano de 1927. A URSS chegou a criar em 1937 uma zona soviética junto à área de refúgio do exército camponês que buscava conter a invasão japonesa no norte da China. Este exército também contou com o fornecimento de armas e munições por parte da URSS.

A guerra civil que irrompeu em 1927, envolvendo o Partido Comunista e o Partido Nacionalista (Kuomintang) perdurou até 1949, com a vitória comunista, culminando com a proclamação da República Popular da China em 1º de outubro de 1949, “e a vitória comunista completou-se quando o governo nacionalista fugiu de Chongqing para Taiwan. (WIKIPÉDIA, 15 mar 2023). O Partido Comunista Chinês assumiu um programa anticapitalista fortemente influenciado no governo da URSS, quer na teoria, quer na prática e representava a dimensão socialista do Estado chinês.

Diferentemente do ocorreu na URSS, a organização da agricultura não seguiu o modelo dos kolhhozes, que foi implantado por um processo violento, o que não podia ocorrer em um campo onde a revolta camponesa foi vitoriosa. (LETÍZIA, 17 out 2021, p. 30). Através da promulgação de uma lei o Partido Comunista distribuiu as terras garantindo um mínimo de 1/6 de hectare para cada camponês adulto, registrando-se um florescimento da agricultura. Segundo Letizia (17 out 2021, p. 30), “Em 1952 a produção agrícola já ultrapassava a dos melhores anos anteriores à guerra civil, o que salvou os chineses da fome durante o embargo comercial sofrido pelo país por seu envolvimento na Guerra da Coreia (1950-53)”.

No final de 1956 quase a totalidade dos camponeses estava organizada em cooperativas, criadas obedecendo a um processo horizontal de agrupamento dos camponeses, que diferia radicalmente do processo adotado nos holkhozes, com integração forçada e vertical dos camponeses russos. Com maior poder de resistência, os camponeses chineses elevaram seu nível de consumo, o que reduzia o nível de excedente e afetava o projeto de industrialização do Partido Comunista Chinês. Na base do Partido Comunista Chinês predominava uma tendência de reduzir as liberdades dos camponeses e dos operários, com vistas a acelera o processo de industrialização. Essa tendência fica ameaçada com a morte de Stalin em 1953, quando tem início na URSS um movimento de distensão do sistema repressivo.

Em 1956 Nikita Khrushchov inicia a “desestalinização” na URSS e a cúpula comunista chinesa, é contrária à “desestalinização”, apesar dos problemas que isto possa trazer para a continuidade da ajuda vinda da URSS com o Partido Comunista Chinês, assumindo publicamente a divergência com

os comunistas russos, que era importante naquele momento. “Criou-se assim uma situação em que a liberdade de ação dos camponeses limitava as metas do plano quinquenal, ao mesmo tempo em que o conflito com a URSS aumentava a urgência da industrialização” (Letizia, 17 out 2021, p.31).

Para acelerar o processo de industrialização Mao Tsé-tung lança em 1958 o Grande Salto para Frente, que teve como elemento fundamental a superação da organização dos camponeses em cooperativas, com o Partido Comunista Chinês direcionando-os em comunas populares, que segundo Letizia (17 out 2021, p. 31) “criava um enquadramento semimilitar”, que impunha, além do cultivo coletivo, jornadas de trabalho obrigatórias, consolidando assim um excedente de horas de trabalho a serem absorvidas no processo de industrialização que foi levado ao campo. A iniciativa do “grande salto” que deveria prolongar-se até 1963 encerrou-se em 1961, por força da queda na produção de cereais da ordem de 30% entre 1958 e 1960, levando a uma crise de fome que matou entre 10 e 15 milhões de pessoas<sup>86</sup>.

No âmbito das cidades, em 1952 já existiam cerca de 15 milhões de operários, observando que, todo operário de empresa estatal vinculava-se a unidades de trabalho (danwei), com direito a uma proteção social que compreendia a saúde a educação e a aposentadoria, o que era estendido a todos os membros da família. O excedente de trabalho dos camponeses era a fonte de recurso para pagamento desses benefícios. Esse quadro possibilitou que o Partido Comunista Chinês alcançasse um controle sobre as massas proletárias, dando à sua direção uma liberdade de ação para alcançar os seus objetivos. O objetivo político estava alcançado, com esse controle sobre as massas.

A partir de 1961 uma luta interna dentro do Partido Comunista Chinês entre o grupo de Mao-Tsé-tung e os denominados “intelectuais liberais”. Esta luta culmina na “revolução cultural” iniciada em 1965 e que se encerra em 1977. Porém, segundo Letizia (17 out 2021, p. 34):

desde 1970, a cúpula mandarim já dispõe do poder necessário para mudar completamente as relações sociais nascidas em 1949, o que torna possível o abandono do sistema econômico baseado no modelo russo, já percebido por toda a cúpula do Partido Comunista como inaplicável na China.

---

<sup>86</sup> Segundo Letizia (17 out 2021, p. 32), há informações americanas, não confirmadas que o número de mortos decorrente da crise de fome nesse período situou-se entre 20 e 30 milhões de chineses.

Considerando que o objetivo político já fora alcançado, o próprio Mao desenha um outro caminho, visando a penetração da China na área econômica cujo centro era os EUA. Concretizando este propósito, a China recebe em 1971 a visita de Henry Kissinger, consolidando o aval dos EUA para readmissão da China na ONU, e, em 1972, a visita do então presidente Richard Nixon. Com a Morte de Mao Tsé-tung em 1976 e o desmantelamento da corrente que era liderada pela viúva de Mao, “a nova direção do Partido Comunista ficou com as mãos livres para preparar o lançamento da China no mercado mundial. A partir de 1978, todas as condições para isso, que vinham sendo criadas desde 1958, estavam prontas”. Letizia (17 out 2021, p. 35). Vem então um outro grande salto, agora para a economia mundial, que abordaremos na sequência.

## **5.2. O salto da China para o mercado mundial**

Com o desligamento da China da área econômica que era centralizada pela URSS, efetivamente restava ingressar na área conduzida pela hegemonia dos EUA, que, como vimos, as portas abriram-se com as visitas de Henry Kissinger e de Nixon, bem como com a readmissão da China na ONU. Essa abertura, evidentemente, foi fundamental, mas a China deveria também atrair indústrias estrangeiras, que trouxessem suas bases produtivas e novas tecnologias. Um novo plano econômico foi iniciado em 1978 e prevaleceu até 1985, período ao longo do qual o Partido Comunista Chinês foi substituindo o jargão “luta de classes” para a “modernização socialista”. “Só aos poucos as medidas práticas foram mostrando que o objetivo era transformar a China numa grande exportadora de produtos industriais” (Letizia, 17 out 2021, p. 36).

Para receber o capital estrangeiro, em 1979 são abertas quatro “zonas econômicas especiais”<sup>87</sup>: Entre os atrativos às empresas ingressantes destacam-se: liberdade para a remessa de lucros, baixa tributação sobre os lucros e franquias de tarifas para insumos que fossem destinados à produção voltada à exportação. Cinco anos depois, em 1984, também são criadas ainda 14 “zonas de desenvolvimento econômico” na Costa Sul. Além da criação das zonas, teve início, uma política de depreciação da moeda, bastante forte nos primeiros anos, com o renminbi (yuan) caindo da relação de 17 por dólar em 1980 para 27 por

---

<sup>87</sup> Shenzhen, (junto a Hong Kong), Zuhai (junto a Macau), Xiamen (antiga Amoy) e Shantou (ambas na costa do Fujian, em frente a Formosa) (Letizia, 17 out 2021, p. 37).

dólar em 1986. Evidentemente essa desvalorização de cerca de 60% representou um importante estímulo para as exportações.

As zonas econômicas especiais lograram sucesso por duas condições muito favoráveis, sendo a primeira delas diz respeito à uma grande disponibilidade de capital em Hong Kong, Indonésia, Malásia e Cingapura. Este capital concentrava-se nas mãos da diáspora chinesa, que abandonou a China ainda no século XIX e o retorno representou uma reconciliação da burguesia da China Meridional com o Estado chinês, passando a influir na política do Partido Comunista Chinês e, portanto, no destino da própria sociedade chinesa. Segundo Letizia (17 out 2021, p. 38), “o capital da diáspora aflui por inúmeros canais, em parte por uma rede de relações pessoais, fora dos bancos, e trazem consigo conhecimentos tecnológicos e uma refinada experiência de negócios”.

Os camponeses que não conseguiram sobreviver na terra que receberam, tornam-se camponeses-operários, conhecidos como mingong nas cidades, que, são conhecidos como párias da China, formando um contingente fantástico de mão de obra disponível para atender o capital que aflui para as Zonas Econômicas. Esta disponibilidade de força de trabalho pode ser considerada a segunda razão do sucesso excepcional das Zonas Econômicas Especiais, segundo Letizia (17 out 2021).

Em 1986 a Perestroika na URSS impulsiona o dismantelamento progressivo da estrutura protecionista das danwei, surgindo uma nova categoria de trabalhador, o xiangang zhigong, (funcionário-operário fora de seu posto de trabalho), com direito de alocação em um novo emprego, mas o que só pode ser cobrado das autoridades locais, não do Estado chinês. “O reconhecimento oficial dos xiangang como nova categoria social (1998) fornece a data em que é oficialmente apresentada ao povo chinês a realidade da **economia socialista de mercado**”. (Letizia, 17 out 2021, p. 43) (grifo do autor).

Com o salto da China para o mercado mundial começa a ser construída uma nova sociedade chinesa, com o Estado assumindo os interesses gerais na nação, e sem uma classe burguesa comandando as relações de produção. Entretanto a partir de 1979, com a criação das Zonas Econômicas Especiais, há um crescimento acentuado das atividades empresariais promovido pelos retornados da diáspora, por burocratas comunistas que se lançam em atividades no campo e na cidade por grandes empresas estrangeiras, articuladas com um grande número de pequenas e médias empresas que eram comandadas por chineses nativos ou retornados da diáspora. A transformação das comunas em

empresas coletivas, onde a industrialização rural deu certo e a terra não foi dividida, segundo Letizia (17 out 2021), é uma demonstração da última penetração das relações capitalistas na China. A China ingressa assim no mercado mundial, ou seja, incorporando relações capitalistas em seu tecido social. Para o autor,

O que continua sendo não-capitalista na sociedade chinesa é o Estado mandarim, isto é, o Estado guardião das relações sociais que mantêm o campesinato na situação de estrato social inferior, tanto para ser posto ao trabalho capitalista como para ser posto a sustentar o novo mandarinato, por meio do confisco direto de uma parte da riqueza por ele criada e não apropriada pelo capital. (Letizia, 17 out 2021, p. 45).

Ainda segundo o autor, os mingong, desprovidos de qualquer amparo legal no que diz respeito às reivindicações trabalhistas, com excepcionais reações coletivas<sup>88</sup>, pode-se considerar que a força de trabalho mingong é que sustenta e garante o avanço da economia mundializada chinesa.

Encerrada esta seção sobre o salto da China na economia mundial, a proposta é uma sexta e última seção na qual, a partir do que foi exposto e de outras fontes que serão apresentadas oportunamente, pretendemos ousar em prospectar sobre o cenário da economia mundial a partir do notável desempenho da China, especialmente neste século XXI.

## **6. China: o novo Hegemon?**

Arrighi nos descreve a evolução de quatro ciclos sistêmicos de acumulação tendo como hegemon: Gênova, Holanda, Reino Unido e EUA. No final de sua obra *O longo século XX*, publicada em sua 1ª edição em 1994, aponta que um novo lócus da dominância da economia mundial estava encaminhando-se para o leste asiático, com a liderança do Japão que poderia assumir a condição de novo hegemon, superando os EUA. Como sabemos hoje, isto não aconteceu e nesses 25 primeiros anos do século XXI, pelo desempenho

---

<sup>88</sup> Foi o caso dos 4.000 operários da “Stella Shoes”, empresa de Taiwan instalada no Guangdong, que em 2004 realizaram manifestações contra a qualidade da comida nos refeitórios e o atraso de salários, tendo aproveitado a ocasião para reclamar também dos próprios salários, muito baixos. A repressão veio rapidamente e resultou em prisões e condenações dos que foram considerados líderes do movimento. O capitalismo da China é bem guardado pelo Estado mandarim. (Letizia, 17 out 2021, p. 49).

econômico e penetração no mercado mundial, entre outros fatores importantes que marcam a evolução da economia chinesa, a China surge como o grande e principal concorrente para disputar a hegemonia da economia mundial com os EUA. Qual o cenário ou cenários podemos traçar a partir desse desempenho da China, abrindo inclusive a possibilidade de sua assunção como hegemom, marcando o início de um novo ciclo sistêmico de acumulação.

Evidentemente não é uma tarefa fácil, mas vamos assumir aqui, face ao desenrolar histórico das duas últimas décadas e, também, a elementos estruturantes que a longa e complexa história da China firmou na sua configuração econômica e social, que este país tem grandes chances de assumir a hegemonia da economia mundial, marcando o início do que seria, na contagem iniciada por Arrighi, o quinto ciclo sistêmico de acumulação.

O primeiro registro, que é fundamental na estratégia adotada pela China no processo de competição pela liderança na economia mundial e, quem sabe, alcançar a hegemonia, diz respeito ao controle que o Estado chinês exerce sobre a força de trabalho chinesa. O campesinato chinês sempre serviu ao Estado controlado pelo Mandarinato, mas buscou um novo mundo com base em ideais socialistas, que culminou com a Revolução Chinesa de 1949, sob o comando de Mao-Tse-tung, que levou ao poder o Partido Comunista Chinês. A distribuição de terras aos camponeses consolidou a esperança de um novo tempo, tornando fato os ideais socialistas de igualdade.

Todavia, o mesmo líder Mao, na busca de realizar um processo de industrialização, comandou uma nova etapa de submissão do campesinato, para servir esse processo, desmobilizando as cooperativas criadas pelos camponeses a partir da terra recebida por conta da revolução, adotando a formação de comunas que impôs o sobretrabalho ao camponês, que deveria cumprir as horas de trabalho na agricultura e dedicar outras horas para atender à necessidade da indústria que chegou ao campo. Daí para frente o Estado chinês não abandonou a missão de manter o controle da força de trabalho, não só dos camponeses, como dos trabalhadores urbanos, garantindo sua disponibilidade para atender ao projeto de industrialização, e o capital imigrante e local, que introduziram as relações capitalistas no seio da sociedade chinesa como parte importante do projeto de industrialização. Nenhum país do Ocidente, com certeza, tem esse recurso com tal garantia, abundância e custo como a China.

Contando com esse recurso, podemos dizer que o Estado chinês levou a sério Adam Smith e os economistas clássicos, além de Marx naturalmente<sup>89</sup>, que nos ensinaram que o valor das mercadorias é dado pelas horas de trabalho concreto nelas aplicados, e Marx em especial, para quem capital é valor que se valoriza. Com base nessa “cartilha”, o Estado chinês pôs sua força de trabalho “ao trabalho”, produzindo valor e formando capital. Soma-se a isto outra característica da condução chinesa da economia, que é a exuberante presença do Estado, com o uso sem qualquer restrição do planejamento, o que submete a anarquia promovida pela lógica do mercado à uma disciplina que objetiva a criação de valor acima de quaisquer outros movimentos competitivos na busca da geração e apropriação privada de lucro. Jogar o jogo de uma economia de mercado sem preocupações de ordem política e ideológica sobre o grau de intervenção do Estado na economia, no nosso entendimento é um fator altamente favorável à China na disputa pela liderança na economia mundial.

Jabbour (24 jan 2021) destaca na China a característica do que o autor chama de uma “Nova Economia do Projeto”, fundamental inclusive para a superação da incerteza keynesiana, que, segundo o autor, nenhum país capitalista conseguiu fazer, mas o socialismo chinês demonstrou que é possível. Nas palavras do próprio autor:

A separação entre economia e política é fatal nesse tipo de análise. A grande produção e a finança sob controle do Estado mudam completamente a face do sistema econômico: uma economia de prontidão é formada. A Alemanha, os EUA, a Coreia do Sul ou qualquer outro Estado Desenvolvimentista não tem capacidade de fazer, mesmo dentro de seus limites, o que a China está a fazer. A diferença é política. A resposta não está na economia, *strictu sensu* (Jabbour, 24 jan 2021).

Um segundo ponto a ser destacado na estratégia chinesa, diz respeito aos custos de proteção que envolvem o processo de competição e luta pela hegemonia. Vale lembrar que Gênova, podemos dizer, terceirizava os serviços de proteção, contando com o apoio dos Mongóis para manter o monopólio do terminal do Mar Negro para garantir a utilização da rota centro-asiática para a China. Gênova também mantinha o controle dos portos ao sul da Península Ibérica contando com a proteção da aristocracia territorialista. Dessa forma, pode focar na gestão das atividades de natureza econômica, aproveitando-se das

---

<sup>89</sup> Marx foi além dos clássicos como é sabido, tratando ontologicamente o que era o trabalho em um modo de produção capitalista.

oportunidades criadas em um período em que as grandes navegações abriram muitas frentes para o comércio de mercadorias.

Por outro lado, vale lembrar também que um dos fatores importantes do esgotamento do ciclo de dominação do império britânico, foram exatamente os custos para manutenção desse império colonial, que começaram a superar os seus benefícios. Esses custos podem ser imaginados considerando que no ano de 1920, quase um quarto da população mundial na época, estava sob o domínio do império britânico, ou seja, mais de 450 milhões de pessoas, correspondendo a um território de 35,5 milhões de km<sup>2</sup>. (Wikipédia, 20 MAI 2023).

## Referências

- ARRIGHI, Giovanni. (1996). **O longo século XX**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- INFOESCOLA. (2023). **A guerra civil chinesa**. Disponível em <https://www.infoescola.com/historia/guerra-civil-chinesa/>. Acesso em 16 mar 2023.
- JABBOUR, Elias. (2021). Disponível em <https://jornalggm.com.br/artigos/sobre-a-nova-economia-do-projetamento-interrogacoes-e-novos-desenvolvimentos-por-elias-jabbour/>. Acesso em 24 jan 2021.
- LETIZIA, Vito. (2021) **A pesada herança histórica da China moderna**. Disponível em <https://cemap-interludium.org.br/vito-letizia/a-pesada-heranca-historica-da-china-moderna/>. Acesso em 17 out 2021.
- LEUTNER, Mechthild. (2023). **Oculto, camuflado, disfarçado: colonialismo na Chjina**. Disponível em <https://www.comciencia.br/oculto-camuflado-disfarcado-colonialismo-alemao-na-china/>. Acesso em 14 mar 2023.
- MARX. Karl. (1975). **El capital: crítica de la economia política**. México: Fondo de Cultura Económica.
- SOUSA Rainer. . (2022). **Os 14 pontos de Wilson**. Disponível em <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/os-14-pontos-wilson.htm>. Acesso em 23 dez 2022.
- WIKIPÉDIA. . (2023). **Guerra civil chinesa**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra\\_Civil\\_Chinesa](https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_Civil_Chinesa). Acesso em 15 mar 2023.
- WIKIPÉDIA. (2023). **Império britânico**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Imp%C3%A9rio\\_Brit%C3%A2nico](https://pt.wikipedia.org/wiki/Imp%C3%A9rio_Brit%C3%A2nico). Acesso em 20 mai 2023.



